

Abrindo os olhos para a China	Titulo
Hong-ming, Zhang - Autor/a; Houkai, Wei - Autor/a; Guoying, Dang - Autor/a; Ying, Zhao - Autor/a; Yuanlun, Qiu - Autor/a; Changhong, Pei - Autor/a; Zheng, Lu - Autor/a; Lisheng, Dong - Autor/a; Pomar, Wladimir - Autor/a; Bellucci, Beluce - Compilador/a o Editor/a; Cabral, Severino - Autor/a; Shixiu, Zhou - Autor/a; Jiru, Shen - Autor/a;	Autor(es)
Rio de Janeiro	Lugar
EDUCAM, Editora Universitária Candido Mendes CEAA, Centro de Estudos Afro-Asiáticos	Editorial/Editor
2004	Fecha
	Colección
Desempleo; Relaciones bilaterales; Desarrollo económico; Relaciones culturales; Cultura; Desocupación;	Temas
Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/ceaa-ucam/20121123114130/abrindo.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Abrindo os Olhos
para a **China**

Abrindo os Olhos
para a **China**

Beluce Bellucci
(org.)



Rio de Janeiro, 2004

©Beluce Bellucci, 2004

Publicado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), Universidade Candido Mendes (Ucam) e Editora Universitária Candido Mendes (Educam)



UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM

Reitor

Candido Mendes

Vice-Reitor

Antonio Luiz Mendes de Almeida

Pró-Reitores

Alexandre Gazé

Edson Nunes

Jair Fialho Abrunhosa

José Raimundo Romeu

Maria Isabel Mendes de Almeida

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Sergio Pereira da Silva

Wanderley Guilherme dos Santos

Diretor do Instituto de Humanidades/

Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Beluce Bellucci



EDUCAM

Coordenação Editorial

Hamilton Magalhães Neto

Revisão

Luiz Carlos Palhares, Pedro Henrique Barboza e Vítor Alcântara

Capa

Paulo Verardo

Editoração Eletrônica

Textos & Formas Ltda.

Apresentação

.....

Não é tarefa fácil para brasileiro nenhum conhecer a realidade de um país localizado do “outro lado do mundo”, com 1 bilhão e 200 milhões de habitantes, ocupando uma superfície de mais de 9 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, organizado em culturas milenares diversas, dirigido politicamente por um partido comunista no poder há 54 anos, apresentando forças produtivas que vão da tração animal aos *chips* das indústrias modernas e detentor de um índice de desenvolvimento, nas últimas décadas, invejável no Ocidente, embora com problemas sociais sérios ainda por resolver. Nesse caso, o *negócio da China* torna-se, sem dúvida, um negócio altamente custoso.

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes, há mais de 30 anos desenvolve um programa de estudos sobre a China e o Pacífico. Em 2001, quando regressava da Coréia do Norte acompanhando o professor Candido Mendes, antes do estabelecimento das relações diplomáticas desse país com o Brasil, tive a oportunidade de conhecer Beijing e ser recebido por inúmeras instituições de pesquisa da Academia de Ciências da China, do governo e das Forças Armadas. Frente ao que vi, da produção econômica à boa gas-

tronomia, passando pela beleza arquitetônica, aos usos e costumes tão peculiares para um ocidental, percebi que estava, ao mesmo tempo, diante de uma oportunidade para empreender algo no âmbito da universidade que desse condições de compreender melhor o que se passava com a China contemporânea e socializar esse entendimento. Assim surgiu este livro.

De volta ao Rio, montei um roteiro que pudesse interessar a estudiosos, empresários e políticos e discuti com as instituições chinesas sobre diversos temas da macropolítica contemporânea da China, como desenvolvimento, relações internacionais, educação, agricultura e segurança, para a presente publicação, temas que passaram a ser redigidos pelos pesquisadores chineses. Para não ficar apenas com os *olhares* chineses, convidei Severino Cabral e Wladimir Pomar, dois sinólogos especialistas de nosso Centro, para com um *olhar* brasileiro completarem a presente edição. O mais foi o trabalho rotineiro de tradução e edição, para o qual contei com a ajuda inestimável do professor Edson Borges.

A política estratégica que o Brasil desenha para sua nova inserção internacional neste início de século inclui a China em suas prioridades. Que caminhos para a ampliação do comércio, como propiciar investimentos complementares em cadeias produtivas, que fazer para potencializar a criação de novas alternativas nas áreas econômica, política e cultural que confluem ao necessário amanhã melhor, são aspectos da pauta de discussão Brasil-China nos próximos anos e envolverão instituições políticas, diplomáticas, financeiras, produtivas e acadêmicas. Abrirmos os olhos para a China é um bom começo para essa empreitada.

Beluce Bellucci

Sumário

.....

Brasil-China: uma Parceria Estratégica	9
<i>Wladimir Pomar</i>	
O Sistema Político da China: Operação e Reforma.	25
<i>Dong Lisheng</i>	
O Caminho do Desenvolvimento Econômico Chinês	75
<i>Lu Zheng</i>	
Revisão e Panorama da Reestruturação Econômica da China	101
<i>Pei Changhong</i>	
A Questão do Desemprego e as Medidas Políticas na China	111
<i>Qiu Yuanlun</i>	
Desafios da China: Desenvolvimento Econômico e Poluição Ambiental.	123
<i>Zhao Ying</i>	

Realizações Agrícolas e Reforma Rural na Nova China . . .	159
<i>Dang Guoying</i>	
China: Descentralização e Disparidades Regionais na Educação	191
<i>Wei Houkai</i>	
A Política Chinesa na África	233
<i>Zhang Hong-ming</i>	
O Diálogo Brasil-China: Perspectivas para o Século XXI	297
<i>Severino Cabral</i>	
O Estudo e o Ensino sobre o Brasil e a América Latina na China.	317
<i>Zhou Shixiu</i>	
A Estratégia Internacional Chinesa no Século XXI	335
<i>Shen Jiru</i>	

Brasil-China: uma Parceria Estratégica

.....

WLADIMIR POMAR*

Introdução

É a primeira vez na história brasileira que uma instituição educacional toma a iniciativa de publicar um livro contendo a opinião de pesquisadores e estudiosos chineses a respeito de seu próprio país. O conjunto de textos que compõem esta edição – incluindo análises a respeito do sistema político, do desenvolvimento e da reestruturação econômica, do desemprego, do desenvolvimento agrícola, dos problemas relacionados com o meio ambiente, da descentralização da educação, do estudo sobre o Brasil e a América Latina, da política na África e da estratégia internacional da China no século 21 – é certamente o mais abrangente publicado até hoje no Brasil.

Vale destacar o espírito crítico que norteia a maioria dos trabalhos. Dong Lisheng não escamoteia as deficiências da estrutura política da China e os problemas que devem ser enfrentados para que a reforma política conduza seu país a um alto grau de democracia. Qiu Yuanlun apresenta cruamente as pers-

* Jornalista, pesquisador associado do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, escritor, autor de vários livros sobre a China.

pectivas sombrias do desemprego, causadas pelas transformações na agricultura, pelo desenvolvimento regional desigual, pelo progresso tecnológico, pela estrutura econômica, por problemas cíclicos da economia de mercado e pelas decisões políticas governamentais.

Dang Guoying vasculha as principais contradições existentes no atual desenvolvimento rural chinês, incluindo aquelas relacionadas com o baixo ritmo de crescimento da renda camponesa; a possível falta de competitividade dos produtos agrícolas e seus desafios diante do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC); os crescentes excedentes de força de trabalho, em virtude do aumento da produtividade agrícola; as falhas existentes na circulação de produtos; a construção infra-estrutural; a concessão de financiamentos e créditos aos investimentos agroecológicos; e a tendência, não-contida, à polarização social.

O mesmo ocorre com os circunstanciados trabalhos de Zhao Ying, sobre a poluição ambiental, Wei Houkai, sobre a educação, Zhang Hong-min, sobre a diplomacia chinesa na África, e Shen Jiru, sobre a estratégia internacional chinesa no século 21. Esse texto de Shen Jiru, em especial, tem uma importância particular no que diz respeito ao Brasil, seja porque detalha a política econômica e as opções políticas internacionais da China para este século, seja porque inclui o Brasil entre as grandes potências que devem desempenhar papel crescente no cenário internacional.

Segundo ele, a China continuará tendo parte ativa na globalização econômica e no esforço para democratizar a OMC, ao mesmo tempo que incentivará a integração regional da Ásia do Pacífico, através da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul e a cooperação

macroeconômica com as principais potências e parceiros econômicos, e desenvolverá esforços para a aceitação de um novo conceito de estratégia de desenvolvimento que tenha as demandas domésticas e o desenvolvimento sustentável como principais parâmetros. Suas opções políticas, nesse contexto, residirão na cooperação com as grandes potências, incluindo aí o Brasil e a Argentina, para o estabelecimento de um mundo multipolar e uma estrutura democrática na política internacional, tendo por base o reforço da ONU, a oposição a qualquer hegemonismo e a ampliação do papel e da participação das organizações não-governamentais. Nessas condições, tanto a política econômica quanto as opções políticas internacionais da China apontam para a possibilidade de uma parceria estratégica entre o Brasil e a China.

Motivos para uma Parceria Estratégica Brasil-China

Se a China tem, explicitamente, intenção de cooperar com o Brasil na perspectiva de se tornar uma das grandes potências mundiais nos próximos 20 a 30 anos, de modo a configurar uma estrutura internacional multipolar e democrática, o Brasil, por seu lado, também tem motivos de sobra para ter como objetivo em suas relações com a China o estabelecimento de uma parceria estratégica de múltiplos aspectos.

Pragmaticamente falando, tomando como base a política para a configuração de uma estrutura internacional multipolar e democrática, Brasil e China possuem inúmeros interesses comuns na macropolítica e na macroeconomia internacionais e seus conflitos de interesse são relativamente pequenos e de baixa intensidade, o que pode ser facilmente comprovado pela postura de ambos os países nos fóruns internacionais.

Além disso, a China tem demonstrado capacidade, em virtude do vigor de seu atual mercado doméstico, de passar relativamente incólume pelas crises financeiras e econômicas mundiais e continuar crescendo a taxas sustentáveis superiores a 7%, o que a torna não só um mercado extremamente atrativo para mercadorias e capitais, como também um crescente investidor de âmbito mundial. Nessas condições, aqueles países que, nos próximos cinco a dez anos, não estabelecerem sólidas relações com a China poderão perder a oportunidade de beneficiar-se do crescimento chinês.

O Brasil necessita urgentemente de mercados para suas exportações, capitais para investimentos produtivos, equipamentos industriais a custos mais baixos para realavancar seu crescimento industrial e cooperação científica e tecnológica para desenvolver seu próprio núcleo de ciência e tecnologia, elementos que a China possui e pode intercambiar com o Brasil em condições mais vantajosas que outros países. A China, por seu turno, continua necessitando de mercados para suas exportações, capitais para investimentos produtivos, produtos agrícolas e industriais diversos para atender a seu mercado doméstico, cooperação científica e tecnológica em diversos campos e mercados externos para investimentos produtivos.

Em outras palavras, Brasil e China são dois países continentais com inúmeras possibilidades de complementaridades. No entanto, embora o comércio entre os dois lados tenha se expandido com certa rapidez, até 2001 e 2002 essas inúmeras possibilidades foram mal-aproveitadas, inexistente um programa ou projeto concreto para efetivá-las e há muita improvisação e dispersão de esforços, com resultados muito aquém do que seria possível e desejável. As conseqüências, ainda impossíveis de

completa avaliação, do mundo pós-guerra do Iraque também apontam com mais força para a necessidade imperiosa da parceria estratégica entre os dois países.

Políticas Ativas

Para superar a improvisação e a dispersão de esforços na efetivação da parceria estratégica entre o Brasil e a China, talvez seja necessária a adoção de políticas ativas de ampliação substantiva e qualitativa da cooperação política, cultural e científica e tecnológica, de atração de investimentos e do aumento das exportações e importações.

De imediato, seria conveniente realizar um levantamento mais preciso das possibilidades de ambos os lados. É fundamental aproveitar todos os avanços já conseguidos nos intercâmbios entre os dois países, desde que as relações diplomáticas foram reatadas em 1974. O que demandará uma revisão e um revigoramento não só dos convênios e acordos de cooperação, como também dos aspectos litigiosos existentes, através de conversações de alto nível, e o estabelecimento de mecanismos de consulta e entendimento de diversos níveis, para elevar a cooperação a um novo patamar.

Isso pressupõe uma política, também ativa, de estudo e difusão das realidades dos dois países. Em geral, os brasileiros não conhecem a China, nem os chineses conhecem o Brasil. A esse desconhecimento muitas vezes são agregadas versões distorcidas sobre a realidade e a história de cada um, levantando novas barreiras para a melhoria e a intensificação das relações bilaterais. Os empresários, em especial (talvez excetuando algumas grandes empresas), desconhecem as possibilidades dos

mercados de ambos os países, incapacitando-os de aproveitá-las.

Para superar isso, além do estímulo a iniciativas já em curso, como exposições chinesas no Brasil e exposições brasileiras na China, fóruns e seminários sobre as relações Brasil-China aqui e lá, *workshops* com autoridades federais, estaduais e municipais brasileiras a respeito da China e da parceria estratégica Brasil-China, assim como a outras formas de aprofundar o estudo e a difusão da realidade dos dois países, será conveniente instituir um programa de mais longo prazo para potencializar os estudos sobre a China, no Brasil, e sobre o Brasil, na China, através de mecanismos que agreguem o governo, universidades e pessoas de instituições empresariais e sociais.

O brasilianista chinês Zhou Shixiu e o sinólogo brasileiro Severino Cabral, nos textos que escreveram para esta obra, apontam algumas instituições e caminhos para intensificar o conhecimento e o diálogo, assim como o intercâmbio cultural e científico entre as duas partes. Pode-se acrescentar que tal intercâmbio pode ser ampliado ainda mais se for articulado às relações econômicas e comerciais.

A China torna-se, cada vez mais, um grande mercado para os produtos culturais brasileiros. Os chineses possuem um grande interesse em nossas formas de manifestação esportiva e artística, em especial o futebol, o samba e a música sertaneja, e já possuem poder aquisitivo para importar turnês artísticas por seu território. Por outro lado, a China possui uma cultura rica e diversificada, de atrativo considerável para grandes setores da população brasileira, a exemplo do que ocorreu com a exposição “Os Guerreiros de Xi’an e os Tesouros da Cidade Proibida”, em São Paulo, no primeiro semestre de 2003.

O mesmo pode ser dito em relação à cooperação científica e tecnológica. Ambos os países desenvolvem com sucesso a cooperação no setor espacial. Mas há inúmeros outros campos de interesse, a exemplo da biotecnologia, recursos hídricos, produtividade agrícola e tecnologia da informação, que também podem se transformar em campos de cooperação entre os dois países. A China não só possui uma tecnologia tradicional para o aproveitamento dos recursos biológicos para fármacos e outros fins, como vem avançando rapidamente na utilização da genética aplicada para desenvolver essas áreas. O Brasil tem um enorme banco biológico e estudos avançados em diversas áreas.

A China, como o Brasil, tem recursos hídricos abundantes, ambos estão interessados em conservar e aproveitar adequadamente tais recursos e possuem algumas experiências expressivas a respeito. A capacidade chinesa de obter alta produtividade de pequenas unidades agrícolas é emblemática, e o Brasil necessita urgentemente aumentar a produtividade de milhões de pequenos produtores familiares rurais brasileiros. A China transformou-se num dos principais produtores mundiais de *hardwares*, monitores e *softwares*, enquanto o Brasil tem se empenhado em avançar na criação de *softwares* avançados em diferentes áreas. Desse modo, mesmo limitando os exemplos a alguns poucos, isso mostra o vasto campo de oportunidades em que Brasil e China podem cooperar para o mútuo desenvolvimento científico e tecnológico.

Além disso, para elevar a cooperação, é fundamental superar os entraves que impedem o livre intercâmbio de pessoas entre os dois lados. Até hoje, Brasil e China não possuem um acordo sobre turismo, impossibilitando que o Brasil aproveite

plenamente o fluxo internacional de turistas chineses, resultante da crescente elevação do padrão de vida de grandes contingentes da população desse país. Apesar de o Brasil só permitir as viagens de chineses com a apresentação de cartas-convidite e comprovação de encontros de negócios, o segmento de turismo de negócios da China para o Brasil foi um dos que mais cresceram nos últimos anos. Isso demonstra que há uma grave defasagem, que precisa ser superada, entre a necessidade de transformar o turismo externo no Brasil numa alavanca para o crescimento econômico e a multiplicação de empregos no país e a visão do papel que o turismo internacional da China pode desempenhar nessa área vital.

Nessa mesma linha de raciocínio, as prefeituras das capitais e cidades brasileiras grandes e médias deveriam ser estimuladas a promover e organizar, junto com o empresariado local e regional, feiras e exposições no Brasil, com a participação de expositores brasileiros, chineses e de outros países. E os setores brasileiros de comércio exterior deveriam programar feiras e exposições brasileiras na China como importantes instrumentos de ampliação das exportações. Para tanto, tais feiras deveriam ser ancoradas por grandes empresas e ou associações brasileiras, mas ter uma participação efetiva, mesmo em parte ou totalmente subsidiadas, de muitas empresas de porte médio, pequeno e micro, inclusive artesanais, artísticas e culturais, que levem produtos de atração imediata para os consumidores de massa da China.

Essa política ativa de incentivo no intercâmbio de pessoas e negócios exige, por outro lado, que o empresariado brasileiro, incluindo parte considerável do grande empresariado, supere o desconhecimento das condições gerais do mercado chinês e das possibilidades específicas para a colocação de seus produtos nesse mercado. O que exige pesquisas de mercado na China,

um estudo que deve ter em conta suas características geográficas, históricas, econômicas, sociais e culturais e empregue instrumentos de investigação e análise apropriados para responder a questões específicas sobre produtos, demandas, preços, custos etc.

Isso também deve nos permitir ter uma visão mais clara sobre as estratégias econômicas chinesas e aquelas que devemos utilizar para que o intercâmbio entre as duas partes seja benéfico a ambas. Os chineses sempre insistem em que as exportações brasileiras para a China sejam acompanhadas de algum tipo de associação ou cooperação para a instalação industrial no país. Foi o que eles fizeram com a Embraco e a Embraer, por exemplo. E o que eles querem fazer com a carne bovina (insistindo em que os brasileiros abram churrascarias na China e penetrem na produção pecuária chinesa), o café (insistindo na instalação de torrefadoras e abertura de cafeterias) e o álcool (insistindo na transferência de tecnologias de produção de cana e transformação de motores). Com isso, eles vão completando os elos de suas cadeias produtivas e ampliando sua capacidade produtiva.

O Brasil deveria utilizar esse mesmo método de reciprocidade, fazendo com que os chineses aumentem seus investimentos em áreas que o Brasil considere importantes. É evidente que isso exige ter claro que áreas são essas e que haja um portfólio de projetos para oferecer e negociar. Isso é necessário, sobretudo, para os casos de atração de investimentos chineses no Brasil e de investimentos brasileiros na China.

Investimentos Chineses

Os chineses estão se tornando investidores internacionais, principalmente em projetos de pequeno e médio portes, uma

modalidade que pode ser muito útil para as atuais condições brasileiras. Desde 1996, a China adotou a orientação de não limitar o comércio bilateral com os países da América Latina às importações e exportações.

Ela pretende combinar o comércio de importações e exportações com a cooperação bilateral nos setores industrial e agrícola e na transferência tecnológica. Ela quer exportar serviços e investir em fábricas de montagem (televisores, rádios, ventiladores, motocicletas e tratores) e de processamento (materiais farmacêuticos e vestuário). A China quer, ainda, investir capitais e tecnologias em projetos de exploração de recursos minerais, florestais, agropecuários e pesqueiros, de modo a aumentar a importação desses recursos pela China.

Essa política chinesa pode ser útil para o Brasil, sendo conveniente estabelecer uma política de atração de investimentos chineses nos diversos setores de interesse brasileiro. A legislação brasileira atual quase não impõe limites à participação estrangeira nos diversos setores da economia. Ela abre a possibilidade de instalação de filiais e subsidiárias, tanto na forma de sociedades por quotas de responsabilidade limitada (Ltda.), quanto de sociedades anônimas (S.A.) de capital aberto ou fechado. No entanto, inexistente uma legislação definida sobre *joint-ventures*, uma das formas de associação mais apreciadas pelos chineses. Embora isso possa ser superado por meio de contratos de cooperação entre as partes, esse ponto precisa ser melhor trabalhado para facilitar a atração de investimentos da China.

Além disso, as exigências e os limites de investimentos e incentivos não são claramente definidos em leis ou regulamentos, havendo muita dificuldade para informar os empresários chineses interessados em investir no Brasil sobre esses detalhes.

De qualquer modo, existem áreas de grande interesse mútuo para o Brasil e a China que podem servir como atração de investimentos chineses. Além do turismo, cabe destacar as frutas tropicais e seus sucos, a piscicultura e a pesca e madeiras.

No âmbito das frutas tropicais e seus sucos, é preciso levar em conta a existência de dois mercados chineses ávidos desses produtos: o mercado hoteleiro e o mercado de massas. O mercado hoteleiro da China possui um movimento superior a 60 milhões de turistas externos por ano, com crescente participação de turistas não-chineses, com uma demanda não-atendida de frutas (principalmente papaia, abacaxi e melão) e de sucos de frutas tropicais.

Por outro lado, todos os chineses que descobrem o mamão, o abacaxi, o melão e algumas outras frutas tropicais se encantam com seu gosto. Desse modo, tudo indica que existe um amplo mercado chinês em potencial. Tendo em vista o método da reciprocidade, os chineses estão operando para que esse mercado seja atendido tanto por exportações para a China, quanto por investimentos estrangeiros e locais para plantações nos terrenos da faixa tropical chinesa (Guangdong, Guangxi, Hainan e Yunan). No entanto, as áreas de plantio chinesas são reduzidas e sua demanda jamais será atendida por suas próprias plantações.

Seria conveniente, então, ter projetos chineses de investimentos no Brasil para a produção dessas frutas e sucos, com acordos de exportação da produção para a China. Isso seria não só um incentivo para diversificar a produção rural brasileira, principalmente nas pequenas e médias unidades produtivas agrícolas, como para criar um poderoso mercado de produtos agrícolas de alto valor agregado.

Em relação à piscicultura e à pesca, a China possui uma tradição milenar de piscicultura marinha e de água doce, com técnicas que lhe permitem produzir por ano cerca de 32 milhões de toneladas de peixes cultivados e 17 milhões de toneladas de peixes capturados. A China é hoje a maior potência pesqueira mundial e parece interessada em estabelecer convênios de vários tipos nessas áreas, tendo em vista aumentar ainda mais o volume de pescados em sua alimentação (aliás, um dos pontos fortes da dieta alimentar chinesa).

No que diz respeito às madeiras, os planos de construção civil da China, em especial na área de moradias, é gigantesco, demandando o uso de diferentes tipos de madeira, numa escala que o país não consegue atender. Sua demanda atual é superior a 300 milhões de metros cúbicos por ano, mas somente 180 milhões são atendidos pela produção interna e pelas importações. Em vista disso, os chineses reduziram drasticamente as tarifas de importação de madeiras (de 50% para 5%), principalmente de assoalhos e forros, e estão buscando fornecedores por toda parte.

Tal demanda é, por um lado, um perigo para as reservas madeireiras brasileiras e, por outro, uma oportunidade. O perigo consiste em que as madeireiras de Cingapura, que já atuam destrutivamente no Brasil, vão intensificar essa destruição, a não ser que a sociedade e o Ibama aumentem sua fiscalização e coíbam o processo destrutivo. A oportunidade consiste em que, de acordo com o método da reciprocidade, podemos estabelecer acordos com a China para fornecer madeiras certificadas, desde que eles invistam no processo de reflorestamento e de processamento da madeira no Brasil. Isso pode ser benéfico para ambos os países: eles terão a madeira de que precisam (ou

parte dela) e nós teremos aumento na entrada de reservas e melhorias no manejo do meio ambiente.

Outros setores que podem despertar o interesse imediato dos investimentos chineses e contribuir para o aproveitamento das complementaridades e para a intensificação das relações bilaterais são o eletroeletrônico, o sucroalcooleiro, o químico-farmacêutico, de bens de capital para a agricultura, de minérios, da construção civil e de infra-estrutura.

Seletividade nas Importações e Ampliação das Exportações

O Brasil tem importado da China principalmente carvão coque e produtos químicos, além de uma diversidade de outras mercadorias sem grande interesse para nosso próprio desenvolvimento. Os chineses, por exemplo, estão fabricando equipamentos pesados para portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, minas, construção civil. Estão muito avançados nos equipamentos e na tecnologia para a farmacologia de produtos naturais. Constroem navios de grande porte e assim por diante.

Seria, então, conveniente realizar um levantamento mais detalhado da pauta de importações, compará-la com as demandas de equipamentos e máquinas para o desenvolvimento brasileiro em infra-estrutura, agricultura e indústria, e estabelecer uma pauta seletiva de importações prioritárias, procurando trazer da China os insumos tecnológicos que ela pode fornecer a preços mais competitivos.

Por outro lado, o Brasil aumentou suas exportações para a China, mas 80% do valor dessas exportações estão relacionados a aviões, minério de ferro, aços e soja em grãos. Em outras

palavras, a pauta brasileira de exportações para a China é estreita e tem limites visíveis. Seria necessário, então, atuar em três pontos articulados: melhoria do perfil das exportações, ampliação de sua pauta e criação de mecanismos ágeis para garantir sua continuidade. O que exige, de forma ainda mais precisa e detalhada, o aprofundamento das pesquisas de mercado nesse país.

Melhorar o perfil das exportações atuais significa, basicamente, aumentar o valor agregado dos produtos exportados. Essa necessidade é mais evidente na soja, que não é processada no Brasil, nem tem seus subprodutos nobres comercializados. Ampliar a pauta de exportações depende, em grande medida, das pesquisas de mercado, mas existem vários produtos brasileiros, como frutas, sucos, peixes e madeiras, que podem participar dessa ampliação, combinando-se com investimentos chineses através da política de reciprocidade.

Por outro lado, há alguns outros produtos que podem ingressar nessa pauta, a exemplo do álcool (incluindo tecnologias de fabricação), das tecnologias brasileiras de construção pesada (hidroelétricas, rodovias etc.), veículos, motores limpos e componentes e peças sobressalentes para veículos e motores.

Além disso, se considerarmos o turismo, a educação, as tecnologias e outros serviços como instrumentos de captação de recursos, podemos incluí-los na ampliação da pauta de exportações. No turismo de chineses no Brasil, é preciso ofertar outros atrativos, além do Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu, especializar agências receptivas aqui e instalar operadoras e promotoras brasileiras de turismo na China. Na educação, a China parece convencida de que não conseguirá investir em equipamentos para o ensino superior na mesma velocidade de au-

mento do poder aquisitivo de sua população. Por isso, está estimulando seus jovens a estudarem fora do país. Austrália, Estados Unidos e outros países já estão se aproveitando dessa necessidade e abrindo vagas em suas universidades para estudantes chineses.

Nessa mesma linha de diversificação, pode-se incluir a carne e o café. O Brasil possui tecnologias de ponta na criação, engorda e processamento de carne bovina e pode exportar tais tecnologias junto com as carnes, participando inclusive do processo de adaptação do chinês à carne bovina, através de churrascarias e da promoção dos diversos tipos de alimentos feitos com carne.

No caso do café, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a exportar café para a China, através da Cacique. No entanto, os exportadores brasileiros não acompanharam as mudanças do mercado chinês e não responderam às novas demandas, perdendo para a Nestlé (café solúvel) e Starbuck (venda de café em cafeterias) o mercado que existia. Nessas condições, para ampliar substancialmente as exportações brasileiras de café para a China, é fundamental compreender que o mercado a ser conquistado não é o das *tradings*, supermercados ou distribuidores. É o mercado do consumidor direto, cujo hábito principal ainda é o chá, mas está desejoso de novos sabores. Assim, do mesmo modo que no caso da carne, as exportações de café precisam estar associadas à implantação de cafeterias, difusão das formas de preparo da bebida etc. Trata-se de mudar a cultura da bebida da população, por meio de estratégias criativas e da consolidação da marca “Café Brasil”.

Tudo isso depende, em parte, da criação de mecanismos ágeis para consolidar os mercados conquistados e ampliar as

exportações brasileiras para eles, a exemplo do que realizou a Interbrás durante certa época. Vale a pena estudar essa fórmula, que se mostrou muito eficaz, e verificar em que sentido sua experiência pode ser útil para o momento em que vivemos.

Conclusão

Brasil e China possuem, como se viu, não apenas motivos, mas também possibilidades muito concretas para estabelecer uma parceria estratégica de múltiplos aspectos, com o objetivo não só de apoiar-se mutuamente em seu processo de desenvolvimento sustentável, como também de cooperar no estabelecimento de uma estrutura internacional multipolar e democrática.

O Sistema Político da China: Operação e Reforma*

.....

DONG LISHENG**

I. Introdução: Estrutura Política de Poder na China

Na China, o tipo de governo, desde a fundação da República Popular em 1949, é a ditadura democrática popular. O Estado instituiu os sistemas da Assembléia Popular, de cooperação multipartidária e de consulta política. A Assembléia Popular Nacional (APN) é o mais alto órgão de poder do Estado. Ela exerce o poder do Estado de legislar; organiza os poderes Executivo e Judiciário e a Procuradoria do Estado;¹ toma decisões em questões importantes na vida nacional; e elege e nomeia os dirigentes dos mais altos órgãos do Estado.

O Conselho de Estado, ou Governo Popular Central, é o mais alto órgão da administração do Estado. Ele implementa as leis e resoluções adotadas pela APN e seu Comitê Permanen-

* Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês.

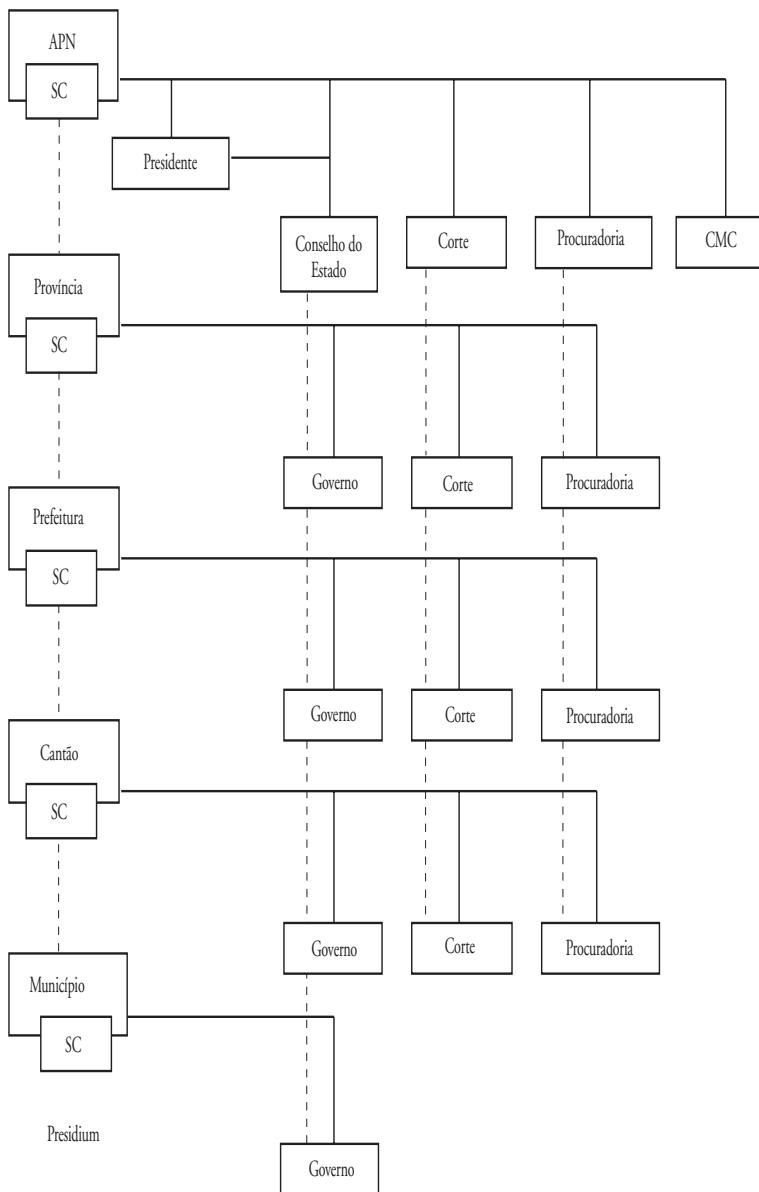
** Diretor assistente do Instituto de Ciências Políticas da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China.

te; estabelece as normas e os regulamentos administrativos; e dirige o trabalho dos organismos administrativos nos níveis nacional, provincial e local.

A China é um Estado unitário cuja administração atualmente se baseia em um sistema de quatro níveis, composto de província (região autônoma e municipalidade, diretamente administradas pelo governo central), prefeitura autônoma e grandes cidades, cantões e município. Cada nível tem seu congresso popular e governo. O diagrama, na página seguinte, mostra a estrutura do poder estatal da China, com base na Constituição e em outras leis relevantes.

Essa descrição das instituições políticas do país de acordo com a Constituição, como vários estudos têm feito, falha em localizar a real fonte do poder político na China. De fato, no nível nacional, as instituições principais podem ser agrupadas em quatro blocos. No primeiro, o Comitê Central do Partido Comunista é o centro nervoso político. Nele, deve-se notar, também estão incluídos o *Bureau* Político, o Comitê Permanente e o Secretariado, assim como a Comissão Central de Inspeção Disciplinar. No segundo, as instituições governamentais são compostas pela Assembléia Popular Nacional e seu Comitê Permanente, o presidente, o Conselho do Estado e o Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). No terceiro, a Comissão Militar Central comanda as Forças Armadas. E, no quarto, a Comissão Central de Política e Lei do partido lidera e coordena a Suprema Corte Popular e a Suprema Procuradoria Popular, assim como o Ministério de Segurança Pública, o Ministério de Segurança do Estado e o Ministério da Justiça.

Os níveis locais geralmente copiam a estrutura política central, exceto pela Comissão Militar. O tamanho da institui-



ção e o número de pessoal reduzem-se nível a nível, à medida que se desce na hierarquia. A real estrutura de poder da China é mostrada na tabela.

1. Instituições do Partido Comunista

Antes de focalizarmos a relação entre o partido e o governo, é necessário observar essas estruturas mais de perto. O Partido Comunista Chinês tinha 64 milhões de membros em 2001, fazendo dele o maior partido político no mundo. Ele tem comitês em todos os níveis do governo, além de unidades organizacionais em fábricas, escolas, vilas ou outras entidades ou atividades. No topo estão o Comitê Central e a Comissão Central de Inspeção Disciplinar, ambos eleitos pelo Congresso Nacional do partido para um mandato de cinco anos. De acordo com o estatuto do partido, o Comitê Central deve reunir-se ao menos uma vez por ano para analisar a situação geral do país e discutir as principais questões políticas. Na realidade, encontra-se com mais frequência que isso,² pois várias decisões importantes, assim como as ações de rotina, são tomadas ou administradas pelo *Bureau* Político.

O Comitê Permanente e o Secretariado são eleitos pelo Comitê Central, que tem 200 membros, além de 100 suplentes. A maioria são líderes de departamentos do Comitê Central do partido, de órgãos do Estado, de governos e de Comitês Provinciais do partido, de ministérios e departamentos do Conselho do Estado e de corpos nacionais das organizações de massa, tais como o Sindicato de Comércio, a Liga da Juventude Comunista e a Associação das Mulheres.

Estrutura Política de Fato da China

<i>Nível</i>	<i>Número Total de Instituições</i>	<i>Partido</i>	<i>Governo</i>	<i>Forças Armadas</i>	<i>Judiciário</i>	<i>Organização Autônoma</i>
Central	6+1+2	Comitê Central; Comitê Disciplinar Central	Presidente; APN; Conselho de Estado; CCPPC	Comissão Militar Central	Suprema Corte; Procuradoria	
Província	5+2		CP; Governo; CCPPC		Corte; Procuradoria Superior	
Prefeitura	3+2		Comitê Ativo do CP*; Agência Adm.; Comitê Ativo do CCPPC*		Corte; Procuradoria Intermediária	
Prov. Adm.; Cidade	5+2		CP; Governo; CCPPC		Corte; Procuradoria Intermediária	
Condado	5+2		CP; Governo; CCPPC		Corte; Procuradoria Primária	
Município	3		CP; Governo; Grupo do CCPPC*		Tribunal*	
Rua	2		Representação*		Tribunal*	
Comitê da Comunidade	2					Vizinhança
Vila	2					Comitê da Vila

Nota: As instituições marcadas com um asterisco exercem funções de coordenação. As com dois asteriscos são representações de instituições superiores. Por exemplo, a Agência Administrativa de uma prefeitura é uma representação do governo provincial. Nesse nível não há congresso popular.

O *Bureau* Político e seu Comitê Permanente exercem o poder do Comitê Central quando este não está em sessão. Comparado com o comitê executivo de vários partidos políticos em outros países, o *Bureau* Político tem maior papel decisivo e usufrui de maior *status* político. Seus 20 membros se encontram mensalmente. O Comitê Permanente, com sete membros, encontra-se com maior frequência para discutir as principais questões do partido e do Estado e preparar os encontros do *Bureau* Político. O Secretariado Político é responsável por cuidar do trabalho de rotina, sob a chefia do *Bureau* Político e seu Comitê Permanente. O secretário geral do partido organiza as sessões do *Bureau* Político e seu Comitê Permanente e preside o Secretariado.

A Comissão Central de Inspeção Disciplinar, também eleita pelo Congresso Nacional do partido, tem um comitê permanente presidido por um secretário. Cada nível local tem um comitê similar, que está sob a dupla chefia do Comitê Central do partido, no mesmo nível, e da Comissão Central de Inspeção Disciplinar, no nível acima. Devido ao fato de a maioria dos funcionários civis das instituições de serviço e das organizações de massa ser membro do partido, a autoridade da Comissão Central se estende sobre uma larga parte da sociedade. Recentemente, as Comissões Centrais de Inspeção Disciplinar, em todos os níveis, têm trabalhado em conjunto com os Departamentos Governamentais de Supervisão.

2. As Instituições do Estado

A Assembléia Popular Nacional (APN) não é da mesma natureza que os Parlamentos na Europa e na América. Mas, como uma instituição correspondente, é um membro da União Inter-

Parlamentar. O sistema de assembléia popular difere dos sistemas presidenciais ou parlamentares dos países da Europa e da América, pois a Assembléia Popular Nacional da China é o mais alto poder do Estado, razão pela qual todos os outros setores do governo, incluindo o Executivo e Judiciário, dela se originam e a ela prestam contas. Sua jurisdição pode ser resumida em quatro categorias: o poder de legislar, o poder decidir, o poder de nomear e destituir e o poder de supervisionar.

A APN tem um máximo de 3 mil deputados, eleitos por voto indireto nos congressos populares no nível provincial. As Forças Armadas (o Exército Popular de Libertação) constituem um eleitorado separado. Seu tempo de mandato é de cinco anos. Anualmente, ele se reúne por duas semanas, na primeira metade de março. Seu Comitê Permanente, que se encontra a cada dois meses, exerce o mais alto poder do Estado quando a Assembléia não está em sessão. Embora os deputados da APN possam ocupar cargos nos departamentos administrativos e nas cortes, os membros do Comitê Permanente não o podem.

A Constituição prevê que o presidente e o vice-presidente sejam eleitos pela APN. O presidente tem um papel essencialmente cerimonial, exceto em assuntos estrangeiros. A mesma pessoa não pode cumprir dois mandatos consecutivos. De acordo com a Constituição, o presidente não é o chefe de Estado, como comumente entendido, mas, sim, exerce os deveres de chefe de Estado em conjunto com o Comitê Permanente da APN.

O premiê, assistido pelos vice-premiês e conselheiros de Estado, dirige o trabalho do Conselho de Estado, principalmente através da Sessão Plenária e da Sessão Executiva. A primeira é composta por 45 ministros, assim como por 10 líderes

mais velhos, do premiê, dos vice-premiês, de conselheiros de Estado e do secretário geral, e usualmente discute as principais questões políticas e dá instruções sobre uma tarefa designada. A segunda, composta por 10 líderes mais velhos, encontra-se com maior frequência para discutir questões mais específicas, tais como as regulamentações elaboradas pelos ministérios para serem submetidas à APN ou seu Comitê Permanente, para deliberação e aprovação. O Conselho de Estado funciona sob o chamado “sistema de responsabilidade” do premiê, isto é, o premiê chefia todos os oficiais de gabinete e funcionários civis e convoca as Sessões Plenária e Executiva. Mas às Sessões Plenárias não se aplica o princípio de “sistema de comitê”. O premiê toma a decisão tendo em vista a discussão, mas não necessariamente se atém a ela, cuja decisão é do Conselho de Estado. O premiê tem de prestar contas à APN.

A inclusão do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) entre as instituições do Estado leva em consideração sua relação histórica com o governo central e o papel atual na vida política. A primeira sessão da CCPPC, em 1949, funcionou na condição de futura APN, ao decidir o nome da nova China, seu sistema de Estado e sistema de governo; ao adotar o programa comum da CCPPC como Constituição provisória e Lei Orgânica do Governo Popular Central; e ao eleger o Governo Popular Central, liderado por Mao Zedong. Desde a primeira reunião da APN e a promulgação da Constituição em 1954, a CCPPC tem funcionado como uma frente única para consulta política e supervisão democrática. A sessão anual da CCPPC coincide com a da APN. Seus perto de 2 mil membros atendem às importantes sessões da APN, inclusive ouvindo o informe de trabalho do governo,

apresentado pelo premiê. Os membros podem dar opiniões e oferecer sugestões em relação a assuntos de Estado. Seu Comitê Permanente é composto de 280 membros, liderados por um presidente e 30 vice-presidentes, que se encontram a cada três meses. Em intercâmbios com outros países, uma instituição similar é em geral o Senado desses países.

3. A Comissão Militar

O mesmo grupo de líderes serve tanto à Comissão Militar Central do Partido Comunista quanto à Comissão Militar Central do Estado. O partido tem seu órgão de comando militar desde a década de 20. Com a fundação da República Popular, em 1949, esse organismo gradualmente evoluiu em conjunto com o partido e o Estado. Como órgão de comando militar do partido, a Comissão Militar Central é eleita pelo Comitê Central. O seu presidente é eleito pela Assembléia Popular Nacional, que também nomeia os vice-presidentes e membros, a serem aprovados pela APN ou seu Comitê Permanente.

A Comissão Central Militar é um dos órgãos de Estado, mas, diferentemente de vários outros países, é em grande parte externo ao braço executivo do Estado. O Ministério da Defesa Nacional é responsável apenas pelas indústrias militares. As Forças Armadas elegem sua própria delegação para as sessões da APN.

4. As Instituições Judiciárias

O sistema judiciário compõe-se de duas instituições básicas: o Supremo Tribunal Popular e a Suprema Procuradoria

Popular. Os líderes de ambas são eleitos pela APN, mas eles exercem uma autoridade equivalente à de um vice-premiê do Conselho de Estado. De fato, a China tem um sistema judiciário em um sentido mais amplo. O Comitê Central do partido tem uma Comissão Central de Política e Lei, e os comitês locais do partido têm comissões semelhantes. A Comissão Central lidera e coordena todas as instituições, desempenhando funções judiciais, inclusive o Supremo Tribunal Popular e a Suprema Procuradoria Popular, assim como o Ministério de Segurança Pública, o Ministério de Segurança do Estado (que essencialmente desempenha funções de contra-espionagem) e o Ministério da Justiça.

De acordo com a instituição, o Supremo Tribunal e a Suprema Procuradoria exercem a autoridade judicial independentemente, sem a interferência de quaisquer setores administrativos, organizações sociais ou indivíduos. Comparada ao princípio de independência do Judiciário no Ocidente, tem suas características próprias. Primeiro, no Ocidente, o Judiciário é independente tanto do Executivo quanto do Legislativo, enquanto o poder jurídico na China é delegado pela APN. O Poder Judiciário não é independente do Legislativo; é independente apenas do Poder Executivo. Segundo, no Ocidente, os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – são paralelos, enquanto na China o poder Legislativo é superior ao Judiciário. Terceiro, na China, a independência do Poder Judiciário refere-se ao Supremo Tribunal ou à Suprema Procuradoria exercendo a autoridade como um coletivo. Isso é diferente do juiz ou do promotor no Ocidente, que exerce a autoridade de forma independente como servidor público individual. Finalmente, e mais importante, o Partido Comunista guia as atividades das instituições judiciais, através

dos procedimentos legais adotados pelos congressos populares, e coordena o trabalho das várias instituições judiciais por meio das Comissões de Política e Lei do Partido. Os juízes e promotores não estão presos ao princípio de neutralidade política, independentemente dos partidos.

II. Os Partidos Políticos e o Sistema Eleitoral

O sistema de partidos políticos na China não é multipartidário nem bipartidário ou unipartidário. A Constituição especifica um sistema de cooperação multipartidária sob a liderança do Partido Comunista. A China tem outros oito partidos políticos,³ que participam do governo e da gerência dos assuntos de Estado. Um importante meio é a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, através da qual esses partidos fazem consultas sobre as principais políticas e questões importantes envolvendo a vida do povo. Eles também desempenham o papel de supervisão democrática, na forma do oferecimento de sugestões e críticas. São partidos que participam do governo para servir o socialismo, em vez de partidos de oposição ou partidos na espera.

Os membros do Comitê Nacional da CCPPC representam o Partido Comunista, os oito partidos democráticos, a Federação de Indústria e Comércio, personalidades democráticas extrapartidárias, a Federação de Sindicatos da China, a Liga da Juventude Comunista e a Federação das Mulheres da China, assim como círculos de agricultura e extrativismo florestal, círculos educacionais, científicos, tecnológicos, sociológicos e religiosos.

A Constituição e a Lei Eleitoral têm os seguintes princípios sobre o sistema eleitoral:

- Todos os cidadãos chineses maiores de 18 anos usufruem do direito de voto e de serem eleitos, não importando a nacionalidade, a raça, o sexo, a profissão, a ancestralidade, o credo religioso, a educação, a propriedade, o tempo de residência, exceto nos casos que tenham sido privados de seus direitos políticos pelos tribunais.
- Os eleitores elegem diretamente os deputados para os congressos populares no nível, e abaixo, dos condados, ao passo que aqueles acima do nível de cantão são eleitos por voto indireto. Mais especificamente, eles são eleitos pelo congresso popular em um nível inferior.
- Os distritos eleitorais não se baseiam na geografia.
- A multicandidatura e o voto secreto são implementados.
- Os procedimentos de revogação e a proteção dos direitos de minorias étnicas.

Desde a fundação da República Popular em 1949, o índice de comparecimento tem estado geralmente estável acima de 90%. Para as eleições nos condados e municípios, onde há eleição direta, o índice nacional de comparecimento foi de 85,88% em 1953, 95,28% em 1981 e 93,58% em 1993.

III. A Relação entre o Partido e o Estado

Até agora temos observado as principais instituições na estrutura política de poder na China, o que torna possível analisar as interações das várias instituições. Sem dúvida, o Partido Comunista ocupa a posição mais proeminente na vida política do país. Embora seja correto afirmar que o Partido Comunista

é o partido governante na China, tal conclusão é insuficiente. Só definindo o partido governante como assumindo a posição de liderança podemos explicar a diferença entre o Partido Comunista Chinês e os partidos no poder no Ocidente.

Do ponto de vista da relação horizontal na estrutura política de poder, podemos observar que o partido governante, tomando a posição de liderança, controla todas as instituições de poder do Estado no Legislativo, no Executivo, no Judiciário e nas Forças Armadas. E também orienta e supervisiona, através de sua rede de organizações centrais e locais, a operação de empreendimentos econômicos de propriedade pública e instituições de prestação de serviço, tais como escolas, hospitais e centros de pesquisa. Comparativamente, o poder de um partido no Ocidente significa que ele controla apenas o Executivo e parte do Legislativo. Sua influência na atuação do Judiciário, nas Forças Armadas ou em algum processo legislativo ocorre através do governo, em vez de por meio do partido em si.

Do ponto de vista da relação vertical na estrutura política de poder, podemos observar que o partido governante, ao assumir a liderança, controla o país assim como cada uma de suas partes componentes, especificamente tanto o poder central como nas localidades. No Ocidente, o partido no poder no âmbito nacional ou federal e em nível estadual ou provincial não é, em muitos casos, o mesmo.

O partido governante, ao assumir a liderança, tem meios de exercê-la mais diretamente sobre todos os aspectos da vida social. Na ordem política de um país ocidental, o partido governante normalmente pode apenas contar com os meios mais indiretos de mobilizar a maioria no Parlamento. Embora tanto um partido comunista de um país socialista quanto um parti-

do ocidental no poder dêem grande importância às eleições como um mecanismo para buscar o apoio público, eles diferem no entendimento básico do processo. O Partido Comunista Chinês ganhou seu *status* de partido governante por meio de longos e árduos confrontos armados. Observando salvar os interesses do proletariado como sua missão histórica, o partido assume a liderança do Estado durante todo o processo do socialismo e não permite que os partidos políticos burgueses partilhem do poder do Estado. Isso o distingue do conceito de oposição e de competição pelo poder de governo por meio de eleições.

Pelo ângulo organizacional, o partido aplica o princípio de centralismo democrático, que requer que os comitês subordinados obedeçam aos superiores e todo o partido obedeça ao Comitê Central. Portanto, de fato, os sete membros do Comitê Permanente do *Bureau* Político dominam o partido e a estrutura de poder do Estado. Esse ponto é refletido em sua manutenção, ao mesmo tempo, de várias instituições do Estado central. Desde o 15º Congresso Nacional do partido, em outono de 1997, até a 9ª Assembléia Popular Nacional, na primavera de 1998, a situação tem sido a seguinte: o secretário geral do partido, Jiang Zemin, também assume a Presidência do Estado e a direção da Comissão Militar Central; Li Peng é o presidente do comitê dirigente da APN; Zhu Rongji é o chefe do Conselho de Estado; Li Ruihuan é o presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês; Hu Jingtao é o vice-presidente do Estado e da Comissão Militar Central; Wei Jianxing é o secretário da Comissão Central de Inspeção Disciplinar e dirigente da Federação de Sindicatos; Li Lanqing é o primeiro vice-premiê.

1. A Relação entre o Comitê Central do Partido, a APN e seu Comitê Permanente

Essa relação pode ser resumida da seguinte forma: o Comitê Central do partido exerce a liderança política sobre o trabalho da Assembléia Popular Nacional; por sua vez, o partido age dentro dos limites da Constituição, elaborada pela APN. Mais especificamente, como o sistema de Assembléia Popular foi estabelecido sob a liderança do partido, este usufrui uma autoridade adquirida como decorrência de sua longa história revolucionária. Os membros do partido formam a maioria na APN e em seu Comitê Permanente, e os deputados não-comunistas geralmente apóiam as decisões da Assembléia. Através de atividades efetivas no processo legislativo, o partido converte sua vontade e sua plataforma em lei e segue os procedimentos firmados para estabelecer um comitê interino da APN que possa expressar as suas vontades. Como uma salvaguarda estrutural, quando a APN está na sessão anual, são organizados comitês temporários com cada delegação do partido para o encontro. Sua missão é mobilizar os membros para implementar as decisões do partido durante a sessão da APN e atingir as metas do encontro por meio de alianças com deputados de fora do partido. O núcleo do partido no Comitê Permanente da APN reúne todos os dirigentes e vice-dirigentes da Assembléia com as do partido, discute e decide sobre as questões principais e de como implementar as propostas do PCCH.

2. A Relação entre o Comitê Central do Partido e o Conselho de Estado

O partido tem também seus representantes no Conselho de Estado e em cada ministério. As relações políticas entre o Comi-

tê Central do partido e o Conselho de Estado podem ser descritas da seguinte forma:

a) Através da APN e seu Comitê Permanente, o Comitê Central do partido converte suas propostas em leis e em decisões adotadas legalmente para implementação pelo Conselho de Estado.

b) Dentro dos limites permitidos pela lei, o Comitê Central do partido e o Conselho de Estado põem em prática, em conjunto, seus pontos de vista ou toma decisões nas questões mais específicas, nas esferas da política, do governo ou da economia e da sociedade. Por exemplo, em 1986, as duas instituições publicaram o “Informe sobre as Questões Relevantes do Estudo da Viabilidade do Projeto Três Gargantas”, requerendo novos estudos e a apresentação de novos informes sobre sua viabilidade.

c) Quando elabora seu informe, o orçamento ou o plano anual de governo para o desenvolvimento econômico e social nacional para apreciação e aprovação pela APN, o Conselho de Estado, em geral, envia também cópia desse informe ao *Bureau* Político do partido para receber opiniões e aprovação.

d) O Comitê Central do partido recomenda os candidatos do Conselho de Estado para a APN ou seu Comitê Permanente, para votação. Além disso, quando o Conselho de Estado considera as nomeações de oficiais ocupando uma posição no nível ministerial, ou acima dele, deve seguir o procedimento para receber a permissão do Departamento Central de Organização do Partido para dar prosseguimento.

3. A Relação Partido-Governo É a Relação Política Básica na China

As duas seções anteriores examinaram os dois aspectos mais importantes da relação entre partido e Estado ou governo. A re-

lação partido-governo como popularmente usada na China, especialmente desde os anos 80, tem uma conotação mais abrangente. Também inclui as relações do partido com a CCPPC, as instituições judiciais, os militares, as várias organizações de massa ou sociais, os empreendimentos econômicos de propriedade pública e instituições de serviço.⁴ Não é exagero que quase qualquer questão política ou econômica na China contemporânea envolva a relação partido-governo em algum grau. Por exemplo, o sistema de funcionalismo do Estado é uma questão do Estado ou do governo. Mas, como a China implementa um sistema em que o Partido Comunista controla os quadros, logo, o sistema de serviço civil não adota a política de neutralidade e vários servidores civis são membros do partido. Portanto, é necessário considerar a relação partido-governo quando se estuda o sistema de funcionalismo.

Várias outras questões que aparentemente nada têm a ver com o partido, como a relação entre as instituições executivas e judiciárias (dentro do ramo judiciário), a relação entre os tribunais e procuradorias, entre as instituições executivas e as organizações de massa ou sociais e entre as instituições executivas e as Forças Armadas, de fato, estão estreitamente ligadas. Elas não são questões da relação partido-governo, mas a utilização não pode ocorrer sem o papel desempenhado pelo partido em termos de liderança e coordenação. Por exemplo, Li Kexiang, primeiro-secretário da Liga da Juventude Comunista, exigiu, em um discurso em 5 de dezembro de 1993, que a Liga melhorasse e expandisse suas “funções sociais e aumentasse seu envolvimento em assuntos com jovens e crianças pelo recebimento de autorização do governo”. Até aqui ele

apenas tocou a relação entre as organizações de massa ou sociais e o governo. Ele continuou afirmando que todas essas exigências deveriam ser consideradas “sob o pré-requisito de insistir em desempenhar as funções políticas da Liga”. Como é largamente conhecido, as funções políticas da Liga envolvem o papel de assistente do partido e de ponte entre o partido e os jovens. Dessa forma, a relação entre a Liga e o governo se torna uma questão da relação entre o partido e o governo.

IV. A Operação do Sistema Político da China: Criação e Implementação de Políticas

Antes do processo de criação e implementação de políticas, incentiva-se a manifestação e a agregação de opiniões. Em outras palavras, no primeiro caso ocorre a contribuição da sociedade para o processo governamental, enquanto no segundo caso dá-se o produto do governo para a sociedade. As duas principais categorias de sujeitos do processo de expressão de opinião são indivíduos e coletividades. Além dessas duas, há também duas categorias principais de expressão de opinião individual, que são os cidadãos e delegados autorizados a participar dos congressos do partido, dos congressos populares e da CCPPC. A expressão de opinião da coletividade se dá de três formas. Em primeiro, as organizações de massa ou sociais institucionalizadas, que incluem os oito partidos democráticos, a Federação de Indústria e Comércio, a Federação de Sindicatos, a Liga da Juventude Comunista, a Federação das Mulheres e os comitês locais do partido e governos. Em segundo, as organizações sociais ordinárias ou não-institucionalizadas, de que fazem parte a Associação de Arte e Literatura, a Associação de Ciência e Tecnologia e o Cír-

culo de Ciências Sociais. Em terceiro, os principais meios de expressão de opinião, incluindo a mídia, grupos religiosos e grupos de empreendedores. Os profissionais da mídia de massa pertencem ao círculo dos intelectuais e têm o dever de expressar a opinião dos intelectuais. Além disso, profissionalmente eles representam a sociedade e o público em geral. A esse respeito, desempenham um importante papel na transmissão das cartas dos leitores para consumo tanto do público como do governo, direcionando essas cartas aos departamentos competentes do partido e governo, e na edição de materiais de referência interna para líderes do partido e governo.

A agregação de opiniões é realizada por meio do mecanismo das reuniões de discussão do partido, de consultas políticas patrocinadas pelo PCCh com outros partidos democráticos e com outras organizações sociais, finalizando com uma sessão plenária do Comitê Central do partido ou do Congresso Nacional.

1. Processo de Criação de Políticas

A criação de políticas na China é um processo complicado, pois envolve mais instituições que em outros países. Geralmente, há um ciclo regular ou periódico de elaboração de políticas e de tomada de decisões sobre questões específicas. Exemplos do primeiro caso são a preparação do informe anual e do orçamento do governo pelo Conselho de Estado para a sessão da Assembleia Popular Nacional e a recomendação e registro pelos líderes do Estado. A decisão sobre a construção da represa das Três Gargantas se enquadra no segundo caso.

O primeiro item da agenda da sessão da Assembléia é o informe do premiê sobre o funcionamento do governo. Após discussão e exame, os deputados da APN votam sua aprovação. Se for aprovado, esse relatório torna-se um documento com poder legal sobre o funcionamento do governo nos cinco anos seguintes ou no ano subsequente. Embora a APN nunca tenha rejeitado um informe do governo desde seu estabelecimento em 1954, em teoria o governo perderá base legal para governar se o supremo órgão de Estado não der seu endosso ao informe. Logo, o Comitê Central do partido, a APN e o Conselho de Estado, assim como o público, dão grande atenção à elaboração e a análise do informe do governo, vendo-o como o programa administrativo do Executivo submetido ao Legislativo.

Desde 1978, o informe tem seguido um determinado procedimento: a escolha de um tema, o esboço, o exame e a aprovação pelo Comitê Central do partido, a solicitação de opiniões, a revisão e sua apresentação ao congresso da APN. Esse procedimento dura três meses. O informe enviado para cada primeira de cinco sessões da APN normalmente contém um resumo dos trabalhos do Conselho de Estado nos cinco anos anteriores e proporá a agenda para os cinco anos seguintes. O informe para as outras quatro sessões da APN trata das realizações do ano anterior e as previstas para o ano vindouro.

Esse processo tem início no mês de dezembro de cada ano. O premiê convoca e recebe os membros dos grupos de planejamento e os instrui sobre a estrutura e os temas principais do informe. Em um mês, o grupo apresenta um esboço com base em duas ou três versões revisadas. Após o premiê avaliar esse esboço, sentença por sentença, e comentá-lo e oferecer instruções, o grupo irá trabalhar em uma nova versão para discussão.

O premiê irá convocar uma reunião do Conselho de Estado para discutir e examinar essa nova versão. Os participantes dão suas sugestões para revisão e a aprovam por princípio. Esse é o passo essencial antes que a versão para discussão possa ser submetida ao *Bureau* Político do Comitê Central do partido. O fato de o Conselho de Estado submeter o informe ao mais importante órgão do partido antes de enviá-lo à APN reflete a posição de liderança do PCCh sobre as ações do governo. Isso também mostra que a criação de políticas na China contemporânea baseia-se no processo de agregação de opiniões, coordenado pelo partido. Desde 1982, com a promulgação da nova Constituição, o Comitê Central tem participado da análise das ações do governo, incluindo o informe de trabalho do governo, com a tomada democrática de decisão interna do partido. O exame do informe do governo é conduzido coletivamente pelo *Bureau* Político, ao invés de por um líder supremo, como Mao Zedong costumava fazer. O partido também suspendeu o velho método de esboçar diretamente o informe de governo ou presidir os procedimentos da Assembléia no exame do informe. Após esse processo, o grupo de planejamento, em conjunto com o premiê, trabalhará na versão final, de acordo com as opiniões solicitadas.

Em torno de um mês, antes da sessão da APN, buscará opiniões em maior escala. O premiê irá convocar o encontro plenário Conselho de Estado e demandar sugestões dos ministros para revisar ou melhorar essa versão do informe, dentro de uma semana. Ao mesmo tempo, o Conselho de Estado enviará a versão para as províncias, regiões autônomas e municipalidades administradas pelo governo central, para comentários.

Depois disso, o Departamento Central da Frente Única do PCCh convocará uma discussão com cerca de 100 repre-

sentantes dos partidos democráticos, organizações sociais, grupos religiosos e personalidades apartidárias. Enquanto isso, a versão para solicitação de opiniões é enviada ao Comitê Permanente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês para comentários.

O premiê irá também convocar vários encontros para ouvir as opiniões dos líderes das organizações locais. É costume organizar encontros separados com os representantes da indústria e agricultura, educação, ciência e tecnologia, artes e literatura e política e direito.

Finalmente, o *premiê* irá trabalhar na versão oficial a ser apresentada à Assembléia. Ele irá enviar o informe à sessão anual da APN, solicitar que os deputados examinem e aprovem o relatório e também pede comentários dos membros do Conferência Consultiva.

O procedimento de exame pela APN incluem: cada delegação discute o informe nas sessões plenárias e nos encontros de grupo. O secretariado da sessão anual coleta e seleciona os comentários e as sugestões de cada delegação e relata para o *Presidium*. O secretariado também apresenta comentários e sugestões para o Conselho de Estado, para possíveis revisões ou adendos. Com base nas opiniões dos deputados e nas sugestões do *Presidium*, o secretariado prepara um esboço de resolução da Assembléia sobre o informe de trabalho do governo e o envia a cada delegação. Fundamentado nas discussões das delegações, o secretariado revisa o esboço de resolução de acordo com os requerimentos do *presidium*. Após o *presidium* examinar o esboço de resolução, ela é enviada para a sessão da APN para votação. Enquanto os deputados da Assembléia examinam o informe, o premiê apresenta o informe considerando opiniões

dos deputados e dos membros da Conferência Consultiva e dos requerimentos do *presidium* do encontro da APN. Ao menos 100 revisões de cada informe foram feitas nos últimos anos, antes de a APN iniciar sua votação. Só depois de sua aprovação, o texto completo do informe é publicado. Por essa ocasião, o plano concebido pelo governo se torna a política básica aprovada pelo supremo órgão de poder do Estado.

O processo de tomada de decisões sobre a nomeação de dirigentes tem sido um atraente tópico de pesquisa para especialistas chineses, após a publicação do sistema de nomenclatura do Partido Comunista no começo dos anos 80.⁵ Comparadas com as decisões no plano da economia nacional e do desenvolvimento social, do orçamento do Estado etc., as decisões sobre pessoal não apenas são sérias questões de política *per se*, mas também têm grande impacto sobre o funcionamento das instituições do partido, do Estado e sociais. A posição dominante do PCCh na vida política é garantida, em grande parte, pelo princípio do controle dos quadros pelo partido. O conceito de quadros é tão abrangente que pode ser vagamente explicado como todos os empregados assalariados exceto trabalhadores e camponeses. O Comitê Central do partido e seu Departamento de Organização controlam o processo de seleção e gestão dos quadros. Desde 1978, o sistema de frentes tem sofrido amplas reformas. Uma tendência tem sido mover-se rumo à legalização. A recomendação, a eleição e a nomeação de indicados políticos têm sido conduzidas de acordo com a Constituição. Em 1993, o sistema de serviço civil do Estado foi estabelecido para os antigos quadros que trabalhavam no ramo executivo do governo. Sistemas de gerência similares foram criados para os quadros ou unidades operacionais nas instituições legislativas, judiciárias e de serviço.⁶

Nos primeiros anos da República Popular, todos os quadros, exceto os oficiais militares, eram dirigidos pelo Comitê Central do partido e pelos Departamentos de Organização de comitês do PCCh em todos os níveis. Em 1953, um sistema separado de gestão de quadros foi introduzido, devido às exigências da construção econômica e à expansão das fileiras das frentes. Esse novo sistema baseava-se nos departamentos funcionais. Sob a liderança dos Departamentos de Organização centrais e locais do partido, outros departamentos do PCCh foram autorizados a dirigir quadros em seus respectivos campos. Por exemplo, os Departamentos de Propaganda do PCCh dirigem os quadros em instituições culturais, educacionais e de mídia. Os Departamentos de Trabalho dirigem os quadros nos partidos democráticos, em algumas organizações sociais e em grupos religiosos.

Em 1980, o Departamento Central de Organização do partido instalou o sistema de quadros de gerência em dois níveis inferiores. Depois, esse sistema foi reduzido ao nível subordinado imediato em 1984, dando aos líderes de governo maior poder sobre a nomeação de seus subordinados diretos.

No nível central, todos os funcionários do governo e do Estado no Conselho de Estado, na APN, na CCPPC, no Supremo Tribunal Popular, na Suprema Procuradoria Popular e na Comissão Militar são quadros do partido. Eles têm a dupla identidade de quadros do PCCh e do Estado. Os líderes do Comitê Central controlam sua nomeação, cujo processo pode ser dividido nos seguintes estágios:

- 1) O *Bureau* Político e seu Comitê Permanente presidem a longa deliberação e o trabalho preparatório. Embora as decisões específicas sobre a indicação de pessoal para as instituições do Estado sejam feitas em questão de poucos meses, a liderança

do partido tem um plano de longo prazo. No final dos anos 70, o PCCh introduziu o conceito de formação de gerações. Os velhos líderes, que logo se aposentariam, formaram a primeira geração. Os quadros no ápice da vida formariam a segunda geração. As da terceira geração eram os de meia-idade ou jovens que seriam selecionados para promoção no devido tempo. Uma década depois, o conceito caiu em desuso, mas a prática de manter quadros de reserva continua até o presente. A partir de 1982, quatro congressos nacionais do partido foram realizados seis meses antes das sessões da APN. Quando se decidia a composição do *Bureau* Político e seu Comitê Permanente, discutia-se a nomeação das posições de chefia do Estado. Na verdade, o Comitê Central do partido criava um grupo temporário para a indicação de pessoal da APN e da CCPPC.

2) O Comitê Central do PCCh consulta os partidos democráticos, as organizações sociais e personalidades apartidárias. Comumente, um pequeno encontro é organizado para ter contato com a base antes de o *Bureau* Político decidir a lista de candidatos a serem recomendados para a Assembléia e a Conferência Consultiva. A lista será enviada às organizações e indivíduos já mencionados para consulta formal e, mais tarde, será submetida a uma sessão plenária do Comitê Central do partido, para aprovação.

3) A Assembléia Popular Nacional elege ou nomeia os líderes de várias instituições do Estado, com base na lista de candidatos recomendados pelo partido. O *Presidium*, reunido na APN, vai oferecer, em seu próprio nome, a lista de candidatos, juntamente com o *curriculum vitae* de cada um, delegações, para discussão e consulta. Diferentemente da pressuposição de que tais discussões são superficiais, os deputados têm a autori-

dade de fato para fazer mudanças. Por exemplo, a primeira sessão da 6ª APN, em 1983, gastou cinco dias, com 113 grupos, deliberando sobre a lista. Eles requereram acrescentar outro vice-presidente da APN, vindo da área de ciência e tecnologia, e dois membros do Comitê Permanente da APN, vindos dos grupos étnicos Mongol e Zhuang. O *Presidium* discutiu os pedidos e decidiu, após consultar os líderes de cada delegação, adotar as duas sugestões. A lista oficial de candidatos foi enviada para a sessão da APN em nome dos líderes de Estado que têm o direito de nomear os candidatos, de acordo com a Constituição ou a lei.

Desde a primeira sessão da 7ª APN, em 1988, o método de eleição de multicandidato tem sido adotado, embora a lei não requiera especificamente que assim o seja. Nesse ano, para a eleição dos membros do Comitê Permanente, 144 candidatos foram nomeados para 135 postos. Há uma distinção entre eleição (*xuanju*) e votação (*biaojue*). A seleção dos membros do Comitê Permanente cai na primeira categoria, enquanto a decisão sobre o premiê do Conselho de Estado pertence à segunda categoria. Na primeira, os candidatos são nomeados pela APN, ao passo que na segunda o candidato, por exemplo, o premiê, é nomeado pelo líder (nesse caso, o presidente) com o poder de nomear. Para a primeira categoria, os deputados podem votar a favor ou contra ou se abster ou ainda inscrever o nome de candidatos. Na segunda, eles não podem indicar candidatos. Logo, se o candidato indicado não consegue se eleger, quem o indicou deve apresentar outro nome até que se preencha o posto. Os resultados da eleição são anunciados imediatamente, e o presidente trata dos procedimentos de nomeação necessários.

2. Processo de Implementação de Políticas

Os processos de criação e implementação de políticas estão fortemente relacionados, sem uma linha divisória clara. No tocante ao Comitê Central do partido e à APN, todas as medidas tomadas pelo Conselho de Estado podem ser caracterizadas como implementação de política. Mas, por sua vez, esta significa a criação de políticas vistas do ângulo dos ministérios e dos governos locais.

Antes que direcionemos nosso foco ao Conselho de Estado, é necessário notar que há uma enorme rede de implementação de políticas dentro do Partido Comunista. Além dos órgãos centrais de liderança do Comitê Central – o *Bureau* Político e seu Comitê Permanente –, há quatro outras instâncias de implementação de políticas: as organizações locais do partido; os departamentos do Comitê Central;⁷ as organizações de massa ou sociais;⁸ e os núcleos e comitês do partido no poder do Estado e nos órgãos administrativos. Durante os 10 anos da Revolução Cultural, terminada em 1976, essas instituições monopolizaram quase todas as funções de implementação de políticas tanto do partido como do Estado, sob a diretriz da liderança unificada do partido sobre toda a sociedade. Desde o histórico Terceiro Plenum do 11º Comitê Central do partido, em 1978, o PCCh tem enfatizado a necessidade de operar dentro dos limites da Constituição e da lei. Como resultado, o Comitê Central e os comitês locais cederam o poder de implementação de políticas de volta aos governos, aos tribunais e às procuradorias, ao mesmo tempo que era fortalecida a liderança do partido.

A rede de implementação de políticas do Conselho de Estado é a maior delas. Seus principais componentes são os mi-

nistérios e os governos locais. As organizações sociais, as instituições de políticas e judiciárias e o Exército de Libertação Popular apóiam os governos na implementação de políticas. As funções de implementação de políticas do Conselho de Estado podem ser descritas nas seguintes sete atividades:

- a) orientação na formulação de regulamentos administrativos, na política macroeconômica e nos planos de desenvolvimento social;
- b) serviço provido às localidades, várias realizações sociais, desenvolvimento econômico e vida diária do povo;
- c) coleta de fundos e serviço de trabalho, incluindo taxa-ção e serviço militar;
- d) redistribuição nacional;
- e) coordenação de várias relações, especialmente as relações horizontal e vertical entre ministérios e departamentos e governos locais;
- f) uso de medidas coercitivas; e
- g) reconhecimento de honrarias e prêmios.

Com a prática, nos últimos mais de 50 anos o partido e o governo estabeleceram determinados procedimentos para a implementação de políticas que podem ser resumidos como os seguintes oito métodos:

- 1) Transmitir ou passar adiante as diretivas do centro político para os níveis inferiores especificados. Se os quadros e trabalhadores ordinários são instruídos, é chamado o esforço de publicidade. Em qualquer caso, isso toma a forma de encontros. A cada ano, funcionários do governo e do partido de todos os níveis dedicam grande parte de seu tempo de trabalho para os vários encontros. O propósito é “unificar o pensamento e a ação dos quadros e das pessoas comuns” e mobilizar as massas para responder ao chamado

da cúpula do partido. A transmissão das diretivas, seja por documentos ou por encontros normalmente, começa com os oficiais seniores e então as frentes ordinárias e o trabalho interno do partido precede àquele externo a ele.

2) Fazer experimentos em umas poucas áreas selecionadas, de modo a testar a factibilidade da política e ganhar experiência para a implementação popular. Desde 1978, experiências têm sido postas em prática, visando à ampliação da autonomia de empreendimentos econômicos, à reforma extensiva da gerência urbana, à separação das funções do governo e do partido, ao estabelecimento do sistema de serviço civil, à conversão de lucros em impostos, à eleição direta de deputados para Assembléia Popular ao nível dos cantões, à campanha de retificação do partido etc. Não é exagero dizer que cada programa de reforma foi precedido de experimentações. Muito esforço foi despendido na seleção de locais para essas experiências. As considerações básicas são que elas devem ser representativas; por exemplo, que tipo de província, rural ou industrial, no sul ou no norte, densa ou esparsamente povoada e economicamente mais desenvolvida ou menos desenvolvida. A prática de dar apoio especial material e em força de trabalho para áreas exclusivas, como durante a Revolução Cultural, tem sido eliminada em nome do jogo limpo. Uma comparação é feita entre a unidade do experimento e a unidade de referência, sem interferência externa. Uma avaliação ou um exame mais objetivo é garantido pela aplicação de métodos científicos de coleta e processamento de dados.

3) Elaborar um plano para implementação popular fundamentado na experiência ganha quando de sua implementação. Esse passo vai proceder à análise do espírito e dos princípios

básicos da política em questão e decidir o propósito e as tarefas. Os vários fatores que podem influenciar a realização do plano são previstos. O prazo e o orçamento são também incluídos.

4) Estabelecer um grupo de liderança. No nível central, normalmente um membro do *Bureau* Político ou um vice-premiê ou um conselheiro de Estado assume a chefia do grupo, e os ministros ou chefes de departamentos do partido servem como membros. O departamento ou ministério que é mais relevante para a questão política é responsável pelos assuntos diários do grupo de liderança. Normalmente, o líder e membros do grupo usam a autoridade de suas posições. Se necessário, é dado a eles poder adicional quando da criação do grupo. Em vários casos, são criados gabinetes temporários ou novos para a implementação da política principal (por exemplo, o combate aos produtos de áudio e vídeo pornográficos e ilegais).

5) Designar funcionários para cada tarefa, com responsabilidades claramente definidas. As avaliações são feitas periodicamente, assim como os ajustes necessários são aplicados.

6) Direcionar todos os departamentos e funcionários no esforço de implementação. Comparado com a criação de políticas, direcionar a implementação é mais técnico. É um ato administrativo. Atualmente, a liderança coletiva é preferida à autoridade individual.

7) Coordenar os vários departamentos e funcionários para sincronizar as ações. Isso é normalmente conduzido através de encontros e do meio informal das interações do líder com os funcionários responsáveis.

8) Resumir o trabalho ao fim do ciclo de implementações. Essa condição, para as autoridades superiores – incluindo as do Comitê Central do partido, da APN e do Conselho do Estado

–, é importante para que eles possam fazer uma observação geral sobre a criação e implementação de políticas. Isso é um instrumental para aperfeiçoar a criação de políticas.

V. A Reforma Estrutural Política: uma Questão Sensível

As reformas iniciadas por Deng Xiaoping, na China, em 1978, trouxeram profundas mudanças em todas as esferas da vida social, incluindo a economia, a política e a cultura. As opiniões diferem quanto à avaliação da reforma política. Alguns alegam que ela ficou para trás em relação à reforma econômica. Outros rebatem, afirmando que ela também fez progresso concreto. Mas geralmente se concorda em que, comparada com a reforma econômica, a reforma política precisa ser mais definida e os seus programas esmiuçados. Com a meta de estabelecer um sistema econômico socialista de mercado protegido pela Constituição e acompanhado de uma série de medidas periódicas, a reforma econômica foi posta em um curso definido. Espera-se que o 16º Congresso Nacional do partido, em 2002, faça o mesmo pela reforma política.

1. As Deficiências da Pré-Reforma da Estrutura Política

Como é largamente sabido, antes de 1978 algumas deficiências existiam na estrutura política da China que impediam o desenvolvimento econômico e social.

Em primeiro lugar, a superconcentração do poder refletia-se em vários aspectos. Os comitês do partido tomavam as funções do governo em suas próprias mãos, enquanto este dirigia diretamente os empreendimentos econômicos. O centro monopolizava funções locais. Os departamentos do partido e

do governo também desempenhavam funções das organizações de massa e sociais. O poder era concentrado nas mãos de uns poucos líderes e até mesmo na pessoa única do secretário do partido. Os líderes, sobrecarregados, tendiam a tornar-se burocráticos e cometer erros, ferindo a vida democrática interna do partido, o princípio de liderança coletiva e o sistema de centralismo democrático. Esse fenômeno, antes, estava relacionado ao feudalismo na China tradicional e, mais recentemente, ao mal-entendido de que o socialismo e o sistema de administração planejada exigiam a aplicação de um sistema altamente centralizado para a economia, a política, a cultura e toda a sociedade.

Em segundo, a organização com excesso de pessoal e gabinetes redundantes foram conseqüências inevitáveis da superconcentração do poder. O gerenciamento superdetalhado requeria mais e mais gabinetes e pessoal. A natureza auto-expansiva das organizações burocráticas reforçou esse círculo vicioso.

Em terceiro, a vitaliciedade dos dirigentes e falhas na direção racional do sistema de quadros resultaram no envelhecimento das fileiras dos quadros, em mecanismos insuficientes para encorajar pessoas trabalhadoras e talentosas e em meios corruptos de indicação e promoção de frentes.

Em quarto, a negligência na promoção do sistema democrático e legal resultou no desastre da Revolução Cultural. Todos esses fatores tornaram-se impedimentos à estabilidade social e ao desenvolvimento econômico.

Para superar essas deficiências, Deng Xiaoping fez o importante discurso intitulado “A Reforma do Partido e o Sistema de Liderança do Estado”, em 1980, que é largamente visto como a declaração da reforma política. Daí em diante, tentati-

vas e experimentos foram feitos para reformar os sistemas de liderança e de quadros, simplificando os gabinetes do governo e separando o governo dos empreendimentos econômicos. A maioria dos quadros veteranos se aposentou, muitos dos quais haviam servido nas Comissões de Aconselhamento do partido nos níveis central e provincial. Sob o princípio de “mais revolucionário, idade média mais jovem, mais educados e mais profissionais”, um grande número de quadros jovens e de meia-idade foi promovido a posições de liderança no partido e no governo. O Conselho de Estado reduziu o número de ministérios e gabinetes de 100 para 61, em 1982. O sistema de responsabilidade de direção foi introduzido nos empreendimentos. Com base nesses experimentos, o 13º Congresso Nacional do partido endossou os programas extensivos de reforma política em 1987.

2. Os Objetivos de Curto e Longo Prazos da Reforma Estrutural Política

Os programas definiram o objetivo a longo prazo: como estabelecer um sistema político socialista que seja altamente democrático, legalizado, eficiente e cheio de vitalidade. O objetivo a curto prazo é criar um sistema de liderança que conduza à melhora da eficiência e vitalidade e trazer a iniciativa geral em ação. Para esse fim, o Congresso adotou sete medidas: separou o partido do governo, delegou maior poder aos níveis inferiores, simplificou gabinetes do governo, reformulou o sistema de quadros e pessoal, introduziu o sistema de consulta e diálogo, melhorou certos sistemas da política democrática socialista e reforçou a construção do sistema legal socialista.

O 14^o Congresso Nacional do partido, em 1992, requereu que se promovesse “ativamente a reforma estrutural política, de acordo com as exigências da democratização e da legalidade”. Enfatizou que “sem democracia e sem um governo legal não haverá socialismo e modernização socialista”. Listou um número de requisitos necessários para um maior avanço do sistema de congresso popular, o sistema de cooperação multipartidária e consulta política sob a liderança do Partido Comunista, perseverando e melhorando o sistema de autonomia regional nas áreas de minorias étnicas, promovendo a criação de políticas de forma democrática e científica, promovendo a democracia das localidades, estabilizando e melhorando o mecanismo de supervisão, inclusive a supervisão da opinião pública, avançando o trabalho legislativo, especialmente a legislação econômica, e melhorando a manutenção da lei e da ordem social. Também decidiu implementar uma reforma administrativa mais abrangente centrada na transformação das funções do governo, para adequar-se às necessidades do estabelecimento de uma economia de mercado socialista. O comando direto do governo sobre empreendimentos econômicos seria suspenso e a ênfase deveria ser colocada na macrorregulamentação da economia. Com o endosso, o sistema de serviço civil foi finalmente estabelecido em 1993, após uma década de preparações.

O 15^o Congresso Nacional do partido, em 1997, confirmou a plataforma básica do primeiro estágio do socialismo, incluindo metas básicas e ações para promover a política socialista com características chinesas. O foco foi definido como incluindo a ampliação da democracia socialista, a melhora do sistema legal socialista, governando o Estado de acordo com a lei, e a construção de um Estado socialista sob o governo da lei.

Reiterou o princípio, como colocado nos dois congressos anteriores, de que a reforma política buscava melhorar o sistema político básico da China, rejeitando os sistemas multipartidários e de freios e contrapesos do Ocidente.

Em 1^o de julho de 2001, o secretário geral do partido, Jiang Zemin, fez um importante discurso para marcar o 80^o aniversário da fundação do PCCh, no qual expôs sua teoria de “três representações”, segundo a qual o partido devia sempre representar as forças produtivas mais avançadas na China, representar a orientação de desenvolvimento da cultura mais avançada da China e representar os interesses fundamentais nos termos mais amplos.⁹ Para esse fim, ele pediu pelo “fortalecimento da base de classe do partido, alargando a base de massa do partido e aumentando a influência social do partido”. Um movimento de significado de longo alcance é o de que aos homens de negócios individuais e donos de empreendimentos privados será permitido ingressar no partido. Ele clamou pelo desenvolvimento da democracia interna no partido, para promover a democracia popular. Os direitos do povo – de eleição democrática, tomada democrática de decisões, administração democrática e supervisão democrática – seriam garantidos. Espera-se que essas novas idéias do discurso se tornem a nota fundamental de seu informe político para o 16^o Congresso Nacional do partido, em 2002.

3. Os Principais Pontos da Reforma Estrutural Política

Os três grupos básicos de relações no sistema político da China, centrado no Partido Comunista como partido governante, são a relação interna do partido, a relação partido-governo e a relação partido-sociedade. Por um lado, o estabele-

cimento gradual do sistema econômico de mercado socialista precisa da tutela e do empurrão do sistema político. Por outro, eles também influenciam e causam impactos no sistema político. Os requerimentos da modernização e do desenvolvimento pedem por uma aceleração do ritmo da reforma política e o manuseio correto ou a coordenação das três relações. Dessa forma, espera-se que um ambiente político estável possibilite a implementação das reformas e da abertura ao mundo exterior, que um sistema de ajuste político prático e eficiente deva ser estabelecido para promover o contínuo e coordenado desenvolvimento social e econômico e que as relações e estruturas de poder político retrógradas sejam transformadas em novas forças sociais para participar da política. O objetivo é atingir a transformação política na China, de modo realizar a política socialista democrática que seja adequada ao mercado socialista.

a) A Promoção da Democracia Interna do Partido

Em retrospecto, a partir do nosso ponto de observação atual, a profunda transformação social que a China sofreu nas duas últimas décadas foi iniciada pela 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do partido, em 1978, quando o partido decidiu virar as costas à diretriz do conflito de classes e concentrar-se na modernização econômica. Essa transformação significou mudanças nos modos de produção e vida da sociedade. As reformas têm promovido a transição de uma sociedade agrícola tradicional para uma sociedade industrial moderna, de sociedade rural para sociedade urbana, de sociedade isolada para sociedade aberta, de uma monossociedade para uma sociedade plural e de sociedade patriarcal e ética para

a sociedade contratual e legal. O desenvolvimento econômico e a mudança do paradigma social inevitavelmente levam à transformação dos conceitos sociais, à reorganização das relações sociais, à diversificação de interesses e ao surgimento de novas classes e estratos sociais. Todos eles afetam a estrutura política existente, induzem a problemas políticos, empurram a mudanças do paradigma social e levam ao estabelecimento da política socialista democrática com características chinesas. Sob esses antecedentes, relacionamos seis questões dignas de nota.

1) *A relação entre o corpo do partido e a reforma da estrutura política.* No sistema político da China, centrado no partido governante, o Partido Comunista é o mais profundamente integrado com o todo da estrutura política. No processo de reforma, desde 1980, devido ao desvio no entendimento e à desconexão das medidas de reforma seguintes, a reforma estrutural política tem sido afligida por duas tendências extremas. Uma nega e opõe-se ao papel do partido governante como introdutor da reforma política. A outra evita ou renega a reforma política, enfatizando a liderança do partido e, mesmo, tendendo à restauração da velha prática da liderança unificada do partido. A posição correta, acredita-se, é coordenar o esforço de reforçar a liderança do partido e a implementação dos programas de reforma política. Os dois devem apoiar e promover um ao outro.

2) *A relação entre a manutenção da autoridade central e a entrada em cena da iniciativa do povo.* Para implementar as reformas e promover o desenvolvimento econômico em um país tão grande e populoso como a China, deve haver um coletivo de liderança obedecendo a uma autoridade central. Isso é ainda

mais necessário em um tempo em que o localismo e a descentralização estão ganhando corpo. Tal autoridade, porém, deve submeter-se a um modelo legal moderno. Mao Zedong e Deng Xiaoping foram líderes carismáticos, embora na era de Deng o culto à personalidade já houvesse sido abandonado com a lição da Revolução Cultural e o povo visse racionalmente as idéias e o comportamento dos líderes. A geração atual de líderes tem o dever de alcançar esse processo de transição. A formação da nova autoridade racional e legal depende da norma legal correta e do arranjo institucional, assim como de medidas efetivas. Tal nova autoridade deve ser aceita apenas no ambiente democrático e por meios democráticos. E deve conduzir a entrada da iniciativa do povo em cena.

3) *A relação entre a consolidação das organizações locais do partido e o estabelecimento do sistema moderno de empreendimentos.* Como o estabelecimento do sistema moderno de empreendimentos foi escolhido como referencial para a reforma dos empreendimentos estatais, um problema tem ocorrido em relação ao corpo do partido nos negócios. Alguns sugerem que no tipo moderno de empresas o corpo de diretores, a assembleia de acionistas e os conselhos de supervisão devem substituir os atuais congressos do partido e o encontro dos representantes dos trabalhadores e sindicatos. A decisão do partido requer, no entanto, que se mantenham suas organizações nas empresas reformadas. Explica-se que elas são as organizações políticas estabelecidas de acordo com a lei e o estatuto do partido, em lugar dos gabinetes de gerenciamento das empresas. Portanto, elas não estão acima da estrutura de poder empresarial ou subordinadas a ela. Elas desempenham o papel de núcleo de liderança política independente e garantem a implementação das principais diretrizes e políticas do partido através

de participação na tomada de decisões empresariais e da conduta exemplar dos membros do partido.

4) *A relação entre a prática de cultivar e selecionar quadros e a operação do sistema de serviço civil.* Criar um sistema de pessoal que conduza à pronta promoção de frentes jovens e talentosas é a principal tarefa do trabalho de organização do partido e a meta de estabelecer o sistema de serviço civil do Estado. Com esse entendimento, é determinado que os métodos de controle de quadros pelo partido devem ser melhorados e, ao mesmo tempo, que sigam os princípios do partido. Dos comitês do partido e seus departamentos de organização requer-se que coordenem seu trabalho de selecionar, recomendar e apontar quadros conforme as regras de administração específicas do sistema de serviço civil.

5) *A relação entre enrijecer a disciplina do partido e garantir os direitos de seus membros.* Isso não é fácil de se cuidar na prática, embora não seja um problema na teoria. Estar alinhado com o partido ideológica e politicamente é uma exigência disciplinar básica aos membros do partido. Mas, nos movimentos ideológicos dos anos 50 e 60, algumas lideranças usaram isso como pretexto para suprimir as opiniões discordantes e perseguir oponentes. Contra tais antecedentes, o Comitê Central do partido formulou os “Regulamentos de Garantia dos Direitos dos Membros do Partido”, em 1995. Em discurso recente, Jiang Zemin falou sobre as medidas para promover a democracia interna no partido.¹⁰ Os canais serão alargados de modo a aumentar o conhecimento sobre as questões e a alargar a participação dos membros nos assuntos do partido. Todas as questões principais serão levadas aos membros para discussão. Mecanismos devem ser estabelecidos para garantir que as idéi-

as dos membros comuns e organizações dos níveis mais baixos sejam repassadas aos níveis mais altos. Os encontros plenários dos comitês do partido devem desempenhar o papel esperado e os procedimentos de tomada de decisão do comitê interino devem ser melhorados. Todas as grandes decisões devem ser tomadas após extensa discussão dos comitês do partido, ao invés de apenas pelos secretários.

6) *A relação entre a democracia interna do partido e a democratização do Estado.* Ambas são componentes básicos da democracia socialista. A primeira, como um tipo de sistema político partidário, é corporificada na Constituição e no estatuto do partido. A democracia do Estado é expressa na constituição e nas leis do Estado. Devido a condições diferentes, as duas não são capazes de sincronizar-se em termos de estágio e extensão de desenvolvimento. Como o Partido Comunista é o partido governante na posição de liderança, sua democracia interna é de grande importância para a democracia socialista e determina o grau de democracia no Estado. Portanto, Jiang Zemin clama por promover a democracia do Estado através do desenvolvimento da democracia interna do partido.

b) A Regulamentação da Relação Partido-Governo

Uma prioridade da reforma política é ajustar devidamente a relação partido-governo, objetivando superar as deficiências da superconcentração de poder, as tendências de substituição do governo com o partido, a sobreposição de gabinetes e funções e confusão nos poderes e nas responsabilidades. Desde quando a reforma política foi posta na agenda, nos anos 80, começaram a ser feitas tentativas no sentido de conduzir as rela-

ções partido-governo. No começo, a ação foi direcionada para “a divisão do trabalho entre partido e governo”. Mais tarde, percebeu-se que isso não era suficiente e a tarefa de “separação do partido do governo” foi posta adiante. A razão é que a divisão do trabalho é usualmente entendida como afetando a relação que ocorre entre o líder responsável por assuntos do partido e o líder do partido, que está a cargo dos órgãos de poder do Estado. Esse tipo de sistema de divisão do trabalho e de responsabilidade nada mais é do que um método de trabalho. Ele falha em distinguir as diferentes naturezas e funções da organização do partido e dos órgãos de poder do Estado sob o ângulo do todo do sistema de liderança. Em comparação, o conceito de separar o partido do governo leva em consideração a diferente natureza dos dois e suas diferentes características em termos de funções e sistema de organização. Em outras palavras, a divisão de trabalho nada mais faz que reforçar a estrutura existente, enquanto a separação dos dois requer a reforma da estrutura.

O informe político ao 13º Congresso Nacional do PCCh, em 1987, fez uma exposição sobre a separação entre o partido e o governo em seis aspectos:

- a) A chave para a reforma estrutural política era a separação do partido do Estado, o que significa a separação de suas funções.
- b) Como o partido lidera o povo na elaboração da Constituição e das leis, o partido deve operar dentro dos limites estabelecidos pela Constituição e as leis.
- c) A liderança do partido é a liderança política que é refletida na decisão sobre os princípios políticos, a orientação e as políticas principais, assim como na recomendação de líderes para os órgãos de poder do Estado.

- d) A liderança política do partido sobre os assuntos de Estado é exercida pela transformação das propostas do partido na vontade do Estado através do processo legal e na condução do povo para realizar as diretrizes, os princípios e as políticas do partido pelos atos exemplares de membros do partido.
- e) O partido e os órgãos de poder do Estado diferem quanto à natureza, às funções, às formas de organização e aos métodos de trabalho. O sistema de liderança do partido deve ser reformulado. As funções das organizações do partido e dos órgãos de poder do Estado devem ser claramente definidas. E a relação do partido com a Assembléia Popular Nacional, os governos, as instituições judiciais, as organizações sociais, as empresas e as instituições de serviço deve ser suavizada para que cada uma possa desempenhar suas próprias funções e responsabilidades. Tais relações devem ser regulamentadas.
- f) À luz da diferente situação nos níveis central, provincial e local, a separação do partido em relação ao governo pode tomar diferentes formas.

Contudo, após 1989, esses princípios-guia não foram aplicados. O Comitê Central do partido enfatizou novamente sua posição de núcleo de liderança e o papel das organizações do partido. Como resultado, o sistema original de liderança, que não distinguia partido e governo, foi parcialmente restaurado. O novo estatuto do partido, aprovado pelo 14º Congresso, em 1992, não adotou a expressão usada pelo informe político para os congressos anteriores, de que a liderança do partido não significava mais que a liderança política. Em vez disso, decidiu

que essa liderança se referia à liderança política, ideológica e de organização. O estatuto do partido acrescentou pontos adicionais sobre as responsabilidades e os papéis das várias organizações locais do partido. Os comitês no nível das ruas, das cidades e dos municípios rurais, assim como os ramos do partido nas vilas deveriam liderar o trabalho das áreas referidas e apoiar e garantir que as organizações administrativas, econômicas e autônomas de massa exercessem plenamente suas respectivas funções. As organizações locais do partido nas empresas estatais deveriam desempenhar um papel de núcleo de liderança. Mais importante, estipulou que os grupos de núcleo do partido poderiam ser estabelecidos nos órgãos de poder central e local do Estado, sociais, econômicas, culturais e outras organizações não-partidárias responsáveis por discutir e decidir as principais questões de seus respectivos órgãos.

Juntamente com toda a concentração do partido na construção econômica após 1992, vários lugares suspenderam as experiências de separar partido e governo e implementaram a fusão dos dois. Há os seguintes modelos diferentes:

1) *Modelo de não-distinção entre partido e governo.* Embora tenham sido realizadas melhorias no velho modelo de liderança unificada do partido, sua relação não está claramente definida. Como resultado, os departamentos e funções do partido e governo se sobrepõem e os dois restringem e interferem um com o outro.

2) *Os dois combinam em um modelo.* Em algumas cidades médias e pequenas mais corajosas, a maioria dos gabinetes do partido foi abolida e mesclada com os departamentos administrativos correspondentes. As grandes decisões nas questões políticas e sociais e nos assuntos administrativos foram tomadas

ou resolvidas por gabinetes mistos partido-governo. Apenas um mínimo de gabinetes e dirigentes do partido foi mantido para cuidar de assuntos internos do próprio partido.

3) *Modelo de transição*. Situa-se no meio do caminho entre os dois modelos acima, em que apenas os departamentos responsáveis por questões sociais foram abolidos, enquanto os principais departamentos foram mantidos e fortalecidos.

4) *Modelo de cooperação partido-governo*. Os departamentos do partido e do governo desempenhando funções similares são reunidos. O mesmo grupo de funcionários trabalha sob o nome de dois gabinetes. O Departamento de Organização do partido e o *bureau* de pessoal do governo são um exemplo dessa unificação, assim como a junção do Departamento de Inspeção Disciplinar do partido e do Departamento de Supervisão do governo.

Isso mostra que a reforma do sistema de liderança do partido ainda está no estágio de explorações e experimentos. Vários novos métodos têm sido usados e, às vezes, eles trazem novos problemas. Sugere-se que a ênfase deva ser colocada em suavizar a relação entre partido governante, órgão de poder do Estado ou o Partido Comunista e a Assembléia Popular, em vez de entre o partido e o órgão administrativo (o Conselho de Estado e os governos locais).¹¹ A Constituição estabelece que o órgão administrativo é constituído pelo órgão de poder do Estado e presta contas a ele. Nas primeiras três décadas, na República Popular, como notado anteriormente, o PCCh comandava vários negócios do governo, sob a diretriz da liderança unificada do partido. Nos anos 80, depois de a reforma política entrar na agenda, buscou-se suavizar as relações do partido com o órgão administrativo. Embora as medidas to-

madadas nessa direção tenham conseguido alguns resultados, reduzindo os gabinetes e pessoal, elas falharam em resolver o problema fundamentalmente. As soluções extremas de separar partido e Estado e de combinar os dois em um foram manifestações disso. Se a nova aproximação de uma resolução das relações do partido com a APN é para ser adotada, uma série de medidas deve ser tomada para legalizar essa relação.

A atual Constituição do Estado não estipula sobre a natureza, a função e a forma da operação do partido, exceto por uma breve menção à liderança do partido em seu preâmbulo. Como resultado, não se põe em prática a exigência de que o partido opere dentro dos limites da Constituição e das leis. Deve-se dar máxima prioridade a isso, de modo a estabelecer uma norma básica para a relação partido-Estado.

Como não é prático definir em detalhes tal relação na Constituição, regulamentos específicos devem ser incorporados às leis para resolver o problema, tais como sobre os procedimentos que devem ser seguidos para o partido transformar sua vontade na do Estado, como o partido pode recomendar líderes para a Assembléia Popular, como resolver disputas entre o partido e o Congresso Popular, como o partido pode operar no Congresso Popular, qual a proporção dos membros do partido nos diferentes níveis. Para esse fim, é necessário elaborar uma lei sobre os partidos políticos.

Para acompanhar a Constituição e as leis, o partido deve formular várias regras internas e regulamentos para especificar a estrutura de liderança, os métodos e as vias de operação e a conduta de trabalho. Elas seriam instrumentos para garantir a aplicação da Constituição e das leis.

c) A Relação Harmonizada Partido-Povo

A chegada do Partido Comunista ao poder se deveu à sua relação próxima com a grande massa popular. Os retrocessos que encontrou, tais como o Grande Salto e a Revolução Cultural, ocorreram na época em que se desviou da boa tradição da linha da massa. O maior desafio que o partido enfrenta atualmente é como combater a avassaladora corrupção. No começo dos anos 80, o PCCh conduziu uma campanha de retificação. No final dos anos 90, lançou outra, em larga escala, com ênfase em intensificar os estudos do marxismo, do leninismo, do pensamento de Mao Zedong e da teoria de Deng Xiaoping, na consciência política e no valor de ser correto e honesto. Uma série de decisões foi tomada sobre a prevenção da busca de ganhos pessoais por quadros do partido e do governo que estejam com o poder em suas mãos. O partido tem estabelecido departamentos disciplinares, em todos os níveis, que depois operam em conjunto com os departamentos de supervisão do governo. Agências anticorrupção têm sido criadas nas procuradorias em todos os níveis.

De fato, mais fundamental é garantir que a política do partido seja feita nos interesses do povo. Para esse fim, é importante aumentar a colaboração do povo no processo de criação de políticas e tornar a política mais democrática e científica. Ao mesmo tempo, devem ser estabelecidos mecanismos para colocar o poder público sob um sistema de supervisão eficiente. Isso requer acelerar a transição do sistema de economia planejada para o sistema econômico de mercado socialista e a criação de um sistema legal pragmático para o sistema econômico de mercado.

Notas

1. A Suprema Procuradoria Popular e as procuradorias locais formam uma estrutura separada, paralela à estrutura das cortes. Elas basicamente desempenham a função de procuradoria pública.
2. Entre 1978 e 1992, por exemplo, se reunia em um intervalo de sete meses e 15 dias.
3. Os oito partidos democráticos são: o Comitê Revolucionário do Guomindang Chinês, a Liga Democrática da China, a Associação de Construção Nacional Democrática da China, a Associação Democrática da China pela Promoção da Democracia, o Partido Democrático dos Camponeses e Trabalhadores Chineses, o Zhi Gong Dang da China, a Sociedade Jiu San e as Ligas de Autogoverno Democráticas de Taiwan.
4. Na expressão chinesa “*dang zheng guangxi*”, *zheng* pode significar *zhengquan* (poder ou regime do Estado), *zhengfu* (governo), *zhengxie* (CCPPC), *xingzheng* (administração pública), *zhengfa* (política de instituições legais) e *zhengzhi* (política), que se estende para se referir às organizações de massa ou sociais desempenhando funções políticas.
5. Para uma tradução em inglês, ver John Burns, ed., “Contemporary China’s Nomenklatura System”, *Chinese Law and Government*, vol. 20, n° 4 (inverno de 1987-88).
6. Para a definição de *cadres* (quadros ou unidades operacionais), a explicação para o princípio de controle do Partido sobre as frentes e o estabelecimento do sistema de serviço civil, ver Dong Lisheng (L. S. Dong), “The Recruitment of Cadres and Civil Servants in Mainland China”, *Issues & Studies*, vol. 29, n° 10, October 1993, p. 63-93; e “The Establishment of the Chinese Civil Service System: A Delayed Political Reform Programme”, in Dong Lisheng, ed., *Administrative Reform in the People’s Republic of China Since 1978* (Leiden, International Institute for Asian Studies, 1994), p. 43-61.

7. Eles são os Departamentos Central de Organização de Propaganda, do Trabalho de Frente Única e das Relações Externas.
8. A Federação de Sindicatos, a Liga da Juventude Comunista e a Federação das Mulheres podem ser vistas, respectivamente, como os Departamentos Trabalhista, Jovem e das Mulheres do Partido Comunista. Na organização, suas unidades no nível local são subordinadas ao Comitê do partido do mesmo nível e a seus respectivos órgãos superiores de direção.
9. Jiang Zemin, “Discurso no Encontro para Celebrar o 80º Aniversário da Fundação do Partido Comunista”, em 1º de julho de 2001 (Beijing, People’s Publishing House, July 2001).
10. Jiang Zemin, discurso em 1º de julho de 2001, p. 33-34.
11. Veja por exemplo, *Guo Dingping, Political Party and Government* (Hangzhou: Zhejiang People’s Publishing House, 1998).

Referências Bibliográficas

- AN CHEN. *Restructuring Political Power in China: Alliances and Opposition, 1978-1998*. Boulder, Colo., Lynne Rienner, 1999.
- BENEWICK, Robert & Paul Wingrove, eds. *China in the 1990s*, 2e ed. Basingstoke, Mac Millan, 1999.
- BURNS, John P., ed. “Contemporary China’s Nomenklatura System”. *Chinese Law and Government*, vol. 20, nº 4, Winter 1987-88.
- BURNS, John P. & CABESTA, Jean-Pierre, eds. “Provisional Chinese Civil Service Regulations”. *Chinese Law and Government*, vol. 23, nº 4, Winter 1990-91.
- CADARIO, Paul M.; OGAWA, Kazuko & WEN, Yin-Kann. *A Chinese Province as a Reform Experiment: the Case of Hainan*. Washington, D.C., World Bank, 1992.
- CHENG LI. *Rediscovering China: Dynamics and Dilemmas of Reform*. Lanham, Rowman and Littlefield, 1997.

- DONG LINSHENG, ed. *Administrative Reform in the People's Republic of China since 1978*. Leiden, International Institute of Asian Studies, 1994.
- DREYER, June Teufel. *China's Political System: Modernization and Tradition*, 2e ed. Basingstoke, Mac Millan, 1996.
- GAMER, Robert E., ed. *Understanding Contemporary China*. Boulder, Colo., Lynne Rienner, 1999.
- GITTINGS, John. *China through Sliding Door: Reporting Three Decades of Change*. London, Simon & Schuster, 1999.
- GOODMAN, David S. G. *Deng Xiaoping and the Chinese Revolution: a Political Biography*. London, Routledge, 1994.
- GRASSO, June, CORRIN, Jay & KORT, Michael. *Modernization and Revolution in China*, 2e ed. Armonk, N.Y., Sharpe, 1997.
- LEONG LIEW. *The Chinese Economy in Transition: from Plan to Market*. Cheltenham, Elgar, 1997.
- L. S. DONG. "The Recruitment of Cadres and Civil Servants in Mainland China". *Issues & Studies*, vol. 29, n° 10, October 1993, p. 63-93.
- MILLS, Miriam K. & NAGEL, Stuart S., eds. *Public Administration in China*. London Greenwood Press, 1993.
- SHIPING ZHENG. *Party vs. State in post-1949 China: the Institutional Dilemmas*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- SHIRK, Susan L. *The Political Logic of Economic Reform in China*. Berkeley, University of California Press, 1993.
- THE CHINA QUARTERLY. *Special Issue: Elections and Democracy in Greater China*, n° 162, June 2000.
- WEIPING WU. *Pioneering Economic Reform in China's Special Economic-Zones: the Promotion of Foreign Investment and Technology Transfer in Shenzhen*. Aldershot, Ashgate, 1999.
- YIPING HUANG. *Agricultural Reform in China: Getting Institutions Right*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

O Caminho do Desenvolvimento Econômico Chinês*

.....

LU ZHENG**

1. Três Décadas de Desenvolvimento em Ziguezague (1949-1978)

1.1. Ponto de Partida Histórico para o Desenvolvimento Econômico na Nova China

Antes de 1949, a China era um país não só semifeudal e semicolonial, como também agrário extremamente subdesenvolvido. A agricultura era responsável por 90% do valor da produção do país nesse ano, enquanto a indústria participava com míseros 10%. Ainda em 1949, o país tinha uma população total de 541,6 milhões de habitantes; a renda nacional

* Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês.

** Ph.D. em economia, professor e diretor do Instituto de Economia Industrial da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China. É especialista em teoria e política do desenvolvimento econômico industrial.

atingia 35,7 bilhões de iuanes, perfazendo uma média de 66 iuanes, ou menos de 50 dólares, *per capita*; a produção de grãos era em média de 200 kg *per capita*; e a produção de óleo cru, eletricidade, aço, cimento, roupas e outros grandes produtos industriais era inferior à da Índia. Sobre essa base pobre e atrasada é que a economia da Nova China deu partida (Tabela 1).

Tabela 1
Comparação entre China, Estados Unidos e Índia na Produção dos Principais Produtos Industriais

Produto	Unidade	China		Estados Unidos		Índia	
		Produção	%	Produção	N° de Vezes o Total Chinês	Produção	N° de Vezes o Total Chinês
Carvão	100 mm de ton.	0,32	100	4,36	13,63	0,32	1,00
Óleo Cru	10.000 ton.	12,00	100	24,892	2.074,33	25	2,98
Eletricidade	100 mm de kWh	43,00	100	3,451	80,26	49	1,14
Aço	10.000 ton.	15,80	100	7,074	447,72	137	8,67
Ferro	10.000 ton.	25,00	100	4,982	199,28	164	6,56
Cimento	10.000 ton.	66,00	100	3,594	54,45	186	2,82
Ácido Sulfúrico	10.000 ton.	4,00	100	1,037	259,25	10	2,30

Fonte: *New China History of Industrial Economy*, 1986, Economic Management Press.

1.2. Reabilitação e Desenvolvimento Econômico Nacional nos Primeiros Anos Pós-Liberação (1949-1952)

Após o estabelecimento da República Popular, a China imediatamente começou a cuidar das marcas da guerra e a restaurar e desenvolver a economia nacional. As seguintes medidas foram adotadas durante esse período:

1) Confisco da burocrática indústria, das finanças e do comércio capitalista das quatro grandes famílias – Jiang, Song, Kong e Chen – e conversão desse patrimônio em uma economia nacional, representando os interesses do povo de todo o

país e permitindo, dessa forma, ao Estado ganhar o controle do suporte vital da economia nacional.

2) Unificação das finanças nacionais e contenção da inflação descontrolada, de modo a criar um ambiente macroeconômico adequado ao desenvolvimento da economia.

3) Realização da reforma agrária, dividindo 120 milhões de acres de terra entre 300 milhões de camponeses, que tinham pouca ou nenhuma terra para arar, mudando uma situação em que 90% dos camponeses chineses possuíam menos de 30% da terra arável e liberando-os de uma relação de produção feudal.

4) Encorajamento e apoio ao crescimento da indústria e do comércio capitalista nacionais. O governo pôs a indústria e o comércio capitalista individuais na órbita de uma nova economia democrática, ajudando-os a solucionar dificuldades com matéria-prima, mercado e capital.

Após três anos de esforços, a economia nacional foi restabelecida. A renda nacional, em 1952, aumentou 40% em relação à de 1949, uma média de 12,1% por ano, e o valor da produção industrial total elevou-se em 44,8%, numa média de crescimento anual de 13%.

1.3. Execução do 1º Plano Quinquenal (1953-1957)

Em 1952, a China iniciou seu Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico Nacional. A principal tarefa desse plano era seguir a orientação de dar prioridade à indústria pesada. Com uma ênfase posta em 156 grandes projetos de industriais, iniciou-se o desenvolvimento econômico em larga escala, com o objetivo de firmar as bases para a industrialização.

Nas áreas rurais, promoveu-se uma política de cooperação com a agricultura, de modo que os grupos de ajuda mútua na

produção foram gradualmente convertidos em cooperativas para a produção agrícola, nas quais 96,3% de todas as famílias camponesas do país haviam participado até o final de 1956.

Incorporando o método administrativo altamente centralizado da antiga União Soviética, a China estabeleceu um sistema de administração econômica planejada, com um planejamento central em seu núcleo e com a liderança administrativa desempenhando papel principal.

Durante o período do 1º Plano Quinquenal, o curso da economia chinesa seguiu uma viagem em águas claras. As políticas de Estado ficaram livres de desvios maiores e vários planos foram além das expectativas. Uma comparação entre 1952 e 1957 indica que a renda nacional elevou-se em 53%, ou 8,9% ao ano; o valor da produção industrial aumentou em 128%, com uma taxa média anual de 18%; o valor da produção agrícola aumentou em 24,8%, atingindo 4,5% ao ano; e a produção dos principais bens manufaturados multiplicou. Em 1957, a indústria ultrapassou a agricultura em 56,7% no valor total da produção conjunta industrial e agrícola do país. Com isso, novos distritos industriais foram criados, firmando a base para a industrialização socialista.

1.4. Desenvolvimento e Reveses na Economia Chinesa (1958-1978)

1.4.1. 2º Plano Quinquenal (1958-1962), a Campanha do "Grande Salto" e Novas Dificuldades para a Economia Nacional

Devido à falta de uma percepção científica da lei objetiva do desenvolvimento nacional, os líderes chineses acreditavam que,

ao se apoiarem no ardente desejo de centenas de milhões de chineses de erradicar a pobreza e o atraso, aliado a seu ardor político de construir o socialismo, poderiam acelerar tremendamente o ritmo de crescimento econômico, visando alcançar e até mesmo superar países desenvolvidos em um curto período de tempo. Seu rumo foi caracterizado pela busca cega de alta velocidade econômica, tendo como resultado a adoção de metas altas impraticáveis. Em termos de estratégia de desenvolvimento, a China adotou a política de “ter a siderurgia como elo-chave”. Requeria-se que a produção de 1958 fosse o dobro da de 1957, ou seja, ir de 5,35 milhões de toneladas de aço para 10,7 milhões de toneladas. Para atingir essa meta, toda a nação mobilizou-se para produzir aço em enorme escala.

Nas áreas rurais, foi lançado um movimento maciço para a criação de comunas populares, em que numerosas cooperativas para a produção agrícola foram convertidas em comunas populares rurais, que integravam a administração governamental com a administração e a produção rurais.

A pressa é inimiga da perfeição, assim diz o ditado. E, de fato, o “Grande Salto” estava bastante distante da realidade e ia contra a lei do desenvolvimento econômico, causando tremendas perdas à economia nacional. Um grande indicativo disso foi o grave desequilíbrio da relação proporcional entre indústria e agricultura, entre indústria leve e indústria pesada e entre a indústria de matéria-prima e a indústria de processamento. A eficiência econômica da produção industrial despencou significativamente. Tudo isso mais grandes calamidades naturais que atingiram o país por três anos, entre 1959 e 1962, além do cancelamento pela antiga União Soviética de contratos de pro-

jetos de construção em assistência à China, resultaram em sérias dificuldades para a economia nacional. Durante o período de 1958 a 1962, a liquidez nacional decaiu a uma taxa anual média de 3,1%, o valor da produção agrícola decresceu em média 4,5% ao ano, o rendimento da safra de 1962 encolheu 18%, se comparada com a de 1958, e as produções de algodão e de óleos foram 54% e 52%, respectivamente, menores que as de 1957. Em 1961, o nível de consumo dos habitantes não-rurais caíra 26,1% em relação a 1957.

1.4.2. Reorganização Econômica Nacional (1963-1965)

Para se livrar do problema e realinhar as relações proporcionais na economia nacional, o governo chinês começou a reorganizar a economia nacional na segunda metade de 1961. Enquanto grandes esforços eram direcionados para realinhar a relação entre agricultura, indústria leve e indústria pesada, uma grande meta para a reorganização econômica era resolver o problema de alimentar e vestir a população. Com isso, o desenvolvimento da indústria pesada foi desacelerado; a elaboração de projetos industriais foi cancelada onde as condições não fossem as ideais; o papel da agricultura como pilar da economia nacional foi reforçado e consolidado; o crescimento das indústrias leve e têxtil, acelerado; a diretriz na produção industrial foi retificada; e a administração da produção das empresas sofreu restrições. Após uns poucos anos de reorganização, as desequilibradas relações proporcionais na economia nacional foram basicamente retificadas. As produções industrial e agrícola foram restauradas e embarcaram em uma estrada de cres-

cimento rápido e coordenado e os suprimentos de mercado foram sensivelmente melhorados, assim como o modo de vida da população em áreas urbanas e rurais.

1.4.3. Reveses na Economia Chinesa durante a “Revolução Cultural” (1966-1976)

Após alguns anos de reorganização, a economia chinesa embarcou em uma estrada de desenvolvimento saudável em 1965. Isso permitiu ao hoje falecido Premier Zhou Enlai anunciar, na 3ª Assembléia Popular Nacional, sua meta para a modernização da agricultura, da indústria, da ciência e da tecnologia e da defesa nacional.

No entanto, a “Revolução Cultural”, lançada na primavera de 1966, interferiu seriamente, obstruindo o processo histórico de modernização. A “Revolução Cultural”, de mais de uma década, mergulhou todo o país em prolongado tumulto social e político e infligiu pesadas perdas ao crescimento econômico. A renda nacional, em 1967 e 1968, caiu 7,4% e 6,5%, respectivamente, em relação aos anos anteriores, e o valor total da produção industrial decresceu 13,6% e 5%.

Em 1975, Deng Xiaoping assumiu o controle do trabalho das autoridades centrais. Ele deu início a uma ampla reorganização da economia chinesa, na tentativa de trazer de volta a normalidade à administração da economia nacional. O resultado foi que o valor total da produção industrial desse ano cresceu 15% em comparação com o de 1974. Em 1976, quando o “Bando dos Quatro” repudiou as idéias corretas de Deng Xiaoping, destituindo-o de todos os seus postos no partido e no governo, a economia nacional novamente voltou a sofrer reveses e

a estagnar, fazendo com que a renda nacional decaísse 2,6% em relação ao ano anterior e o valor total da produção industrial regredisse 1,3%. Com isso, o crescimento industrial do país experimentou outra rodada de drásticas flutuações.

Quando dizemos que a “Revolução Cultural” (1966-1976) trouxe imensa perda para a economia nacional, isso não quer dizer que a economia chinesa permaneceu paralisada durante essa década. Graças ao árduo trabalho e esforços do povo em todo o país, a economia nacional foi capaz de atingir algum desenvolvimento em meio às flutuações e obstáculos. No entanto, a década traumática deixou-nos profundas lições. A seguir, apresentamos um sumário das lições que podem ser tiradas com vistas à política econômica:

1) Devido à falta de um entendimento científico e de uma análise das contradições básicas na sociedade chinesa pós-1957, a China adotou a política de considerar o conflito de classes como elo-chave, entendendo como tarefa central confrontar os movimentos políticos, o que levou à instabilidade política e social.

2) Perdendo contato com a realidade do desenvolvimento da força produtiva no país, a política chinesa deu ênfase indevida à superioridade e à pureza da economia socialista sob domínio público, restringindo ou mesmo rejeitando o desenvolvimento do setor não-estatal da economia nacional.

3) A indústria pesada foi superenfaturada, em detrimento do desenvolvimento da indústria leve, causando assim sérios desequilíbrios nas relações proporcionais da economia nacional e uma intensificada escassez de produtos de consumo no mercado local.

4) Nas diretrizes para o desenvolvimento agrícola, deu-se ênfase indevida a “considerar o grão como elo-chave”, restrin-

gindo significativamente a aplicação de diversas iniciativas econômicas nas áreas rurais e impedindo a reorganização da estrutura econômica rural e o redirecionamento da força de trabalho excedente.

5) Houve uma busca cega por rapidez de resultados, em detrimento da eficiência econômica na produção e na administração, o que causou desperdício de recursos e uma redução na eficácia.

6) Vários sistemas científicos de administração, que, na prática, se haviam mostrado eficientes, foram rejeitados ou abolidos, dessa forma jogando a produção e a administração de empresas no caos.

7) A auto-suficiência foi superenfaticada em um tal grau que não se deu atenção adequada ao aprendizado de tecnologia avançada estrangeira e à sua importação, alargando ainda mais o abismo da China em relação aos países desenvolvidos em ciência e tecnologia.

1.4.4. Hesitante, a Economia Chinesa Fez Progressos (1976-1978)

A “Revolução Cultural” infligiu, em seus dez anos, grave dano ao desenvolvimento social e econômico da China, para grande descontentamento da população. Em outubro de 1976, o Partido Comunista Chinês, agindo de acordo com a vontade do povo, esmagou o “Bando dos Quatro” e deu fim à “Revolução Cultural”. Nos dois anos que se seguiram, a economia chinesa começou a se recuperar. No entanto, o modo “esquerdistas” de pensar, que dominou o esforço econômico por tanto

tempo, estava longe de ter sido eliminado. Na primavera de 1978, uma série de cotas e planos irreais foi formulada, de tal forma que a estrutura econômica, já desequilibrada, foi prejudicada ainda mais.

2. Realizações Econômicas e Políticas a partir da Política de Reforma e Abertura para o Mundo Exterior (1978-1998)

A histórica 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido, realizada em dezembro de 1978, tomou a decisão de corrigir, de forma extensiva, todos os erros da “Revolução Cultural” e os anteriores a ela, adotou a linha de “buscar a verdade dos fatos e emancipar a mente”, resolutamente descartou a linha de “considerar o conflito de classes como elo-chave” e decidiu adotar a estratégia política de direcionar o esforço de todo o partido para o desenvolvimento econômico e levar adiante a “política de reforma e abertura para o mundo exterior”.

2.1. Aumento dos Agregados Econômicos

Com isso, o PIB de 1997 aumentou 5,33 vezes em relação ao de 1978, com uma taxa de crescimento anual média de 9,4%, totalizando 7.500 bilhões de iuane, ou 900 bilhões de dólares, de acordo com a taxa de câmbio desse ano, o que equivalia a uma média de 6.050 iuane *per capita*. Em termos de agregados econômicos, o PIB chinês atingia o sétimo lugar no *ranking* mundial, logo atrás da Itália.

Devido à sua grande população, de 1 bilhão e 237 milhões de habitantes em 1997, com um PIB *per capita* de 730 dólares, a China é ainda um país em desenvolvimento.

Nos últimos 20 anos, o país tem mantido um crescimento relativamente estável, livre das flutuações que experimentou nas décadas anteriores a 1978. Desde 1994, a economia chinesa tem mantido um crescimento relativamente rápido, enquanto vai gradualmente colocando a inflação sob controle (Tabela 2).

Tabela 2
Evolução de Indicadores Econômicos de 1994 a 1997

Ano	Crescimento do PIB (%)	Índice de Preço de Venda ao Consumidor
1994	12,6	21,7
1995	10,5	14,8
1996	9,6	6,1
1997	8,9	2,6

Fonte: *China Statistical Year Book*, 1997, China Statistical Press.

Atribui-se o grande crescimento da economia chinesa nas últimas duas décadas principalmente à reestruturação econômica, direcionada no sentido de aumentar a produtividade de várias empresas, e a um nível relativamente alto de poupança, com os investimentos sendo responsáveis por mais de 35% dos gastos em muitos anos desse período e com a taxa final de consumo sendo mantida abaixo de 65% (Tabela 3).

Tabela 3
Taxas de Investimento e Consumo

Ano	Taxa de Investimento (%)	Taxa de Consumo (%)
1978	38,0	62,0
1980	35,0	65,0
1985	37,8	64,4
1990	34,7	61,3
1995	40,8	59,0

Fonte: *China Statistical Year Book*, 1997, China Statistical Press.

2.2. Desenvolvimento da Agricultura

A partir de 1979, a China introduziu gradualmente um variado sistema de atribuição de responsabilidades, relacionando a remuneração à produção. Sob essa política, as terras das brigadas de produção rural permanecem sob domínio coletivo e são distribuídas entre os camponeses de acordo com o número de membros em cada família. O prazo da primeira rodada de contratos foi de 15 anos. Em 1996, isto é, no começo da segunda rodada, o prazo dos contratos foi estendido para 30 anos.

Essa nova forma de coordenação da produção rompeu com o padrão unificado vigente durante o período das comunas populares, superando a prática de “comer do mesmo grande prato”, em que os camponeses trabalhavam sem se esforçar. Desse modo, foi-lhes inculcido grande entusiasmo para produzir, o que acelerou o crescimento da economia rural. Com isso, nesse mesmo ano, a participação agrícola no PIB aumentou 2,456 vezes em relação a 1978, com uma taxa de crescimento progressivo de 5,1%. Enquanto a área semeada com grãos foi reduzida em 6,7%, a safra de grãos de 1996 alcançou 504,55 milhões de toneladas, ou 65,5% mais que em 1978. A produção de grãos *per capita* aumentou de 316 kg em 1978 para 412 kg em 1996; a de algodão aumentou 94%; a de plantações produtoras de óleos cresceu 324%; e a de carne atingiu 457%.

Desde 1978, a estrutura econômica no interior da China tem sofrido grandes mudanças, à medida que se diversificam a anterior produção monocultora de grãos, a criação de gado, outras ocupações secundárias e o desenvolvimento da pesca, visando integrar a agricultura, a indústria e o comércio. A participação das colheitas decaiu de 80% em 1978 para 57% em

1996, enquanto ascendiam de 20% para 435% a criação de gado, as ocupações secundárias, o extrativismo florestal e a pesca. A economia rural está deixando de ser uma economia planejada auto-suficiente ou quase auto-suficiente para se constituir em uma economia de mercado, e o modo de produção está mudando da agricultura tradicional para a agricultura moderna.

Enquanto reforma as relações de produção rural e reorganiza a estrutura econômica agrícola, a China tem também gradualmente modificado os preços dos produtos agrícolas, reduzindo o fosso entre produtos manufaturados e bens agrícolas. Tomando como referência o índice de preço de compra de bens agrícolas em 1978 como 100, o valor de 1996 equivaleria a 550,1. Assim, o preço de compra para grãos subiu para 748 em 1996, ou 8,46 vezes mais que em 1978. No geral, a China tem basicamente organizado o sistema de preços para a produção agrícola.

2.3. Desenvolvimento da Indústria

A indústria desempenha um papel central na economia nacional chinesa. As bases para a industrialização na China foram assentadas durante a era de Mao Zedong. Nas duas últimas décadas, a indústria chinesa realizou uma mudança quantitativa, isto é, de longos anos de séria penúria para a capacidade de atender à demanda do mercado interno, ao mesmo tempo que expande constantemente a exportação de bens manufaturados. A contribuição da indústria para o PIB aumentou de 160,7 bilhões de iuanes em 1978 para 2 trilhões e 982 bilhões de iuanes em 1996, representando um aumento de

674,2%, de acordo com a constante de preço, com um crescimento anual médio de 12%.

Nos últimos 20 anos, a produtividade dos principais bens manufaturados tem mostrado crescimento considerável (Tabela 4).

Tabela 4
Crescimento da Produtividade dos Principais
Produtos Industriais na China

Produto	1978	1996	Posições no <i>Ranking</i> Mundial	
			1978	1996
Carvão	6,18	13,97	1	1
Óleo Cru	104,05	15.733,39	8	5
Eletricidade	25,66	108,13	7	2
Aço	31,78	101,24	5	1
Cimento	65,24	49.118,9	4	1
Fertilizante Químico	869,3	2.809,04	3	2
Fibras Químicas	28,46	375,45	7	2
Têxteis	110,3	209,10	1	1
Conjuntos de TV em Cores	0,38	2.537,6	8	1

Apesar da forte presença dos produtos industriais chineses no mundo, em termos de agregados, sua enorme população tem mantido a produção industrial *per capita* bem abaixo dos países desenvolvidos. Por exemplo, o consumo de energia *per capita* na China, em 1996, foi de 1 tonelada equivalente de petróleo, o que foi apenas um décimo do consumo americano ou 25% do consumo japonês. Em 1996 o consumo de aço *per capita* na China foi de 85 kg, o que representou 20% do consumo americano ou 12% do japonês. Em 1996, o consumo de eletricidade *per capita* na China foi de 900 kWh, por volta de 7,8% do consumo americano ou 12% do japonês.

O abismo entre a indústria chinesa e a dos países desenvolvidos manifesta-se em dois aspectos: tecnologia produtiva e

eficiência e estrutura industrial. A China é um grande país produtor de ferro e aço, mas, com exceção do Complexo Baoshan de Ferro e Aço, em Shanghai, a produção de aço *per capita* em dez outros grandes centros siderúrgicos foi apenas de 40 toneladas, o equivalente a 6,3% do de uma companhia siderúrgica japonesa. O montante de energia que a China consome na produção de cada tonelada de aço é 40% maior que o consumido no Japão. Em termos de indústrias de alta tecnologia ou de ponta, a proporção de contribuições para o valor adicional da indústria manufatureira como um todo fica em torno de 27% a 30%, enquanto na China era apenas de 10%, evidenciando o abismo que separa a China desses países. A importação e a exportação de nova tecnologia chegam ao montante de 10 bilhões de dólares.

A partir de meados dos anos 90, o objetivo principal da política chinesa de desenvolvimento industrial mudou da expansão quantitativa para a evolução qualitativa e a atualização da estrutura industrial. Isso requer o uso da alta tecnologia para reequipar a indústria tradicional, o desenvolvimento de uma indústria de tecnologia intensiva e de conhecimento intensivo e novas indústrias tecnológicas avançadas, visando reduzir seu abismo em relação aos países desenvolvidos na estrutura industrial, na tecnologia produtiva, na diversidade produtiva, na qualidade e nas funções.

Com as portas do país se tornando cada vez mais abertas para o mundo exterior, a indústria chinesa está sentindo a pressão da competição internacional. A teoria tradicional sobre comércio crê que um certo produto produzido em um certo país pode trazer bom retorno no processo da divisão internacional do trabalho e do comércio, desde que seja apoiado por recursos adicionais e mão-de-obra barata. No entanto, com a ciência e a

tecnologia tendo uma participação crescente na produção industrial, o papel desses recursos adicionais e da mão-de-obra barata vai decaindo gradualmente, de forma que a competitividade no comércio mundial é determinada, principalmente, pela maneira como a indústria é organizada e a intensidade em que a ciência e a tecnologia são aplicadas e desenvolvidas.

A China tem se envolvido largamente na divisão internacional do trabalho e do comércio, com suas exportações atingindo 20% do PNB. Em abril de 1996, a China reduziu a tarifa alfandegária de 4 mil tipos de produtos importados em 30%. Ao mesmo tempo, grande número de empresas com investidores estrangeiros estabeleceu-se na China, fazendo com que o mercado interno fosse confrontado com a competição de corporações transnacionais. À medida que o país vai se abrindo ainda mais, a indústria chinesa não pode depender apenas de tarifas para manter sua parcela do mercado; ao invés disso, ela terá de passar seu ponto de apoio para o aumento de sua capacitação técnica. Em termos da gama de produtos de exportação, a China deve continuar dando atenção completa às relativas vantagens de sua indústria de trabalho intensivo e esforçar-se por abrir e expandir novos mercados de exportação, mas ao mesmo tempo deve trabalhar para estimular a competitividade de indústrias de tecnologia intensiva, tais como a de máquinas e a eletrônica, e expandir a exportação de *commodities* com alto valor agregado.

2.4. Desenvolvimento do Setor Terciário

O setor terciário chinês compreende transporte e comunicações, correio e telecomunicações, comércio, serviços, finanças, seguros e os negócios imobiliários. A participação desse

setor no PIB elevou-se de 23,7% em 1978 para 30,8% em 1996. Calculado de acordo com valores constantes, o crescimento adicional do setor terciário em 1996 foi de 6,26 vezes o de 1978, com uma taxa anual de crescimento de 10,75%. O número de empregados no setor terciário cresceu a uma taxa anual média de 7,5%, em oposição a 1,14% e 4,7% no caso dos setores primário e secundário, perfazendo 179,01 milhões de empregados em 1996, ou 3,68 vezes mais que em 1978.

Comparado com o de países desenvolvidos, o setor terciário chinês é ainda relativamente subdesenvolvido, compondo menos de 1/3 do PIB, enquanto nos Estados Unidos e no Japão esse número chega próximo aos 65%. Uma grande razão por trás disso é que a baixa produtividade por trabalhador dos setores primário e secundário tem limitado a demanda efetiva do governo e dos habitantes urbanos e rurais para o setor terciário. Além disso, o grau de urbanização na China é, obviamente, inferior ao dos países desenvolvidos (no final de 1996, a população urbana compreendia apenas 29,37% da população chinesa, enquanto os habitantes rurais abrangiam 70,63%). Esse fato – de a esmagadora maioria dos chineses ainda viver no interior do país – tem restringido o crescimento do setor terciário. Outros fatores por trás do baixo desenvolvimento desse setor são o reduzido grau de socialização da produção e da vida, a auto-suficiência da produção e dos serviços nas áreas rurais e a persistência de vestígios de um sistema primitivo de comércio – o escambo – entre habitantes urbanos.

2.5. Aumento do Nível de Consumo da População

Com o crescimento econômico, o nível de vida material e cultural está também aumentando. O consumo médio, para

todos os habitantes no país, aumentou de 184 iuanes em 1978 para 2.677 iuanes em 1996. De acordo com a constante de preço, tendo o valor de 1978 como 100, o valor de 1996 seria de 362,2, o que indica uma taxa de crescimento anual médio de 7,4% (Tabela 5).

Tabela 5
Crescimentos na Vida Material e Cultural
do Habitantes Urbanos e Rurais

	1978	1996
Número de Pessoas que cada Trab. Rural Provê	2,53	1,55
Número de Pessoas que Cada Trab. Urbano Provê	2,06	1,72
Renda Líquida <i>per Capita</i> para Famílias Rurais	100 (índice)	558,2
Renda Líquida <i>per Capita</i> para Famílias Urbanas	100 (índice)	296,7
Espaço Vital <i>per Capita</i> em Áreas Rurais (m ²)	8,1	21,7
Espaço Vital <i>per Capita</i> em Áreas Urbanas (m ²)	3,6	8,5
Depósitos de Poupança dos Habitantes Urbanos (Imunes)	21,88	3.163,80
Número de Lojas e Centros de Serviço por 10.000 hab.	13	120
Consumo de Grãos <i>per Capita</i> (kg)	203	240
Consumo de Carne <i>per Capita</i> (kg)	6,2	24
Número de TVs em Cores por 100 Famílias Urbanas		120
Número de Estudantes na Escola por 10.000 hab.	8,9	24,65

Fonte: *China Statistical Year Book*, 1997, China Statistical Press.

Apesar de notáveis melhorias na vida material e cultural dos habitantes urbanos e rurais chineses nos últimos 20 anos, a China ainda é um dos muitos países de baixa renda do mundo. Como as coisas se encontram hoje, os cidadãos urbanos da China estão no geral vivendo uma vida relativamente confortável, e a maioria dos habitantes rurais solucionou o problema de alimentar-se e vestir-se e trabalha por uma vida confortável, mas ainda há 50 milhões que ainda têm de livrar-se da pobreza. Com uma enorme população, um profundo abismo entre as

idades e o interior e entre diferentes regiões, e uma renda *per capita* inferior à média mundial, será necessário um período consideravelmente longo de tempo e esforços hercúleos para a China prover sua população de 1,2 bilhão com uma vida confortável. De acordo com a estratégia do país para alcançar seu desenvolvimento econômico, o padrão de vida para o povo chinês não alcançará o de um país desenvolvido mediano antes da metade do século XXI.

3. Políticas e Medidas Econômicas desde a Adoção da Política de Reforma e Abertura para o Mundo Exterior

3.1. Manter o Desenvolvimento Econômico como Tarefa Central

Há uma vastidão de razões por trás dos erros e revezes que ocorreram no desenvolvimento econômico chinês durante os 20 anos anteriores a 1978, mas uma razão principal foi que o país seguiu o princípio de “considerar o confronto de classes como o elo-chave” e falhou em perceber o desenvolvimento econômico como mais importante que outras coisas. A 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do partido tomou a decisão resoluto de descartar esse princípio e fez uma análise acurada da contradição básica da sociedade chinesa contemporânea, isto é, a contradição entre uma força produtiva atrasada e a demanda popular por uma constante melhoria de sua vida material e cultural. Para resolver essa e outras contradições, a saída fundamental foi desenvolver a economia. Apesar de mudanças truculentas na situação mundial e da ocorrência de um tipo ou outro de problema na vida política e social chine-

sa, a China jamais se desviou, por um momento sequer, do princípio de manter o desenvolvimento econômico como tarefa central.

3.2. Manter corretamente a Relação entre Reforma, Desenvolvimento e Estabilidade

A experiência chinesa, nas últimas décadas, tem mostrado que o desenvolvimento econômico pede um ambiente social e político estável. Nada pode ser alcançado se todos estão envolvidos em conflitos e a sociedade se encontra no caos. É devido essencialmente à estabilidade política e social que a China foi capaz de atingir um crescimento em alta velocidade nos últimos 20 anos.

No começo dos anos 90, a União Soviética se desintegrou e tremendas mudanças tomaram lugar entre os países da Europa Oriental. Os distúrbios sociais e políticos que ocorreram no processo de transição social impediram seriamente o desenvolvimento econômico desses países. A economia chinesa assistiu ao mais robusto crescimento desde a adoção da política de reforma e abertura para o exterior, durante 1991-1995, período do 8º Plano Quinquenal, com seu PIB crescendo a uma taxa anual média de 12% e sua indústria se expandindo 125,7%, a um crescimento anual médio de 17,65%.

Não é preciso dizer que estabilidade não exclui reforma. Apenas implementando a reforma profundamente, podem as várias relações econômicas ser organizadas. Só assim, as contradições entre a superestrutura e os fundamentos econômicos e entre as relações produtivas e as forças produtivas serão resolvidas, além de as diversas desvantagens do sistema de economia

planejada serem superadas, com a força produtiva mais emancipada podendo dar um grande impulso para o crescimento econômico. Apenas com a economia se desenvolvendo, podem as variadas contradições sociais ser melhor resolvidas e serem oferecidas as condições materiais para assegurar a estabilidade social. Promover o desenvolvimento com reforma, manter a estabilidade no processo de desenvolvimento econômico, aprofundar a reforma e acelerar o desenvolvimento econômico em um ambiente social e político estável constituem a relação dialética entre reforma, desenvolvimento e estabilidade.

3.3. Refazer ativamente o Sistema de Propriedade, de modo a Criar um Padrão em que o Estado Desempenhe o Papel Principal e o Setor Público Constitua o Pilar-Mestre, para que Múltiplos Setores Econômicos Cresçam simultaneamente

Desde 1978, a China tem encorajado o desenvolvimento de vários setores econômicos não-estatais. Como resultado, a proporção do Estado no PIB encolheu de 78% em 1978 para 41,9% em 1997, enquanto a participação de setores não-estatais aumentava de 22% para 58,1% nesses mesmos anos. As mudanças no padrão de propriedade têm incentivado o desenvolvimento da força produtiva, possibilitando mais oportunidades de emprego para trabalhadores urbanos e rurais, estimulando a criação de uma estrutura econômica plural, em que setores diversos competem uns com os outros, e acelerando a transição para a economia de mercado.

3.4. Mudando para uma Economia de Mercado de maneira Progressiva

A transição da China para a economia de mercado teve um bom ponto de partida em 1978. No começo, o esforço foi no sentido de aumentar o poder de decisão das empresas, dando mais autonomia à produção e à gerência, retirando o controle do mercado sobre pequenas *commodities* e abrindo feiras de comércio rural e urbano. Então, a ênfase da reestruturação econômica foi colocada em ativar empresas estatais de grande e médio portes e reformar os mecanismos de gerência de várias empresas, ao mesmo tempo que, gradualmente, reduziam-se as cotas estatais compulsórias na produção e na circulação e se expandia o alcance da regulação do mercado.

Em 1987, o padrão da reforma foi definido, cabendo ao Estado regular o mercado e ao mercado guiar as empresas. Com isso, o Estado passou a controlar a economia nacional principalmente através de medidas administrativas indiretas, com o sistema de preços sendo refeito de forma sistemática e o preço para os bens capitais sendo gradualmente liberado de amarras. Em 1992, o Estado pôs em andamento a meta do estabelecimento de uma economia de mercado socialista. Em meados dos anos 90, mais de 95% das empresas haviam submetido sua produção e a circulação de seus produtos à direção e à regulação do mercado, e os preços da maioria dos produtos passaram a ser definidos de acordo com a oferta e a procura do mercado. Esse modo progressivo de reforma tem, em conformidade com a lei de desenvolvimento – de quantitativo para uma mudança qualitativa –, minimizado os distúrbios sociais que podem ocorrer na transição do sistema econômico e permitido à economia nacional crescer de maneira sustentada, estável e consistente.

3.5. Promover a Reforma da Gestão Macroeconômica e dos Sistemas de Controle de forma Sistemática

A reforma do sistema de gestão macroeconômica tem sido conduzida nos seguintes cinco campos:

1) No sistema de planejamento, com o Estado reduzindo gradualmente e, eventualmente, abolindo as cotas de produção e circulação impostas às empresas. A tarefa do Departamento de Planejamento deve passar de meramente aprovar a alocação de investimentos e materiais e a elaboração de projetos econômicos para, principalmente, formular planos a longo prazo para o desenvolvimento da economia nacional e coordenar as principais relações proporcionais.

2) No sistema de investimento, de modo a transformar empresas de vários setores econômicos em grupos principais de investimento no sentido real da palavra e, gradualmente, expandir o espaço em que empresas levantam fundos diretamente do mercado de capital.

3) No sistema financeiro, para que sistemas tributários independentes, entre os governos central e local, possam ser instituídos, de modo a esclarecer seus direitos em questões financeiras, e para que possa ser implementada uma política de transferência de investimentos financeiros para regiões subdesenvolvidas economicamente.

4) No sistema monetário. A principal tarefa do Banco Central é formular a política monetária e supervisionar a atuação dos bancos privados e, gradualmente, transformar o Banco Industrial e Comercial, o Banco Agrícola, o Banco da China e o Banco de Construção em bancos comerciais.

5) No relacionamento entre o governo e as empresas. As funções do governo e das empresas devem ser separadas e os

departamentos de gerência econômica profissional devem ser fundidos ou desativados. O governo não irá mais gerir diretamente a força de trabalho, as finanças, os materiais nas empresas, assim como seu suprimento, produção e venda, mas guiar indiretamente e regular a produção e a gerência de várias empresas através de métodos legais e econômicos.

3.6. Procedendo com a Política de Abertura para o Mundo Exterior, Participando na Cooperação e no Intercâmbio Internacionais de forma Extensiva e gradualmente Conduzindo a Política Econômica do País conforme as Normas Internacionais

Primeiro, utilizando ativamente o capital estrangeiro. No final de 1997, o montante de capital estrangeiro investido de fato na China excedia 200 bilhões de dólares, e 240 mil filiais estrangeiras de empresas haviam se estabelecido. Em 1996, as filiais estrangeiras de empresas eram responsáveis por 40,7% do volume total das exportações chinesas.

Segundo, estabelecendo cinco zonas econômicas especiais – Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e a Ilha Hainan – como janelas principais para a política chinesa de abertura e casos-piloto na reforma econômica.

Terceiro, expandindo o comércio exterior. O volume de importação e exportação da China, que em 1978 havia sido de 20,64 bilhões de dólares, cresceu 14 vezes em 1996, ascendendo a 189,9 bilhões de dólares, com uma taxa de crescimento anual médio de 15,8%.

Quarto, introduzindo tecnologia avançada de outros países. Durante o período 1979-1996, a China assinou mais de cinco

mil contratos de importação de tecnologia, com ênfase em indústrias básicas, tais como as de energia, de equipamentos de transporte, de comunicações e telecomunicações, e eletrônicos, assim como equipamentos e linhas de produção para indústrias de tecnologia intensiva. A importação de tecnologia avançada estrangeira tem ajudado a aumentar o nível da produção industrial e de qualidade da tecnologia chinesa.

A futura economia chinesa é confrontada com oportunidades e desafios. O modo chinês de crescimento econômico deve mudar de sua dependência de uma expansão quantitativa para o apoio aos principais progressos na ciência e tecnologia e em aumentar a qualidade da economia nacional como um todo. O crescimento econômico irá também mudar de um de crescimento em alta velocidade para um crescimento moderado.

Revisão e Panorama da Reestruturação Econômica da China*

.....

PEI CHANGHONG**

Objetivo e Orientação

O objetivo da reestruturação econômica da China é promover o desenvolvimento das forças produtivas sociais e melhorar o padrão de vida do povo.

O PIB da China passou de 362,4 bilhões de RMBs em 1978 para 8.205,4 bilhões de RMBs em 1999, com aumento de 21,6 vezes e uma taxa anual média de crescimento de 9,6% de 1979 a 1999. Essa taxa foi de 10,7% durante o período do 6º Plano Quinquenal (1981-1985), de 7,9% durante o 7º Plano Quinquenal (1986-1990), de 12% durante os anos do 8º Plano Quinquenal (1991-1995) e de 8,35% durante o 9º Plano Quinquenal (1996-2000).

* Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês.

** Diretor geral do Departamento de Relações Internacionais da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China. Graduado pela University of International Business and Economics.

O PIB *per capita* da China era de menos de 380 RMBs em 1978, aumentando para 853 RMBs em 1985, 4.854 RMBs em 1995 e 6.546 RMBs em 1999, algo em torno de 789 dólares pelo câmbio corrente.

A renda líquida *per capita* nas áreas rurais chinesas chegava a apenas 133,6 RMBs em 1978, aumentando para 2.210,3 RMBs em 1999, com base em um índice 100 para 1978 e 473,54 para 1999. No mesmo período, a renda líquida *per capita* nas áreas urbanas passou de 343,4 RMBs para 5.854 RMBs, com base em um índice de 100 para 360,62. O salário médio anual para funcionários e trabalhadores em âmbito nacional aumentou de 1.148 RMBs em 1985 para 9.876 RMBs. O volume de depósitos em poupança dos habitantes tanto rurais como urbanos da China, que já fora de menos de 21,1 bilhões de RMBs, cresceu para 5.962,2 bilhões de RMBs.

O sistema econômico socialista de mercado é buscado como modelo objetivo pela atual reestruturação econômica chinesa. O sistema desempenhará plenamente seu papel no tocante à disponibilidade de recursos, ao mesmo tempo que o sistema de controle macroeconômico do governo será também estabelecido, ambos mantendo uma operação econômica eficiente e estável.

Deng Xiaoping disse que planejamento da economia não é o mesmo que socialismo, pois o capitalismo também estabelece planos; que economia de mercado não é o mesmo que capitalismo, pois o socialismo também mantém um mercado. Tanto o planejamento quanto o mercado são ferramentas de operação econômica. A teoria de Deng Xiaoping é a base que orienta a reestruturação econômica da China.

Conteúdo e “Performance” das Reformas

1. Reforma Rural

O sistema da comuna popular foi abolido e o de concessão de terras reformulado. Estabeleceu-se a prática do sistema de contrato com a unidade familiar, enquanto a organização coletiva provia o sistema de apoio para a família agricultora.

A reforma rural inclui ainda a liberdade de circulação para produtos agrícolas, tendo sido estabelecido um sistema de mercado próprio. Foi dada orientação ao mercado no tocante a preços de compra e venda de produtos agrícolas, possibilitando a organização do próprio agricultor no tocante ao mercado em geral e ao surgimento do mercado rural.

2. Industrialização Rural e Desenvolvimento de Empreendimentos Municipais

A produção de grãos aumentou de 304,77 milhões de toneladas em 1978 para 508,38 milhões em 1999, de modo que o padrão de vida com o suficiente para comer e se vestir foi essencialmente alcançado nas áreas rurais. O índice total da produção na agricultura – o extrativismo florestal, a criação de gado e a pesca – aumentou de 100 em 1978 para 378 em 1999. Tanto o mercado urbano como o rural prosperaram devido ao crescimento da oferta e ao desenvolvimento da diversificação da produção rural.

Oportunidades de emprego maiores para o habitante do campo foram dadas pela industrialização rural, com o valor da produção da indústria coletiva rural alcançando 4.573 bilhões

de RMBs em 1998, o equivalente a 38,4% do valor da produção da indústria nacional. As grandes mudanças ocorreram no padrão da indústria rural, levando à trilha do progresso da civilização da sociedade rural e ao desenvolvimento das pequenas cidades.

3. A Reforma do Sistema de Propriedade

O que a teoria de reforma no sistema de propriedade advoga é a propriedade pública como corpo principal ao lado do desenvolvimento de economias diversificadas de propriedade. No caso do setor agrícola, a economia privada do agricultor ocupava posição dominante, enquanto as economias coletiva e cooperativa existiam simultaneamente. No caso do setor industrial, o valor de produção das estatais ou das empresas por ações abertas, dominadas pelo Estado, participava de 28% do total da produção, enquanto as empresas coletivas eram responsáveis por 38%, as empresas privadas por 17% e as *joint-ventures* de investidores estrangeiros respondiam por 23%.

Há dois tipos de empresa pública: empresas estatais e companhias por ações, dominadas majoritariamente pelo Estado, e a propriedade coletiva em áreas tanto urbanas como rurais, tal como as várias cooperativas municipais. Portanto, a propriedade pública ainda dominava, embora a proporção da presença estatal decaísse.

A economia privada da China seguia em rápido desenvolvimento no final de 1999, com 1,51 milhão de empresas privadas registradas, das quais a indústria terciária contava com 50% desse total e a indústria secundária com 40%. O valor do

capital registrado dessas empresas excedia 1 trilhão de RMBs, com 77 milhões de empregados, valor da produção industrial atingia 700 bilhões de RMBs e o da venda de *commodities* chegava a 400 bilhões de RMBs.

À parte a economia privada, há vários tipos de economias mistas, como empresas de ações abertas, cooperativas de capital aberto, *joint-ventures* mistas de investidores chineses e estrangeiros e *joint-ventures* formadas a partir da cooperação chinesa e estrangeira.

4. A reforma das Empresas Estatais

A teoria da reestruturação econômica estatal inclui os seguintes pressupostos: a empresa é o corpo central do mercado, não sendo afiliada ao governo; a função empresarial deve ser separada da função governamental; o direito de gestão da empresa deve ser separado do direito de propriedade; e o sistema empresarial moderno deve ser estabelecido de modo a aperfeiçoar a administração interna.

A reforma da empresa estatal tomou por meta adaptar-se ao sistema econômico de mercado, para torná-lo mais vigoroso, minorar o déficit e criar mais riqueza e lucro. O governo chinês havia anunciado que o déficit das empresas estatais de médio e grande portes seria basicamente eliminado dentro de três anos, a partir de 1998. No final de 2000, haviam alcançado o objetivo de eliminação do déficit mais de 70% das 6.599 empresas estatais de médio e grande portes às quais o governo dera atenção em busca desse objetivo.

5. Estabelecimento do Sistema de Mercado

O estabelecimento do sistema de mercado, visando à abertura e à competição, era visto como parte componente do mercado socialista. A teoria do estabelecimento desse sistema inclui os seguintes aspectos: os bens e fatores de produção foram reconhecidos como *commodities*, que mantêm o preço; a prática de fixar preços pelo governo foi abolida, passando eles a serem determinados pelo mercado; e a maioria das *commodities* envolvia o mercado e foi separada do planejamento de distribuição e preços. De modo a aperfeiçoar o sistema de mercado, foram favorecidos também os mercados de capitais, de trabalho, de imóveis e cambial.

Atualmente, além de produtos ligados à indústria bélica, das *commodities* civis basicamente envolvidas no mercado, da liberdade de movimento para trabalhadores tanto urbanos como rurais, as grandes cidades receberam mais de 10 milhões de trabalhadores vindos de áreas rurais e têm condições de oferecer empregos para eles. Os graduados do 1° e 2° grau buscaram posições de emprego por conta própria e tanto empregador como empregado escolheram um ao outro. O mercado de imóveis se desenvolveu rapidamente, juntamente com o aumento da venda de moradias nas áreas urbanas por todo o país, desde os anos 90. Em termos de mercado cambial, o mercado interbancos nacional foi estabelecido em 1994, com a taxa cambial do RMB passando a ser decidida pela oferta e demanda do mercado. Quanto à instalação do mercado de capitais, com a abertura das duas bolsas de valores em Shanhai e Shenzen no começo dos anos 90 e com o ingresso de 1.000 companhias em ambas as bolsas, os habitantes chineses puderam fazer negócios usando tanto a moeda chinesa como a estrangeira nos mercados.

6. Reestruturação do Sistema de Macrogestão

A teoria de reestruturação do sistema de macrogestão adverte que a função da administração econômica deve ser transferida da ordem administrativa para a administração indireta, como demonstra, principalmente, o ajuste econômico. Tanto a “mão invisível” do mecanismo de mercado quanto a “mão visível” do macrocontrole do governo devem ser postas em cena, de modo a aperfeiçoar o sistema, adaptando-o à economia de mercado.

Em termos práticos, os indicadores de planejamento foram transferidos da posição de comando para a referencial, pela qual o Estado prossegue com a meta econômica através da aplicação de diferentes ferramentas econômicas. Essas ferramentas incluem os meios de política fiscal, tais como despesa, taxaço, subsídios e transferência de pagamento, e o controle da política monetária, como o índice de fundos preparatório para depósitos, o índice de redesconto e a *performance* do mercado público. Assim, os esforços no sentido de criar um sistema de controle da economia promoveram o progresso do sistema de planejamento fiscal e financeiro.

7. Abertura ao Exterior

É inevitável a escolha da abertura ao exterior para realizar a modernização econômica chinesa. Apenas usando os recursos e o mercado estrangeiros em grande escala seria possível acelerar a construção e o desenvolvimento do país. A teoria de abertura ao exterior é um importante componente do pensamento de Deng Xiaoping.

O valor bruto do comércio chinês com o exterior aumentou de 20,6 bilhões de dólares em 1978 para 470 bilhões de dólares em 2000; o valor das exportações passou de 9,8 bilhões de dólares para 140 bilhões de dólares; e a entrada do FDI totalizou 346 bilhões no período 1979-2000.

Em torno de 30 companhias chinesas foram listadas na Bolsa de Valores de Hong Kong para levantar fundos, e algumas empresas haviam ingressado na Bolsa de Valores de Nova York.

Outras empresas chinesas também começaram a investir fora do país. O valor do fluxo de saída dessas empresas foi próximo de 7 bilhões de dólares no final de 1999, de acordo com estatísticas oficiais preliminares. Há três tipos de fluxos de investimentos: o primeiro envolve comércio ou comércio de processamento; o segundo persegue a exploração de recursos; e o terceiro objetiva a cooperação técnica.

Agenda de Reforma Vindoura

A reestruturação econômica chinesa precisa se aprofundar no caminho. O sistema econômico de mercado socialista não foi completamente estabelecido e o sistema de macrocontrole para adaptação ao sistema de mercado ainda precisa ser aperfeiçoado, passo a passo. Em particular, para a China se tornar membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), é necessário que vários aspectos, como o sistema econômico, a prática administrativa, o sistema legal e de regulamentação, dêem prosseguimento a uma reestruturação maior, de modo a se conformar à demanda da cooperação múltipla internacional na economia e na tecnologia.

A China é um grande país, mas tem um padrão baixo de recursos naturais *per capita*, havendo um grande abismo entre as áreas urbanas e rurais e entre as diferentes regiões. Além disso, há uma população pobre de 40 milhões, em particular na região oeste. A solução de tais problemas depende não apenas da manutenção da estabilidade social e do crescimento econômico sustentado, mas também da continuidade das reformas.

Nas áreas urbanas, vários esforços devem ser feitos, como o estabelecimento de um sistema de seguro social, que precisa se conformar à realidade chinesa, dos sistemas de saúde, de moradia e de previdência, juntamente com uma reestruturação mais ampla das empresas estatais.

Nas áreas rurais, é necessário prosseguir e acelerar a industrialização de produtos agrícolas e aumentar a renda dos agricultores. A atividade de construção nas pequenas cidades acelerará o desenvolvimento das indústrias secundária e terciária, disso também resultando a melhoria do padrão de urbanização da China, estimulando assim, definitivamente, a demanda interna e promovendo o crescimento econômico.

A China deve resolver o problema do grande abismo entre as regiões leste e oeste do país, iniciando uma estratégia de desenvolvimento para a região oeste e, ao mesmo tempo, promovendo sua reestruturação econômica e a abertura para o exterior, de modo a facilitar o alcance do objetivo de uma melhora do nível econômico chinês como um todo.

A Questão do Desemprego e as Medidas Políticas na China*

.....

QIU YUANLUN**

Introdução: Possibilidades Sombrias na Questão do Emprego na China durante o 9º Plano Qüinqüenal

No final de 1997, a população da China totalizava 1.236.260.000 habitantes. Devido à estrutura etária, a pressão do crescimento natural da força de trabalho permaneceu forte durante o período do 9º Plano Qüinqüenal (1996-2000). De acordo com estimativas dos departamentos do trabalho chineses, os cinco anos seriam um período de pico no crescimento da população em idade produtiva, e o suprimento médio de recursos de mão-de-obra cresceria de 18,7 milhões no período do 8º Plano Qüinqüenal para 20,3 milhões por ano. Levando-se em consideração que em torno de 9,5 milhões de pessoas abandonam seus empregos devido à idade e à perda de habili-

* Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês.

** Pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China.

dade de trabalho a cada ano, o crescimento líquido da força de trabalho ainda seria no montante de 10,8 milhões anualmente.

Além da recém-ampliada força produtiva, devido ao aumento natural da população, outro grande fator acrescentando pressão ao problema do emprego no período do 9º Plano Quinquenal seria o grande número de pessoal excedente na força de trabalho existente.

Nas áreas urbanas, a reforma de empreendimentos, os estatais em particular, tem sido intensificada, com conseqüente redução de pessoal e aumento da eficiência como fatores centrais, criando um grande abismo entre o número de pessoas que as empresas querem cortar e as que têm sido deixadas à própria sorte. O aumento drástico do número de desempregados será um duro fato que o povo terá de enfrentar em um período futuro.

Nas regiões rurais, para aumentar a produtividade agrícola, a China tem de seguir a estrada da administração intensificada da terra, para modernizar o processo de produção agrícola como um todo. Ligado a isso, um grande número da força de trabalho agrícola irá sair do campo. Sob condições em que não podem ser empregados localmente ou em aldeias, essa mão-de-obra deve formar um contingente de desempregados ainda maior que o surgido nas áreas urbanas. De acordo com estimativas preliminares, há pelo menos 30 milhões de pessoas excedentes em estatais e cooperativas das cidades e em torno de 120 milhões de trabalhadores excedentes nas áreas rurais. Resumindo, com a intensificação da reforma do sistema econômico e com as mudanças tomando lugar na estrutura econômica e tecnológica, o suprimento de forças de trabalho transferido do conjunto de reserva de mão-de-obra seria enorme no período do 9º Plano Quinquenal.

Demanda de Forças de Trabalho

Com o aumento do nível de estrutura econômica e tecnológica, a oferta de emprego no crescimento econômico reduziu-se relativamente. Com base em estimativa feita pelo Departamento Estatístico do Estado, no período do 8º Plano Quinquenal, cada aumento de 1% no PIB era acompanhado de um crescimento de 744 mil empregos. Supondo-se que esse aumento no número de empregos permanecesse inalterado e o crescimento anual do PIB chegasse a 9% no período do 9º Plano Quinquenal, haveria em torno 34,15 milhões de empregos criados nesses cinco anos. Sob a dupla pressão de um abismo grande demais entre a oferta e demanda da crescente força de trabalho e um excedente de trabalhadores que surge no próprio curso do desenvolvimento, a situação de empregos na China no presente, e nos anos seguintes, parece bem sombria.

Principais Elementos Causadores do Problema do Desemprego na China

Reduzir o desemprego e criar empregos é responsabilidade comum do governo, da sociedade e dos indivíduos, o que pode pesar no sucesso ou fracasso da reforma, particularmente a de empresas estatais, da estabilidade social e da consolidação do regime na China. Para fazer um bom trabalho nesse ponto, em primeiro lugar deve-se analisar a fundo e sondar as principais causas do problema do desemprego. E apenas então poderão ser feitas políticas de promoção de emprego de acordo com a situação. Os principais elementos causadores de desemprego na China são, como se segue:

1. *O Desenvolvimento* – A China é um país em desenvolvimento. No processo de transformação de país em desenvolvimento para país desenvolvido, é inevitável que ocorram a transferência de mão-de-obra agrícola para a indústria e um processo de “urbanização”. Esse processo seguia de maneira bem lenta até a reforma e abertura para o mundo exterior. A proporção da população agrícola na população total só se reduziu em alguns poucos pontos percentuais no longo período de 1950 a 1978, respectivamente, de 89,8% para 82,1%. Esse estado de coisas significava um desemprego velado de grande número de pessoas na agricultura. Desde a reforma e a abertura para o mundo exterior, porém, um grande contingente de força de trabalho rural excedente tem sido liberado da agricultura para indústrias não-agrícolas, especialmente em pequenas cidades. Conseqüentemente, estima-se que pelo ano 2000 a força de trabalho na agricultura na China terá se reduzido a cerca de 45% da população total. Ao mesmo tempo, a maior renda e um melhor nível de vida nas cidades atraem a força de trabalho vinda do interior, o que produz um sério problema de mão-de-obra.

Entre os elementos causadores do problema do desemprego inclui-se também a desigualdade no desenvolvimento regional. No curso do desenvolvimento econômico da China, desde a reforma e a abertura para o mundo exterior, o desenvolvimento do centro e do oeste da China se arrasta, em comparação com o desenvolvimento do leste, com a renda e as oportunidades de emprego nessas duas regiões sendo menores e levando grandes quantidades de mão-de-obra a fluir para o leste e em direção ao sul, para as cidades costeiras, causando novos problemas de desemprego nessas áreas.

2. *O Sistema Econômico* – Aparentemente, não havia problema de desemprego durante o período da economia planejada. No entanto, essa é uma falsa impressão. O emprego era mantido ao preço de baixa produtividade e baixos salários, assim como com o impedimento da livre mobilidade da força de trabalho. A consequência era a existência de grandes números de desemprego velado tanto no interior quanto nas cidades, especialmente nas empresas estatais, em que o pessoal excedente constituía 1/3 do total de trabalhadores e funcionários. No curso da transformação da economia planejada para a economia de mercado, confrontadas com a competitividade do mercado, os empreendimentos passaram a cortar pessoal excedente para aumentar a produtividade e melhorar seus resultados econômicos, portanto, demitindo e pondo grande número de trabalhadores no desemprego.

Ao mesmo tempo, a China está construindo seu sistema econômico de mercado, promovendo a competição, o progresso tecnológico e aumentos na produtividade. Algumas empresas reduziram ou suspenderam suas produções, ou mesmo faliram, por má administração, o que só deve aumentar o desemprego. Combinado a isso, a China está no processo de transição de economia planejada para a de mercado, que não foi completamente implantado, com o mercado de trabalho ainda não totalmente desenvolvido, com informação sobre empregos insuficiente e com a mobilidade da força de trabalho sendo de várias formas bloqueada. Tudo isso agravou, para pior, a distância entre oferta e procura de força de trabalho. Como resultado, há pessoas que buscam empregos em que trabalhar, de um lado, e, de outro, há empregos não-preenchidos por falta da mesma mão-de-obra.

3. *A Estrutura Econômica* – Há vários problemas estruturais acumulados no período de economia planejada. Por exemplo, a participação da indústria secundária era extraordinariamente alta, enquanto a da indústria terciária era baixa demais. Da mesma forma, a proporção de tecnologias obsoletas era extraordinariamente alta, em comparação com a introdução de alta tecnologia, assim como os produtos de baixa qualidade dominavam o mercado sobre os produtos de alta qualidade. Por essas e outras razões, a estrutura econômica original ficou muito aquém de atender às demandas dos mercados doméstico e externo. Um salto na estrutura industrial está tomando lugar nas cidades costeiras da China, resultando na queda da proporção de indústrias de trabalho intensivo e aumentando a participação das indústrias de capital e tecnologia intensivas, o que também levou ao problema do desemprego.

O problema estrutural econômico também se manifesta no fato de que muito investimento foi feito erroneamente no processo de desenvolvimento, o que deu origem a uma forte competitividade. Algumas indústrias, como a têxtil e a de eletrodomésticos, têm um grande excedente de capacidade produtiva, o que inevitavelmente leva ao desemprego.

4. *O Ciclo Econômico* – Embora a China esteja no estado de transição em direção à economia de mercado, mudanças cíclicas inerentes à economia de mercado emergiram. Por exemplo, a recente desaceleração no aumento da demanda e na velocidade do crescimento econômico. Sob essas circunstâncias, alguns negócios têm operado abaixo de sua capacidade. Com a estagnação da capacidade de produção e o aumento do déficit, a produção tem sido cortada ou suspensa, havendo mesmo casos em que essas indústrias entram em processo de

falência. Isso ocorre tanto nas empresas estatais como em empreendimentos de outros tipos de controle, incluindo as cooperativas de vilas e cidades, ampliando as dificuldades para a criação de novos empregos e levando trabalhadores, até então ativos, a perderem seus empregos.

5. *As Políticas* – Várias políticas podem afetar a disponibilidade de empregos. Por exemplo, alguns burocratas não têm tido a compreensão necessária sobre o significado e o papel das economias de domínio não-estatal e falham em criar políticas adequadas. Logo, em regiões onde o desenvolvimento de economias de domínio não-estatal não foi encorajado, os canais para a obtenção de empregos são estreitos.

Políticas para a Promoção de Empregos

O fato de ter-se tornado gritante o problema do desemprego na China no presente é decorrência integrada de todos os elementos mencionados. Para minorar o problema, diferentes métodos devem ser adotados a partir de diversos aspectos.

Em primeiro lugar, no que concerne à questão do desenvolvimento econômico, temos de desenvolver a economia e as iniciativas de maneira sustentada e rápida. A experiência do 8^o Plano Quinquenal mostrou que a China teve uma média de 7,303 milhões de pessoas empregadas anualmente e uma média de 12,2% de aumento anual de PIB nesses cinco anos, com cada ponto percentual de crescimento podendo prover empregos para em torno de 600 mil pessoas. No entanto, na situação presente do emprego na China, será necessário criar emprego para uma média de mais de 7 milhões de pessoas, anualmente, em áreas urbanas. Se a taxa de crescimento da economia for

baixa demais, a pressão acumulada por empregos será ainda maior. Não apenas as indústrias manufatureiras e outras indústrias precisam ser desenvolvidas nas várias cidades, mas também deve ser acelerada a construção de pequenas cidades para absorver o grande número excedente de mão-de-obra liberada da agricultura e tornar possível para mais trabalhadores rurais excedentes se dirigir a essas cidades. Também deve ser exercido um controle adequado sobre o fluxo dos trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos. No final de 1997, o total de pessoas empregadas na China era de 696 milhões, das quais 147,6 milhões eram trabalhadores e funcionários nas áreas urbanas, 26,96 milhões estavam empregados em negócios estatais ou privados, enquanto a força de trabalho na agricultura constituía bem mais que a metade do total, e pelo menos 100 milhões eram mão-de-obra excedente. Os grandes centros urbanos não podem suportar um fluxo muito grande e muito rápido de população. Além disso, o desenvolvimento do centro e do oeste da China deve acelerar-se, para que mais força de trabalho seja absorvida localmente.

Em segundo, no que se refere ao fator sistema econômico, a transformação em sistema econômico de mercado precisa ser acelerada, para poder promover o desenvolvimento de um mercado pleno e unificado. O desemprego é inevitável na economia de mercado e, exatamente por causa disso, é imperativo apressar a criação de um sistema de previdência social, incluindo o seguro-desemprego, e de um sistema de renda mínima, para que os desempregados e suas famílias possam ter o necessário para sua subsistência. No fim de 1997, o número de trabalhadores que participaram do seguro básico de aposentadoria chegou a 87,7 milhões; 13,3 milhões de pessoas foram

atendidas no planejamento social de despesas médicas para doenças graves; as agências de seguro têm provido assistência ao desemprego para 3,8 milhões de pessoas; e em torno de 41,5% das pequenas cidades firmaram uma rede rural de assistência social em que 70,35 milhões de pessoas foram atendidas pelo seguro social rural para idosos. Tudo isso representa um progresso notável. Entretanto, comparados a uma população de 1.230 milhões de pessoas e uma força de trabalho total de 700 milhões, esses sistemas aparentemente têm de ser aperfeiçoados e serão completados com grandes esforços.

Ao mesmo tempo, devem ser feitos esforços para desenvolver e completar o mercado de trabalho, como, por exemplo, facilitar o fluxo de informação sobre oferta e demanda de mão-de-obra, de modo a ajudar os desempregados a encontrarem ocupação. Em torno de março 1998, o Centro de Serviço de Reemprego havia sido estabelecido em 111 cidades, uma rede provendo serviços para comunidades urbanas desenvolveu-se rapidamente e 150 mil instalações de serviço comunitário foram criadas, das quais há 5.663 Centros de Serviço. Seu papel deve ser devidamente trazido a contexto.

Em terceiro lugar, no que concerne ao elemento da estrutura econômica, o primeiro e mais importante detalhe é prevenir o problema de uma estrutura inadequada, causada por cegueira e redundância de investimentos, devido à crença de que os investimentos não estão livres de se confrontar com riscos, assim como o desemprego decorrente dessa forma de regulação da estrutura econômica. Nesse ínterim, grandes esforços devem ser feitos para promover o desenvolvimento mais rápido da indústria terciária, que cobre um largo espectro de negócios e ocupações que surgem constantemente, com enorme

capacidade de emprego da força de trabalho. Até o momento, a indústria terciária tem tido apenas uma participação menor no PIB (as fatias das indústrias primária, secundária e terciária na China, em 1997, foram de 19,7%, 42,6% e 32,7%, respectivamente), e tal proporção teve um aumento lento no PIB nos últimos anos. Se os obstáculos bloqueando a entrada da população na indústria terciária forem desmantelados e reduzidos de maneira racional, certamente a indústria terciária assistirá a um desenvolvimento mais acelerado. Além disso, o desemprego causado por mudanças estruturais freqüentemente requer que os trabalhadores sejam retreinados para estar em condições de dominar o conhecimento e as habilidades para um novo trabalho antes que possam ser reempregados. Os desempregados precisam também transformar suas idéias de emprego (como exemplo, os desempregados urbanos não se mostram dispostos a servir como trabalhadores do lar ou no serviço público). A razão por que muitas pessoas não têm um emprego, enquanto há uma grande quantidade de trabalho não-preenchido, está além de uma falta de informação sobre o mercado de trabalho, mas na atitude de parte dos desempregados na escolha de empregos e em sua correspondente falta de conhecimento e habilidade para certos trabalhos. Portanto, medidas mais compulsórias devem ser tomadas, incluindo emprego e retreinamento arbitrários, o que é freqüentemente o caso em vários outros países.

Em quarto lugar, no que concerne ao ciclo econômico, flutuações econômicas cíclicas são inevitáveis na economia de mercado, e o governo chinês aprendeu a aplicar políticas monetárias, financeiras e outros meios para regular a operação do mercado, visando mitigar as flutuações econômicas na economia. Por exemplo, quando a economia declina, as políticas fi-

nanceira e monetária são relaxadas a um grau adequado para minorar a tendência à queda e fazê-la inverter seu curso para ascender, de modo a reduzir o desemprego e até aumentar o número de empregos. Isso é o que a China está fazendo.

Em quinto, quanto à política econômica, como há uma grande pressão pela busca de empregos na China, a criação e a implementação de uma política devem levar em consideração o que seja favorável ao aumento de empregos. Por exemplo, sob as condições de dificuldades em que as empresas estatais se encontram, com a capacidade de emprego das cooperativas basicamente saturada e o governo tendo uma capacidade limitada de oferecer empregos, a ocupação em negócios privados e individuais será a direção principal para a força de trabalho recém-aumentada e para absorver o pessoal excedente das estatais nos anos vindouros. Um modelo de cálculo mostra que, em 1998, havia um aumento da força de trabalho de 10,25 milhões, além de 4,7 milhões de trabalhadores demitidos de empresas estatais, de um lado, e, de outro, todas as oportunidades de emprego totalizam 14,5 milhões, dos quais 4 milhões podem ser encontrados em *joint-ventures* sino-estrangeiros e outros tipos de propriedade, 4,5 milhões em empreendimentos de cooperativas locais e 6 milhões em pequenas e grandes empresas urbanas. Portanto, as atividades legislativas, o comportamento governamental, a opinião pública e as idéias do povo devem mudar mais profundamente para moldar-se à nova situação.

Resumindo, uma nova situação está emergindo quanto ao problema do emprego na China. Reduzir o número de seus empregados é a chave para libertar os empreendimentos estatais das dificuldades, dentro de três anos. Essa é a orientação

principal já encaminhada e o projeto de reemprego é o caminho eventual para a solução desse problema. Se a liderança, em vários níveis, e a sociedade, como um todo, prestarem grande atenção a isso e tomarem medidas efetivas e práticas, o problema de reemprego certamente será bem resolvido.

Desafios da China: Desenvolvimento Econômico e Poluição Ambiental*

.....

ZHAO YING**

I. Introdução

Devido à aceleração da industrialização no campo e ao rápido desenvolvimento de empresas nas cidades, a poluição da água é mais grave nas cidades e zonas rurais onde a indústria se desenvolveu mais rapidamente. Mais de 50% dos lençóis de água das cidades estão poluídos e a contaminação da água em algumas regiões litorâneas está se expandindo. A poluição do ar em algumas cidades é muito séria. A chuva ácida, que ocorria durante os anos 80 em poucas áreas, agora se expandiu para o sul do Rio Yangtze e o leste do Planalto Qinghai-Tibet, e continua a se estender. Em torno de dois terços dos habitantes das cidades da China moram em um ambiente em que o nível de

* Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês.

** Especialista em economia industrial e economia de segurança nacional e bacharel em artes. Bolsista sênior do Instituto de Economia Industrial da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China.

ruído está além do tolerável. O tratamento do resíduo sólido industrial e do lixo doméstico é um sério problema nas grandes e médias cidades da China. Vários tipos de lixo industrial e doméstico são transferidos da cidade para a zona rural. A poluição ambiental e a destruição ecológica resultam em danos ao meio ambiente, prejudicando os animais e as plantas e causando uma rápida diminuição no número de espécies. Algumas áreas com problemas ecológicos sequer têm água potável para pessoas e animais; as árvores e a grama mal podem crescer.

Desde a década de 90, o governo central tomou uma série de medidas (legislativas, administrativas e econômicas) para atacar a poluição e conseguiu algum progresso. Porém, a partir da abertura ao mundo exterior, e visto que os governos de diferentes níveis e as empresas têm diversas vantagens em atacar a poluição, dando atenção diferenciada à poluição ambiental, algumas políticas do governo central quanto à poluição só podem ser realizadas através de planos. Com a diminuição dos recursos fiscais do governo central, atacar a poluição tornou-se, na verdade, um processo de políticas coordenadas. Não obstante, a partir da situação nacional da China, o governo central ainda será a parte principal no ataque à poluição durante os primeiros 20 anos do século XXI. Portanto, é necessário fortalecer os recursos fiscais e o poder administrativo do governo central. Entrementes, os governos locais deveriam assumir também suas responsabilidades, da mesma forma que as empresas têm de cumprir os seus papéis. O equilíbrio apropriado deveria ser estabelecido entre o governo central, os governos locais e as empresas.

II. O Processo de Industrialização da China e a Situação da Poluição Ambiental

1. O Processo de Industrialização da China

Desde a abertura ao mundo exterior, em 1978, a industrialização da China obteve um rápido progresso. No período de 19 anos, de 1978 até 1996, o valor total da produção alcançou dois dígitos em 12 anos e excedeu os 20% em seis anos. Após entrar na década de 90, a indústria chinesa manteve o crescimento em mais de 10%. De 1985 a 1994, a média anual da taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* alcançou 7,8%. De acordo com a paridade do poder de compra (PPP), do Banco Mundial, a renda *per capita* nacional da China era de US\$ 2.510, próximo ao nível de alguns países de renda moderada. Em 1993, a proporção da indústria no total do valor da produção industrial e agrícola aumentou de 75,2% em 1978 para 82,8%, crescendo mais de 85% nos anos mais recentes. A produção e a qualidade de alguns dos principais produtos industriais registraram grande aumento. A fabricação de alguns produtos industriais coloca a China entre os maiores produtores do mundo. É a primeira colocada na produção internacional de aço e, também, na de carvão; a produção de energia elétrica ocupa a segunda posição no mundo, assim como os químicos e fertilizantes; a fabricação de cimento fica em primeiro lugar no mundo, enquanto a de óleo cru e a de borracha sintética estão em quinto; a produção de aparelhos de TV está em primeiro lugar e a de fibras químicas em segundo.

A indústria chinesa formou uma grande capacidade produtiva. No final de 1997, mais de 96% dos produtos haviam excedido a demanda, como, por exemplo, o automóvel. A ca-

pacidade produtiva de automóveis, no final de 1997, alcançou 350 milhões de carros, enquanto a produção real foi de apenas 157 milhões de carros. A indústria chinesa formou um versátil e completo sistema, tendo como principais componentes energia, maquinaria, mineração, metalurgia, eletrônicos, automóveis, química, química petrolífera, aviação e indústria aeroespacial, construção naval, material de construção, remédios, produtos têxteis e roupas, eletrodomésticos e utensílios para o lar, alimentos e bebidas etc.

Em vista da estrutura da produção industrial, a China está passando por um período de transição de indústrias de baixo valor agregado para as de valor mais alto. Em 1997, a balança de importação e exportação de máquinas e produtos eletrônicos teve equilíbrio pela primeira vez. A exportação de máquinas e produtos eletrônicos alcançou 67 bilhões de dólares, substituindo, dessa forma, os produtos têxteis como os primeiros produtos de grande exportação. Com o objetivo de promover a renovação das indústrias, o governo chinês investiu, principalmente, em circuitos integrados de larga escala, energia nuclear, aviação e indústria aeroespacial, projetos biológicos, novos materiais e equipamentos para superferrovia etc.

A partir dos anos 90, a indústria chinesa mudou de um padrão de crescimento extensivo para um intensivo. Tanto o governo quanto o povo chinês mantêm, no campo teórico, a opinião de que a China, preliminarmente, completou sua industrialização. Isso influencia a atitude do governo para com a proteção ambiental.

Até certo ponto, o crescimento industrial da China e o progresso da sua industrialização dependem do desenvolvimento das empresas. Durante as décadas de 80 e 90, essas em-

presas continuaram a se desenvolver em uma velocidade muito superior à das empresas estatais. De 1981 a 1993, o valor total da produção de empresas de distritos e povoados chineses aumentou a uma média de 33,45% ao ano. No final dos anos 90, embora a taxa de crescimento dessas empresas tenha diminuído um pouco, ela ainda era mais alta que a das empresas estatais. Dentre as mais de 7,34 milhões de empresas industriais, mais de 6,51 milhões são empresas de distritos e povoados, totalizando 88%. No final de 1995, essas empresas empregaram 128 milhões de camponeses, que ocuparam 50% do total da força de trabalho adicional do campo. Em 1995, as empresas de distritos e povoados pagaram aos trabalhadores empregados 376,2 bilhões de iuanes em salários, sendo responsáveis por 28,05% do rendimento líquido naquele ano, contribuindo, assim, para que eles se livrassem da pobreza. Nesse ano, o valor do produto das exportações dessas empresas alcançou 440 bilhões de iuanes, em torno de 30% do total anual das exportações da China.

Empresas de distritos e povoados se tornaram os principais recursos financeiros para as organizações de poder político de nível básico. Em 1993, elas gastaram 14,11 bilhões de iuanes em expansão, sendo responsável por 16,3% do total da soma dos lucros (83,2 bilhões de iuanes); 16,44 bilhões em construções na zona rural, ou 19,76% do total do lucro do ano; e 3,81 bilhões de iuanes no suporte à produção agrícola, ou 4,6% do lucro total. A receita para governos locais abaixo de município vem principalmente de empresas de distritos e povoados. Em 1995, os tributos coletados dessas empresas totalizaram 130,17 bilhões de iuanes, respondendo por 20,85% da receita total da China nesse ano. Até certo ponto, os governos locais abaixo de

município normalmente dependem delas para desenvolver a economia, a educação, a cultura e os serviços médicos por um longo período.

O desenvolvimento da indústria chinesa não é equilibrado. Em geral, a curva chinesa do desenvolvimento tem a forma de uma escada, começando superiormente na parte leste da China, descendo para o centro e terminando na parte oeste. Há vários anos, a taxa de desenvolvimento industrial do leste é mais alta do que as das regiões central e oeste. De 1985 a 1990, a taxa de crescimento industrial anual das áreas do leste era de 20,75%, enquanto a das áreas centrais era de 18,13% e a das áreas do oeste atingia 19,37%. De 1991 a 1994, a média da taxa de crescimento anual para o leste era de 36,13%, ao passo que para as áreas centrais havia ficado em 30,09% e em 27,39% para as áreas do oeste. Nos últimos anos, as áreas centrais aceleraram sua taxa de crescimento industrial, enquanto as áreas do oeste se mantiveram lentas. Em vista da estrutura industrial, as áreas do leste, devido ao crescimento da força de trabalho, dos custos de recursos e das indústrias de trabalho intensivo, estavam perdendo competitividade e começaram a aperfeiçoar o nível de sua estrutura industrial.

Não obstante, as áreas do centro e do oeste, seguindo a trajetória das áreas do leste, serão as maiores bases de produção de indústrias de trabalho intensivo do século XXI. Comparada com a parte leste, atualmente a proporção de indústrias de alto valor agregado no centro e no oeste é inferior, sendo mais alta apenas em recursos primários, processando indústria de produtos e energia. Em termos da distribuição de empresas de distritos e povoados, as áreas da costa leste superam em muito as áreas do centro e do oeste em recursos financeiros e no valor da

produção. Em 1994, o valor da produção industrial das empresas de distritos e povoados no litoral foi de 49,9% do valor total da produção industrial daquela área e de 74,76% do valor total da produção industrial do país no mesmo ano. Já na área central, o valor da produção industrial correspondem a 35,5% do valor total dessa produção, dos quais 19,08% pertenciam a empresas de distritos e povoados, enquanto nas áreas do oeste esse valor correspondia a 24,93% do total da produção industrial do país, sendo que 6,16% se referiam a empresas de distritos e povoados. As diferenças de desenvolvimento das empresas de distritos e povoados dessas regiões é o principal fator responsável pela desigualdade do desenvolvimento industrial regional. Atualmente, as áreas pobres da China estão largamente concentradas nas regiões central e oeste.

2. A Situação da Poluição Ambiental da China

2.1. Ambiente Atmosférico

A poluição do ar na China é provocada pela fumaça, poeira e chuva ácida, sendo que a poluição das duas últimas é das mais nocivas. No final dos anos 90, a poluição causada por emissões de gás carbônico pelos automóveis nas áreas desenvolvidas da costa e das grandes cidades foi cada vez maior.

A chuva ácida na China se distribui principalmente sobre o sul do Rio Yangtze, o leste do Planalto Qinghai-Tibet e a Baía Sichuan. A área central da China tem a mais séria poluição por chuva ácida, com um PH anual abaixo de 4,0 e uma taxa de ocorrência de 80%. A chuva ácida na área da costa leste da China é distribuída, principalmente, a partir do sul do curso médio e mais baixo do Rio Yangtze até a região costeira de Xia-

men, onde o grau de poluição provocado por esse tipo de chuva é mais fraco do que nas áreas do centro e sudoeste, embora com uma distribuição mais extensa.

2.2. Ambiente Aquático

Em 1995, as águas de rios e reservas estavam poluídas em vários graus. Exceto por alguns rios do interior e de grandes reservatórios, a poluição da água está piorando, especialmente nas áreas industriais desenvolvidas.

Observa-se que em 1995 os principais poluentes dos Rios Yangtze, Amarelo, Zhujiang, Huaihe, Songhuajing e Haihe foram o nitrogênio, a amônia e o permanganato de potássio, o fenol volátil e a demanda de oxigênio bioquímico. A poluição por bacilo de cólon nas regiões mais baixas das cidades grandes e médias está aparentemente aumentando.

Entre os vales do Rio Yangtze, 45% estão de acordo com a primeira e segunda classes do nível nacional, 31% com a terceira classe e 24% com a quarta e quinta classes. No Rio Amarelo há também séria contaminação da água, com sua corrente principal poluída por matéria orgânica. Dos vales do Rio Amarelo, apenas 5% estão de acordo com a primeira e segunda classes do nível nacional, 35% com a terceira classe e 60% com a quarta e quinta classes. Para o Rio Zhajiang, 31% estão de acordo com a primeira e segunda classes do nível nacional, 47% com a terceira e 22% com a quarta e quinta. O Rio Huaihe tem problemas muito sérios de poluição da água estando 27% de acordo com a primeira e segunda classe do nível nacional, 22% com a terceira e 51% com a quarta e quinta. A poluição da água é ainda mais séria na bacia do Songhuajiang. Apenas

4% da água estão de acordo com a primeira e segunda classes do nível nacional, 29% com a terceira e 67% com a quarta e quinta. Para o Rio Haihe, 42% estão de acordo com a primeira classe do nível nacional, 17% com a terceira e 41% com a quarta e quinta.

Dentre as águas litorâneas da China, os Mares Bohai e Danghai estão mais seriamente poluídos do que o Mar Nanhai. Próximo ao mar, os escoadouros principais dos rios, os golfos e os portos têm a pior poluição aquática. Os principais poluentes são os relacionados a nitrogênio, fósforo inorgânico e petróleo.

2.3. O Ambiente da Cidade

A Atmosfera

De acordo com o monitoramento de 87 cidades, a média diária anual do total de partículas suspensas chega a 55-732 $\mu\text{g}/\text{m}^3$. O monitoramento de 88 cidades mostra que o valor da média diária anual de dióxido sulfúrico é 2-242 $\mu\text{g}/\text{m}^3$.

Lençóis Freáticos

De maneira geral, os lençóis freáticos das cidades estão seriamente poluídos. A maioria dos rios nas cidades está poluída em vários graus, com o norte pior do que o sul.

Poluição Sonora

De acordo com o monitoramento de 46 cidades em 1995, o ruído de 34 cidades excedeu o nível fixado nacionalmente. O

ruído da estrada e do tráfego está aumentando e o ruído nas áreas de concentração industrial excede enormemente o nível fixado pelo país.

3. Poluição Industrial

Detritos Industriais Gasosos

Desde 1995, a emissão total de detritos industriais gasosos (excluindo a de empresas de distritos e aldeias) tem aumentado, com a emissão de 8,45 milhões de toneladas de fumaça, 6,3 milhões de toneladas de poeira e 13,96 milhões de toneladas de dióxido sulfúrico.

Detritos Industriais Líquidos

Em 1995, a quantidade total de emissão de detritos industriais na China (excluindo empresas de distritos e aldeias) alcançou 35,62 bilhões de toneladas, dos quais 22,25 bilhões de toneladas foram de detritos líquidos. O volume de detritos industriais líquidos atingiu 21,57 bilhões de toneladas, mas o padrão de emissão total de detritos líquidos deveria ser de 12,34 bilhões de toneladas.

Detritos Industriais Sólidos

Em 1995, a quantidade total de lixo sólido na China (excluindo empresas de distritos e aldeias) chegou a 650 milhões de toneladas. Vinte e dois milhões e 270 mil toneladas de lixo sólido industrial foram despejados no meio ambiente, sendo que 6,36 milhões de toneladas em rios e em declives. O mon-

tante do total de armazenagem de detritos sólidos ao longo dos anos foi de 6,641 bilhões de toneladas, ocupando uma área de 55.085 hectares.

4. A Poluição de fora da China

Chuva Ácida

A análise baseada no monitoramento sucessivo de cientistas chineses mostra que a chuva ácida na parte leste da China vem de países e áreas vizinhas, afetando o ambiente em diferentes graus, devido à sua localização geográfica e às condições meteorológicas.

A chuva ácida em regiões costeiras do norte, da cidade de Tumen a Dandong, originou-se na Península da Coreia e no Japão, porque a chuva ácida e a chuva comum se concentram no verão, durante o qual o vento de sudeste é predominante.

A fonte de chuva ácida para as regiões das costas leste e sudeste é muito mais complicada. No inverno e na primavera, essas regiões são influenciadas pelo leste do continente, assim como pelo Japão e pela Coreia do Sul.

Lixo de Países Estrangeiros

De acordo com a análise conduzida pela Alfândega chinesa, durante o período de 1990 a 1995 a China importou uma grande quantidade de lixo (ver Tabela 1).

O lixo importado vem principalmente dos Estados Unidos e do Japão. Dentre o lixo importado de 1995, aquele restrito pelo governo alcançou 4,3 milhões de toneladas, dando conta de 66% do lixo total importado, custando 1,062 bilhão

de dólares, o que corresponde a 61,4% da quantia total de lixo importado.

Zhejiang, Jiangsu, Fujian, Guangdong e Shandong são as principais províncias a utilizar lixo importado. Muitos lixos tóxicos são também encontrados em Shanghai, Beijing, Tianjin, Liaoning e Jiangxi. Os principais usuários desses lixos são empresas de distritos e aldeias, que raramente levam em consideração o meio ambiente ao se utilizarem deles.

Tabela 1
Situação da Importação de Lixo na China (1990-1995)

Ano	Soma Total de Importações (US\$ Milhões)	Total de Lixo Importado (ton.)	Valor da Importação de Lixo (US\$ Milhões)	Percentual do Valor do Lixo Importado
1990	5.334.500	991.542	25.999,20	0,49
1991	7.379.100	2.114.410	60.610,50	0,95
1992	8.058.500	5.715.823	134.326,00	1,67
1993	10.395.900	8.285.361	157.448,70	1,5
1994	11.561.400	6.668.963	136.067,40	1,18
1995	13.208.354	6.523.505	172.987,00	1,31

Fonte: *Relatório Anual Estatístico da Alfândega Chinesa* (1990-1995).

A poluição ambiental traz à tona diversos efeitos negativos para a economia chinesa e para a vida do povo.

Em 1996, o número de acidentes decorrentes da poluição industrial ocorridos na China foi de 1.446, dos quais 667 foram de poluição por detritos líquidos, 585 de poluição por detritos gasosos, 36 de poluição por detritos sólidos e 36 de poluição sonora. A indústria pesqueira perdeu 170 milhões de iuanes, devido à poluição das águas. Mais de 10 milhões de

hectares de terras de fazendas foram poluídos, causando uma redução na produção de grãos.

O meio ambiente é um dos mais importantes fatores a afetar a saúde das pessoas. Em 1996, o índice de mortes causadas por doenças respiratórias em cidades chinesas foi o mais alto. O mesmo se verifica na zona rural. No ano de 1996, 4.305 pessoas adoeceram por causa de acidentes ambientais, sendo que 10 pessoas morreram.

Podemos ver, através desta análise, que desde 1978 a industrialização chinesa, por um lado, realizou um rápido progresso e, por outro, a poluição ambiental tem ficado mais séria. Como preservar o meio ambiente e contribuir para a proteção ambiental do mundo enquanto se moderniza o país? Esses são os grandes desafios que o governo chinês está enfrentando.

III. A Mudança no Padrão de Distribuição Financeira Chinês

Desde 1978, a China começou a mudar de um sistema de economia planejada para um sistema de economia de mercado. Visto que os recursos financeiros dos governos central e locais foram afetados pela mudança do sistema econômico, as políticas e métodos governamentais para atacar a poluição ambiental também mudaram.

Primeiramente, desde 1978 a porcentagem de receita no Produto Interno Bruto (PIB) está diminuindo (ver Tabela 2).

Por causa de dificuldades fiscais, as finanças têm cada vez menos influência sobre a construção econômica e os recursos públicos. Desde a reforma do sistema fiscal e tributário em 1994, apesar de a receita ter aumentado em torno de 90 bi-

Tabela 2
Mudanças das Receitas
(Em 100 Milhões de Iuanes)

Ano	PIB	Receitas	Percentual de Renda no PIB
1978	3.624,10	1.132,26	31,24
1980	4.517,78	1.159,93	25,67
1985	8.964,4	2.004,82	22,36
1986	10.202,2	2.122,01	20,79
1988	14.928,3	2.357,24	15,79
1990	18.547,9	2.937,10	15,83
1991	21.617,8	3.149,48	14,56
1992	26.638,1	3.483,95	13,07
1993	34.634,4	4.348,95	12,55
1994	46.622,3	5.218,10	11,19
1995	58.260,5	6.242,20	11,05

Fonte: *Anuário Estatístico da China* (1996).

lhões de iuanes, anualmente, a taxa de crescimento ainda está abaixo da taxa do PIB e o aumento da receita do governo central é mais baixo que o crescimento fiscal do Estado. As finanças do governo central podem apenas prover os salários dos funcionários do Estado e os gastos das repartições. Isso mal afeta a economia. Portanto, a China deve mudar sua política de investir diretamente no controle ambiental para o uso de políticas variadas.

Em segundo lugar, os recursos financeiros locais aumentaram. Em 1991, a receita total da China foi de 314,9 bilhões de iuanes, dos quais 93,8 bilhões correspondem à receita do governo central e 221,1 bilhões de iuanes à receita dos governos locais. Tal situação, em que as receitas locais são maiores que a receita do governo central, começou a mudar em 1994. Em 1995, a receita total da China foi de 624,22 bilhões de iuanes, sendo 325,62 bilhões de iuanes provenientes da receita do go-

verno central e 298,558 bilhões de iuanes oriundos dos governos locais. Apesar do fato de a receita do governo central ultrapassar a receita local, a diferença entre as duas foi pequena, levando-se em conta a receita oculta dos governos locais. Com o aumento dos recursos financeiros locais, o grau de preocupação de governos central e locais com a poluição se tornou diferente, assim como os interesses das empresas que causam poluição ambiental, o que comumente fez as políticas do governo central serem executadas de forma incompleta.

E, por último, desde 1978 os poderes das empresas estatais se estenderam enormemente, fazendo o lucro se tornar seu principal objetivo. Empresas de distritos e aldeias, desde o nascimento, têm colocado o lucro em primeiro lugar. Pelo fato de o sistema econômico de administração chinês estar mudando, é possível que essas empresas estejam evadindo impostos. Assim, a receita do Estado se enfraqueceu quando a economia começou a se desenvolver. A cada ano, no encontro sobre controle das finanças, organizado pelo Ministério das Finanças, observava-se que o valor decorrente de impostos evadidos chega a alguns bilhões de iuanes. Deve-se ressaltar que os governos locais, muito freqüentemente, ficam do lado das empresas e dão-lhes ajuda. Visto que mais e mais empresas põem o lucro em primeiro lugar, o problema da poluição se intensifica.

IV. A Atitude do Público e dos Governos Chineses em Diferentes Níveis em Relação à Poluição

1. A Atitude do Governo Central em Relação à Poluição

Tanto a teoria confuciana como a taoísta enfatizam “a unidade da natureza com o homem”, acentuando a harmonia e a

coordenação entre as atividades humanas e a natureza. Ao longo dos anos, a proteção da natureza permaneceu como um problema no qual o governo central chinês deveria prestar atenção para a condução do país. Para a China, a proteção da natureza está fortalecida devido ao fato de os chineses nutrirem por ela reverência e veneração.

Desde a fundação da República Popular da China, o governo central dedicou grande atenção à proteção do meio ambiente. Mas, antes de 1978, quando o desenvolvimento da industrialização não causava sérios problemas de poluição, a proteção ambiental não tinha a atenção que tem hoje. No período da economia planificada, o governo se preocupou primeiro em desenvolver a indústria, o que foi outra causa para a posição secundária da proteção ambiental.

A Segunda Conferência de Proteção Ambiental do Estado foi realizada em 1983. Nessa conferência, a proteção ao meio ambiente foi fixada como uma política estatal básica e três princípios foram estabelecidos: planejar simultaneamente, implementar e desenvolver a construção econômica, a construção urbana e rural e a construção ambiental; buscar o equilíbrio entre os benefícios econômicos, sociais e ambientais; e proteger primeiro, combinando proteção com tratamento, segundo a noção de que mostrou “aqueles que poluem devem tratar”. Essa conferência mostrou que o governo central vinha prestando bastante atenção à proteção do meio ambiente. Visto que a economia se desenvolve rapidamente, o governo central tenta manter um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção do meio ambiente, por exemplo, atribuindo grande importância à proteção ambiental, enquanto dedica maiores esforços para desenvolver a economia.

Mais tarde, em alguns documentos importantes, como “As Dez Estratégias para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da China” e “Agenda do Século XXI da China”, podem ser vistas claramente a determinação e as políticas do governo central para tratar da poluição.

Em 1996, a quarta sessão do VIII Assembléia Popular Nacional aprovou o 9º Plano Quinquenal para a Economia Nacional e o Desenvolvimento Social e Um Programa de Longo Alcance para 2010, que adiantou a estratégia de desenvolvimento sustentável. Esse encontro expressou uma nova percepção por parte do governo com respeito à proteção ambiental. A estratégia de desenvolvimento sustentável mostra que o governo central percebe que proteger o meio ambiente é um fator-chave no desenvolvimento da economia chinesa e também importante para o crescimento econômico. Essa percepção está refletida mais claramente no discurso de Jiang Zemin:

Alguns camaradas ignoravam a proteção ambiental, pensando que desenvolver a economia era mais importante e que a proteção ambiental poderia ser posta à parte pelo tempo presente. Esse ponto de vista é incorreto e nocivo. Muitos países desenvolvidos tomaram o caminho de gastar largamente seus recursos segundo o lema “Primeiro Poluição, Segundo Tratamento”. Como resultado, os recursos e o ambiente ecológico do mundo foram seriamente prejudicados. Nós deveríamos tirar uma lição disso. E não vamos nunca seguir esse exemplo. Nosso desenvolvimento econômico deveria se basear na estrutura industrial racional e na coordenação entre economia, sociedade e meio ambiente. Muitos fatos mostram que o crescimento econômico, que depende de expandir cegamente o alcance dos investimentos, apesar de mais rápido na taxa de crescimento, desperdiça mais recursos, causa danos mais sérios ao meio ambiente e à ecologia e diminui sua habilidade de desenvolvimento sustentável. Esse método não vai servir. Eu disse várias vezes que alguns lugares podem se desenvolver mais rápido, mas

eles não deveriam fazer isso ao custo de desperdiçar recursos e destruir o meio ambiente.

Essa estratégia de desenvolvimento sustentável mostra que a visão de crescimento econômico do governo chinês corresponde à do mundo e que a China assumiu a responsabilidade internacional de proteger o meio ambiente.

O governo central vê claramente que o governo sozinho não pode realizar a tarefa de proteger o meio ambiente. Por esse motivo, a Lei de Proteção Ambiental, aprovada pela Assembleia Popular Nacional estipula claramente que governos locais, em diferentes níveis, são responsáveis pelo meio ambiente de suas próprias áreas. Todos eles devem colocar o objetivo e as medidas de proteção ambiental no seu planejamento global de desenvolvimento econômico e social. A avaliação do meio ambiente deve ser conduzida enquanto se faz o plano de desenvolvimento regional e metropolitano e se ajusta a estrutura industrial, a estrutura dos produtos e a distribuição da produtividade. Todos os governos locais devem promover um ou dois encontros a cada ano para discutir especialmente o problema da proteção ambiental. O Conselho de Estado supervisiona os governos locais, e líderes administrativos são responsáveis pela proteção do meio ambiente. Todos eles, o governador de uma província, o prefeito de uma cidade, o chefe de um distrito e uma aldeia, têm de manter consigo a responsabilidade pela qualidade ambiental de suas próprias regiões. A qualidade do meio ambiente é um item importante na avaliação dos principais quadros dos governos locais. A *Decisão sobre Certos Problemas de Proteção Ambiental*, do Conselho de Estado, define mais adiante que “governos locais nos diferentes níveis são responsáveis pela qualidade do meio ambiente, e um sistema res-

ponsável, no qual líderes administrativos são encarregados da qualidade ambiental, deveria ser implementado. Eles deveriam apresentar objetivos e medidas detalhadas para controlar o total de emissão e para melhorar a qualidade do meio ambiente de acordo com a meta de proteção ambiental do Estado e deveriam relatar ao governo superior mais próximo para o registro.” O fato de o governo central supervisionar rigorosamente os governos locais sobre a proteção ao meio ambiente mostra que o governo central está determinado a realizar o trabalho de proteção através do sistema administrativo, esperando que funcionários-chave dos governos locais adotem uma atitude séria em relação ao trabalho de proteção.

A fim de cumprir o trabalho eficazmente, foi criado um Comitê de Proteção Ambiental no Conselho de Estado, com um membro do Conselho como seu diretor e como membros quadros dirigentes de seções relacionadas ao Conselho de Estado.

2. Atitude das Autoridades Locais em Relação à Poluição

De modo geral, as autoridades locais na China até agora têm mostrado uma certa consciência sobre proteção ambiental. Mas sua atitude em relação a isso é diferente devido às suas diversas posições e benefícios.

Primeiro, províncias e municipalidades, localizadas diretamente abaixo do governo central, prestam comparativamente mais atenção à proteção ambiental, embora menos que o governo central. Em algumas províncias onde as empresas de distritos e povoados são bem desenvolvidas, a principal causa de poluição são geralmente essas empresas. O Escritório de Proteção Ambiental da China, de acordo com a investigação feita

em 1995, relata: “Na área rural e em pequenas cidades, empresas de distritos e povoados se tornaram a principal causa de poluição; também na região litorânea, a poluição causada por empresas de distritos e povoados está ameaçando as pequenas e médias cidades.” Nessas partes do país, as autoridades locais não tomam quaisquer medidas efetivas, mantendo uma atitude indulgente em relação às empresas de distritos e povoados que utilizam equipamentos obsoletos e contaminadores. Por exemplo, nos municípios suburbanos de Beijing, muitas empresas de distritos e povoados ainda usam equipamentos contaminadores que não podem ser utilizados na cidade. Desde os anos 90, mais e mais empresas com alto grau de contaminação apareceram nas regiões central e oeste da China, visto que as pessoas do leste prestam mais atenção ao seu meio ambiente. A fim de se livrar da pobreza, autoridades locais das regiões central e oeste não interferem nessas empresas.

Quanto às autoridades locais de municípios e áreas rurais, elas dedicam ainda menos atenção à proteção ambiental. Contam com as empresas de distritos e aldeias para seu suporte financeiro. E pensam que é mais importante livrar-se da pobreza e que controlar a poluição vem a seguir. Assim, eles não punem aqueles que violam a Lei de Proteção Ambiental nem sequer os ajudam a se livrar disso. No município de Si, província de Anhui, uma fábrica de ácido sulfúrico foi aberta em 1990 e poluiu pesadamente as redondezas. Setenta e quatro aldeões acionaram as autoridades locais e um vice-governador da província de Anhui foi ao local para resolver o problema. Mas isso foi feito com atraso, pois tal fábrica era uma grande pagadora de impostos e muito apreciada pelo governo local. Em abril de 1997, a fábrica foi forçada a fechar, sob a pressão de que os líderes do

município seriam removidos de sua posição. Há mais de cem pequenas usinas de papel ao longo do Rio Huaihe. Elas eram protegidas pelo governo local até que o governo central expediu uma ordem, em setembro de 1995, segundo a qual todas as pequenas usinas de papel com produção abaixo de 5 mil toneladas tinham de ser fechadas antes de 30 de junho de 1996. Mesmo assim, algumas usinas de papel ainda estão operando secretamente, com a proteção do governo local. E as autoridades de cidades e aldeias geralmente carecem de escritórios, equipamentos e pessoas para lidar com a poluição ambiental, o que as deixa em desvantagem.

Em seu próprio benefício, as autoridades locais diferem bastante na sua atitude em relação à proteção ambiental. Por exemplo, o governo da província de Hainan atribui grande importância à proteção ambiental, porque seu objetivo é desenvolver o turismo e a agricultura de alta tecnologia. Em abril de 1996, o Departamento de Proteção Ambiental da Província de Hainan anunciou que toda fonte industrial de poluição e poluentes deveria alcançar o padrão requerido até o final deste século. A fim de atingir a meta, a província de Hainan fechou 75 empresas que poluíam pesadamente o meio ambiente e estimulou 151 novos projetos que não levavam em conta as leis relativas à proteção ambiental e 529 empresas que excediam o padrão requerido de emissão de poluentes a tomarem medidas antes de um prazo limite. Não obstante, algumas províncias mais atrasadas do interior prestam menos atenção à proteção ambiental. Várias empresas que são fechadas por causa de sua poluição estão se transferindo da região da costa leste para a parte central e oeste do país.

Sendo um país em desenvolvimento, a China tem suas próprias características no controle da poluição ambiental, isto é, vasta extensão geográfica, benefícios complexos e grandes in-

vestimentos. Tomemos o controle da poluição dos Rios Amarelo, Yangtze, Zhujiang, Songhuajiang, Huaihe e Haihe como exemplo, e algumas províncias e cidades têm de ser bem coordenadas. Mas o governo local preocupa-se apenas com os problemas dentro de sua própria região, demonstrando pouca preocupação com os problemas que cruzam cidades e províncias, como o da poluição na bacia do Rio Amarelo. Por causa do despejo de água poluída que converge em algumas cidades, como Lanzhou, Baotou, Taiyuan, Xi'an etc., que pertencem a diferentes províncias, o problema não foi efetivamente resolvido. A proteção local torna possível para as empresas despejarem a água poluída. Presentemente, a gerência do ambiente aquático do Rio Amarelo não é unificada de modo geral.

3. A Consciência Ambiental do Povo Chinês

A consciência ambiental do povo chinês está melhorando. O Centro de Investigação Social da Universidade do Povo Chinês fez uma pesquisa com 4 mil pessoas através do país, em janeiro de 1995, que mostrou que a grande maioria delas considera o problema da poluição muito sério, sendo a poluição da água, do ar e do lixo os três principais. Segundo a pesquisa, os entrevistados consideraram que a proteção ambiental está relacionada com as pessoas, mas que eles não confiam nos esforços realizados. Dos cidadãos, 70% gostariam de pagar pelo controle da poluição ambiental, se a soma fosse razoável e as medidas administrativas efetivas.

O número crescente de moções encaminhadas para a proteção ambiental pelos representantes da Assembléia Popular Nacional e pelos membros da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) também mostra que a consciência

ambiental do povo chinês está melhorando. Em 1995, o Escritório de Proteção Ambiental da China recebeu 36 propostas encaminhadas por representantes atendendo ao 3º Encontro da VIII Assembléia Popular Nacional e 17 moções de membros do 3º Encontro da CCPPC. Essas propostas refletem as diferentes exigências dos cidadãos sobre os problemas ambientais.

A melhoria da consciência ambiental do povo chinês está relacionada com a divulgação e a preocupação educacional sobre o tema conduzidas pelo governo central. Atualmente, a educação para proteção ambiental é ministrada, em muitas escolas primárias e secundárias. Enquanto isso, jornais, televisões e rádios são usados para divulgar conhecimentos de proteção ambiental às pessoas. Beijing, assim como algumas outras cidades, está fornecendo relatórios da situação ambiental para o público. Dessa forma, o trabalho do governo de controle da poluição ambiental está sob a supervisão e pressão do povo, especialmente o trabalho dos governos locais. Em muitas questões ambientais, pode-se apelar diretamente ao governo central através da mídia, o que tornou possível resolver os problemas em um prazo curto.

IV. A Via dos Governos Chineses em Todos os Níveis para Lidar com a Poluição Ambiental e os Problemas Existentes

1. A Via do Governo Central para Lidar com a Poluição Ambiental

O governo central da China toma as seguintes medidas com relação à política de lidar com o problema da poluição ambiental:

Finanças e Política de Impostos

Além de investir em alguns grandes projetos e itens de pesquisa de proteção ambiental, o Ministério das Finanças emitiu, em fevereiro de 1995, a Notificação sobre como, se Fazer Uso Completo da Função Financeira para Acelerar o Trabalho de Proteção Ambiental. A notificação estipula:

Aquelas empresas contaminadoras devem ser renovadas, trocando as possessões por dinheiro. Essa soma de dinheiro pode ser na mudança ou na renovação da fábrica, com a permissão da autoridade local. E a taxa sobre poluição, que a empresa tem de pagar no processo de produção, pode ser incorporada ao custo da empresa. Os rendimentos que a empresa conseguia tirando vantagem de detritos líquidos, detritos gasosos e resíduos pode ficar livre de imposto ou compensado em cinco anos. E os projetos de controle de poluição estão livres da taxa fixa de regulação de investimento. E também os departamentos financeiros, em todos os níveis, deveriam aumentar os investimentos em proteção ambiental.

Através de uma política de finanças e de impostos, o investimento em controle ambiental tem crescido enormemente (ver Tabela 3).

Tabela 3
Investimento do Controle de Poluição no PNB
(Em Bilhões de Iuanes)

Ano	1985-1990	1991	1992	1993	1994	1991-1994
Soma Total do Investimento	476,42	170,12	205,56	268,83	307,20	951,71
PNB	68.753,90	20.296,20	24.036,20	31.380,30	44.918,00	120.570,80
(%)	0,69	0,84	0,86	0,86	0,68	0,79

Fonte: *Anuário Ambiental da China* (1996).

O governo central estabeleceu uma política em que todas as empresas devem pagar se precisarem desfazer-se de seu lixo.

Em 1995, o montante total para isso alcançou 3, 713 bilhões de iuanes provenientes de 368.213 empresas e que são usados para controle da poluição.

Criação de Leis Relacionadas à Proteção Ambiental

Além da já lançada Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China, o governo central selecionou outras importantes leis de proteção ambiental e as submeteu ao Congresso Nacional do Povo para discussão. As selecionadas, como a Lei de Proteção Ambiental Marinha da RPC, Lei de Controle da Poluição Sonora da RPC e a Lei de Proteção da Radioatividade da RPC já foram aprovadas pelo Comitê de Meio Ambiente e Recursos da Assembléia Popular Nacional e submetido ao seu Comitê Permanente.

O governo central e a Assembléia estabeleceram um conjunto completo de leis ambientais para o controle da poluição ambiental da China. A aplicação pelo governo central das novas leis e a supervisão da Assembléia poderiam ajudar as autoridades locais a superarem os problemas com relação à proteção de suas empresas para seu próprio benefício e interesse.

Supervisão Administrativa

A supervisão administrativa é a política mais freqüentemente usada pelo governo central em relação às autoridades locais, em todos os níveis, na proteção do meio ambiente. Especialmente, os projetos que cruzam cidades ou províncias precisam da organização direta e da intervenção do governo central. Tomemos, como exemplo, o projeto de controle da poluição do Rio Huaihe. O Conselho de Estado formulou a primeira lei de drenagem – Regulamento Provisório de Con-

trole da Poluição na Área do Rio Huaihe. Esse regulamento estipula que a poluição industrial nessa área deveria alcançar o padrão permitido em 1997 e que a água deveria estar transparente no ano de 2000. De acordo com o plano unificado do Conselho de Estado, quatro províncias ao longo do Rio Huaihe fazem parte da ação centralizada e cumprem o requerimento. O governo central também examina regularmente essas empresas ao longo do Rio Huaihe, assim impedindo as autoridades locais de relaxarem nas exigências.

Tirando Vantagem da Técnica e do Capital Estrangeiros

Enquanto lida com o problema da poluição ambiental, o governo central encoraja a entrada da técnica e do capital estrangeiros para plena atividade. Em 1995, o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático providenciaram financiamento para quatro itens, totalizando US\$ 5,53 milhões. O Projeto de Fundo de Auxílio Técnico-Ambiental à China efetuou e pagou US\$ 13,86 milhões, que ganharam a tributação satisfeita do Banco Mundial. E 40 projetos recentemente elaborados e financiados por organizações internacionais totalizaram US\$ 71,09 milhões. O governo central ajuda as autoridades locais a obterem financiamento internacional para dois projetos, totalizando US\$ 2,60 milhões.

Fazendo Política e Regulamentos Relacionados à Técnica e à Economia

Os departamentos econômico e administrativo do governo central estipularam um grande número de técnicas, políticas econômicas e regulamentos para o controle da poluição

ambiental. Por exemplo, em agosto de 1997 o Comitê Nacional de Economia e Comércio, o Ministério da Maquinaria e o Escritório Nacional de Proteção Ambiental anunciaram que 15 tipos de equipamentos e técnicas que poluíam pesadamente o meio ambiente foram eliminados. E o anúncio também advertia aqueles que estão usando tais técnicas e equipamentos de que deviam parar de utilizá-los antes do prazo-limite e que esses equipamentos e técnicas não deveriam de forma alguma ser transferidos para outras empresas ou pessoas. Esse anúncio ainda estipulava que a área de pobreza na China poderá estender o tempo de uso desses equipamentos e dessas técnicas até o final de 2005, o que mostra que em algumas vezes o governo central tem de fazer concessões para o bem do governo local. O anúncio enfatizava que haveria exames regulares dirigidos pelo governo central. De fato, muitos equipamentos e técnicas obsoletos são ainda usados nas empresas de distritos e aldeias e nas áreas atrasadas.

2. O Controle da Poluição Ambiental pelas Autoridades Locais

Política de Finanças

As autoridades locais da China, em todos os níveis, através de canais de financiamento, investem em proteção ambiental, mas com grandes diferenças regionais. Geralmente, o investimento do leste é maior que o do centro e do oeste, assim como o desenvolvimento das regiões industriais desenvolvidas é mais alto que o de outras regiões. As taxas para despejo de lixo são coletadas pelos governos locais, embora essa ordem seja do governo central.

Estipulando Regulamentos Locais

As autoridades locais das províncias e municipalidades da China diretamente abaixo do governo central controlam a poluição ambiental por meio de regulamentos. Por exemplo, Shanghai é responsável pela regulamentação de sua proteção ambiental, o controle da poluição da água do Rio Shandong Xiaqinghe, o de proteção dos recursos ambientais dos Lagos Hongfeng e Baihua etc.

Experimentando com a Pesquisa Ambiental

As autoridades locais, em todos os níveis, de acordo com a sua atual condição, organizam pesquisas de controle da proteção ambiental, incluindo pesquisa em projetos de poluição industrial, pesquisa de equipamento e tecnologia para proteção ambiental etc. Por exemplo, a província de Shanxi desenvolveu uma técnica avançada de produção de carvão em lugar da ultrapassada técnica de carvão do solo, diretamente contrária à condição local, em que a altamente desenvolvida indústria de carvão de empresas de distritos e aldeias polui o ambiente pesadamente.

A Supervisão do Meio Ambiente

A supervisão e o exame do meio ambiente do governo central são conduzidos basicamente pelos governos locais. E aqueles que valorizam altamente a importância do controle da poluição ambiental anunciam regularmente o resultado da supervisão ambiental para o público.

Propagando a Política de Proteção Ambiental

Os governos locais mantêm várias propagandas para proteger o meio ambiente. Por exemplo, em 1995, de acordo com suas próprias características de proteção do meio ambiente, as províncias de Heilongjiang, Jilin, Shanxi, Beijing e Shanghai executaram uma propaganda de proteção em larga escala, com ampla participação.

3. Os Problemas Existentes

Dinheiro Insuficiente para Investimento

Embora os governos chineses em todos os níveis estejam aumentando o investimento em proteção ambiental, esse aumento ainda é insuficiente. Por causa dos fundos de renda fixa, esses investimentos são afetados pela inflação, tendo, em 1995, somado apenas 0,71% do PNB, quando deveria ter sido de 0,85%, como planejado. E a razão é que as finanças do governo central são limitadas, enquanto, por sua vez, os governos locais não estão dispostos a investir muito em grandes projetos de proteção ambiental.

O Controle Ineficaz da Poluição Ambiental para Benefício e Interesse Locais

Os governos locais de algumas regiões só prestam atenção ao crescimento econômico e geralmente ignoram a proteção do meio ambiente em favor de interesses particulares e locais. Por exemplo, uma cidade planeja importar certo lixo e seus líderes pensam que estão fazendo algo de bom, apressando-se

em fazer isso o quanto antes. E alguns ainda declaram que, se alguém quer ficar rico, deve importar o lixo.

Em muitos lugares, as leis e os regulamentos locais são apenas formalidades, pois as pessoas não os respeitam ou não os aplicam seriamente. Por causa disso, com o objetivo de diminuir o custo, muitas empresas não usam equipamentos de controle de poluição. Enquanto coletam as taxas por despejo de detritos, os departamentos de proteção do meio ambiente de algumas regiões freqüentemente lutam por seu próprio interesse e benefício.

Alguns governos locais não tomam medidas efetivas para pôr em prática as normas administrativas do governo central. Em agosto de 1996, o governo central ordenou que os governos locais se livrassem dos 15 tipos de empresas altamente contaminados, antes de 30 de setembro. Mas, em fins de 1996, o número de empresas banidas era em torno de 80% do total. As províncias e regiões como Guizhou, Hunan, Yunnan e Mongólia Interior não agiram como foi determinado, pela razão de que a vida das pessoas poderia ser afetada. E o município de Tongguan, na província de Shaanxi, ignorou completamente a ordem do governo central de que as minas de ouro irregulares estavam proibidas, permitindo a diversas pessoas fazer mineração à vontade, o que causou a redução da área cultivada e a deterioração do ambiente natural.

As autoridades locais confiam basicamente nas empresas para o benefício e as muitas responsabilidades sociais, o que resultou numa situação em que eles não ousam se ater às leis e aos regulamentos sob pressão do problema financeiro e social.

Dificuldade em Projetos entre Províncias e Cidades

O vale do Rio Yangtze é o lugar onde muitos problemas de poluição ambiental aparecem todo ano. Só a área pertencente à cidade de Chongqing produz 300 toneladas de lixo todo dia. Pelo fato de o Rio Yangtze passar por muitas províncias diferentes, mesmo o Ministério das Comunicações, que está encarregado da captação das águas do Rio Yangtze, não pôde fazer nada sobre isso e algumas empresas e pessoas frequentemente levam vantagem em face dos diferentes regulamentos aplicados em diversas províncias e cidades para se esquivar da responsabilidade.

As Leis e os Regulamentos Imperfeitos

As leis e os regulamentos de proteção do meio ambiente da China ainda têm algumas falhas, embora tenham melhorado bastante. As punições por violação de leis e regulamentos não são sérias e algumas leis e regulamentos não são aplicados.

As Técnicas, os Equipamentos e os Produtos em Desenvolvimento

A China acabou de completar sua industrialização preliminar e há ainda muitas técnicas, equipamentos e produtos em desenvolvimento nas empresas que precisam estar prontos para alcançar o padrão de proteção do meio ambiente da China e do mundo. Tomemos a indústria automobilística como exemplo. Apenas alguns carros produzidos na China podem alcançar os padrões de emissão dos países desenvolvidos, o que torna impossível seguir as leis e os regulamentos de proteção ambiental.

V. Conclusão

Da análise feita, podemos concluir que a China, embora esteja passando de uma economia planejada para o sistema de economia de mercado, ainda está encarando o desafio de desenvolver a economia tão bem como protege o meio ambiente para este que ainda é um grande país em desenvolvimento. Então, o governo central deve manter sua autoridade. Apenas dessa maneira poderá ele fazer escolhas corretas e adequadas para um crescimento sustentado, no sentido de desenvolver a economia e o objetivo estratégico.

A China é um país vasto, com grandes diferenças entre as regiões. O governo central tem de harmonizar as regiões e dar suporte financeiro para as menos desenvolvidas. Ademais, ele tem de assumir a responsabilidade de controlar a poluição ambiental, especialmente a dos grandes rios. Do ponto de vista histórico, o controle da poluição da água poderia fortalecer a autoridade central e a unificação da nação.

Um bom ambiente natural é necessário para um firme desenvolvimento econômico da nação. Dessa maneira, o governo central tem uma grande responsabilidade na proteção do meio ambiente.

O problema ambiental da China é um componente importante do problema mundial. A China, sendo parte em muitos tratados de proteção ambiental, vem cumprindo o “Tratado de Barseille de Prevenção de Detritos Perigosos Sendo Transferidos para Outros Países e a Punição”, o “Acordo de Montreal de Consumo de Matérias da Ozonosfera”, o “Tratado de Diversificação dos Seres Vivos” e o “Tratado de Mudanças Climáticas Estruturais”. O cumprimento desses tratados, a cooperação internacional e a coordenação sobre certos proble-

mas de proteção ambiental devem ser realizados pelo governo central.

Com o sistema de economia de mercado e as finanças em queda, o governo central tem de confiar no meio legal e administrativo para cumprir o trabalho de proteção ambiental, a autoproteção das autoridades locais e para fortalecer a autoridade do governo central.

Agora que as finanças dos governos locais aumentam, as autoridades locais estão prestando mais e mais atenção à proteção do meio ambiente para o seu próprio benefício. Assim, o governo central deveria mobilizar todos os fatores ativos e dar mais liberdade aos governos locais, especialmente estipulando certos regulamentos.

A China cobre uma vasta área e há grandes diferenças entre regiões no que diz respeito a problemas econômicos e ambientais. O governo central não poderia estipular políticas que se ajustariam a diferentes condições, sendo apropriado dar mais poder e liberdade aos governos locais.

As leis e regulamentos do governo central são, geralmente, aplicados pelas autoridades locais. Com o objetivo de viabilizar o seu total cumprimento, o governo central deve considerar os benefícios locais e ouvir a opinião das autoridades locais enquanto estipula essas leis e regulamentos. Assim se faz do processo de elaboração da lei e do regulamentos o processo de coordenação. O poder e a opinião das autoridades locais deveriam ser representados e respeitados na lei e nos regulamentos estipulados pelo governo central.

Quanto à centralização e descentralização do poder de proteção do ambiente, primeiro se deveria fortalecer o poder e a autoridade do governo central, depois dar às autoridades lo-

cais certo poder para estimular suas atividades, em seguida dividir claramente o trabalho do governo central e das autoridades locais, isto é, o governo central é responsável por estipular as políticas e os regulamentos de proteção ambiental, enquanto as autoridades locais estão encarregadas do trabalho de proteção ambiental em sua própria área. E, por último, deveria haver uma relação equilibrada entre o governo central e as autoridades locais, o que os habilita a se coordenarem. O governo central não decide tudo e as autoridades locais não fazem as coisas apenas para seu próprio benefício.

Embora se discutam aqui a centralização e a descentralização do poder estatal no que diz respeito à proteção do meio ambiente, pensamos que seja aplicável ao desenvolvimento da economia e da política da China. A China é um grande país em desenvolvimento, o governo central deve se coordenar com as autoridades locais no seu desenvolvimento. Somente desas forma se poderá manter as atividades de economia e superar os sérios problemas que impedem o desenvolvimento econômico. E a história de 1949 até agora mostrou isso.

Referências Bibliográficas

- CHEN LIN. "Navigation in the Yangtze River Needs to Be Rectified". *Economic Daily*, March 20, 1998.
- CHEN XIN. "China's Environmental Protection Is Facing the Challenge of the Next Century". *Jiangsu Township and Village Enterprises*, September 1995.
- CHINA ENVIRONMENTAL YEARBOOK (Anuário Ambiental da China), 1994, 1995, 1996 e 1997.
- CHINA'S ENVIRONMENT BULLUTION, 1996.

CHINA STATISTICAL YEARBOOK (Anuário Estatístico da China), 1996 e 1997

ECONOMIC DAILY. "The Account of Controlling Huaihe River Pollution in 3 Years Time". August 8, 1997.

POPULATION, RESOURCES AND ENVIRONMENT. "The National Environment Protection Bureau: to Protect Environment – To Fight for China's Steady Development". March 1996.

WANG WENGUAN. "Research on the Sources of Acid Rain in Eastern (sic) China". *China Environmental Science*, v. 17, n. 5, 1997.

XIA YOUFU. "Ways of Preventing Foreign Waste from Being Transferred to China". *World Trade Problems*, May 1997.

YANG CHAOFEI. "China's Natural Protection Problems and Ways-out". *Environment Protection*, October 1996.

Realizações Agrícolas e Reforma Rural na Nova China *

.....

DANG GUOYING**

1. O Interior da China e a Agricultura antes da Metade do Século XX

A China é um grande país agrário, e sua situação econômica agrícola mostra grandes diferenças em várias regiões. Assim era antes da metade do século XX. De acordo com a pesquisa feita por Mao Zedong em Changsha, os camponeses pobres compunham 70% do todo, os de renda média, 20%, e os camponeses ricos e latifundiários, 10% da população rural. Dentre os 70% de camponeses pobres, os totalmente abandonados, compondo 20%, são aqueles sem nenhuma posse, isto é, pessoas sem terras nem dinheiro e sem quaisquer meios de vida, que são forçadas a abandonar o campo e tornar-se mercenárias

* Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês.

** Professor de economia do Instituto de Desenvolvimento Rural e diretor da Unidade de macroeconomia da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China.

ou mão-de-obra contratada ou mendigos itinerantes [Mao Zedong (1927, p. 20-1)].¹

No entanto, a situação de outras regiões da China não era completamente similar à de Hunan naquela época. As relações de posse de terra não se haviam desenvolvido nas férteis regiões centrais de Shaanxi. Ali estava um mundo de domínio camponês. A terra era extremamente descentralizada. Havia latifundiários mas eram poucos. (Qin Hui, 1996, p. 45-6) O centro-norte e outras regiões eram similares a essa parte central de Shaanxi (Huang Zongzhi, 1985, p. 27).

Tomando-se como base uma observação extensiva das relações econômicas e sociais rurais da velha China, se existia uma semelhança entre as várias regiões, ela estava no controle oficial sobre o interior em vários níveis. Esse controle era brando nas regiões de tráfego pouco desenvolvido, mas rígido nas regiões de tráfego desenvolvido. Como dizia o velho ditado: “O poder do Imperador não pode ser exercido nos cantões.” Entretanto, isso não prova que o controle oficial na sociedade rural era fraco. O trabalho de Mao Zedong observa que, nas áreas rurais de Hunan, o *tu* (distrito) tinha jurisdição sobre uma população de 10 mil a 50-60 mil pessoas e suas próprias Forças Armadas, tais como as unidades de defesa municipal, e sobre seus poderes fiscais e judiciais. Mao disse que uma elite corrupta dirigia esses órgãos e eles eram “chefões” rurais. Comparativamente falando, os camponeses temiam mais a eles que ao presidente da República ou ao governador militar provincial (Mao Zedong, 1991, p. 27-8).

Na metade do século XX, o poder oficial infiltrou-se profundamente na área centro-norte da China (Du Zanqi, 1995, p. 97-102). O governo tentou estabelecer uma organização so-

cial que desempenhasse um papel importante com relação ao aumento do nível de impostos, mas a meta oficial não pode substituir a relação rural patriarcal tradicional. A estrutura rural constituída de fato foi uma combinação da relação patriarcal com um sistema de controle burocrático. Nessa combinação, o fator mais importante era determinado pelo nível de desenvolvimento econômico e por alguns fatores históricos. Posteriormente, a fundação histórica da sociedade chinesa produziu uma profunda influência na transformação da estrutura social rural.

Por um longo período, na metade do século XX, a China viveu em guerra civil. O Guomindang não alcançou seu governo efetivo sobre todo o país. As relações econômicas anteriormente mencionadas eram governadas, principalmente, pelo Guomindang. Como um todo, as condições de produção agrícola eram muito atrasadas. Os donos da terra contavam, principalmente, com o trabalho humano e a tração animal e usavam maquinaria agrícola moderna. A produção por unidade de área era em torno de um quarto da produção atual da China. Devido à longa duração da guerra, a produção total de grãos e a eficiência da produção agrícola, em 1947, foram inferiores às de 1936.

Uma série de políticas com relação à reforma agrária foi tomada com sucesso nas áreas dominadas pelo Partido Comunista, incluindo políticas de redução no aluguel e na taxa de interesse durante a guerra contra o Japão e o confisco de terras de latifundiários para distribuir aos camponeses com pouca ou nenhuma terra. Essas políticas fizeram crescer a eficiência da produção nas áreas controladas pelo exército do Partido Co-

munista, aumentando a colheita de grãos, ao mesmo tempo que desempenharam papel central na vitória do exército comunista chinês no setor militar.

Tabela 1
 Comparação entre Produtividade das Safras e Rendimento
 por Unidade de Área – 1947 e 1936

	Colheita (Milhares de Toneladas)			Produção por Unidade de Área (ton/mu)		
	1936	1947	47/36	1936	1947	47/36
Arroz	51.706,25	47.139,7	91	0,1775	0,1235	70
Trigo	24.044,85	21.528,5	89	0,0755	0,069	91
Sorgo	11.660,05	10.151,35	87	0,1045	0,084	80
Soja	10.154,3	7.958,9	78	0,0805	0,075	93
Milho	8.522,7	10.772	126	0,088	0,0855	97
Proso?	9.827,2	9.930,1	100,1	0,088	0,0695	79

Fonte: Yan Zhongping *et alii* (1955). Os autores reajustaram as unidades estatísticas.

2. O Movimento de Reforma Agrária e o Estabelecimento do Comércio de Controle de Cereais

Após o Partido Comunista ter tomado o poder político em todo o país, excluindo Taiwan, rapidamente foi implementada uma política da reforma agrária. Durante o período 1950-52, 300 milhões de camponeses receberam 730 milhões de metros quadrados de terra (Chinese Academy of Social Sciences, 1992).

Após o estabelecimento do novo poder, outra importante política econômica foi controlar o comércio de grãos. Em 1951, o volume do comércio de cereais era em torno de 24,5 milhões de toneladas e o volume do comércio de cereal de empresas estatais de comércio de grãos chegava a 10,25 milhões de toneladas, representando 41,8% do volume total do setor.

O governo influenciou o preço no mercado de cereais pela compra e venda de grãos (Zhao Yiming, 1993, p. 39-50).

Em 1952, o valor da produção total de cereais do país foi de 164 milhões de toneladas, um crescimento 44,8% maior que o de 1949, superando em 150 milhões de toneladas (incluindo a soja) a produção de 1936. O preço de mercado do cereal em 1952 estava estável.

Em 1953, a situação dos cereais sofreu uma mudança. De 2 de julho de 1952 a 30 de junho de 1953, o volume de mercado de cereais foi de 17,4 milhões de toneladas, tendo as empresas estatais e cooperativas de compra e venda comprado 70% dos grãos e não cumprido o plano de compra da produção. Os mercadores de cereais adotaram práticas especulativas, aumentando consideravelmente o preço dos grãos. Enquanto isso, sob a situação internacional da época, os novos líderes do Estado tinham grande desejo de fortalecer o poder de defesa nacional, através do desenvolvimento da indústria pesada e do aumento do *status* internacional da China. Nessa situação, o governo central decidiu formalmente adotar a política do monopólio estatal de compra e venda de grãos em outubro de 1953. Nos anos posteriores, o óleo comestível, o algodão, a cana-de-açúcar, os casulos de bicho-da-seda e a lã foram também incluídos na política de monopólio estatal de compra e venda (Wang Guichen, 1998, p. 266-70).

O sistema de monopólio estatal de compra e venda trouxe um grande efeito negativo sobre a produção agrícola. Esse sistema estipulava o preço dos produtos agrícolas e tal preço era, obviamente, inferior ao nível racional (preço-fantasma). É difícil estimar o número total de renda dos departamentos agrícolas para outros setores através do fator preço, desde o estabele-

cimento do sistema de monopólio de compra e venda, porque não temos documentos históricos suficientes. Entretanto, é certo que parte da renda foi uma importante fonte para a rápida expansão do capital industrial da China. É claro que isso contribuiu para a tendência de queda de desenvolvimento da agricultura chinesa e para que os produtos agrícolas permanecessem com baixo estoque. De acordo com análises e contabilizações feitas por vários pesquisadores, de 1985 a 1989, as rendas rural e urbana, através da compra estatal de grãos, transferiram cumulativamente 68,6 bilhões de iuanes (Carter Collin, Zhong Funing e Cai Fang, 1999).

3. O Estabelecimento da Comuna e a Influência do Povo

Desde o estabelecimento da nova China, a política de gradualmente eliminar a ideologia burguesa tem predominado dentro do Partido Comunista Chinês, passo a passo, e foi finalmente decidida como linha geral do partido no período de transição. O “Movimento de Cooperativas Agrícolas”, começando em 1953, e o “Movimento das Comunas Populares”, em 1958, encarnaram concretamente essa linha durante o período de transformação do sistema econômico rural.

O Movimento de Cooperativas Agrícolas experimentou uma série de estágios diferentes – da primária para alta cooperativa – e, finalmente, tornou-se um sistema econômico rural que foi chamado de “propriedade coletiva”. As principais características desse sistema são:

- 1) A terra e outros meios principais de produção foram passados para a comunidade, os habitantes do coletivo, mas o direito de membros da comunidade de abster-se era extrema-

mente restringido: a propriedade comum não retornava ao membro da comunidade em recursos (Lin Yifu, 1990).

2) Antes de 1978, a comunidade incluía apenas uma ou algumas vilas naturais. A propriedade e os produtos entre as comunidades não podiam ser alocados ou transferidos sem pagamento.

3) Os produtos da produção agrícola cooperativa eram distribuídos de acordo com a quantidade de trabalho dos membros da comunidade e os seus familiares. Entretanto, as contribuições em trabalho dos membros da comunidade na produção coletiva eram muito difíceis de ser supervisionadas e contabilizadas, dessa forma levando ao fenômeno de “empurrar o trabalho com a barriga”, que geralmente existe na produção cooperativa. Essa era uma das grandes razões por que a produtividade das cooperativas era baixa.

4) Depois que o grão produzido pela cooperativa era distribuído para atender às necessidades dos membros da comunidade, o excedente era todo comprado pelo Estado. Além disso, a cooperativa deveria dar o “grão público”, um meio pelo qual o Estado coletava um imposto de renda da cooperativa.

Esse sistema, de certa forma, mudou com o movimento das comunas populares, em 1958. Tal mudança, principalmente, quebrou a limitação original da comunidade sobre a propriedade dos meios de produção e expandiu o alcance da distribuição e da contabilidade. Em várias localidades, um cantão se tornava uma comuna popular, acomodando dezenas de milhares de pessoas. No final de 1958, 740 mil cooperativas através do país foram reorganizadas em mais de 20 mil comunas populares. Havia o *slogan* “comer sem pagamento” em várias vilas. Os camponeses foram organizados de acordo com

princípios militares, para se engajar em atividades industriais, inclusive na siderurgia. Como resultado disso, grande quantidade de cereais apodreceu nos campos sem ser coletada. Alguns líderes provinciais exageraram na produção de cereal de suas próprias províncias, de modo a obter crédito e buscar recompensas, avançando sua posição, e proveram cereal demais ao Estado (Wang Guichen, 1998, p. 120-40). Devido a isso, a fome geral tomou conta do país na primavera de 1959. Nos anos seguintes, muitos morreram de fome.² A política exagerada das comunas populares começou a ser corrigida perto do final de 1960 e as vilas de todos os lugares da China, sucessivamente, restauraram o sistema econômico cooperativista de antes de 1958. No entanto, o nome “comuna popular” foi mantido.

Esse sistema foi, em geral, considerado pouco eficiente mas, surpreendentemente, sobreviveu por mais de 20 anos. Consideramos de grande importância as três razões a seguir.

Em primeiro lugar, o sistema de terra pública das comunas populares não é de todo um sistema típico de propriedade pública, nem como as competições de pesca em área pública de pesca, como os economistas gostam de falar. A terra é considerada posse do coletivo. Cada membro do coletivo não tem direito de sair dele e também não tem direito de entrar em outro coletivo. Assim, alguns coletivos com boas condições naturais provavelmente reservariam diferentes benefícios em suas próprias comunidades no interesse de seus próprios membros. Os membros de outros coletivos são restringidos rigidamente, enquanto tentam juntar-se a coletivos com boas condições naturais. De modo geral, isso é impossível. Esse regulamento reconhece a exclusividade do direito de propriedade no âmbito da comunidade. Isso inclui também encorajamento. Sendo as-

sim, durante o período das comunas populares, o padrão de vida dos coletivos com boas condições naturais era superior à média. Se esse regulamento fosse cancelado e o correspondente papel de encorajamento desaparecesse subitamente, as consequências seriam desastrosas. Infelizmente, a história das comunas populares da China providenciou tal evento.

Em segundo, o sistema de alocação das comunas populares não estava realmente seguindo o princípio de “propriedade pública”. De acordo com a implicação básica de propriedade pública, todos são sem propriedade e a propriedade pertence a todos. Nesse coletivo, a parcela do interesse de cada um é igual. Mas os fatos não são assim. Nos anos das comunas populares, a China proveu quadros com diferente direito de usufruir a oferta de bens de consumo de acordo com sua posição. Isso era estipulado por escrito. Na equipe de produção ou na brigada de produção, não havia separações por posição entre os membros, mas as posições, ainda que disfarçadas, estavam lá. Por exemplo, o título de honra e a oportunidade de promoção ao alcance do secretário da brigada de produção do partido não eram acessíveis a outros membros. O privilégio causado pelo controle de informações existia universalmente. A organização de tal sistema negava os princípios de direitos iguais originalmente estipulados pela propriedade pública; logo, os quadros tinham algum entusiasmo pela supervisão (alguns economistas não compreendiam essa realidade [Zhou Qiren (1994)]). Esse sistema ou hierarquia objetiva de estado social tem características marcantes nos empreendimentos municipais, de modo que a eficiência desses empreendimentos era superior à dos empreendimentos estatais, que tomava lugar sob o sistema das comunas populares. A razão por que uns poucos coletivos avançados

de aprendizado de Dazhai existiam vem disso. Porque a operação, de fato, da hierarquia não apenas precisava de algumas condições, como também possuía óbvias contradições com as principais ideologias do Partido Comunista. Portanto, não podia universalmente ser estabelecida em todas as vilas e não podia também desempenhar um papel que aumentasse a eficiência da agricultura.

Em terceiro, o sistema da comuna popular não eliminou completamente o “direito de debandar” dos seus membros. As questões do reenvio para casa de uma população não-urbana, que atingia universalmente as grandes cidades no período da comuna popular, a fuga da fome e a mendicância por comida eram endêmicas. A “debandada” de camponeses dava ao governo, em todos os níveis, informação barata e sem esforço, mostrando a pouca eficiência do sistema de comunas. Essa é certamente uma pressão política que não pode ser ignorada. Permitir a existência da “terra privada”, a proibição do êxodo ininterrupto de camponeses devido à fome e a mendicância por comida não resolvia a questão da motivação ao trabalho no campo público, mas estreitou “o alcance” da propriedade pública. Dessa forma, a propriedade pública da terra pôde ser tolerada.

É digno de nota que o sistema econômico de especialização rural na China é um dos fatores encorajadores do crescimento populacional. Por um lado, devido à limitação da população flutuante, a relação patriarcal não foi substancialmente tocada. O número de membros na família e os interesses familiares estão profundamente relacionados. Objetivamente, isso tem sido uma força motriz do crescimento populacional. Por outro lado, a alocação de produtos dentro do coletivo

estava relacionada ao número de membros na família. Isso também encorajava objetivamente o crescimento populacional. Essa consequência se relacionava à baixa eficiência da produção rural. Um conjunto terrível de fatores. Em sua análise feita com base no Escritório Estatístico do Estado, Lin Yifu descobriu que, durante o período de 1952 a 1972, a tecnologia se desenvolvera rapidamente e alguns elementos de entrada haviam aumentado, mas o crescimento anual da produção de cereais na China foi de 2,4%. No mesmo período, a taxa de crescimento populacional foi de 2%. O primeiro fora apenas 0,4% maior que o segundo. A taxa de crescimento de outros produtos agrícolas não foi claramente maior que a da população (Lin Yifu, 1998). Personalidades que viveram esse período pessoalmente acreditavam ser possível que o crescimento da produção de cereais tenha sido menor que o da população. De outro modo, é difícil explicar por que mais e mais pessoas fugiam da fome antes da reforma.

4. A Reforma e o Desenvolvimento desde os Anos 80

Em 1976, a situação na China deu uma guinada. Os líderes que seguiam a linha da “ultra-esquerda” caíram do poder após a morte do Mao Zedong. Os novos líderes adotaram a linha política pragmática de priorizar o desenvolvimento econômico. Antes de tudo, tacitamente consentiram na mudança do sistema de utilização da terra, corrigindo as cotas de produção agrícola, adotando-o para cada unidade familiar que surgira espontaneamente no interior e então, universalmente, através do país para promover uma mudança maior no sistema econômico rural.

Em 1979, o governo central denominou tal sistema de “contrato familiar de responsabilidade nos negócios”. Esse sistema foi levado adiante em áreas pobres como morros, regiões de montanha, grupos de produção malgeridos e locações em que a população perdera a confiança. Em junho de 1998, as organizações econômicas rurais através do país que seguiam esse sistema eram 91,5% do total (Wang Guichen, 1988, p. 253). O governo central requereu que as organizações econômicas rurais permitissem às famílias individuais o uso da terra por 15 anos. Em 1993, também decidiu estender o prazo do contrato para 30 anos, estabilizando o direito de contrato e conduzindo a política de aumentar a população, não aumentar a terra, e diminuir a população, não diminuir a terra. A mudança desse sistema é bem popular entre os camponeses, tendo aumentado bastante o entusiasmo deles. Os camponeses resumiram as características do sistema da seguinte forma: “Prover o necessário ao Estado, dar o suficiente ao coletivo e o restante para si mesmos.”

Outra importante mudança no sistema econômico rural ocorreu no campo da circulação do produto agrícola. Desde 1979, o preço de encomenda de cereais já sofreu cinco grandes ajustes. O primeiro ocorreu nesse ano, quando o preço de seis variedades de cereal através do país cresceu de 10,64 iuanes para 12,96 iuanes por 100 *jin* (50 kg), um crescimento de 20,86%. O segundo foi no outono de 1985, para a correção da proporção entre 3 e 7 (isso quer dizer que o preço médio de 30% do preço de encomenda e 70% de preço negociado constitui o preço de contrato). Com isso, o preço do arroz aumentou 41,5%, o trigo 30%, e o milho 35%. O terceiro foi em 1992. O arroz aumentou 16,6%, o trigo 22,6% e o milho

20,9%. O quarto foi em 1994, tendo o preço médio do arroz, do trigo, do milho e da soja crescido 40%. O quinto ajuste ocorreu em 1996, com o preço de quatro variedades de cereal sendo novamente aumentado. Com base no preço de 1995, 50 kg aumentaram em 15 iuanes e aos governos locais foi permitido flutuar o preço em uma margem de 10%.

Várias explorações ativas têm sido feitas para a reforma do sistema de circulação de produtos agrícolas. O monopólio de circulação desses produtos tornou-se flexível em torno de 1980, e as unidades familiares podiam usufruir do direito de venda de produtos agrícolas excedentes em variados graus no mercado, de acordo com diferentes variedades de produtos agrícolas. Em 1984, um documento publicado pelo Comitê Central do Partido Comunista da China encorajou fazendeiros a entrarem ativamente no campo de circulação e participar no transporte de longa distância de grãos e outros produtos agrícolas. Essa política foi mudada em 1986. Após os preços de mercado das principais variedades de cereal terem sido maiores que os daquelas compradas por encomenda naquele ano, o Estado restaurou a tarefa mandatória de contrato de compra. Em 1987, a parcela comprada por comissão foi de 50 milhões de toneladas. Esse valor permaneceu inalterado por três anos e foi depois estendido até 1993. De 1990 ao início de 1993, a situação do cereal era boa e o Estado publicou uma série de políticas de mercado liberalizantes, como:

- 1) O estabelecimento de mercados de atacado de cereais. Em julho de 1990, o Conselho do Estado aprovou a criação do mercado de atacado de cereais em Zhengzhou. Em 15 de fevereiro de 1993, o Conselho do Estado mais uma vez reafirmou, no “Informe sobre a Aceleração da Reforma do Sistema de Cir-

culação de Cereais”, a antecipação da construção dos mercados de atacado para cereais terciários e óleos comestíveis.

2) A alocação planejada de cereais entre províncias foi cancelada do planejamento sobre grãos em 1993.

3) O estabelecimento da reserva de grãos para propósitos especiais do Estado.

4) A melhora dos preços gerais de venda e cancelamento do sistema geral de preços. Os preços foram elevados em 1991. A província de Guangdong tomou a liderança no afrouxamento dos controles sobre os preços de venda em 1992, e esses preços foram relaxados em todo o país em 1993.

5) O relaxamento do controle sobre o preço de compra dos cereais e o afrouxamento dos preços por garantia de quantidade. Um informe de 15 de fevereiro afirma que o preço dos cereais foi relaxado por dois a três anos. No final de 1993, após algumas medidas políticas do Comitê Central do Partido Comunista da China, o Conselho do Estado para a Agricultura Corrente e a Reforma Econômica Rural decidiu que o afrouxamento de preços para a compra de cereais por comissão seria implementado em 1994.

6) O sistema do Estado para proteção do preço de cereais. O alcance de implementar o sistema de proteção dos preços é limitado ao cereal comprado por encomenda e à reserva de grãos para propósitos especiais do Estado.

7) O estabelecimento do fundo de risco para cereais e sistema de reserva. Por várias razões, a maioria dessas políticas não foi conscientemente implementada ou foi cancelada antes de 1996.

Embora grandes mudanças tenham ocorrido na reforma do sistema de circulação de produtos agrícolas, ela, no entanto,

se aproximou, de forma geral, mais das necessidades do mercado do que a do período das comunas populares. Particularmente em 1999, a negligência no sistema de circulação de cereais foi exposta de maneira evidente e a voz da reforma magnificou-se crescentemente. Como resultado, isso compeliu a reforma do mercado de circulação de produtos agrícolas a novamente dar um passo adiante. Em 2000, o governo central ajustou o sistema de circulação de cereais e estipulou que negociantes privados de grãos poderiam entrar no mercado de atacado de cereais desde que se registrassem com as administrações industrial e comercial. Isso significa que a política implementada por um curto período, em 1984 e 1994, foi restaurada. De fato, quando o governo central manteve um controle concentrado, negociantes privados de grãos em vários lugares não se afastaram do mercado atacadista de cereais. Fortes medidas contra a situação foram tomadas em 1987. As atividades foram restauradas em 1998 e tornaram-se bem ativas em 1999.

Essas reformas tiveram resultados instantâneos nas áreas rurais. Embora a população crescesse 1,36%, anualmente, de 1978 a 1984, o valor de produção líquido da agricultura e cereais foi de 7,73% e 4,95%, respectivamente, no mesmo período. A produção de outros bens agrícolas também acelerou seu crescimento (Tabela 2). De acordo com o cálculo e pesquisas de Lin Yifu, a produção da colheita cresceu 42,2% entre 1978 e 1984. Desse percentual, 54% foram obtidos do crescimento da produtividade resultante da reforma. Em torno de 97% do crescimento da produtividade são atribuídos à mudança no sistema das fazendas – do sistema de equipes de produção para o sistema de contrato de responsabilidade familiar (Lin Yifu, 1992).

Tabela 2
Índice de Crescimento Anual da População e Produtos Agrícolas
(Em %)

	1952-1978	1978-1984	1984-1999
População	2,00	1,36	1,29
Valor da Produção Total da Agricultura	1,85	7,73	13,05 a
Cereais	2,41	4,95	1,49
Algodão	1,97	19,33	-3,22
Canola	0,84	14,74	8,70
Colheitas Açucareiras	4,49	12,31	3,78
Frutas	3,88	6,97	12,74 b
Porco e Bife	3,63	10,28	7,82
Frutos do Mar	4,03	4,85	13,47
Consumo por Pessoa em Áreas Rurais	1,73	9,29	12,14 c

Fonte: Escritório Estatístico do Estado, *China Statistical Yearbook* (1996, 1989, 2000).

Obs.: a é o crescimento do valor da produção total da agricultura; b e c são o crescimento médio nos anos de 1985 a 1999.

Além disso, outras mudanças têm ocorrido nas áreas rurais através do país. Acompanhando a mudança gradual do sistema econômico do Estado, de economia planejada para economia de mercado, o grau de livre fluxo da força de trabalho rural tem crescido consideravelmente. Por ano, cerca de 6 milhões dessa força de trabalho têm, desde 1978, se movido em média para as cidades, e um grande número de trabalhadores com ocupações mistas tem prestado serviços nas cidades. Isso abriu uma importante via para o aumento da renda dos fazendeiros e revela que a estrutura econômica nacional tem buscado ser racional. Se as políticas relevantes forem ainda devidamente

ajustadas, o ritmo da transferência da força de trabalho será acelerado.

Porque a interferência dos planos mandatários do governo central para os governos locais tem diminuído gradualmente, o impulso para se desenvolver a economia local se intensificou, assim como o investimento na indústria e no comércio tem sido apoiado e protegido por políticas locais e grande número dos empreendimentos municipais tem surgido subitamente (Tabela 3). O desenvolvimento dos empreendimentos municipais tem trazido benefícios tangíveis à vida dos camponeses. Em 1999, a renda que os fazendeiros obtiveram dos empreendimentos municipais contou 39% da renda líquida *per capita* dos camponeses. A percentagem foi de 48,2% na província de Zheijiang e de 39,9% na província de Shandong [Chen Jianguang (2000)].

Tabela 3
Desenvolvimento Geral dos Empreendimentos Municipais

	Número de Empreend. (10 mil)	Bens Fixos (100 Milhões de Iuanes)	Valor Adicionado (100 Milhões de Iuanes)	Número de Trabalhadores (10 Mil)
1978	152,4	230	493	2.826,6
1985	1.222,5	823	772	6.979,0
1990	1.873,0	2.682	2.504	9.264,8
1995	2.202,7	12.841	14.595	12.862,1
1999	2.071,0	23.978	24.883	12.704,0

Fonte: *Yearbooks of Township Enterprises in China*; para anos anteriores, *Agriculture Press*.

Após a expansão do poder de decisão dos fazendeiros sobre a produção, o impacto do mercado nas atividades produtoras dos camponeses está crescendo continuamente e tem resultado

em uma grande mudança na estrutura econômica rural. A Tabela 4 mostra que, nos últimos 20 anos, a proporção da agricultura está despencando rapidamente no valor total de produção da economia rural da China. A proporção da colheita de safras tem, evidentemente, residido no setor agrícola.

Tabela 4
Transformação da Estrutura Industrial Rural na China (%)

	Distribuição da Produção Industrial			Distribuição da Força de Trabalho			
	Ind. Primária	Ind. Secund.	Ind. Terc.	Ind. Prim.	Ind. Secund.	Ind. Terc.	
	Fração do Setor na Colheita Simples						
1978	68,6	n. d.	26,0	5,4	92	7,1	1,1
1980	68,9	n. d.	25,9	5,2	91,8	6,3	1,9
1985	57,1	69,2	35,7	4,2	85,9	10,5	3,5
1990	42,9	64,7	49,5	7,9	78,7	14,8	6,5
1995	26,5	58,4	62,5	11,0	72,9	17,0	10,1
1997	24,4	58,2	62,9	12,7	70,4	18,1	11,5

Fontes: *China Rural Statistical Yearbook, 2000*, China Statistics Publishing House, Ministério da Agricultura e o Bureau Estatístico do Estado; *40 Years of Chinese Rural Areas*, Central China Peasants' Publishing House, 1989, Instituto de Desenvolvimento Rural da Academia de Ciências Sociais; *Green Book of the Rural Economy*, China Social Sciences Literature Publishing House, edições dos anos anteriores. n.d = não-disponível.

Os elos entre a produção agrícola e o mercado internacional têm se tornado cada vez mais profundos, formando assim um grande número de bases de produção de bens agrícolas para exportação (sobre a importação e a exportação dos principais produtos agrícolas, ver Tabela 5). É que, após a China

Tabela 5
Importação e Exportação de Alguns Produtos Agrícolas

Ano	Cereais			Óleos Vegetais		
	Capacidade de Produção (10.000t)	Volume de Importação (10.000t)	Volume de Exportação (10.000t)	Capacidade de Produção (10.000t)	Volume de Importação (10.000t)	Volume de Exportação (10.000t)
1982	35.450	1.612	125	345	5,6	10,2
1985	37.911	600	932	401	305	16,2
1990	44.624	1.372	583	544	112	14,0
1995	46.662	2.081	214	1144	353	49,6
1998	51.230	708	906	602	205,5	30,9

Ano	Algodão			Porco		
	Capacidade de Produção (10.000t)	Volume de Importação (10.000t)	Volume de Exportação (10.000t)	Capacidade de Produção (10.000t)	Volume de Importação (10.000t)	Volume de Exportação (10.000t)
1982	359,8	47,3	0,4	1272	324	10,1
1985	414,7	0,0	34,7	1655	296	11,1
1990	450,8	42,0	16,7	2281	300	12,0
1995	476,8	74,0	2,2	3648	253	15,0
1998	450,1	20,9	4,5	3884	220	10,5

Fonte: Ministério da Agricultura da República Popular da China, *Informe sobre o Desenvolvimento Agrícola na China em 1999*, China Agriculture Publishing House, 1999.

entrar na OMC, o volume total de comércio de produtos agrícolas crescerá notavelmente.

Realizações de interesse mundial têm sido feitas na China para aliviar a pobreza rural. Em 1978, a população pobre totalizava 250 milhões nas áreas rurais do país e até 2000 esse número caíra para 30 milhões.

O governo chinês tem feito também explorações na reforma da “autonomia dos povoados” e na eleição direta dos comitês dos povoados nas áreas rurais. Os comitês desses povoados são o primeiro nível das organizações autônomas de massa erigidas sob os governos dos cantões e municípios, após a abolição do sistema das comunas populares em 1983. A Decisão do Comitê Central do Partido Comunista sobre Algumas Questões Históricas do Partido desde a Fundação da Nova China estipulou na 6ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do partido, em 1981, que a “democracia direta do povo, realizada gradualmente no poder político e na vida social ao nível da comunidade”, era vista como um dos conteúdos para a gradual construção do sistema político socialista com um alto grau de democracia. A Lei Orgânica dos Comitês dos Povoados da República Popular da China (para implementação em fase de teste e vigorando formalmente em 1998), adotada na Constituição de 1982 e na 23ª Sessão do Comitê Permanente da 6ª Assembléia Popular Nacional, em 24 de novembro de 1987, claramente estipulou: os Comitês dos Povoados são organizações autônomas das massas. Diretores, vice-diretores e membros desses comitês são eleitos diretamente pelos habitantes para um mandato de três anos. Desde 1º de junho de 1988, quando a Lei Orgânica dos Comitês dos Povoados foi implementada em fase de teste, as atividades eleitorais desses comitês têm prosseguido por dez anos. Durante o período, os comitês dos povoados através do país realizaram eleições em três ocasiões. Quatro eleições desses comitês foram basicamente completadas em Fujian, Heilongjiang, na Mongólia Interior e em Tianjin. Essa prática tem sido promovida na maioria das províncias, regiões e municipalidades do país, e 20 províncias, re-

giões autônomas e municipalidades realizaram eleições em mais de 90% de suas áreas (Ministério de Assuntos Cívicos, 2001). Nossa investigação e pesquisa revelam que não devemos superestimar o significado político e democrático contido na “autonomia dos povoados” na China. Entretanto, podemos ver que essas reformas e explorações serão de grande significado para iluminar o povo, restringindo a corrupção de funcionários no âmbito local e elevando o nível de garantia dos direitos humanos da população rural.

5. Experimentos Bem-Sucedidos de Desenvolvimento Rural e Tarefas de Prosseguimento da Reforma na China

Enquanto resumimos experiências bem-sucedidas da reforma rural na China, deve-se atentar para os aspectos relacionados a seguir.

Em primeiro lugar, a reforma rural deve interromper um alto grau de controle do poder do Estado sobre os camponeses e deixar que eles ordenem sua própria produção de acordo com o mercado. Antes da reforma rural, o Estado tinha um alto grau de controle sobre os camponeses, tais como “coletivização” da terra, oferta controlada de fertilizantes químicos, pesticidas e máquinas colhedeiras e restrição à transferência da força de trabalho. Experiências surgidas do processo de reforma mostram que, uma vez quebrado o controle, isso será benéfico a um maior progresso da produção agrícola; se o controle é quebrado em uma localidade, a própria área levará adiante seu desenvolvimento.

Em segundo, comparada com o estabelecimento e a realização final da tarefa da reforma, a iniciativa do governo central

em encorajar os governos locais a explorarem e promoverem ativamente a inovação do sistema é mais importante. No tocante à promoção do desenvolvimento rural, exceto por alguns ajustes de preços de produtos agrícolas pelo governo central, algumas importantes ações de reforma têm sido tomadas pelos governos locais. No começo, todas as medidas de reforma, tais como a fixação de cotas de produção agrícola com base na unidade familiar, o estabelecimento de empreendimentos municipais e a autonomia dos habitantes dos povoados, contradiziam as políticas do governo central em algum nível ou leis e regulamentos do Estado. Quando as reformas atingiram um certo ponto, as medidas mudaram de “ilegais” para “legais”. A reforma rural na China está avançando em meio a um conflito entre as políticas estabelecidas.

Em terceiro, os elementos restringindo a reforma e o desenvolvimento rural não vêm da baixa qualidade dos camponeses, como se diz popularmente, ou de problemas em promover técnicas agrárias, mas, ao contrário, vêm de uma organização imprópria da macroeconomia do governo e de vários grupos de interesse estabelecidos. Os camponeses sempre mantiveram razoável bom senso para com a informação recebida. No momento em que os seus interesses são afetados, o crescimento da produção agrícola certamente ficará comprometido. O nível de preço dos produtos agrícolas e dos meios de produção para fins agrícolas, o grau de livre circulação de produtos agrícolas, o nível de taxa sobre os camponeses, a supervisão e o controle de pagamento público e a distribuição dos direitos de uso da terra em áreas rurais têm, freqüentemente, prejudicado os interesses dos camponeses. As reformas são difíceis nesses aspectos. No entanto, se a reforma der um passo adiante, o inte-

resse dos camponeses poderá ser protegido e a produção agrícola dará um grande e largo passo à frente.

A reforma rural chinesa tem, de fato, trazido enormes benefícios materiais para os fazendeiros chineses e a sociedade e contribuído admiravelmente para a modernização da economia chinesa. No entanto, não devemos ignorar a economia rural chinesa, que é confrontada com profundas contradições, nem as dificuldades particulares trazidas pela reforma. Somos da opinião que as principais dificuldades e contradições são como se segue:

O índice de crescimento da renda *per capita* da população rural tem se tornado lento e a renda das famílias de camponeses que estão de fato engajadas na agricultura tem caído em termos absolutos em anos recentes. O crescimento da renda dos camponeses chineses testemunhou instabilidade após 1985. Em torno de 1997, a situação da renda estagnou e a renda líquida cresceu 4,6% no ano. O valor caiu para 4,4% em 1998, 3,8% em 1999 e mesmo 2,1% em 2000. Se o crescimento da renda da população não-agrícola na população rural for deixado de fora, o nível de renda dos camponeses nas principais áreas de produção de cereais e regiões ocidentais do país decaiu em números absolutos.

O sistema de contrato de responsabilidade familiar da terra deu grandes contribuições para o crescimento agrícola. Como subtração sucessiva de atribuições marginais da transformação de qualquer sistema, o sistema de contrato de responsabilidade familiar da terra em áreas rurais chinesas não é mais capaz de ser um fator importante na promoção do crescimento agrícola. O defeito interno do sistema não está no bojo da “família”, mas no método de organização do direito “con-

tratal” à propriedade. O problema marcante desse sistema é que a circulação de terra segundo o princípio de mercado dificilmente pode ser feita e o direito de controle da terra das equípes e o dos camponeses são desiguais, levando à descrença em um investimento a longo prazo na terra por parte dos camponeses e afetando o desenvolvimento a longo prazo da produção agrícola.

Após a China ingressar na OMC, a produção agrícola será confrontada com sérios desafios. Comparada com os grandes países exportadores de cereais, a superioridade da produção de cereais da China é inadequada. Isso tem se manifestado na lista de preços do cereal chinês. Em anos recentes, os preços do trigo e do milho no mercado chinês são notavelmente mais altos que os no mercado mundial. A expansão do comércio internacional de produtos agrícolas irá compelir a China a acelerar o ajuste agrícola e poderia trazer como resultado algum crescimento do desemprego em um curto período de tempo.

O sério problema do excedente de força de trabalho nas áreas rurais da China e sua transferência é confrontada com múltiplas restrições. Uma estimativa conservadora indica que uma força de trabalho de 200 milhões será transferida das áreas rurais para as cidades nos próximos 30 anos. É um projeto social hercúleo. Atualmente, várias grandes cidades no país têm implementado medidas restritivas ao emprego de trabalhadores camponeses. Como resultado, a livre transferência da força de trabalho rural é restringida. Os defeitos do sistema rural de propriedade de terra, a educação atrasada nas áreas rurais e os defeitos no sistema de previdência social do Estado têm afetado o processo de urbanização da sociedade.

A circulação de produtos agrícolas está a uma longa distância do requerido para a adoção geral do princípio de mercado. O déficit das empresas estatais de cereais é um encargo pesado que dificilmente pode ser removido. O governo central tem progressivamente permitido a comercialização de produtos agrícolas para empresários do setor em Zhejiang e outras províncias. No entanto, a mudança em nível nacional na política não é visível.

Quanto ao desenvolvimento da agricultura, os investimentos realizados pelo governo ainda são deixados para trás, e a estrutura de investimento é irracional. O problema marcante é que o investimento na infra-estrutura agrícola é inadequado, levando a um declínio no poder de suportar calamidades naturais. Nos anos 70, a área atingida por desastres naturais totalizou a média anual de 38 milhões de hectares e o índice de desastre chegou a 31%. Nos anos 80, a área de desastre chegou a 41,2 milhões de hectares e o índice de desastre foi de 49%. Nos primeiros quatro anos da década de 90, a área de desastre alcançou a média anual de 55,3 milhões de hectares e o índice de desastre foi bastante alto, chegando a 50% (Instituto de Pesquisa Científica Financeira do Ministério das Finanças, 1997)

Um grande número de governos locais nas áreas agrícolas enfrenta a pressão do balanço do orçamento financeiro. O dia-a-dia das apropriações para despesas administrativa e educacional (principalmente com salário de pessoal) na maioria dos povoados e cidades tem constituído o bojo da renda financeira, e essas apropriações nem podem cobrir a despesa dessas duas partes.

O desenvolvimento das finanças rurais é ultrapassado e o desenvolvimento econômico da agricultura é falho no que diz

respeito a créditos. Atualmente, os negócios no Banco Agrícola, no Banco de Desenvolvimento Agrícola e nas cooperativas de crédito rural têm certa relação com o desenvolvimento econômico rural. Mas eles falharam em desempenhar o devido papel de dar assistência ao desenvolvimento agrícola. Os principais clientes do Banco de Desenvolvimento Agrícola são empreendimentos estatais em cereais e nada tem a ver com camponeses: com o propósito de obter lucro, o Banco Agrícola tem basicamente cancelado suas redes e pontos de negócios nos municípios e provido cada vez menos serviços para famílias comuns e pequenas empresas dos povoados – defeitos das cooperativas de crédito rural, assim como dos bancos estatais em trabalhar com os camponeses. Em anos recentes, a “agiotagem” tem sido promovido em algumas áreas rurais. No entanto, suas reais funções ainda têm de ser observadas.

Também medidas factíveis e efetivas do governo para a proteção agroecológica e ambiental não têm sido aplicadas nas áreas agrícolas tradicionais, nem suficiente apoio financeiro tem sido obtido, levando assim a um sério problema para o desenvolvimento sustentado nas áreas rurais chinesas. Nas décadas de 60 e 70, a política rural chinesa enfatizava “cereais para alimentação como elo-chave”, assim como uma série de práticas errôneas de destruir enormemente florestas, pântanos e cercados; desde os anos 80, pequenas empresas industriais têm florescido nas áreas rurais. No entanto, não têm sido implementadas medidas para o controle da poluição, destruindo em muito o ambiente rural. A solução para tais problemas requer uma grande soma de investimentos. Os fundos obtidos pelo governo central para a proteção ecológica e ambiental são usa-

dos, principalmente, para o reflorestamento nas vastas regiões ocidentais. Já os fundos para a proteção ecológica nas áreas agrícolas tradicionais dependem, principalmente, de investimentos dos governos em nível local. Devido a dificuldades financeiras dos governos no âmbito local, os fundos para a proteção ecológica e ambiental e para o planejamento das áreas rurais dificilmente são postos no orçamento.

O problema de alimento e roupas para 30 milhões de camponeses através do país não foi solucionado e a tendência de polarização da sociedade não tem sido contida. Atualmente, a população rural pobre está agrupada principalmente nas regiões com condições naturais severas, e muitos fundos são necessários para solucionar o problema de sair da pobreza para enriquecer através da emigração. Em anos recentes, embora o nível de renda líquida *per capita* tenha se elevado no país, a renda líquida das famílias de camponeses despencou. Isso significa que a polarização no país está piorando.

Embora a economia rural na China deixe muito a desejar, ainda temos a visão de que os tempos vindouros serão positivos. Mas, apenas se o governo formular e persistir na estratégia correta para desenvolver a economia e aderir à política de reforma da adoção geral do princípio de mercado, sob a premissa de observar os acordos com a OMC, poderá a China solucionar seu problema de alimentos e gradualmente acelerar o desenvolvimento da economia rural.

Fundamentalmente falando, há apenas um caminho para a reforma no futuro: aderir à orientação da reforma de adoção geral do princípio de mercado para o sistema econômico rural. Em primeiro lugar, o sistema de direito à propriedade de terra tem de ser reformado. Respeitaremos os direitos à propriedade

da terra pelos camponeses e formularemos um sistema encorajando-os a fazerem investimentos a longo prazo na terra. Em segundo, o problema do crescimento do mercado de capitais rural ou do mercado financeiro deve ser resolvido. A forma de solucionar o problema é desenvolver bancos comerciais de natureza mais popular. Se um limite de aceitabilidade racional for estabelecido e a supervisão governamental intensificada, os bancos comerciais populares certamente não partilharão do destino da fundação cooperativa rural. Em terceiro, é necessário melhorar os canais de transferência da força rural de trabalho. A mão-de-obra barata nas áreas rurais chinesas será o recurso decisivo para o desenvolvimento econômico do país por um longo período de tempo e determinará a posição do país no paradigma econômico internacional. Se o canal de transferência da força rural de trabalho for contido, o seu valor como recurso será reduzido e sua concentração adequada dentro da escala operacional da terra rural será afetada. As condições para cancelar o sistema de controle domiciliar estão maduras. Em quarto, o mercado de produtos agrícolas deve ser liberado de controles e a reforma do sistema de circulação de cereais deve ser conduzida de acordo com a linha de pensamento de 1984. Em quinto, a reforma do sistema político rural deve se basear em sobrepujar a expansão do poder das equipes da produção e garantir aos diretores dos comitês eleitos dos povoados a capacidade de exercer plenamente o direito confiado pela lei.

Notas

1. Os camponeses pobres referidos são aqueles sem terra suficiente para sustentar suas famílias e que tinham de arrendar parte dela. Camponeses de renda média são donos de terras que não preci-

savam arrendá-las, enquanto os camponeses ricos são aqueles com muitas terras e que se envolviam no comércio e em negócios. Latifundiários eram os que possuíam muitas terras e se sustentavam com o arrendamento delas para outros e nada mais.

2. O fenômeno de fome até a morte tomou lugar principalmente no período de 1959-1961. Ashton discutiu de maneira cuidadosa o número dos “mortos de fome” durante esse período (Ashton, 1984, parafraseando Lin Yifu, 1990). Ele estima que o número dos que morreram pela fome foi de mais de 3 milhões de pessoas.

Referências Bibliográficas

- BO YIBO. *Review of Some Major Policies and Accidents* (first volume). Party Central School Press, 1991.
- CHEN JIANGUANG. “Economic Operation Situation of Township Enterprises in 2000”. The Working Document.
- CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES AND THE CENTRAL ARCHIVES. *Selected Compilation of the Economic Archives Materials of the People's Republic of China (1949-1952)* (The Volume of the Rural Economic System). Social Sciences Documentations Publishing House, 1992.
- CARTER, COLLIN, ZHONG FUNING and CAI FANG. *Chinese Agriculture in the Process of Economic Reform*. China Financial and Economic Publishing House, 1991.
- DANG GUOYING. “On collective Ownership in Rural Area”. *Survey on Chinese Rural Area*, 1998, n. 1.
- DENG YIMING. *Grain Circulation: Principal Operation of the Market and Macrocontrol of the State*. Publishing House of Economic Management, 1993.
- DU ZANQI (US). *Culture, Power and State – Rural Areas of North China (1900-1942)*. Jiangsu People's Publishing House, 1995.

- FINANCIAL RESEARCH INSTITUTE OF THE MINISTRY OF FINANCE. *Impacts of the Financial Tax Reform on Agriculture and Rural Economy, Observation of the Chinese Rural Areas*. February 1995.
- HUANG ZONGZHI (US). *Small-Peasant Economy and Social Changes in North China*. Zhonghua Book Company, 1985.
- LIN, J. Y. "Collectivization and China's Agricultural Crisis (1959-1961)". *Political and Economics Magazine (US)*, v. 98, n. 6, 1990.
- . Growth in China, "Rural Reforms and Agricultural". *America Economic Review*, v. 82, p. 34-51, 1992.
- . *Structural Reform and China's Agricultural Growth*. Working Document, 1998.
- MAO ZEDONG. *Report on an Investigation of Peasant Movement in Hunan*. Selected Works of Mao Zedong, People's Publishing House, 1991.
- QIN HUI. *Pastoral Poetry and Rhapsody*. The Central Compilation and Translation Publishing House, 1996.
- THE MINISTRY OF AGRICULTURE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, *99' China Agricultural Development Report*. China Agriculture Press, 1999.
- THE MINISTRY OF AGRICULTURE, THE STATE STATISTICS BUREAU. *40 Years of the Chinese Rural Areas*. Central China Peasant's Publishing House, 1989.
- THE MINISTRY OF CIVIL AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *More and More Improvement of Democratic Election System of Village Committees in the Chinese Rural Areas, White Paper of the Rural Areas in 2000*. China Agricultural Press, 2001.
- THE RURAL DEVELOPMENT INSTITUTE OF CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES. *Green Paper of the Rural Economy*. China Social Sciences Literature Publishing House, editions of the past years.
- THE STATE STATISTICS BUREAU. *China Statistical Yearbook*, China Statistics Publishing House.

- TOWNSHIP ENTERPRISES BUREAU OF THE MINISTRY OF AGRICULTURE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *Yearbook of Township Enterprises in China*. Agriculture Press.
- WANG GUICHEN. *New Theory on Reform of China's Rural Areas*. China Social Sciences Publishing House, 1998.
- YAN ZHONGPING *et alii*. *Seleção de Dados Estatísticos da História Econômica da China Moderna*, p. 36, 1955.
- ZHOU QIREN. "China's Rural Reform: Changes of Relation Between the State and Ownership". *Quarterly of China Social Sciences*, 1994, summer edition.

China: Descentralização e Disparidades Regionais na Educação *¹

.....

WEI HOUKAI**

Uma característica principal das reformas educacionais na China, desde os anos 80, tem sido a descentralização não só de recursos, assim como das responsabilidades, do governo central para os governos locais. Em sua Decisão sobre a Reforma da Estrutura Educacional (27 de maio de 1985), o governo chinês decidiu confiar a responsabilidade pelo ensino básico às autoridades locais e instituir a educação compulsória aos nove anos. Na seqüência da decisão de 1985, a propagação do ensino básico tem mais e mais se apoiado em fundos provindos dos rendimentos locais e da mobilização local por recursos não-governamentais. A responsabilidade e a administração do ensino básico foram repassadas para as autoridades locais, especialmente para os governos municipais e distritais. Enquanto isso,

* Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês.

** Professor associado de geografia econômica da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China.

as disparidades regionais de renda como o fosso entre as regiões costeiras e do interior, as desigualdades entre as áreas urbanas e as rurais, assim como a disparidade entre as próprias regiões rurais, estavam se ampliando simultaneamente ao crescimento acelerado da economia chinesa e à reforma descentralizadora do sistema fiscal.

Que impacto isso tem no desenvolvimento educacional regional? Existem diferentes pontos de vista. Alguns estudiosos acreditam que a reforma com base na descentralização tem contribuído para um significativo aumento da disparidade educacional regional,² enquanto outros acreditam que as diferenças de renda não têm um efeito importante na desigualdade educacional.³ Ambos os pontos de vista são baseados em casos muitos limitados, em vez de em dados sistemáticos.

Este texto, fazendo uso de uma coleta sistemática de dados, discutirá o impacto da descentralização nas disparidades educacionais regionais na China. Primeiramente, apresentarei os perfis dos padrões de gastos educacionais da China e suas tendências regionais, focalizando especialmente o ensino básico. Adiante, usando o método de análise por múltiplas regressões, irei examinar os determinantes das variações regionais no financiamento educacional. Finalmente, discutiremos o impacto dos gastos regionais na educação no desenvolvimento educacional regional, especialmente no índice de ingresso e no nível de evasão escolar.

Perfil dos Gastos Educacionais da China

Na China, sob a liderança de Mao Zedong, a fonte de recursos para a educação era basicamente única e os gastos edu-

cacionais dependiam, sobretudo, de apropriações orçamentárias do governo em seus vários níveis, especialmente do governo central. Ao mesmo tempo, diferentemente da maioria dos países, instituições de ensino superior e escolas de ensino especializado usualmente obtinham prioridade na China na alocação de gastos educacionais. O governo chinês não somente dispensava todos os estudantes inscritos em instituições de ensino superior e escolas de ensino especializado do pagamento de mensalidades e outras taxas, como também suportava uma parte das despesas dos alunos. No extremo oposto, no ensino básico, escolas primárias e secundárias recolheram alguma mensalidade e taxas. Como resultado, os gastos educacionais eram seriamente restritos, vários tipos de instituições educacionais tinham falta de recursos e a infra-estrutura educacional e o equipamento de ensino eram muito precários. Em 1981, por exemplo, o espaço dilapidado nas escolas primárias e secundárias em todo país chegava a 15,91% do espaço total usado. Os percentuais em Qinghai (34,45%), Anhui (32%), Guizhou (30,5%), Henan (24%), Tibete (20,8%), Fujian (20,42%) e Guangxi (20,1%) foram acima de 20%.⁴

Devido a isso, a China iniciou um plano de reforma total do sistema educacional nos anos 80. A introdução de um novo mecanismo de distribuição de fundos é central para a reforma da educação. Em 1986, o governo chinês formalmente fez uma convocação pelo levantamento de fundos para a educação através de “canais múltiplos”, o que é similar à divisão dos custos da educação superior, segundo D. Bruce Johnstone.⁵ Tal mecanismo foi aplicado não apenas no ensino superior, mas também no básico, especialmente em áreas rurais. Desde 1984, o Conselho do Estado determinou que os governos municipais

poderiam coletar sobretaxas para a educação com base nas vendas totais da agricultura, assim como de empresas rurais e municipais. O nível das taxas educacionais rurais e o método de coleta seriam fixados pelos governos das várias províncias, das regiões autônomas e dos municípios, de acordo com as condições das várias localidades. Em 1986, o Conselho de Estado novamente estipulou que todas as instituições e indivíduos que pagavam taxas de produtos, imposto de renda e taxas sobre os negócios, excetuando-se aqueles que pagavam sobretaxas educacionais rurais, deveriam pagar sobretaxas educacionais urbanas. As sobretaxas educacionais urbanas seriam cobradas com base no montante de taxas de produtos, do imposto de renda e de taxas sobre os negócios que cada uma das instituições e indivíduos pagava. O nível da sobretaxa educacional era de 1% no começo e aumentaria para 2% depois de 1° de agosto de 1990.⁶ Depois de 1993, foi aumentada para 3% na maioria das regiões.⁷ Sobretaxas educacionais são usadas principalmente para instituir o ensino compulsório.

Ao mesmo tempo, o governo chinês tem também encorajado os camponeses a organizarem escolas por meio da coleta de fundos desde 1980. Os fundos coletados são usados principalmente para a restauração e a renovação de prédios dilapidados, assim como para a construção de novos prédios nas escolas primárias e secundárias. Com base na estatística completa de 30 unidades provinciais, o total de fundos usados na melhoria das condições das escolas primárias e secundárias foi de 106,6 bilhões de iuanes, entre 1981 e 1991. Desse valor, as verbas alocadas do Estado foram de 35,75 de bilhões de iuanes, correspondendo a 35,5%; já os fundos coletados de múltiplos canais, especialmente contribuições da comunidade e doações, soma-

ram 70,85 de bilhões de iuanes, ou 66,5% do total. Como resultado, o espaço dilapidado nos prédios caiu para 1,6% do espaço total nas escolas primárias e secundárias em 1991. Treze das 30 unidades reduziram esse nível para menos de 1%.⁸ Além disso, a China passou a cobrar uma parte da inscrição e várias taxas dos novos estudantes que ingressavam nas instituições de ensino superior de 1989 em diante.

O levantamento de fundos para a educação através de múltiplos canais tem levado à diversificação das fontes de financiamento para a educação. Como pode ser visto na Tabela 1, a parcela de apropriações orçamentárias e de divisas advindas de programas de trabalho – estudo e serviços sociais,⁹ duas das principais fontes de rendimento do passado – entre os dividendos totais destinados à educação tem decaído rapidamente. Por outro lado, a parcela de dividendos extra-orçamentários tem gradualmente crescido. Entre os dividendos extra-orçamentários, as taxas coletadas pelos governos locais em vários níveis e o total de contribuições e doações comunitárias, que cresceram 5,47% e 4,02%, respectivamente, de 1986 a 1991, têm mostrado o crescimento mais rápido. Nesse mesmo período, as apropriações orçamentárias, muito pelo contrário, caíram 13%.

No entanto, em vez de organizar escolas por meio da arrecadação de fundos, é fácil para os governos locais se esquivarem de sua responsabilidade com o ensino compulsório e colocar mais recursos no desenvolvimento industrial. Embora a China enfatize maior atenção com a educação em documentos do governo, o aumento das despesas do governo com a educação tem sido lento. Como resultado, as despesas orçamentárias com educação, enquanto parte dos gastos públicos, decaiu de 13,08% em 1989 para 12,11% em 1993, da mesma forma que

Tabela 1
Fontes de Dividendos para a Educação na China

	Montante (por 100 Milhões de Iuanes)		Porcentagem (%)		
	1986	1991	1986	1991	Varição
Total	354,08	743,57	100,0	100,0	—
Apropriações Orçamentárias	264,97	459,73	74,83	61,83	-13,00
Impostos Coletados pelo Go- verno Local para Investimen- tos Educacionais	17,15	76,64	4,84	10,31	5,47
Total de Contribuições e Doa- ções Comunitárias	15,95	63,40	4,51	8,53	4,02
Dinheiro de Programas Estu- do-Tabalho e Serviço Social	22,15	40,61	6,26	5,46	-0,80
Inscrição e Variadas Taxas Co- letadas para Escolas	10,56	36,10	2,98	4,85	1,87
Dinheiro para a Educação Pro- vido por Minas, Fábricas e Outros Negócios	18,00	42,66	5,08	5,74	0,66
Outros Dividendos	5,30	24,43	1,50	3,28	1,78

Fontes: Zhou Beilong, ed., *Chinese Educational Faces in the 21st Century*, Beijing, Higher Education Press, 1990, p. 180-1; e State Education Commission's Accounting Office, *et alii*, *Annual Report on Educational Expenditure in China*, Beijing: Higher Education Press, 1992, p. 18 (em chinês).

a arrecadação do governo destinada à educação como uma porcentagem do PNB também reduziu-se de 3,17% para 2,66% no mesmo período.¹⁰ Enquanto isso, entre as apropriações educacionais orçamentárias, a parcela do governo central tem caído gradualmente. Entre 1990 e 1993, a parcela do governo central, enquanto porcentagem das apropriações orçamentárias educacionais, despencou de 13,77% para 12,8%.¹¹

Sob o presente sistema fiscal da China, a central de finanças é responsável por apropriações orçamentárias para instituições educacionais dirigidas pelos departamentos centrais e transfere uma parte desses recursos para a educação de áreas subdesenvolvidas. As finanças locais são responsáveis por apropriações orçamentárias para instituições educacionais dirigidas pelos governos locais. Desde que a administração do ensino básico foi delegada às autoridades locais, o governo central tem posto mais e mais recursos na educação de nível superior e deixado as autoridades locais sustentar o ensino básico. Na Tabela 2, podemos ver claramente que o governo central pôs 96,76% de suas despesas administrativo-orçamentárias no ensino de nível superior e apenas 0,48% no ensino primário e secundário desde 1992. Além do que, a parcela do ensino supe-

Tabela 2
Distribuição Setorial das Despesas Administrativo-Orçamentárias na Educação – 1989 e 1992 (Em %)

	Total			Governo Central			Governos Locais		
	1989	1992	Variação	1989	1992	Variação	1989	1992	Variação
Total	100,0	100,0	–	100,0	100,0	–	100,0	100,0	–
Ensino Superior	19,34	19,73	0,39	90,22	96,76	6,54	11,23	10,86	-0,37
Ensino Secundário	35,21	34,77	-0,44	1,51	0,98	-0,53	39,06	38,66	-0,40
Escolas Técnicas									
Especializadas	3,63	2,88	-0,75	1,33	0,60	-0,73	3,89	3,14	-0,75
Ensino Vocacional	2,90	3,08	0,18	0,04	0,01	-0,03	3,23	3,43	0,20
Escolas Secundárias	28,67	28,81	0,14	0,14	0,38	0,24	31,93	32,09	0,16
Escolas Primárias	34,20	35,16	0,96	0,08	0,10	0,02	38,10	39,19	1,09
Ensino para Adultos	3,62	3,09	-0,53	0,83	1,21	0,38	3,93	3,31	-0,62
Ensino Pré-Primário	1,24	1,34	0,10	–	–	–	1,38	1,49	0,11
Educação Especial	0,30	0,36	0,06	0,01	–	-0,01	0,33	0,41	0,08
Outros	6,11	5,55	-0,56	7,34	0,94	-6,40	5,96	6,08	0,12

Fontes: REEC, 1991, p. 79-81, e REEC, 1993, p. 80-82.

rior nas despesas administrativo-orçamentárias centrais cresceu 6,54%, enquanto a do ensino básico cresceu apenas 0,26% entre 1989 e 1992.

Similarmente, as finanças provinciais têm também alocado parte considerável dos gastos educacionais para o ensino não-compulsório, em especial o superior. A arrecadação de fundos para o ensino básico tem sido repassada para os governos locais em níveis inferiores. De modo geral, o ensino básico na China rural adota o modelo de “administrar em diferentes níveis”, isto é, “gerir escolas em três níveis e administrar isso em dois níveis”. Especificando, o governo dos cantões dirige as escolas secundárias seniores; o governo municipal, escolas secundárias juniores; e os representantes dos povoados, as escolas primárias. Os governos dos cantões e municipais administram em conjunto essas escolas.

O que é chamado de “gerir escolas”? Isso se refere à situação em que as correspondentes unidades administrativas levantam a maior parte das finanças escolares. Essas finanças são compostas de três partes, incluindo as despesas recorrentes, como os salários de professores e outras despesas administrativas diárias, o investimento de capital para construção e reforma e outras despesas não-recorrentes. Como parte mais importante das finanças escolares, os salários são distribuídos tendo em vista a divisão dos professores em *gongban* (formais) e *minban* (informais).¹² De forma geral, as finanças dos cantões pagam os salários dos professores formais com base em regulamentos unificados central e provincial. Em certas ocasiões, especialmente quando há atraso no pagamento do salário dos professores, as finanças dos cantões diretamente cuidavam disso com algumas apropriações. O salário dos professores informais é

pago em sua totalidade pelas comunidades. Em 1996, o governo central decidiu dar algum pagamento a professores informais – o pagamento de cada professor, por ano, foi de 220 iuanes nas escolas primárias e de 260 iuanes nas escolas secundárias. Os governos locais, em seus vários níveis, também adotaram políticas correspondentes. De fato, os governos central e provinciais apenas criaram alguns regulamentos gerais, mas o dinheiro era usualmente pago pelas finanças dos cantões.

Diferentemente dos salários dos professores, o investimento de capital em prédios escolares adota o método de “encaixe”. Nos lugares em que “manter escolas em três níveis” foi implementado, quando se faz necessário construir ou restaurar prédios de escolas primárias, os governos municipais alocam algumas bolsas e o restante do dinheiro é levantado pela vila ou aldeia. No caso da construção ou restauração de prédios de escolas secundárias juniores, cabe aos governos dos cantões alocar algumas bolsa sendo o restante do dinheiro levantado pelo município. Os outros casos são análogos a esses. Em uma palavra, o investimento de capital em prédios escolares na China rural é levantado principalmente pelas localidades, cabendo às finanças provinciais apenas distribuir algumas bolsas. Tomando por exemplo a prefeitura de Nanping, na província de Fujian, as bolsas provinciais representavam 9,32% do total de investimento de capitais na educação, entre 1986 e 1990.¹³

Tendências Regionais do Financiamento Educacional na China

Os benefícios da descentralização no financiamento educacional são que os governos locais têm mais independên-

cia e um papel mais destacado a desempenhar. O desenvolvimento educacional pode também atender à demanda local. No entanto, tal modelo pode levar também a disparidades regionais no financiamento educacional. Essas disparidades existem em vários países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento. A diferença de renda regional, o padrão local de alocação de recursos e a participação da família e da comunidade são as causas principais da disparidade.

Para a educação básica, o gasto escolar é principalmente apoiado pelas finanças dos cantões e dos municípios da China rural. Por causa do desenvolvimento desigual da economia regional em anos recentes, as diferenças de arrecadação entre cantões e cidades são realmente enormes. Nas áreas desenvolvidas costeiras, a arrecadação de várias cidades é superior a 10 milhões de iuanes, sendo, portanto, muito fácil levantar financiamento educacional. No entanto, nas regiões pobres do interior, algumas cidades, e mesmo cantões, têm pouca arrecadação e é difícil coletar fundos suficientes para o ensino compulsório. Como resultado, os salários dos professores nas áreas rurais freqüentemente atrasavam.

A falta de pagamento dos salários dos professores ocorreu no começo dos anos 80. Algumas regiões deixaram de pagar os salários de professores *minban*, que deviam ser quitados pelas comunidades após a adoção do sistema de pagamento dos salários dos informais pelas comunidades e subsidiado pelo Estado.¹⁴ Com o passar do tempo, a falta de pagamento dos professores foi se tornando mais séria. De 1988 em diante, o financiamento educacional na maioria das regiões foi repassado para os municípios, que se encarregariam de pagar às escolas primárias e secundárias. Como consequência, os salários dos

professores, tanto *gongban* como *minban*, ficaram seriamente atrasados. Os salários não-pagos não apenas incluíam vários subsídios e pagamentos fixados pelas regras dos governos central e local, mas também o salário-padrão, estipulado pelo Estado. De acordo com estatísticas de setembro de 1993, havia seis províncias em que mais da metade dos condados não quitara os salários dos professores, e o quantia dos salários não-pagos em todo o país chegava a 1,4 bilhão de iuanes.¹⁵ Sob forte pressão do Conselho do Estado e da opinião pública, os governos locais, em vários níveis, um após outro, levantaram fundos para o pagamento dos atrasados. Com base em uma estatística incompleta, as finanças de 14 províncias e regiões autônomas alocaram um total de 0,77 bilhão de iuanes em bolsas especiais para o pagamento dos salários atrasados dos professores em 1993. No final de dezembro de 1993, a soma total de salários não-pagos havia caído para 309 milhões de iuanes.¹⁶

O não-pagamento dos salários dos professores ocorreu por múltiplas razões. De modo geral, os governos locais tendem a gastar mais dinheiro na formação de capital para o crescimento econômico regional. Em 1993, enquanto a arrecadação do governo central aumentava 22,5%, a dos governos locais crescia 35,4%. A apropriação de capital pelo Estado para a construção de unidades estatais cresceu 40,2%. Simultaneamente, a China conduzia a reforma fiscal e estabelecia o sistema de finanças no nível dos povoados em 1992. Depois disso, o financiamento educacional também foi delegado a essas unidades administrativas. Tendo por base a pesquisa feita na província de Henan, os atrasos nos salários dos professores usualmente ocorria nas escolas rurais de cantões com déficit fiscal. Nesses municípios, a base econômica era geralmente fraca, al-

guns deles tinham poucas empresas rurais, a fonte de arrecadação era única (essencialmente, a taxaço sobre a agricultura) e a capacidade de ajustar fundos era mínima.¹⁷ Além disso, os governos central, provincial e mesmo as prefeituras introduziram várias medidas para a melhoria do nível de vida dos professores, enquanto os governos dos cantões e municípios menores, no geral, apenas desembolsavam os recursos. Em áreas subdesenvolvidas, os governos dos cantões e municipais são freqüentemente incapazes de levantar fundos devido à falta de recursos locais. Como resultado, não podem deixar de faltar com os salários dos professores.

Em comparação, as diferenças interprovinciais no financiamento educacional não são tão pronunciadas. Considerando-se os dados, aqui focalizaremos as disparidades interprovinciais no financiamento educacional. Primeiramente, aplicando a análise de correlações de Pearson, examinamos a correlação entre o desenvolvimento econômico regional e as despesas educacionais em 1993. Usamos o produto interno bruto *per capita* (PIBC), a renda líquida *per capita* do domicílio rural (RLC) e o crescimento do PIB (CPIB) para medir o desenvolvimento econômico regional. Quanto às despesas regionais educacionais, selecionamos três indicadores de grupo:

1) Os indicadores de despesas educacionais *per capita*, tais como o total de despesas educacionais *per capita* (TDE), as despesas orçamentárias educacionais *per capita* (DOE), as despesas extra-orçamentárias educacionais *per capita* (DEOE), as contribuições e doações comunitárias *per capita* (DOA) e os impostos *per capita* cobrados pelos governos locais para gastos educacionais (IMP).

2) Os indicadores de despesas educacionais por estudante, incluindo despesas educacionais por estudante em escolas primárias (DEEP), as despesas educacionais por estudante em escolas secundárias (DEES), as despesas administrativas orçamentárias por estudante em escolas primárias (DADP) e as despesas administrativas orçamentárias por estudante em escolas secundárias (DADS).

3) Os indicadores de crescimento de despesas educacionais, incluindo o crescimento da despesa educacional total *per capita* (CDET), o crescimento de despesas orçamentárias educacionais *per capita* (CDOE), o crescimento de despesas administrativas orçamentárias por estudante em escolas primárias (CDADP) e o crescimento de despesas administrativas orçamentárias por estudante em escolas secundárias (CDADS).

Os resultados estão incluídos na Tabela 3. Como era de se esperar, encontramos uma forte correlação entre o nível de desenvolvimento regional econômico e o nível de despesas educacionais. O que quer dizer que, quanto mais desenvolvida economicamente é a região, maior é o seu nível de gastos educacionais e mais fácil é coletar fundos para o ensino. Em outras palavras, existem consideráveis disparidades de gastos educacionais entre as províncias desenvolvidas e as subdesenvolvidas, sob a descentralização.

Entre todos os indicadores de nível de despesas educacionais analisados, as DOAs são a exceção. Elas mantiveram pouca correlação com o PIBC e mesmo com a RLC, por duas razões. Por um lado, como terra natal de vários chineses além-mar, as províncias de Guandong, Fujian e Hainan a cada ano recebem largas somas de doações de chineses em outros países. Em 1992, mais de 26% das contribuições comunitárias e das doações pro-

Tabela 3
Coeficiente de Correlação per Capita – 1993

	PIBC	RLC	CPIB
DP	0,7040**	0,6457**	-0,1935
PDOE	0,1458	0,1003	0,3641*
TDE	0,8841**	0,8281**	0,1195
DOE	0,8170**	0,7330**	-0,1156
DEOE	0,6897**	0,7113**	0,5501**
DOA	0,2278	0,3991*	0,5836**
IMP	0,8042**	0,8241**	0,4822**
DEEP	0,8562**	0,8650**	0,1043
DADP	0,7951**	0,7476**	-0,1662
DEES	0,6675**	0,6797**	0,0562
DADS	0,5453**	0,5202**	-0,2482^
CDET	0,3340*	0,4262**	0,5390**
CDOE	0,4142*	0,4883**	0,4132*
CDADP	0,6864**	0,6969**	0,2655^
CDADS	0,3908*	0,4036*	-0,0946

Notas: Os testes de significância são: ^ $p < 0,10$, * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$.

Fontes: REEC, 1994; State Statistical Bureau, *Statistical Yearbook of China* (1993-1994), China Statistical Publishing House.

vieram de chineses dessas províncias vivendo além-mar.¹⁸ Por outro lado, as contribuições comunitárias e as doações são dependentes não apenas do nível de renda regional, mas também e muito mais da política local e da mobilização do governo. Por exemplo, as DOAs são mais altas nas províncias de Guangdong, Shanxi, Guangxi, Xandong e Henan, devido à mobilização dos governos locais. Especialmente, a província de Guangdong mobilizou extensamente as comunidades e empresas a doarem fundos para a educação quando as doações em outras províncias decaíam marcadamente. Em 1993, as contribuições e doações da comunidade de Guangdong foram de mais de 1,93 bilhão de iu-

anes (0,98 bilhão em 1992), correspondendo a 26,61% do montante total no país.¹⁹

É interessante que as DEOEs, especialmente os IMPs e as DOAs, mostraram forte correlação com o CPIB em 1993. O que significa que é mais simples para as províncias com crescimento em ascensão levantarem fundos por múltiplos canais, em particular por meio de impostos e contribuições e por doações comunitárias. De fato, as províncias em franco crescimento são principalmente as regiões industriais costeiras emergentes, como Guangdong, Hainan, Fujian, Jiangsu, Zhejiang e Shandong. Elas têm maior nível de arrecadação e indústrias mais desenvolvidas, especialmente empreendimentos rurais, que são fontes importantes de arrecadação extra-orçamentária para a educação.

Similarmente, o crescimento das despesas educacionais também mantinha relação próxima com o nível de renda regional. Observa-se que as províncias com alto nível de arrecadação têm tido um crescimento das despesas educacionais mais veloz. Em outras palavras, as disparidades com a despesa educacional entre as províncias economicamente desenvolvidas e subdesenvolvidas aumentaram em 1993. Por exemplo, o coeficiente de correlação entre o CDADP e o PIB foi de até 0,7041 em 1993. Isso mostra que o CDADP foi muito mais rápido em províncias com alta arrecadação do que em províncias arrecadação baixa.

Enquanto isso, o CDET e o CDOE têm também forte correlação com o CPIB. Isso significa que as províncias de crescimento mais rápido também tiveram um crescimento ainda mais rápido dos seus recursos para despesas educacionais. De fato, nas províncias em crescimento, os governos locais geral-

Tabela 4
Disparidades Interprovinciais com Despesas Educacionais

	1990	1991	1992	1993
Razão max-min	4,44	4,65	4,61	5,27
TDE COV	0,5295	0,5064	0,4865	0,5597
COV Medido	0,3448	0,3487	0,3376	0,4038
Razão max-min	5,29	5,25	4,93	5,70
DOE COV	0,7266	0,7895	0,6782	0,7290
COV Medido	0,4211	0,4687	0,4087	0,4491
Razão max-min	7,82	7,03	5,77	8,77
DADP COV	0,8289	0,7982	0,6715	0,8027
COV Medido	0,3929	0,4178	0,3895	0,4687
Razão max-min	14,44	8,84	6,19	6,36
DADS COV	1,6746	1,0493	0,7768	0,7801
COV Medido	0,3868	0,3527	0,3226	0,3667
Razão max-min	5,47	6,16	5,77	8,77
DADP* COV	0,5936	0,6431	0,6126	0,7490
COV Medido	0,3780	0,4078	0,3854	0,4653
Razão max-min	4,63	4,57	3,88	4,75
DADS* COV	0,6056	0,5724	0,5224	0,5712
COV Medido	0,3478	0,3383	0,3157	0,3619

* Exclui-se o Tibete.

Fontes: REEC, 1994; e State Statistical Bureau, *Statistical Yearbook of China* (1993-1994).

mente destinam uma parcela maior de suas despesas à educação. Em 1993, as despesas orçamentárias com ensino, enquanto percentagem das despesas orçamentárias públicas totais (PDOE), mantiveram uma melhor correlação com o CPIB, de modo que o coeficiente de correlação de Pearson foi de 0,3641 (0,4511).

Visando examinar mais a fundo as tendências nas despesas educacionais da China, computamos o coeficiente de variação (COV) e a razão max-min, que é a razão de máximo para mínimo. O COV é um importante indicador da extensão de dispa-

ridades regionais, enquanto a razão max-min analisa a extensão da variação regional. Levando em conta a diferença de importância entre as várias províncias da China, também computamos os COVs obtidos usando a população e o número de matrículas em escolas primárias ou em escolas secundárias como fatores para medição, respectivamente, ao mesmo tempo.²⁰ Considerando-se a disponibilidade de dados, selecionamos o TDE, as DOEs, as DADPs e as DADS para exame.

Como pode ser visto na Tabela 4, a extensão das variações interprovinciais era bem aparente. Em 1993, o TDE de Xangai foi 5,27 vezes o de Guizhou, enquanto as DADPs de Beijing foi 8,77 vezes o de Anhui. Em certa medida, isso pode ser explicado em parte pelo grande abismo do nível da renda entre os dois. Por exemplo, o PIBC de Shanghai foi 9,35 vezes o de Guizhou e o de Beijing foi 4,68 vezes o de Anhui. Examinando as tendências regionais, percebemos que a razão max-min e o valor (medido) do COV rapidamente se elevaram em 1993, embora houvessem, em certa medida, decaído em 1990 e 1992. Isso mostra que as disparidades interprovinciais nas despesas educacionais rapidamente se alargaram com a celeridade do crescimento da economia chinesa em 1993. Mais que isso, excetuando as DADS, a maior parte dos valores da razão max-min e do COV (medido) superou o nível de 1990.

Deve-se notar que o padrão em transformação do COV medido foi diferente daquele ocorrido durante 1990 e 1991. Em parte, isso se deve às condições especiais de algumas regiões, como, por exemplo, o Tibet. Por exemplo, as DADPs do Tibet ficaram em primeiro lugar durante 1990 e 1991, devido a subsídios fiscais do governo central e à baixa eficiência educacional.²¹ Em virtude de dificuldades fiscais do governo central nos anos recentes, entre outras razões, as DADPs do Tibet caí-

ram de 440,86 iuanes em 1990 para 419,21 iuanes em 1991 e desceram então para 366,47 iuanes em 1992, enquanto o valor médio nacional crescia.²² No entanto, o número de matrículas escolares no Tibete para o ensino básico e o ensino médio somou não mais que 0,15% e 0,05%, respectivamente, em 1993. Tomando por base a situação especial tibetana, recomputamos o COV e o COV medido após excluir-se o Tibete. Como resultado, o padrão alterado do COV das DADPs fica completamente alinhado com o do COV medido. Logo, podemos chegar à conclusão de que as disparidades das DOEs e das DADPs também aumentaram em 1991.

Determinantes das Variações Regionais no Financiamento Educacional

Como mencionado, as disparidades nas despesas educacionais regionais cresceram em 1993. Bem claramente, os fatores que afetam as variações regionais nas despesas educacionais são múltiplos. Esses fatores podem ser divididos em cinco tipos.

1. Nível de Renda Regional

Como foi visto na Tabela 3, existem fortes correlações entre o nível de renda regional e as despesas públicas *per capita* (DP). De modo geral, as DPs são muito maiores em províncias com alta renda do que nas de baixa renda. Logo, é natural que as DOEs e as DADPs ou as DADSs sejam maiores nas províncias com alta renda do que nas de baixa renda, devido à restrição de tetos de orçamento cada vez mais resistentes. As DEOEs, em especial o IMP, estão também intimamente relacionadas ao nível de renda regional. Isso porque taxas de produção, imposto

de renda e taxa sobre negócios, assim como vendas totais, que são vistos como sobretaxas rurais e urbanas para o ensino, são por si só dependentes do nível de renda regional.

O aumento das despesas educacionais nas províncias de maior renda pode ser explicado pelo fato de o crescimento dos custos educacionais acompanhar o crescimento do nível de renda. Nas palavras de Phillip H. Coombs, “o custo real por estudante, em virtualmente todos os sistemas educacionais, tem uma perversa tendência a crescer ano após ano, mesmo que a qualidade paralise ou decaia”.²³ O crescente custo por estudante é causado principalmente pela inflação, pelos crescentes salários dos professores e pelo crescimento dos recursos disponíveis para os alunos (por exemplo, instalações, equipamento, materiais de ensino e horas de ensino por ano).

2. Crescimento Econômico Regional

Na Lei da Educação Compulsória, o governo chinês advoga que as apropriações do Estado para o ensino compulsório crescerão em ritmo mais veloz que os proventos estatais de itens regulares, assim como a despesa média na educação por estudante irá também crescer de forma estável. A isso, frequentemente, se referem como o famoso princípio dos “dois crescimentos”. Embora as apropriações orçamentárias educacionais em 26 das 30 províncias de fato tenham crescido em ritmo mais lento que os proventos locais vindo de itens regulares em 1993,²⁴ as províncias com rápido crescimento têm um aumento mais acelerado das despesas educacionais. Não obstante, é mais fácil levantar fundos para o ensino através de canais múltiplos nessas províncias. Logo, o crescimento desequilibrado da economia regional deve levar a um crescimento desigual da

despesa educacional. Na análise seguinte, devemos focalizar o CPIB ou o crescimento dos dividendos de itens regulares (CDI) para medir esse impacto.

3. Participação do Governo na Educação

Tradicionalmente, considerava-se que regiões e territórios de alta renda “deviam” ter uma razão maior de despesa educacional no PNB ou na despesa pública. Entretanto, usando os dados do país para 1975 e 1985, Rati Ram descobriu que o “PIB *per capita* não pode ser empregado efetivamente como uma variável explicativa em modelos de razão despesa-PNB, visto que as duas variáveis não demonstram qualquer correlação significativa nas amostras estudadas ou em amostras internacionais mais abrangentes”.²⁵ Nossos dados também apóiam esse ponto de vista. Da Tabela 3, podemos claramente ver que não há correlação significativa entre o PIBC e a PDOE.

De fato, a razão de despesa educacional para despesa pública ou PNB reflete o grau de participação do governo na educação. Um governo que realmente enfatiza a educação irá gastar mais das despesas públicas na educação. Por outro lado, uma razão maior despesa-PNB indica maior participação do governo na educação. Em conformidade com isso, nas províncias desenvolvidas, a PDOE foi de 20,34% e 20,10% em Jiangsu e Beijing, respectivamente, mas apenas de 14,38% e 14,80% em Guangdong e Liaoning em 1993. Já nas províncias em desenvolvimento, essa razão foi de 22,63 e 21,40 em Anhui e Shanxi, respectivamente, mas de apenas 12,34% e 14,99% em Yunnan e Heilongjiang. Como deve estar claro, isso é resultado dos diferentes graus de participação dos governos locais na educação.

Com base nos dados existentes em nível de cantões, descobrimos que a PDOE tem peso inverso ao desenvolvimento ou subdesenvolvimento dos condados. Por exemplo, a PDOE foi de 36% (até 50% em seu nível mais alto) em 113 cantões pobres,²⁶ enquanto foi de apenas 9,8% na cidade de Xiamen (incluindo o cantão de Tongan), na província de Fujian em 1990.²⁷ De acordo com uma pesquisa feita pela Comissão de Educação do Estado em 374 cantões na primavera de 1991, a despesa orçamentária administrativa para a educação, enquanto percentagem da despesa pública total, foi maior em cantões de renda muito baixa (RLC < 300 iuanes), baixa (300-400) e média-baixa (400-600) do que nos de renda média-alta (600-800) e alta (> 800).²⁸ Isso pode ser explicado pela escassez de dividendos locais nos cantões subdesenvolvidos e pelo padrão de salário criado pelo governo para professores *gongban* (formais), pessoal e trabalhadores. Em 1993, os gastos com professores, pessoal e trabalhadores, assim como com os aposentados, somaram 89,2% da despesa administrativa em escolas primárias e 81,9% em escolas secundárias.²⁹ Logo, parece que a PDOE tem um impacto negativo nas tendências regionais de despesa educacional.

Além disso, a fatia do ensino compulsório nas despesas orçamentária e administrativa (DEC), que reflete a participação do governo na educação compulsória, pode também ter certo impacto nos padrões regionais das DADPs e das DADSS.

4. Divisão do Custo da Educação com os Estudantes

Matrícula e taxas várias refletem a parcela do custo da educação para o estudante. Estipulou-se que o Estado exime os estudantes aceitos para o ensino compulsório da matrícula, se-

gundo a Lei da Educação compulsória, mas de fato tanto as escolas primárias como as secundárias cobram uma parcela de matrícula e várias taxas. Especialmente, em algumas regiões de baixa renda, devido às disparidades de rendimentos locais e à falta de outras fontes de arrecadação, a cobrança de matrícula e taxas enquanto percentagem das despesas educacionais (MT) é usualmente maior. Em 1993, por exemplo, a MT foi de 15,76% em Anhui, 14,44% em Hubei e 14,01% em Hebei, enquanto foi de apenas 0,61% em Xangai e 1,20% em Beijing. Isso mostra que as despesas para o ensino compulsório são mais dependentes das parcelas pagas pelos estudantes em regiões de baixa renda.

5. Participação da Comunidade na Educação

Contribuições comunitárias e doações são uma importante fonte de recursos para as despesas em escolas primárias e secundárias, especialmente nas áreas rurais. Em 1993, as contribuições da comunidade e as doações, enquanto percentagem das despesas educacionais, foram de 9,77% em escolas primárias (11,39% em áreas rurais), 9,16% em escolas secundárias juniores (11,39% em áreas rurais), 7,58% em escolas secundárias seniores, mas foi de apenas 0,75% em instituições superiores e 1,77% em escolas secundárias especializadas.³⁰ Isso mostra que o custo do ensino compulsório é mais dependente da colaboração das comunidades na China.

De forma a aliviar o encargo dos camponeses, o levantamento de fundos para a construção de escolas e a restauração de prédios arruinados em algumas áreas rurais foi interrompido ou cancelado em 1993. Isso levou a uma considerável redu-

ção das contribuições da comunidade e das doações em várias regiões, tais como Henan, Jiangxi, Hunan, Hubei e Shaanxi. Essas regiões se localizam principalmente no interior, o que foi visto como uma das principais razões que levaram ao aumento das disparidades regionais nas despesas educacionais.³¹ Para examinar essa influência, verificamos as contribuições da comunidade e as doações *per capita*, enquanto percentagem da renda líquida doméstica *per capita* (PDOA).

Aplicamos o método de regressão linear para avaliar o impacto desses fatores nas variações regionais da despesa educacional. Com base nas discussões anteriores, selecionamos o PIBC ou a DP, o CPIB ou CDI, a PDOE, a DEC, a MT e a PDOA como variáveis independentes e selecionamos o TDE, a DOE, a DADP, a DADS, o CDET, o CDOE, o CDACP e o CDADS como variáveis dependentes. As primeiras quatro variáveis dependentes, que refletem despesas educacionais *per capita* ou por estudante, são usadas para verificar as variações regionais nas despesas educacionais. As últimas quatro variáveis dependentes, que refletem o crescimento das despesas educacionais *per capita* ou por estudante, são usadas para examinar as variações regionais do custo educacional. O método usado é passo a passo, cujo critério é limitado a $p < 0,05$. Logo, é estatisticamente significativa a possibilidade de a variável entrar dentro da equação. Se a variável é retirada, é estatisticamente não-significativa. Em outras palavras, não há uma correlação linear significativa.

Em face da disponibilidade de dados e das crescentes disparidades regionais em 1993, selecionamos esse ano para a análise de regressão. Os resultados da análise de múltipla regressão estão incluídos nas Tabelas 5 e 6. Como esperado, o PIBC ou DP é o primeiro determinante importante de varia-

Tabela 5
Determinantes de Variações Regionais em Despesa Educacional na China – 1993

	TDE	DOE		DADP		DADS	
		Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
Constante	-4,134	41,98**	-24,14**	-115,38**	215,9**	-766,17	22,16
PIBC		0,0129** (0,849)			0,0353** (0,622)	0,1097** (0,866)	
DP	0,2148** (1,049)		0,159** (1,018)	0,6082** (1,040)			1,16** (0,892)
CPIB		-1,352* (0,232)			---	-25,31** (0,520)	
CDI	---		---	-0,8628** (-0,141)			---
PDOE	4,930** (0,286)	---	3,630** (-0,275)	7,711** (0,157)	---	---	---
DEC	-1,541** (0,199)		0,588** (-0,100)		---	---	-21,04* (-0,427)
MT	2,231* (0,210)		---	---	14,44** (-0,476)		---
PDOA	18,81** (0,179)		---	---	---		---
Erro-Padrão	12,62	17,54	4,384	29,93	51,32	201,7	122,6
R ²	0,925	0,720	0,983	0,944	0,828	0,488	0,796
R ² Ajustado	0,909	0,700	0,981	0,937	0,816	0,429	0,789

Notas: *p < 0,05; ** p < 0,01. Números entre parênteses são coeficientes de regressão padronizados. O método adotado é o passo a passo.

--- Representa a variável que não entra na equação devido ao limite de valor de p.

Fontes: REEC, 1994; e State Statistical Bureau, *Statistical Yearbook of China* (1993-1994), China Statistical Publishing House.

Tabela 6
Explicando a Tendência Regional das
Variações na Despesa Educacional na China – 1993

	CDET	CDOE		CDADP		CDADS
		Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2	
Constante	-60,19*	28,68**	1,419	-8,266	12,90**	15,66**
PIBC	0,0037** (0,632)	0,0015* (0,338)			0,0027** (0,686)	0,0017* (0,390)
DP			0,0197** (0,446)	0,0269** (0,676)		
CPIB		0,8340** (0,505)			---	---
CDI	0,3471** (0,554)		0,2002** (0,432)	---		
PDOE	---	-1,537* (-0,412)	---	1,1416* (0,340)	---	---
DEC	0,9786** (0,434)		---	---	---	---
MT	---		---	---	---	---
PDOA	---		8,859** (0,390)	---	---	---
Erro-padrão	8,18	7,34	5,21	6,58	6,02	8,45
R ²	0,598	0,410	0,703	0,392	0,471	0,152
R ² -Ajustado	0,552	0,342	0,668	0,347	0,452	0,122

Notas: *p < 0,05; ** p < 0,01. Números entre parênteses são coeficientes de regressão padronizados. O método adotado é o passo a passo.

--- Representa a variável que não entra na equação devido ao limite de valor de p.

Fontes: REEC, 1994; e State Statistical Bureau, *Statistical Yearbook of China* (1993-1994), China Statistical Publishing House.

ções regionais no nível de despesas educacionais. O que significa dizer que as variações regionais do nível de despesa educacional são causadas principalmente por suas diferenças de renda, em particular por suas diferenças de despesa pública. Por exemplo, aplicando a análise de regressão, vimos que em torno de 78% das variações regionais no TDE podem ser justificados por suas diferenças de PIB *per capita* em 1993.³²

Além disso, o PIBC ou DP é também um determinante importante no crescimento das variações regionais do nível de despesas educacionais. Isso significa que as diferenças regionais de nível de renda são um fator-chave que leva ao alargamento das disparidades regionais das despesa educacional. Portanto, perto de 50% das variações regionais de CDADP podem ser explicados por suas diferenças de PIBC em 1993.³³

O CPIB ou CDI é outro determinante importante das variações regionais de CDET e CDOE. Em especial, o coeficiente de regressão padronizado do CPIB é maior no modelo de CDOE. Isso ajuda a explicar por que o crescimento econômico desequilibrado levará ao crescimento desequilibrado tanto do TDE como da DOE. Na tabela, percebe-se que o padrão das variações regionais do CDET assume, aproximadamente, uma forma de V, seguindo o crescimento do CPIB em 1993. Após refazer a análise de regressão usando CPIB e $(\text{CPIB})^2$ como variáveis independentes, vemos que R^2 eleva-se de 0,234 para 0,350.³⁴ É interessante observar que CPIB ou CDI tem um impacto negativo nas variações regionais de DOE, DADP e DADS. Isso é resultado de o PIB ou o rendimento de itens regulares ter crescido lentamente em algumas regiões, como Beijing, Tianjin e Tibet, onde a DOE, a DADP e a DADS são muito altas.

A PDOE tem também um impacto significativo nas variações regionais do nível de despesa educacional, exceto a DADS. Da Tabela 5, pode-se ver que a PDOE manteve uma forte correlação com o TDE, a DOE e a DADP. Isso significa que um nível mais alto de despesa educacional está fortemente atrelado à participação ativa dos governos na educação. Deve-se apontar que o resultado dessa regressão é bem o oposto de nossa expectativa, que é principalmente fundamentada em experiências em nível de condado. Na China, muitas províncias se igualam a países de tamanho médio tanto em área como em população e existem disparidades regionais aparentes. Quando analisávamos as disparidades interprovinciais, cada província foi de fato tratada como uma unidade geográfica homogênea. Logo, não é surpresa que as variações interprovinciais da PDOE difiram das variações entre os condados. Ao mesmo tempo, após examinarmos as tendências regionais de variação na despesa educacional, percebemos que o CDADP mantinha uma correlação positiva com a PDOE, mas o CDOE mantinha uma correlação negativa com a PDOE. De modo geral, o CDOE vai gradualmente desacelerando com o crescimento da PDOE devido ao limite de um teto de orçamento cada vez mais reticente e à expansão da base de crescimento. Além disso, as variações regionais da DADS são também dependentes dos governos locais no ensino compulsório, isto é da DEC.³⁵

Como esperado, vimos que a DADP manteve uma correlação negativa com a MT. O que quer dizer que a MT é relativamente mais alta enquanto a DADP é baixa. De fato, as regiões onde a DADP é baixa são geralmente de renda média baixa, como Anhui, Henan, Hubei e Hebei. Em 1993, suas DADPs estavam nos quatro últimos lugares e suas MTs esta-

vam entre as cinco primeiras em todo o país. Portanto, o custo do ensino compulsório em regiões de renda média baixa dependerá principalmente das parcelas pagas por estudantes. A PDOA é também uma determinante significativa de variações regionais do TDE. No entanto, não encontramos qualquer correlação significativa entre a PDOA e o CDET. Isso significa que a PDOA não foi um fator significativo no alargamento das disparidades regionais em despesa educacional, embora tenha sido um dos mais significativos determinantes de variações regionais do TDE.

O resultado disso é que as variações regionais na despesa educacional em 1993 dependeram das diferenças de nível de renda, assim como de diferente participação das comunidades e dos governos locais. Matrícula e outras taxas relacionadas, de fato, moderaram as disparidades regionais no tocante à despesa orçamentária administrativa *per capita* nas escolas primárias. Em grande parte, as diferenças de nível de renda e crescimento desequilibrado podem ser explicados pelo alargamento das disparidades regionais quanto aos gastos com educação.

Disparidades Interprovinciais no Desenvolvimento Educacional

Comparadas com a despesa educacional, as disparidades interprovinciais do número líquido de crianças em idade escolar inscritas em escolas primárias (NLI), que é a razão entre o número de crianças na faixa de 7 a 11 anos inscritas e o número total de crianças de 7 a 11 anos, não são tão aparentes. Exceto por umas poucas províncias subdesenvolvidas, como Tibet (NLI de 52,35%),³⁶ Qinghai (83,89%), Guizhou (93,78%), Sichuan (94,54%), o NLI de outras províncias esteve sempre acima de 95% em 1993. Dentre essas, houve 19 províncias em

que o NLI foi acima de 89%. Isso é o resultado da popularização do ensino primário na China após os anos 50. O Ministério da Educação chinês (o predecessor da Comissão de Educação do Estado) fez o primeiro plano para popularizar o ensino primário em 1951. Posteriormente, o ensino primário chinês passou por um processo de desenvolvimento, avanço acelerado, ajuste, parada e redesenvolvimento, mas a política de popularização do ensino primário nunca mudou. Pelo começo dos anos 70, o NLI na China já era superior a 90%. Enquanto isso, as disparidades interprovinciais no ensino primário também decaíram bastante.³⁷

No entanto, existem disparidades interprovinciais aparentes no índice de graduados de escolas primárias (PRP). Em 1991, em torno de 99% dos graduados puderam pegar suas graduações em Beijing, Tianjin e Xangai, enquanto o PRP de Guizhou ficou abaixo de 60%.³⁸ Além do mais, o índice de graduação de várias províncias mantém clara relação com seu nível de renda. O coeficiente de correlação entre o PRP e o logPIBC foi de até 0,7583 em 1991. Isso significa que quanto maior o PIBC maior é o PRP.

Alguns estudiosos, utilizando os dados de distribuição geográfica das instituições e o nível de inscrição escolar, encontraram crescentes disparidades regionais no ensino superior, assim como crescentes disparidades regionais entre áreas urbanas e rurais.³⁹ No entanto, a distribuição geográfica das instituições e o número de inscrições escolares não são os melhores indicadores para a medição das disparidades regionais no desenvolvimento da educação. Embora várias instituições de ensino superior se concentrem em cidades de grande e médio portes, seus estudantes geralmente vêm de todo o país. Do mesmo modo, algumas escolas secundárias localizam-se nas

metrópoles e cidades, mas seus estudantes podem vir também de áreas rurais. Em particular, a China tem reestruturado as instalações educacionais pelo aumento do número de instituições em anos recentes e isso tem levado à concentração geográfica de instituições e da inscrição escolar. Por essa razão, selecionamos o NLI como indicador-chave para a análise. Utilizando dados coletados de várias fontes, computamos o coeficiente de variação do NLI. Considerando os diferentes níveis de importância das províncias, também computamos o COV, medido através do número total de crianças em idade escolar entre 7 e 11 anos (disponível apenas a partir de 1989). Como se vê na Tabela 7, o COV e COV medido do NLI mostraram uma queda após 1983, embora tivesse aumentado no começo dos anos 80.

Tabela 7
Disparidades Interprovinciais da China no Nível
Líquido de Crianças em Idade Escolar Inscritas em Escolas Primárias

	Média Nacional (%)	Máximo (%)	Mínimo (%)	Razão max-mín	COV	COV Medido
1980	93,93	99,2	80,8	1,228	0,0586	
1983	94,01	99,8	42,07	2,372	0,1224	
1985	95,95	99,9	46,00	2,172	0,1092	
1986	96,37	99,8	50,00	1,996	0,1001	
1987	97,19	99,9	48,40	2,064	0,1022	
1988	97,17	99,9	55,69	1,794	0,0883	
1989	97,44	99,71	53,12	1,877	0,0921	0,0328
1990	97,83	99,92	54,54	1,832	0,0901	0,0306
1991	97,84	99,93	54,19	1,844	0,0901	0,0293
1993	97,72	99,88	52,35	1,908	0,0917	0,0319

Fontes: Essa tabela foi computada com base nos livros *Educational Statistics Yearbook of China* (1989-1993), People's Education Press, e *China's Provincial Statistics* (1949), Westview Press, e outras fontes de dados.

O crescimento do COV no começo dos anos 80 se deve a uma grande queda do NLI em algumas províncias, como o Tibet, Qinghai, Ningxia, Gansu, Mongólia Interior, Xinjiang, Shaanxi e Sichuan. Especialmente no Tibet, o NLI teve uma grande queda, de 83% em 1980 para 42,07% em 1983 (ver Tabela 8). De fato, várias províncias, incluindo algumas relativamente desenvolvidas, como Liaoning, Heilongjiang e Hubei, tiveram uma certa queda no NLI, dos anos 70 para o começo dos anos 80. A queda do NLI pode ser em parte justificada pela política de reestruturação educacional. Durante a Revolução Cultural, as escolas primárias e secundárias cresceram em grande número sem condições adequadas correspondentes e isso resultou em uma séria diminuição na qualidade do ensino básico. A reestruturação educacional que se seguiu, que provocou em melhorar a qualidade do ensino e ganhar economias de escala, fez o NLI nacional cair de 97,1% em 1976 para 93% em 1981. Em algumas províncias do oeste, o NLI continuou a cair, enquanto o NLI nacional crescia de forma estável após 1981.

Após 1983, as disparidades regionais do NLI tenderam a se reduzir devido à política da China de popularizar a educação compulsória aos nove anos. Entretanto, essa redução foi bem instável. Como se pode ver na Tabela 7, o coeficiente de variação foi crescendo suavemente durante 1986-1989 e 1991-1993. A causa disso foi que o NLI em algumas províncias, incluindo tanto as províncias desenvolvidas como as subdesenvolvidas, teve uma queda, enquanto em outras ele estava crescendo continuamente (ver Tabela 8). Deve-se notar que o NLI estava caindo também em províncias desenvolvidas e prósperas em anos recentes. Por exemplo, o NLI em Zheijiang e Tianjin caiu, res-

pectivamente, em 3,61 e 1,65 pontos percentuais de 1991 para 1993. Nas províncias de Hubei, Hunan e Hebei, o NLI também caiu sob o crescimento rápido tanto do PIB quanto da renda.

Tabela 8
Principais Províncias onde o Número Líquido de Crianças em Idade Escolar Inscritas em Escolas Primárias Decaiu (Em %)

Período	Regiões	Ano de Início	Ano de Término	Alteração
1980-83	Tibet	83,0	42,07	-40,93
	Qinghai	82,4	76,8	-5,6
	Ningxia	86,20	82,24	-3,96
	Gansu	83,9	81,4	-2,5
	Mongólia Interior	94,2	92,4	-1,8
	Xinjiang	94,6	93,07	-1,53
	Shaanxi	95,91	94,87	-1,04
1986-87	Sichuan	93,0	92,1	-0,9
	Tibet	50,0	48,4	-1,6
	Liaoning	99,5	99,0	-0,5
	Mongólia Interior	97,4	97,0	-0,4
1988-89	Xinjiang	97,2	97,0	-0,2
	Tibet	55,69	53,12	-2,57
	Guizhou	89,9	88,75	-1,15
	Heilongjiang	99,90	98,89	-1,01
	Jiangsu	99,8	98,87	-0,93
	Qinghai	83,4	82,61	-0,79
1991-93	Shanghai	99,9	99,56	-0,34
	Zhejiang	98,84	95,23	-3,61
	Tibet	54,19	52,35	-1,84
	Sichuan	96,35	94,54	-1,81
	Tianjin	99,67	98,02	-1,65
	Hunan	98,54	97,26	-1,28
	Hubei	99,21	98,66	-0,55
	Hebei	98,91	98,44	-0,47
	Heilongjiang	98,72	98,28	-0,44
	Shanxi	99,24	98,85	-0,39

Fontes: Essa tabela foi computada com base nos livros *Educational Statistics Yearbook of China* (1989-1993), People's Education Press, e *China's Provincial Statistics* (1949), Westview Press), e outras fontes de dados.

Tabela 9
Determinantes de Variações Regionais de NLI e PRP na China
– 1991 e 1993

	NLI		PRP (1991)		NLIR (1991)
	1993	1991	Modelo 1	Modelo 2	
Constante	69,896* *	95,036* *	-56,162* *	22,089*	95,354
logPIBC			42,967* * (0,831)		
logDADP	---	16,720* * (-0,396)			-19,71* * (-0,407)
logDADS				23,931* (0,461)	
CDADP	---	0,4864* * (0,391)			0,5276* * (0,375)
CDADS			0,2246* * (0,323)	---	
PDOE	1,5469* (0,430)	1,6586* * (0,472)	---	---	1,9161* * (0,477)
MT	---	---	-0,946 * (-0,228)	---	---
PDOA	---	---	---	---	---
Erro-Padrão	8,071	5,608	6,078	9,569	6,354
R ²	0,183	0,630	0,705	0,212	0,629
R ² -Ajustado	0,154	0,585	0,671	0,184	0,586

Notas: *p < 0,05; ** p < 0,01. Os números entre parênteses são coeficientes de regressão padronizados. O método adotado é o de passo a passo.

--- Representa a variável que não entra na equação devido ao limite de valor de p.

Fontes: REEC, 1992-1994; *Statistical Yearbook of China* (1993-1994), e *Educational Statistics Yearbook of China* (1991-1993).

Aplicando a análise de regressão múltipla, encontramos que tanto o NLI como o PRP mantêm fortes laços com a despesa educacional regional. Como se pode ver na Tabela 9, a PDOE e o CDADP são dois determinantes significativos de variações regionais tanto em NLI como em NLIR (NLI em áreas rurais). O que quer dizer que, quanto mais gastos governamentais há na educação, mais rápido cresce o DADP e mais alto é o NLI. Contudo, fora de nossas expectativas, a DADP teve um impacto negativo nas variações regionais do NLI e do NLIR. Isso pode ser explicado pelas condições especiais de algumas regiões de minorias étnicas. Devido a subsídios fiscais centrais, o Tibet, Xinjiang, Qinghai e a Mongólia Interior usualmente têm altos níveis de DADP. No entanto, seu NLI é relativamente menor devido a condições naturais adversas assim como a tradições e ideais culturais.

Diferentemente do NLI, o PRP manteve forte correlação com o nível de renda regional. Usando a análise de regressão, percebemos que 57,5% das variações regionais do PRP podem ser explicados pelo logPIBC em 1991.⁴⁰ Ao mesmo tempo, a um PRP maior comumente se relaciona uma DADS mais alta e um crescimento mais acelerado da DADS. Oposto a isso, um MT maior está freqüentemente ligado a um PRP mais baixo. Isso significa que reduzir a DADS e aumentar o MT levarão a uma queda do PRP.

Outra importante questão em relação ao desenvolvimento educacional da China é que há um sério fenômeno de evasão nas escolas primárias e secundárias juniores. A evasão escolar é um velho problema não resolvido no ensino compulsório da China.⁴¹ Como se vê na Tabela 10, mais de 15 milhões de estudantes por ano abandonaram as escolas primárias e secundárias

Tabela 10
Índice de Abandono Escolar em Escolas Primárias e Escolas Secundárias Juniores

	Escolas Primárias		Escolas Secundárias Juniores	
	Evasão Escolar	Índice de Evasão	Evasão Escolar	Índice de Evasão
1978-1979	974,9	6,7	452,1	9,1
1979-1980	924,9	6,3	660,9	14,3
1980-1981	967,7	6,6	652,2	14,4
1981-1982	963,6	6,7	587,5	14,2
1982-1983	957,3	7,1	476,0	12,2
1983-1984	498,8	3,7	256,6	6,8
1984-1985	485,2	3,6	250,6	6,5
1985-1986	429,8	3,2	177,8	4,5
1986-1987	398,1	3,0	219,2	5,3
1987-1988	493,1	3,8	342,2	8,2
1988-1989	457,2	3,6	352,7	8,8
1989-1990	332,6	2,7	230,0	6,0
1990-1991	253,2	2,1	233,8	6,0
1991-1992	273,7	2,2	257,5	6,5
1992-1993	292,0	2,4	328,5	8,1
1993-1994	236,0	1,9	229,3	5,6

Notas: Índice de abandono = $[(EIn - G + NEI - EI)/EIn] \times 100\%$. Aqui, *EIn* são estudantes inscritos no ano *n*; *G* são estudantes graduados no ano (*n+1*); *NEI* são novos estudantes inscritos no ano (*n+1*); *EI* são estudantes inscritos no ano *n*.

Fontes: *China Statistical Yearbook*, 1991, p. 686-90, e 1995, p. 585-8.

juniores no começo dos anos 80. O índice de abandono, que é a razão entre o número de abandonos escolares e o número de estudantes inscritos, foi de 7% nas escolas primárias e de 14% nas escolas secundárias juniores. A situação melhorou após 1983-1984, mas o número de estudantes que abandonam as escolas ainda era de mais de 4 milhões por ano. Especialmente

em 1987-1988 e 1988-1989, o número de estudantes que abandonavam as escolas foi de mais de 8 milhões por ano. Deve-se notar que a taxa de evasão em escolas secundárias juniores também cresceu em 1992-1993, ficando acima de 10% em algumas áreas rurais.

De modo geral, o alto índice de evasão nas escolas primárias ocorreu principalmente em províncias subdesenvolvidas, enquanto o alto índice de evasão em escolas secundárias juniores ocorreu mais em províncias medianamente desenvolvidas. Por exemplo, os sete lugares com os mais altos índices de evasão escolar foram, respectivamente, Tibet, Gizhou, Yunnan, Hainan, Qinghai, Gansu e Ningxia nas escolas primárias e Fujian, Jilin, Hainan, Heilongjiang, Tianjin, Sichuan e Hubei nas escolas secundárias juniores. Além disso, a maioria dos estudantes que abandonam as escolas é do sexo feminino, especialmente em áreas pobres. Com base nas estatísticas, há em torno de 2 milhões de estudantes abandonando as escolas por ano nas áreas de velhas bases revolucionárias, regiões de minorias étnicas, áreas de fronteira e áreas pobres. Desse número, cerca de 70% são do sexo feminino.⁴²

Uma das mais importantes razões da evasão é que vários estudantes deixam suas escolas, especialmente as escolas primárias, devido à pobreza de suas famílias. De acordo com estatísticas de 1990, houve 1,09 milhão de estudantes abandonando as escolas primárias devido à pobreza da família, o que contava 1/3 do total nacional dos estudantes que abandona as escolas primárias.⁴³ Nas áreas pobres, vários estudantes primários deixaram suas escolas porque suas famílias não podiam pagar a inscrição e taxas subseqüentes. Com base no Censo, em

113 condados pobres, cerca de 60% das famílias de estudantes que abandonaram as escolas primárias acreditavam ser incapazes de continuar com o pagamento da inscrição e taxas subsequentes.⁴⁴ Auferir renda ou ajudar a família nos negócios ou na agricultura é outra importante razão. Em algumas regiões, certas empresas rurais e privadas usam o trabalho infantil para garantir maior lucro. Isso tem levado alguns pais a forçarem a saída dos filhos da escola para trabalhar nas fábricas ou nos negócios. Por exemplo, de acordo com uma pesquisa na província de Guangdong, os ex-estudantes saídos das escolas primárias compunham 59,7% do número total de estudantes que abandonaram o ensino primário e 72,5% dos das escolas secundárias juniores na cidade de Zhongshan.⁴⁵ Além disso, a desigualdade educacional e os maus resultados nos estudos levam vários estudantes a abandonarem suas escolas.

De modo a ajudar os estudantes evadidos a retornar à escola em áreas pobres, foi lançado o Projeto Esperança, sob o patrocínio da Fundação Infantil da China, em outubro de 1989. Suas principais metas são a garantia de apoio e ajuda a crianças notáveis em áreas pobres que abandonaram o estudo devido a dificuldades escolares para voltarem à escola; a construção e a renovação dos prédios escolares em áreas rurais pobres; e a compra de materiais de ensino, cadernos e livros para as escolas primárias rurais pobres. No final de 1993, o Projeto Esperança havia sido implementado em 26 províncias e recebido um total de 201 milhões de iuanes em doações da China e além-mar, especialmente Hong Kong, provendo de ajuda 549 mil crianças e estabelecendo 204 “Escolas Primárias da Esperança”.⁴⁶ O governo central também fornece ajuda ao ensino básico nas

áreas pobres. Durante o período do 5º Plano Quinquenal (1986-1990), a cada ano as finanças centrais davam 0,1 bilhão de iuanes como subsídio para o ensino primário em áreas sub-desenvolvidas.⁴⁷ Após 1990, a destinação do governo central para a educação em áreas desenvolvidas tem sido mantida no nível de 0,2 bilhão de iuanes por ano, representando 2,42% das apropriações orçamentárias centrais em 1993.⁴⁸

Conclusões

Resumindo, a reforma descentralizada tem levado a sérias disparidades regionais nos gastos educacionais. Especialmente em 1993, as disparidades regionais tanto em despesas educacionais como no número líquido de inscrição de alunos aumentaram. As crescentes disparidades regionais na despesa educacional decorrem principalmente de diferenças regionais no tocante ao nível de renda e ao crescimento desequilibrado da economia regional. Em algumas áreas rurais, a escassez de fundos para a educação tem resultado em sério desfalque dos salários dos professores e na evasão escolar dos alunos. Logo, é uma necessidade que os governos central e provinciais equilibrem as finanças educacionais inter-regionais pela transferência de fundos.

Notas

1. Essa é uma monografia de informe sobre um projeto-chave de pesquisa da Academia Chinesa de Ciências Sociais – Pesquisa das Disparidades de Renda Regional e Mecanismos de Coordenação na China. A US Spencer Foundation proveu-nos apoio

financeiro adicional. O Rd. Dali L. Young, da Universidade de Chicago, participou nas pesquisas desse projeto.

2. Ver Cheng Kai Ming, *Editor's Introduction*, summer 1992, p. 6; e *Educational Reform of China*, 1992, Hong Kong, Shangwu Publishing Ltd. Co., p. 78-90 e p. 238-42 (em chinês)
3. Por exemplo, Xiaoding Niu considerava que as diferenças não parecem ser a causa primária da desigualdade educacional na China, embora elas de fato existam. Ver Xiaoding Niu, *Policy Education and Inequalities in Communist China Since 1949*, Lanham, Maryland, University Press of America, 1992, p. 101.
4. Zhang Baoqing, ed., *Reforming Education in China*, v. 2, Higher Education Press, 1993, p. 158-60 (em chinês).
5. Ver D. Bruce Johnstone, "Sharing the Costs of Higher Education: Student Financial Assistance in the United Kingdom, the Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United States", New York, The College Board, 1986.
6. Zhang Baoqing, *op. cit.*, 1993, p. 149.
7. Escritório de Contas da Comissão de Educação do Estado *et al.*, *Annual Report ou Educational Expenditure in China*, High Education Press, 1994, p. 24 (em chinês).
8. Zhang Baoqing, *op. cit.*, 1993, p. 158.
9. Desde 1958, a China começou a implementar programas nas escolas primárias e secundárias e a encorajar o ensino superior a desenvolver vários setores. A substância dos programas é que os estudantes trabalhem em fábricas, fazendas e unidades de serviço dirigidas por escolas primárias e secundárias.
10. As apropriações governamentais para a educação incluem as apropriações educacionais orçamentárias (despesa), as sobretaxas educacionais urbanas e rurais, os gastos com educação efetuados por minas, fábricas e outros empreendimentos e os impostos debitados por indústrias dirigidas por escolas.
11. Ver REEC, 1994, p. 29.

12. Professores *gongban* são aqueles formalmente empregados, cujos salários são pagos todo mês pelo Estado. *Minban* são professores informais contratados e pagos pelas comunidades. Os professores *minban* são encontrados principalmente nas escolas primárias e secundárias juniores rurais. No total de professores em tempo integral em todo o país em 1993, os professores *minban* contavam 34,8% nas escolas primárias, 8,6% nas escolas secundárias juniores e 0,23% nas escolas secundárias seniores.
13. Wang Xin, ed., *Educational Development Planning of Prefectures and Cities in Fujian*, Xiamen University Press, 1992, p. 225 (em chinês).
14. No passado, os professores *minban* recebiam pontos por trabalho e era alocada uma cesta de grãos pela comunidade, ao passo que o Estado dava-lhes alguns subsídios.
15. Ver REEC, 1994, p. 14-5.
16. Ver *China Education Yearbook* (1994), Peoples' Education Press, 1995, p. 280-1 (em chinês).
17. Ver *China Education Yearbook* (1994), p. 621.
18. Ver REEC, 1993, p. 88.
19. Ver REEC 1994, p. 25-6.
20. Quanto à discussão e ao cálculo do coeficiente de variação medido, ver Gabriel Carron e Ta Ngoc Chau, *Reduction of Regional Disparities: the Role of Educational Planning*, 1981, Paris, The UNESCO Press, p. 47-8 (em inglês).
21. A posição do Tibet já descera para 2° em 1992 e para 3° em 1993.
22. Ver REEC, 1991, p. 113; 1992, p. 118; e 1993, p. 124.
23. Phillip H. Coombs, *The World Crisis in Education: the View from the Eighties*, 1985, Oxford University Press, p. 146.
24. Outras quatro províncias e municipalidades, incluindo Beijing (crescimento dos dividendos de itens regulares de 3%), Tianjin (2,63%), Jiangxi (0,3%) e Sichuan (0,7%), foram aquelas cujos dividendos de itens regulares cresceram lentamente.

25. Rati Ram, *Despesas Educacionais Públicas em Países Industrializados: uma Comparação Analítica*, 1991, p. 14 (mimeo).
26. Yue Xikuan, *Hope Project of China*, Beijing, Social Science Document Press, 1991, p. 5 (em chinês).
27. Ver Wang Xin, 1992, p. 28.
28. Ver REEC, 1991, p. 62-3.
29. Ver REEC, 1994, p. 36.
30. Ver REEC, 1994, p. 139.
31. Ver REEC, 1994, p. 44 e 69.
32. $TDE = 39,0227 + 0,0176 \times PIBC + 19,8382$, $R^2 = 0,783$.
33. $CDADP = 66,6756 + 25,637 \times \log PIBC + 5,8823$, $R^2 = 0,496$.
34. $CDET = 5,1028 + 1,0769 \times CPIB + 10,8884$, $R^2 = 0,234$;
 $CDET = 41,222 - 3,8196 \times CPIB + 0,1469 \times (PIBC)^2 + 0,2119$, $R^2 = 0,350$.
35. Estatisticamente, a DEC também manteve melhor correlação com o TDE, a DOE e o CDET.
36. O Tibet é um caso bem especial. Apesar de seu alto nível de despesa educacional, o NLI no Tibet tem sido sempre muito baixo nos anos recentes, devido a condições naturais especiais, atraso econômico, assim como tradições e ideais culturais.
37. Ver Zhou Beilong, ed., *Chinese Education Faces 21st Century*, Higher Education Press, 1990, p. 30-3 (em chinês).
38. Ver REEC, 1992, p. 66.
39. Ver Leslie Nai-Kwai Lo, "The Irony of Reform in Higher Education in Mainland China", *Issues & Studies*, v. 25, n. 11 (November 1989), p. 12-54; e Jacques Lamontagne, "Educational Disparities in Mainland China: Characteristics and Trends", *Issues & Studies*, v. 25, n. 12 (December 1989).
40. $PRP = -45,2137 + 39,2286 \times \log PIBC + 7,0278$, $R^2 = 0,575$.
41. Para uma discussão da evasão nas escolas primárias antes de 1978, ver Zhou Beilong, *Chinese Education Faces 21st Century*, 1990, p. 25-7.

42. Ver *China Education Yearbook*, 1994, p. 932.
43. Ver Yue Xikuan, *op. cit.*, 1991, p. 7.
44. Ver Yue Xikuan, *op. cit.*, 1991, p. 9.
45. The National Center for Education Development Research, ed., *Compulsory Education Benefit Research*, 1992, p. 15 (em chinês).
46. Ver *China Education Yearbook*, 1994, p. 931.
47. Li Shouxin, ed., *China Educational Development Research*, China Planning Press, 1988, p. 40 (em chinês).
48. Ver REEC, 1994, p. 29.

A Política Chinesa na África*

.....

ZHANG HONG-MING**

1. Apresentação: a Evolução da Estratégia Diplomática da China e sua Política na África

A política chinesa na África constitui um dos principais componentes de sua estratégia diplomática. A análise comparativa da evolução vertical dessa política mostra que, quando o governo chinês reorientou sua política africana, sempre foi para adaptar-se à mudança da situação internacional em que se encontrava a China, mais precisamente, adaptar-se à mudança da sua estratégia diplomática. Desde a fundação da República Popular da China, em 1949, até o final do século XX, ou seja, durante um período de meio século, a estratégia diplomática chinesa atravessou cinco períodos, cada um com características distintas: o alinhamento com a União Soviética durante esses anos 50; a luta contra a dupla hegemonia durante a década de

* Tradução de Annie Canibe, a partir do original em francês.

** Especialista em política africana, diretor de pesquisas do Bureau de Pesquisas da África e do Instituto de Pesquisas sobre a Ásia Ocidental e a África, da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China.

60; a reaproximação com o Ocidente durante a década de 70; o jogo triangular entre os dois campos durante os anos 80; e o não-alinhamento na década de 90. As relações sino-africanas desenvolveram-se graças à reformulação adequada da estratégia diplomática e da política chinesa na África.

1.1. Primeiro Período: a Estratégia Diplomática Pendendo para “um Lado só”

Após a Segunda Guerra Mundial, dois campos distintos enfrentavam-se no mundo, dirigidos respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Portanto, desde sua criação, em 1949, a China foi arrastada no turbilhão da Guerra Fria entre o Leste e o Oeste. A tarefa externa mais urgente para o novo regime chinês era garantir sua segurança. Considerando que o governo norte-americano apoiara o poder do partido nacionalista chinês (o poder de Chiang Kai-chek) na guerra civil da China (1946-1949), era de se esperar que, quando tomou o poder, o Partido Comunista Chinês passasse a praticar uma estratégia diplomática de “pende para um lado só”. Isto é, a China escolheu o campo socialista, a amizade e a aliança com a União Soviética, e lutou contra o campo capitalista, dirigido pelos Estados Unidos, com a Guerra da Coreia vindo reforçar a posição chinesa. A estratégia diplomática que a China praticava durante os anos 50 resume-se, sucintamente, a “pende para um lado só”.

Naquele contexto, quase todos os grandes países ocidentais tinham imposto, um após o outro, um bloqueio à China e adotado políticas restritivas em relação a ela, particularmente os Estados Unidos.¹ Naquela época, os únicos parceiros políticos

da China eram a União Soviética e os países socialistas asiáticos e europeus. Foi nesse contexto internacional desfavorável que o governo chinês resolveu estabelecer e desenvolver suas relações com os países africanos, relações que conseguiram, contudo, progredir gradualmente, graças a seus esforços comuns.

Até 1955, a nova China ainda não estabelecera relações diretas e efetivas com o continente africano. O que pode explicar-se pelas seguintes razões: por um lado, durante a primeira metade da década de 50, a China estava às voltas com problemas internos e assuntos asiáticos;² por outro, naquela época, apenas um punhado de países tinha conseguido sua independência no continente africano, enquanto a maioria permanecia sob o controle das metrópoles européias.

Entretanto, na primeira metade dos anos 50, ocorreram dois acontecimentos que iriam estimular o desenvolvimento das relações políticas entre a China e a África.

O primeiro foi a proclamação, em 1954, dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”. A fim de consolidar a independência recém-conquistada e reverter a situação desfavorável, ao mesmo tempo que fortalecia as relações com os outros países do campo socialista, o governo chinês adotou uma série de medidas para desenvolver as relações com os países recém-independentes da Ásia, da África e da América. Em dezembro de 1953, Zhou Enlai, então primeiro-ministro e ministro do Exterior, enunciou pela primeira vez, em nome do governo chinês, os cinco princípios que norteariam o desenvolvimento das relações políticas sino-estrangeiras, a saber:

- 1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
- 2) não-agressão mútua;
- 3) não-ingerência nos assuntos internos;

- 4) igualdade e vantagens recíprocas; e
- 5) coexistência pacífica.³

Convém observar que esses cinco princípios eram aqueles iniciais e eternos da política externa da China, e, desde então, o governo chinês reafirmou em várias ocasiões esses princípios e sua “aplicabilidade” para as relações com os outros países. Portanto, de certa forma, também serviram de base para o desenvolvimento posterior das relações políticas entre a China e os países da África.

O segundo acontecimento foi a convocação da Conferência Afro-Asiática, realizada em Bandung, na Indonésia, em abril de 1955. O significado histórico dessa conferência era oferecer oportunidades de contatos diretos entre a China e os países da África. Foi durante essa conferência que Zhou Enlai encontrou-se, pela primeira vez, com dirigentes africanos (egípcio, etíope, líbio, sudanês, liberiano e ganense). Após a conferência, a China intensificou os contatos com os países africanos e os resultados foram animadores. No dia 30 de maio de 1956, a China e o Egito assinaram um comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas, fazendo do Egito o primeiro país africano a estabelecer relações diplomáticas com a China. Desde então, os países africanos que estabeleceram relações diplomáticas com a China foram cada vez mais numerosos. Na década de 50, mais precisamente entre 1956 e 1959, a China estabeleceu sucessivamente relações diplomáticas com cinco dos nove países que acabavam de tornar-se independentes: Egito, Argélia,⁴ Marrocos, Sudão e Guiné.

A política chinesa na África na década de 50 articulava-se em duas partes: por um lado, empenhava-se em estabelecer re-

lações diplomáticas com os países recém-independentes e, por outro, apoiava ativamente o processo de descolonização do continente africano. O objetivo dessa política era estender a influência política da China sobre o continente africano, desenvolver relações oficiais com os países recém-independentes e formar uma frente única com os países e os povos da África, a fim de lutar contra o imperialismo, o colonialismo e o hegemomismo. E fundamentava-se em três razões:

Em primeiro lugar, após a Segunda Guerra Mundial, principalmente após a Conferência Afro-Asiática, a luta contra o colonialismo e pela libertação e independência do país alastrou-se rapidamente no continente africano. Dizia de Mao Zedong:

A época atual é a da independência nacional. Os movimentos de libertação e de independência nacional dos países oprimidos são parte integrante da revolução mundial, e sua luta será uma contribuição para a vitória final da revolução mundial.

Por isso, destacou em várias ocasiões que “o apoio era mútuo” e que “as lutas dos africanos contra o imperialismo, o colonialismo e o hegemomismo eram, de alguma forma, um apoio à China”.⁵ Partindo dessa convicção, Mao Zedong preconizava que era dever dos países libertados prestar ajuda àqueles que estivessem lutando por libertação.

Em segundo lugar, para as autoridades chinesas, a China e os países africanos tiveram um passado parecido e foram vítimas da agressão do colonialismo e das potências estrangeiras. Conseqüentemente, como disse Mao Zedong:

Embora ainda não fosse um país poderoso, a China, por ter sido submetida também ao jugo dos imperialistas e dos colonialistas, entendia

perfeitamente as aspirações e as dificuldades dos países africanos irmãos, e queria dar sua contribuição à luta política e ao desenvolvimento da economia desses últimos, o que ele considerava um dever internacionalista.

De acordo com essas convicções, Mao Zedong expressou várias vezes, em nome do governo chinês, a vontade de prestar um apoio sincero aos movimentos de libertação e de independência nacional no continente africano.⁶ Assim, no período de Mao, na linha do “espírito de internacionalismo proletário”, a China apoiava firmemente os povos africanos na sua causa de libertação nacional.

Em terceiro lugar, o governo chinês considerava a assistência aos países estrangeiros, incluindo os países africanos, uma forma importante de promover suas relações políticas com os países subdesenvolvidos, estender sua influência política no mundo e quebrar o bloqueio que alguns grandes países ocidentais impuseram à China. Assim, com o objetivo estratégico de “sustentar a revolução mundial” e estender sua influência política, a China alinhou-se firmemente ao lado do povo africano, apoiando-o incansavelmente na sua luta para a descolonização da África e para a libertação nacional, fornecendo ao povo africano, na medida de suas possibilidades, ajuda material, armamentista e financeira.

Com seu apoio substancial a essa luta, a China deu vigoroso impulso às relações sino-africanas. É preciso observar, porém, que a estratégia diplomática da China e até sua política na África sofreram forte influência da ideologia e da situação interna: após o movimento “Cem Flores, Cem Escolas”, que surgiu em meados dos anos 50, a autoridade chinesa lançou, em 1957, uma “campanha antidireita”. Ao término dessa campa-

nha, os radicais levavam vantagem sobre os realistas. Sob a influência da corrente de idéias de extrema esquerda, a política chinesa na África revestia-se de caráter ideológico, visto que tinha dividido os vários países africanos em dois gêneros: os países “progressistas” e os “pró-imperialistas”.

1.2. Segundo Período: a Estratégia Diplomática das “Duas Linhas”

Em termos gerais, na década de 60, e particularmente em sua segunda metade, a estratégia diplomática adotada pela China era lutar contra a hegemonia das duas superpotências. O alvo, porém, variava de acordo com o grau de rivalidade entre essas duas grandes potências e, sobretudo, em função das ameaças que elas ofereciam para a China. A estratégia “antiimperialista” dos Estados Unidos e “anti-revisionista” ou “anti-social-imperialista” da União Soviética podia resumir-se sucintamente a “duas linhas”. O contexto dessa estratégia era o seguinte: as relações sino-soviéticas estavam se deteriorando,⁷ enquanto o confronto entre a China e os Estados Unidos estava se acirrando. Desde então e até o início dos anos 70, a luta contra a hegemonismo tornou-se uma das principais questões da estratégia diplomática da China.

Para as autoridades chinesas, após a segunda metade dos anos 50 e sobretudo desde o início da década de 60, a disputa hegemônica entre a União Soviética e os Estados Unidos ficava cada vez mais patente. Por conseguinte, durante um longo período, o cenário político mundial esteve caracterizado pela hegemonia e a política dos blocos, com as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, disputando as zonas de in-

fluência. Para manter a estrutura bipolar, as duas potências reforçavam seu controle sobre os países alinhados, o que acirrou as lutas no seio dos dois campos. Por um lado, as relações sino-soviéticas deterioraram-se e o campo socialista cindiu-se; por outro, a tendência à independência diplomática de certos países da Europa Ocidental trouxe contradições dentro do campo capitalista. Ao mesmo tempo, o sistema colonial desmoronava e os movimentos de libertação nacional na Ásia, na África e na América Latina conheciam seus primeiros sucessos. Desencadeou-se um movimento de não-alinhamento e os países não-alinhados passaram a representar uma força importante nas relações internacionais.

Segundo essa análise, Mao Zedong criou, em meados da década de 60, sua idéia estratégica de “duas zonas intermediárias”: os países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina e os países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental. Para Mao, ambas as partes opunham-se ao controle dos Estados Unidos. Afigurava-se o mesmo problema entre a União Soviética e os países da Europa Oriental. Logo, Mao Zedong assinalou que a estratégia diplomática da China era lutar contra a hegemonia das duas superpotências, apoiando-se na primeira zona intermediária e ganhando a segunda. Desde então, a luta contra as duas superpotências passou a ser o princípio fundamental da política externa da China.

De acordo com essa estratégia, e considerando a solidariedade e a cooperação com os países da Ásia, África e América Latina e o apoio aos movimentos de libertação e de independência nacional dos países oprimidos (os países africanos, em particular) como o fundamento de sua diplomacia,⁸ as autoridades chinesas resolveram estabelecer a mais ampla frente

internacional possível, com os países subdesenvolvidos formando a principal força contra a hegemonia. Foi por essa razão que o governo chinês resolveu acelerar o desenvolvimento das relações com países da África e aprimorar as relações com países da Europa Ocidental.

Outro motivo da política chinesa na África era a retomada do seu lugar legítimo nas Nações Unidas e a expulsão do representante de Taiwan. Por isso, durante os anos 60, embora o governo chinês tenha dado especial importância as suas relações de cooperação econômica com os países africanos e elas terem se ampliado rapidamente, o principal interesse da China na África continuava sendo no campo político, a relação econômica sendo relegada ao segundo plano. A cada conquista da independência pelos países da África, o objetivo de Pequim sempre foi a instalação de embaixadas da China na África.

Na década de 60, dois acontecimentos merecem especial atenção no plano do desenvolvimento das relações políticas entre a China e a África.

O primeiro acontecimento foram as três visitas de Zhou Enlai à África, durante a primeira metade dos anos 60. Essas visitas fortaleceram ainda mais o entendimento mútuo entre as duas partes. E, sobretudo, durante sua visita a dez países africanos, de dezembro de 1963 a fevereiro de 1964, Zhou Enlai proclamou, pela primeira vez, em nome do governo chinês, os “cinco princípios que norteariam o desenvolvimento das relações políticas entre a China e os países africanos”, cujo conteúdo vem a seguir:

- 1) apoiar os povos de todos os países africanos na sua luta contra os imperialistas, os colonialistas e os neocolonialistas ou para conquistar e salvaguardar a independência nacional;

2) apoiar sua política de paz, neutralidade e não-alinhamento;

3) apoiar suas aspirações de solidariedade e unidade por meio de livre escolha, bem como seus esforços para resolver suas desavenças através de consultas pacíficas;

4) exigir dos outros países que eles respeitassem a soberania de todos os países africanos; e

5) lutar contra as agressões e qualquer intervenção estrangeira.

Esses princípios, que diferem dos métodos utilizados por certos países ocidentais, foram recebidos favoravelmente pelos países africanos e tiveram profunda influência no desenvolvimento das relações políticas sino-africanas.

O segundo acontecimento foi o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e a França, em 1964. Seguindo a estratégia das “duas zonas intermediárias”, o governo chinês empenhava-se ativamente em desenvolver suas relações com os países ocidentais. O reatamento das relações diplomáticas entre a China e a França foi um dos êxitos desse ajuste da estratégia diplomática da China, o que permitiu dissipar as dúvidas dos países africanos, principalmente dos países de língua francesa. Entre 1960 e 1969, 14 países africanos estabeleceram relações diplomáticas com a China. No final de 1969, dos 41 países africanos independentes, 19 mantinham relações diplomáticas com a China, contra cinco nos anos 50.

Convém notar, porém, a existência de dois acontecimentos que exerceram uma influência negativa sobre as relações sino-africanas.

Primeiramente, a deterioração das relações sino-soviéticas e o confronto entre a China e os Estados Unidos influenciaram

a política externa da China, inclusive sua política africana: de acordo com a estratégia contra as duas potências hegemônicas, a política praticada pela China na África era não somente anti-Estados Unidos, mas também anti-União Soviética. Em outros termos, no tratamento dado ao problema das relações com os países africanos, a China aproximava-se dos países pró-Beijing, ao mesmo tempo que se afastava dos países pró-Washington e pró-Moscou. Essa atitude freou consideravelmente o desenvolvimento das relações sino-africanas.

O segundo acontecimento foi o movimento da Revolução Cultural (1966-1976), na China, pois, nos primeiros dois anos desse movimento, sob a influência da corrente de idéias de extrema esquerda, existiam uma certa opinião e uma conduta radical no plano diplomático da China. Por exemplo, naquela época, a propaganda oficial preconizava que Mao Zedong era não apenas líder da revolução chinesa como também da revolução mundial. Nesse espírito, certos membros das embaixadas da China na África distribuíam ativamente cópias das obras de Mao Zedong nos países junto aos quais eram credenciados. Essa atitude despertou um sentimento de suspeita e de desconfiança em relação à China em alguns desses países.

1.3. Terceiro Período: a Estratégia Diplomática de “uma Linha”

Temos de confessar que, da segunda metade dos anos 60 ao início dos anos 70, a China estava se enredando numa situação confusa, de “distúrbios internos e de perigo de invasão estrangeira”. No exterior, após a ruptura com a União Soviética, a China encontrava-se num fogo cruzado: enquanto a União

Soviética estava ameaçando a China a partir do norte,⁹ os Estados Unidos intensificavam a guerra contra o Vietnã, o que significava uma ameaça militar vinda do sul para a China.¹⁰ Esse foi o período mais difícil, tanto interna quanto externamente, para a China. As graves circunstâncias estavam, mais uma vez, obrigando as autoridades chinesas a mudarem sua estratégia diplomática, como esclareceu Mao Zedong: “Entre os dois supergrandes, sempre tirando o maior proveito da contradição, devemos melhorar as relações com os dois. Não devemos aumentar o número de inimigos.”

No início dos anos 70, mais precisamente após a ruptura com a União Soviética, os dirigentes chineses iriam mudar de ponto de vista sobre a avaliação da situação internacional. Segundo as autoridades chinesas, com a “restauração do capitalismo” na União Soviética, o campo socialista desmoronava; a rivalidade entre a União Soviética e os Estados Unidos era a fonte da instabilidade internacional, e até de uma nova guerra mundial. A União Soviética tinha se tornado um país “social-imperialista”, uma nova hegemonia que procurava ampliar sua esfera de influência. Portanto, aos olhos dos dirigentes chineses, das duas superpotências, a União Soviética parecia muito mais perigosa, cobiçosa e feroz. Chegou-se a essa conclusão a partir das seguintes análises: primeiramente, desde o início dos anos 70, “o imperialismo norte-americano est[ava] entrando em declínio, enquanto aumenta[va] o perigo do social-imperialismo soviético”. A União Soviética encontrava-se numa situação favorável e ofensiva, enquanto os Estados Unidos recuavam para defender-se. Por um lado, os Estados Unidos enfrentaram e continuaram enfrentando muitas dificuldades polí-

ticas e econômicas, tanto internas quanto externas. Por outro lado, a União Soviética entrou na concorrência pela esfera de influência mundial numa época mais tardia, sendo, por conseguinte, mais ambiciosa e mais ávida de tudo. Em segundo lugar, a estrutura político-econômica da União Soviética conferia-lhe maior facilidade e maior vantagem na concorrência com os Estados Unidos. Em terceiro lugar, ao proclamar-se “socialista”, a União Soviética colocava-se numa posição mais favorável para penetrar nos países do Terceiro Mundo. Além do mais, durante esse período, graças a um crescimento econômico galopante, a Europa Ocidental e o Japão tornavam-se os novos rivais dos Estados Unidos no plano econômico. Paralelamente, com as conquistas sucessivas da independência pelos países da África, o papel dos países subdesenvolvidos, que reuniam 75% da população mundial, tomava uma importância crescente no cenário internacional.

De acordo com essa análise, e para melhorar sua situação no cenário internacional, mais precisamente, para livrar-se da sanção imposta pelo Ocidente e, principalmente, do perigo militar representado pela União Soviética, Mao Zedong propôs, no início dos anos 70, na base da teoria das “duas zonas intermediárias”, que tinha elaborado nos anos 60, a teoria dos “três mundos”, bem como a estratégia de “uma linha”.¹¹ O princípio da estratégia visava lutar contra a ameaça da União Soviética, agregando todas as forças suscetíveis de serem reunidas. Isso significa que a visão de mundo dos dirigentes chineses estava mudando radicalmente e que a estratégia diplomática da China sofria nítida modificação, já que, a partir de então, as autoridades chinesas passaram a considerar oficialmente a União Soviética como a única ameaça e o maior inimigo da China.

Em função dessa intenção estratégica, o governo chinês modificou adequadamente sua política estrangeira: ao mesmo tempo que dava prioridade aos interesses de Estado, determinou uma política estrangeira pragmática. Para livrar-se da ameaça vinda do “norte”, a China esforçou-se, por um lado, por reconciliar-se com os países ocidentais, inclusive os Estados Unidos. Por outro, segundo a teoria dos “três mundos”, o governo chinês propôs aos países do Terceiro Mundo, inclusive os países africanos, estabelecer uma frente ampla contra a hegemonia, em particular da União Soviética.

Na realidade, a essência da estratégia de “uma linha” era aliar-se com os Estados Unidos contra a União Soviética. Na época, a China não tinha outra escolha, já que somente os Estados Unidos podiam resistir à União Soviética. Podemos observar aí uma desconformidade entre a prática diplomática chinesa e sua teorização após a visita de Henry Kissinger à China, no início da década de 70: a partir daí, a China opôs-se aparentemente, ao mesmo tempo, às duas superpotências, mas, na realidade, não colocava as duas superpotências em pé de igualdade. Após a viagem de Richard Nixon a Beijing, essa tendência fica cada vez mais nítida. De fato, para manobrar e deter o inimigo comum, tanto Beijing como Washington queriam não apenas melhorar suas relações como também formar uma aliança contra a União Soviética. Efetivamente, como a União Soviética representava a principal ameaça militar para os Estados Unidos, para livrar-se da Guerra do Vietnã e concentrar todos seus esforços para enfrentar o desafio lançado pela União Soviética, Washington iria procurar, com mais afinco, melhorar suas relações com a China.

Na metade dos anos 70, embora a situação interna da China estivesse mudando, os novos dirigentes chineses continuavam aplicando a estratégia diplomática original, fixada por Mao Zedong e Zhou Enlai, como reafirmou Hua Guofeng, então secretário geral do Partido Comunista Chinês. Visto que a situação mundial como um todo não tinha mudado, a tarefa principal da estratégia diplomática continuava sendo “consolidar e ampliar a frente única internacional contra a hegemonia, combater a política de agressão e de guerra das superpotências e, em particular, do social-imperialismo soviético, e adiar, na medida do possível, a explosão de uma guerra mundial”.¹² Essa estratégia diplomática perdurou até a metade da década de 80.

Para adaptar-se à sua nova estratégia diplomática, a China também estava reorientando sua política africana. Nesse período, a política chinesa na África também apresentava duas facetas, isto é, lutar contra a hegemonia e contra o colonialismo, embora, o conteúdo e o objetivo da primeira parte tivessem sido alterados. É possível observar que, no início dos anos 70, mais precisamente, desde a melhora das suas relações com os países ocidentais, a política chinesa na África tinha sido claramente modificada, com as duas características mais explícitas sendo: uma era combater energeticamente a política soviética na África, enquanto a outra buscava modificar sua atitude em relação à política do Ocidente na África. O objetivo era perfeitamente claro: contrapor-se, a qualquer custo, à influência da União Soviética.

Sendo a África o continente em que se situava a luta mais acirrada das duas superpotências, “os países da Ásia, da África e da América Latina, depois de terem conquistado sua independência, desempenham um papel cada vez maior nos assuntos

internacionais (...). [e constituem] a principal força na luta contra o colonialismo, o imperialismo e, principalmente, contra as superpotências”,¹³ com o governo chinês dedicando especial atenção à situação africana na década de 70.

A mudança de rumo da política chinesa na África explicava-se pelas seguintes razões: por um lado, precisava adaptar sua política na África à estratégia de “uma linha”; por outro, aumentava a preocupação das autoridades chinesas em relação à evolução da situação na África. Aos olhos dessas autoridades, com a retirada das antigas potências coloniais, o continente africano tornava-se uma região vazia na qual as duas superpotências, a União Soviética em particular, tentavam redesenhar a esfera de influência. Segundo a análise das autoridades chinesas, a implantação soviética contribuía para acentuar a norte-americana: em face do expansionismo soviético, os Estados Unidos eram forçados a tomar medidas para fortalecer suas posições. Nesse contexto, a política chinesa na África visava neutralizar a expansão e frear a penetração da União Soviética. Frente à ofensiva da União Soviética, a China, por um lado, reforçava os laços com os países pró-Beijing e, por outro, adotava teses bastante próximas daquelas sustentadas pelos países ocidentais. Essa política refletiu-se nitidamente na sua posição quanto aos problemas das sub-regiões africanas. Por exemplo, quando das crises de Shaba em 1977-1978, a China apoiou abertamente a ação da França e do Marrocos; na crise do Chade, Beijing criticou veementemente a política líbia, que era vista como uma expansão indireta da União Soviética; no Chifre da África, a China, juntamente com os Estados Unidos e o Egito, apoiou os Estados que podiam conter a expansão da União Soviética; em Angola, para frear a penetração da União Soviética;

ca, em vez de ficar em contato com os três movimentos nacionalistas angolanos, Pequim intensificou a ajuda à Frente Nacional de Libertação. Mais tarde, essa política anti-soviética levou Beijing a criticar também veementemente a presença militar soviético-cubana na África Austral.

Para neutralizar a ofensiva da União Soviética na África, os dirigentes chineses lembraram, repetidas vezes, a seus pares dos países ocidentais que o objetivo estratégico perseguido pela União Soviética era controlar a África e o Mediterrâneo, a fim de imprensar a Europa Ocidental e sufocar o Ocidente. Naquele caso, embora a região-chave de rivalidade das duas superpotências fosse a Europa e a África se encontrasse numa região periférica, se a União Soviética ocupasse uma posição superior na África, o equilíbrio estratégico entre o Leste e o Oeste estaria invertido. Era a razão pela qual Deng Xiaoping frisava:

Não existe outro meio contra o expansionismo soviético, a não ser a realização de uma união entre a China, o Japão, os Estados Unidos e a Europa. Graças a essa união, poderemos solapar as múltiplas atividades da União Soviética.¹⁴

O primeiro conteúdo da política chinesa na África permaneceu inalterado. Durante esse período, posto que a maior parte dos países africanos já fosse independente, os povos de outros países e territórios africanos, principalmente da África Austral, como Angola, Moçambique e Zimbábue, eram forçados a continuar lutando não apenas contra o colonialismo, mas também para libertar-se da dominação racista dos brancos. A África do Sul estava dando início a uma luta das mais árduas contra o sistema do *apartheid*. Naquelas circunstâncias, fornecendo apoio político e assistência econômica aos países africa-

nos independentes, a China estabelecia contatos com as organizações para a libertação nacional dos países não-independentes e apoiava-os, a título gratuito, com vários tipos de assistência. Durante a década de 70, por intermédio dos países independentes da África, entre os quais Tanzânia e Zâmbia, bem como a Organização da Unidade Africana (OUA), a China não apenas forneceu armas para as organizações de libertação nacional desses países da África, como também deu ajuda para treinar guerrilheiros e forças de base para a luta armada. Devemos reconhecer, no entanto, que, embora essa faceta da política chinesa na África continuasse a mesma, os meios e as medidas tinham sido flexibilizados, já que tinha que se adaptar à linha principal, que visava combater a influência da União Soviética na África. Isso pode explicar a atitude chinesa frente ao problema de Angola: no início, a China esforçou-se em manter contatos com cada um dos três movimentos nacionalistas angolanos. À medida que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi se alinhando com a União Soviética, Pequim intensificou sua ajuda ao movimento rival, a Frente Nacional de Libertação.

É fácil perceber que havia uma contradição nítida na política chinesa na África daquele período. Por um lado, a China adotava uma atitude próxima à dos países ocidentais, a fim de contrapor-se à expansão da União Soviética em todo o continente africano, em particular nas Áfricas Central e Austral e no Chifre da África; por outro, seguia apoiando a luta dos países africanos contra o colonialismo. Essa contradição poderia ser explicada pelas seguintes razões: a primeira atitude emanava da consideração real dos interesses de Estado; a segunda era de ordem ideológica. Entretanto, é preciso observar que essa contra-

dição colocou a China numa situação delicada e a tornou suspeita aos olhos de certos países do Terceiro Mundo revolucionário, ao qual, no entanto, pretendia pertencer. Pior ainda: estava prejudicando suas relações políticas com certos países africanos, principalmente suas relações com os países “pró-Moscou”.

Entretanto, os anos 70 foram um período de desenvolvimento das relações políticas sino-africanas. Voltando a ocupar seu lugar legítimo nas Nações Unidas em 1971, e com a melhora progressiva das relações com os países ocidentais, notadamente os Estados Unidos, a China foi saindo do isolamento político,¹⁵ fato que imprimiu vigoroso impulso às relações sino-africanas: até o final de 1979, 25 novos países africanos tinham estabelecido relações diplomáticas com a China e outros seis estavam normalizando-as (relações que tinham sido rompidas durante um certo tempo). O número de países africanos que estabeleceram e mantiveram relações diplomáticas com a China atingiu 44, contra 19 na década de 60.

1.4. Quarto Período: a Estratégia Diplomática de Independência e Autonomia.

Na década de 80, principalmente na segunda metade, a situação externa e interna chinesa sofreu profunda mudança, basicamente favorável à China. No exterior, após a *détente* e o estabelecimento das relações diplomáticas com os países ocidentais, a China apresentou-se sob novo aspecto à comunidade internacional. Paralelamente, em outubro de 1982, a primeira série de negociações sobre a normalização das relações sino-soviéticas realizou-se em Beijing. Assim, depois dos Esta-

dos Unidos, a China ficava mais livre de outra grande ameaça. Internamente, o fim da Revolução Cultural (1966-1976) – dez anos de distúrbios políticos e econômicos – foi, para a China, a oportunidade de orientar seus esforços para a edificação econômica. E após a aplicação da política de reforma e de abertura para o exterior,¹⁶ a situação político-econômica foi melhorando aos poucos.

Para acompanhar as mudanças da situação internacional e as necessidades do desenvolvimento do país, corrigindo algumas estimativas errôneas da situação, as autoridades chinesas resolveram redefinir a estratégia diplomática, inclusive a política, com a África. É preciso notar que, ao contrário de outros momentos, a situação era favorável e foi por iniciativa própria que o governo chinês reorientou sua estratégia diplomática e sua política para a África. A seguir, ressaltamos os principais pontos dessa reorientação.

Em primeiro lugar, removeu-se a idéia de que a guerra era iminente e até inevitável.¹⁷ Já nos anos 80, em razão da nova conjunção internacional, Deng Xiaoping observava que as forças de paz no mundo aumentavam numa proporção maior que as forças de guerra e que era então possível, por bastante tempo ainda, evitar uma nova guerra mundial e manter a paz. Esse ponto de vista modificou a antiga conclusão segundo a qual um conflito mundial era inevitável e até iminente. Adotando essa posição, Deng Xiaoping sublinhou que a paz e o desenvolvimento constituíam os dois temas principais do mundo de então e que a tarefa primordial da China era desenvolver a economia, a fim de acabar com o atraso do país. Naquela conjuntura, a diplomacia chinesa tinha por principal tarefa criar um contexto internacional pacífico, favorável ao processo de modernização

do país. Foi uma mudança muito importante que resolveu o problema da paz e da guerra e permitiu definir com maior clareza as tarefas principais e o objetivo da diplomacia chinesa.

Em segundo lugar, buscou-se mudar a estratégia de “uma linha”. Visto que a abertura para o exterior era uma política fundamental da China a longo prazo, para a criação de um contexto internacional favorável à edificação do país, as autoridades chinesas resolveram adotar uma política pragmática. Os três princípios fundamentais dessa política são: a manutenção da independência e da autonomia, a defesa da paz no mundo e a procura de um desenvolvimento em comum. No âmbito das relações internacionais, a China limita-se a não formar alianças e não constituir blocos militares. Como assinalou Deng Xiaoping, a China passava a praticar uma política diplomática de independência, autonomia e paz, o que significa um verdadeiro não-alinhamento, que constitui o princípio fundamental da diplomacia chinesa. Enfatizou, em várias ocasiões, que a China encontrava-se no campo das forças pacíficas e lutava contra as forças de guerra.

Em terceiro lugar, daquele momento em diante, em todas as decisões tomadas pelos dirigentes chineses, os interesses de Estado deviam ser o ponto de partida e o objetivo final. Em conformidade com esse princípio, no intuito de responder às necessidades múltiplas da comunidade internacional, deixando para trás todos os rancores históricos e livrando-se da influência do sistema político e da ideologia, as autoridades chinesas preconizam o desenvolvimento de suas relações de amizade e de cooperação com todos os países, na base dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica.

Desde então, a China tem se esforçado em praticar uma diplomacia aberta e em desenvolver relações de cooperação

amigável com todos os países, procurando atrair o maior número possível de amigos e o menor número de inimigos. A tarefa principal e o objetivo da diplomacia chinesa eram criar um contexto internacional pacífico e favorável ao processo de modernização do país.

À medida que as relações soviético-americanas foram melhorando, as tensões entre o Leste e o Oeste diminuindo e, principalmente, as relações políticas sino-soviéticas¹⁸ foram se normalizando, o governo chinês também reorientou sua política na África, nos planos político e econômico.

No plano político, principalmente durante a Revolução Cultural (1966-1976), sob a influência da corrente de idéias de extrema-esquerda, representada por Lin Biao e o Bando dos Quatro, a vida política e econômica da China tinha afundado numa crise terrível, o que não apenas prejudicou, e muito, o desenvolvimento interno social, político e econômico, como também complicou as relações com o exterior. Naquela época, a política chinesa na África matizava-se de ideologia ou de subjetividade. Em outros termos, a política estava fundamentada não apenas nos interesses do Estado, mas também na tendência ideológica.

Frente a essa realidade, os novos dirigentes chineses, particularmente Deng Xiaoping, perceberam que as avaliações chinesas sobre a situação eram “dogmatistas e subjetivistas”. Foi nesse contexto que a China reorientou em parte sua política em relação à África. Daí em diante, passou a aplicar uma diplomacia aberta e, rejeitando as considerações ideológicas, estabeleceu relações de cooperação com países com sistemas sociais e econômicos diferentes; em suma, despolitizou as relações sino-africanas. Essa política despolitizante refletiu-se nitidamente na

sua atitude ante os problemas das sub-regiões africanas. Por exemplo, quando do agravamento da crise no Chade, em 1983, Pequim preconizava a retirada de todas as tropas estrangeiras, tanto líbias quanto francesas, atitude totalmente diferente daquela que Pequim adotara cinco anos antes a respeito da crise do Zaire (atual República Democrática do Congo). Da mesma maneira, Pequim esforçava-se em reatar relações com os países pró-Moscou.

Graças à reorientação da estratégia diplomática da China e de sua política na África, suas relações com os países africanos saíram da estagnação e entraram num período de desenvolvimento contínuo, o que permitiu a Pequim estender suas esferas de atividade na África e intensificar sua influência em certos países. Durante esse período, o número de países africanos que reconheceram a China continuou crescendo: no final dos anos 80, dos 51 países africanos independentes, 47 mantinham relações diplomáticas com a China, contra 44 na década de 70. Nesse meio tempo, as relações da China com a Etiópia, Somália, Angola, Moçambique e Madagascar melhoraram; e com os países que mantinham laços de amizade e de cooperação de longa data com a China, tais como Tanzânia, Zâmbia, Guiné, Mali, Benin, Zaire e Gabão, as relações bilaterais foram reforçadas. Pode-se dizer, então, que os anos 80 foram um período de desenvolvimento estável das relações políticas sino-africanas.

É preciso observar também que, durante os anos 80, com a melhora do seu ambiente internacional e em função das necessidades da reforma interna, o eixo da política chinesa na África foi ligeiramente deslocado: em vez de colocar a política em primeiro plano, passou a priorizar a cooperação econômica e os intercâmbios comerciais ou, pelo menos, a dar igual importân-

cia à política e à economia. De 20 de dezembro de 1982 a 17 de janeiro de 1983, Zhao Ziyang, então primeiro-ministro chinês, efetuou uma visita de 29 dias a 11 países africanos (Egito, Argélia, Marrocos, Guiné, Gabão, Zaire, Congo, Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia e Quênia). O objetivo dessa visita era detectar novos campos e meios de desenvolvimento da cooperação econômica e técnica entre a China e a África, a fim de ampliar as relações econômicas entre as duas partes. No decorrer da viagem, durante uma entrevista à imprensa realizada na capital da Tanzânia, em 13 de janeiro de 1983, Zhao Ziyang, sempre reafirmando que a China continuaria, na medida do possível, dando ajuda aos países africanos, declarou que seu país observaria, daquele momento em diante, os quatro princípios seguintes: “igualdade e vantagens recíprocas, valorização da eficácia, diversidade das formas de cooperação e desenvolvimento em comum”.

De todo modo, durante a década de 80, a África não ocupava um lugar importante nas preocupações internacionais de Beijing.¹⁹ Com efeito, desde o lançamento da reforma e da abertura em 1978, a China concentrava sua política interna na edificação econômica. De fato, reorientou sua estratégia internacional, optando por uma diplomacia ao serviço da economia. Nesse caso, embora a China se empenhasse em aplicar uma diplomacia aberta, ela continuava enfatizando os pontos principais.²⁰

1.5. Quinto Período: o Estabelecimento de uma Nova Ordem Política Internacional

No final dos anos 80 e início dos anos 90, em razão da mudança ocorrida na União Soviética e na Europa do Leste, a

Guerra Fria, que existia há meio século entre o Leste e o Oeste, chegou ao fim. Esses fatos comprovam que a situação internacional encontrava-se, historicamente, num momento-chave, num período de transição entre o desmoronamento da estrutura bipolar e o estabelecimento de uma nova ordem mundial. Em face dessa situação totalmente nova, Deng Xiaoping propôs um princípio a ser adotado pela China, “que consiste em observar o mundo com sangue frio, fortalecer sua posição, enfrentar os problemas com calma e tomar iniciativas de ação, a fim de criar uma nova situação para suas relações externas”. Seguindo esse princípio, insistindo com determinação numa política diplomática de independência, autonomia e paz, os dirigentes chineses procuraram desenvolver, na base dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, relações amigáveis com todos os países do mundo. A essência da estratégia diplomática chinesa era levar a evolução do panorama mundial para a multipolarização.

No início, alguns fizeram uma avaliação otimista sobre a evolução da situação internacional. Acreditava-se até que a multipolarização do mundo fosse o resultado natural do fim da Guerra Fria. No entanto, com a deterioração das relações sino-americanas, devido aos acontecimentos de Tiananmen e ao problema de Taiwan, os dirigentes chineses reexaminaram a situação internacional desde o fim da Guerra Fria. Para as autoridades chinesas, as considerações estratégicas e geopolíticas continuavam desempenhando o mesmo papel na situação mundial, a crise do Kosovo provava que o processo de multipolarização fora freado e que a monopolaridade dos Estados Unidos ficara fortalecida. Os Estados Unidos, a única superpotência do mundo, valendo-se do poder econômico, científico,

técnico e militar, tentava então seguir a política do mais forte, procurando preservar sua hegemonia. Na frente ocidental, eles transformaram a Otan, estabelecida para formar um bloco de defesa durante a Guerra Fria, em superorganização regional, militar e politicamente ativa e ofensiva. Na frente oriental, reforçaram o sistema de defesa e de segurança americano-japonês, estendendo essa cooperação às regiões “vizinhas”, projetando assim incluir Taiwan.²¹ A crise no Kosovo reforçou esse julgamento.

É preciso observar que, desde o fim dos anos 80 até hoje, a política externa da China foi mais ou menos influenciada pelas relações sino-americanas. Antes, enquanto os Estados Unidos e a ex-União Soviética disputavam a hegemonia mundial, as contradições que opunham a China e os Estados Unidos não eram percebidas com nitidez. Contudo, com o fim da Guerra Fria, passaram a manifestar-se claramente. A China, única potência socialista do mundo depois da Guerra Fria, tornou-se o alvo da ofensiva dos Estados Unidos. Desde o fim da Guerra Fria, as relações sino-americanas apresentavam duas características. A primeira era a flutuação; a segunda, a fragilidade.²² Pode-se dizer que, nas relações entre as várias grandes potências, as da China com os Estados Unidos apareciam como as mais instáveis. Alguns norte-americanos pretendem que o desaparecimento da ameaça da União Soviética da época da Guerra Fria derrubou a base da cooperação estratégica entre a China e os Estados Unidos. Por outro lado, o rápido desenvolvimento econômico da China levou outros norte-americanos a considerarem a China como um inimigo geopolítico potencial.

Portanto, segundo a opinião dominante na China, os bombardeios da Otan contra a Iugoslávia, sob a égide dos Estados

Unidos, e o ataque aéreo à Embaixada da China em Belgrado, não são acontecimentos isolados nem acidentais. A verdadeira razão e intenção dos Estados Unidos era observar a reação da Rússia e da China: tudo isso constitui a primeira aplicação da nova direção estratégica dos Estados Unidos para o século XXI. No *Relatório sobre a Defesa Nacional para o Exercício de 1999*, publicado em fevereiro de 1998, os Estados Unidos traçavam uma estratégia para o século XXI que pode ser resumida em “criação do meio”, no “tratamento da crise” e nos “preparativos”. Já em julho de 1997, o presidente da reunião conjunta dos chefes de Estado-Maior dos Estados Unidos tinha frisado que seu país deveria criar um meio capaz de garantir uma segurança internacional que fosse favorável aos norte-americanos. Para tanto, os Estados Unidos deveriam “manter a capacidade de tratar duas zonas de guerras de grande porte, que aconteceriam quase simultaneamente”. Para os norte-americanos, a Europa e a Ásia do Leste eram as regiões de primeira e segunda importância. A extensão da Otan para o Leste na Europa e o fortalecimento do Tratado de Garantia de Segurança com o Japão, na Ásia, constituíam os dois elementos importantes de aplicação dessa estratégia. Efetivamente, os Estados Unidos consideravam a Rússia seu adversário europeu latente e a China seu adversário asiático.²³ O cerne da estratégia norte-americana na Ásia consistia em manobrar e conter a China.

Mas a China não alterou suas políticas originais, nem externa, nem interna. Continua adotando a política de abertura para o exterior e a diplomacia de não-alinhamento. Como o reafirmou o presidente Jiang Zemin,

a China não se alia com nenhuma grande potência nem bloco de Estados, não participa do bloco militar (...) nós continuaremos aplicando

nossa política fundamental de abertura, (...) estamos determinados a desenvolver, na base dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, relações de amizade e cooperação com todos os países.²⁴

Os princípios e as características mais marcantes da diplomacia chinesa são os seguintes: primeiramente, manter o princípio da independência e autonomia, não se aliar com quaisquer países ou blocos de Estados, manter a paz mundial e determinar a atitude e as políticas a partir dos interesses fundamentais de Estado em todos os assuntos internacionais, o que constitui o fundamento da política exterior da China. Em segundo lugar, superar as diferenças entre os sistemas sociais e as ideologias, desenvolver relações amigáveis e de cooperação com todos os países, de acordo com os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Em terceiro, fazer da “abertura externa” uma política nacional de base, promover intercâmbios e cooperar com todos os países nos campos do comércio, da economia, da ciência, da tecnologia e da cultura, fundamentado-se na igualdade e nas vantagens recíprocas. E, em quarto, em conformidade com a idéia de “um Estado, dois sistemas”, resolver os problemas históricos por meio de negociações pacíficas, a fim de realizar a reunificação da pátria e manter a soberania do país.

No nosso entender, o objetivo da política diplomática chinesa é estabelecer uma nova ordem política mundial que lhe permita ocupar uma posição favorável, visando aumentar seu direito à palavra nos assuntos internacionais. Portanto, após a crise do Kosovo, embora a China continue adotando sua estratégia diplomática de não-alinhamento, desejaria contrabalançar a ambição de um “mundo unipolar” dos Estados Unidos.²⁵ Assim, enquanto membro permanente do Conselho de Segu-

rança das Nações Unidas, a China preconiza novamente que “as Nações Unidas devem desempenhar seu papel nos assuntos internacionais e seus membros devem respeitar os objetivos e princípios da Carta.”²⁶ Considerando a distância existente entre sua ambição e suas forças, a China ainda deve envidar muitos esforços, mas isso também depende da sua situação interna e de suas relações externas. A China gostaria de estender sua cooperação com os países africanos e os outros países do Terceiro Mundo para influenciar, coletivamente, a evolução do panorama mundial, visando à multipolarização.

Embora a África não fosse a prioridade número um da política diplomática da China, ocupava um lugar importante. Para a China, o continente africano não é apenas fonte de matérias-primas e mercado de produtos, como também palco político.²⁷ Hoje, a África conta 53 países, que representam aproximadamente a metade dos membros do Movimento dos Não-Alinhados e cerca de um terço dos representados nas Nações Unidas. Nos assuntos internacionais, e particularmente no campo da diplomacia multilateral, com a regra “um país, um voto”, seguida pelas organizações internacionais, os países africanos, que têm mais de 50 votos, alinhando-se com os países em desenvolvimento, constituem, como sempre, uma força não-desprezível. No plano político, a África continua sendo um campo de atividade importante da diplomacia chinesa, principalmente os 45 países que mantêm relações diplomáticas com a China e que lhe fornecem campos de atividade suplementares. Isso porque a estratégia diplomática chinesa é um conjunto composto de várias partes, todas importantes: a política chinesa na África fundamenta-se, em primeiro lugar, nas

suas considerações estratégicas e diplomáticas. As relações com os países africanos constituem um dos principais componentes da estratégia diplomática da China. As autoridades chinesas têm plena consciência de que, se a China perder a África, sua influência internacional ficará muito enfraquecida. Se o desenvolvimento da economia chinesa constitui um dos meios para alçar-se à posição de grande potência regional, os recursos políticos e econômicos africanos poderiam facilitar, em certa medida, a obtenção desse meio. Efetivamente, a partir dos anos 90, com o desenvolvimento gradual da economia, um dos pontos essenciais da política diplomática da China continuou sendo a tentativa de melhorar sua posição e influência internacionais, e na sua política com a África também visou sempre desenvolver atividades a nível mundial com a participação dos países africanos. Mais precisamente, naquele momento e por um certo período, o objetivo de sua política na África foi estimular a influência da China sobre o continente africano, fortalecer a posição chinesa junto à opinião internacional, ampliar a associação das forças que se contrapõem à estratégia de um “mundo unipolar” dos Estados Unidos e, paralelamente, incentivar e acelerar o processo de evolução do panorama mundial para um mundo multipolar. Nesse contexto, apesar de não apresentar mais o mesmo interesse estratégico para certos países ocidentais com o fim da Guerra Fria, a África sempre manteve sua posição e seu papel na estratégia diplomática da China. De fato, em relação à diplomacia multilateral, a China dependeu muito do apoio dos países africanos e sempre gozou da compreensão, simpatia e apoio desses países em muitas áreas. Citaremos alguns exemplos:

Nos Acontecimentos de Tiananmen

Após os acontecimentos de Tiananmen, que ocorreram entre o final da primavera e o início do verão de 1989 em Beijing, os países ocidentais exerceram uma pressão política e recorreram a sanções econômicas contra a China, com alguns deles até rompendo relações com os altos funcionários chineses. Naquele momento, apesar da pressão exercida pelas potências ocidentais, vários países africanos manifestaram apoio e simpatia à China: os governos egípcio, mauritano, ganense, togolês, gabonense, angolano, congolês e queniano declararam imediatamente que todo o acontecido na China dizia respeito a assuntos internos chineses e que eram contrários a qualquer intervenção nos seus assuntos internos. Ao mesmo tempo, vários dirigentes dos países africanos visitaram a China e continuaram mantendo e reforçando as relações de cooperação com a China. Por exemplo, o primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar a China, após os distúrbios políticos de Beijing em 1989, vinha de um país africano (o presidente burquinense), sendo seguido pelos chefes de Estado burundinês, ugandense, togolês e malinês. Em 1990, os chefes de Estado egípcio, chadiano, guinéu-equatoriano, centro-africano, serra-leonês e sudanês efetuaram, sucessivamente, visitas de amizade à China. O apoio dos países africanos ajudou a China a enfrentar um período dos mais difíceis.

No Problema dos Direitos Humanos

A cada ano, desde 1990, por ocasião da Assembléia da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, os países ocidentais apresentavam projetos de resolução antichineses,

tentando assim, segundo as autoridades chinesas, intervir nos assuntos internos da China. Essa atitude não só provocou viva oposição da China, como também acarretou o boicote a outros países do Terceiro Mundo, em particular os da África que se mantinham do lado da China. Graças ao apoio desses países, a tentativa dos países ocidentais redundou em derrota durante sete anos consecutivos.²⁸ Em 1998, após várias derrotas, a maior parte dos países ocidentais foi forçada a declarar que não mais apresentariam propostas contra a China. Segundo as autoridades chinesas, tratava-se de uma vitória da diplomacia chinesa, obtida graças ao apoio dos países da África e do resto do Terceiro Mundo. É a razão pela qual o governo chinês tem em alta estima o papel importante que desempenhava a África nos assuntos internacionais e o apoio valioso que ela prestou à China.

Desde 1989, dois acontecimentos estimularam o desenvolvimento das relações políticas entre a China e os países africanos. O primeiro foram os acontecimentos de Tiananmen e o segundo foi o movimento de democratização política no continente africano.²⁹ Devemos reconhecer que o início dos anos 90 foi um período bastante difícil para a diplomacia chinesa. No entanto, em tudo há ambivalência. Esses dois acontecimentos e, sobretudo, a deterioração das relações entre a China e os países ocidentais estimularam o desenvolvimento das relações entre a China e os países em desenvolvimento, particularmente com os países africanos. Para romper o isolamento político e a sanção econômica imposta pelo Ocidente, ao tomar medidas políticas e econômicas, Beijing estreitou suas relações com os países africanos.

No plano político, esse estreitamento resultou na multiplicação das consultas de alto nível entre os dirigentes chineses e africanos. Desde o início de 1990, os dirigentes chineses nunca deixaram de visitar países africanos. Segundo as estatísticas, na década de 90, mais de dez dirigentes chineses, no escalão de vice-primeiro-ministro ou superior, efetuaram cerca de 30 visitas à África. Entre outros, o presidente Jiang Zemin efetuou duas visitas à África (em 1996 e 1999) e Li Peng, então primeiro-ministro, realizou três visitas à África (em 1991, 1995 e 1997). Em 1999, o vice-presidente chinês, Hu Jintao, efetuou uma visita a quatro países africanos. Entre 1989 e 2000, durante 12 anos, os ministros chineses do Exterior sempre visitaram países africanos no início de cada ano. No decorrer de 1995, o primeiro-ministro, o presidente da Assembléia Popular Nacional, bem como os três vice-primeiros-ministros chineses visitaram simultaneamente a África. No mesmo ano, o governo chinês convocou uma reunião dos embaixadores da China credenciados nos países africanos. O objetivo das visitas dos dirigentes chineses era consolidar as relações existentes entre a China e os países africanos e estabelecer bases sólidas para o desenvolvimento de suas relações a longo prazo.

Intensificar a Cooperação Política Sino-Africana nos Assuntos Internacionais

Segundo as autoridades chinesas, a China e os países africanos têm muitos pontos de vista comuns a respeito dos problemas internacionais e uma longa tradição de cooperação nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais. Conseqüentemente, enquanto membro permanente do Conselho de

Segurança das Nações Unidas e grande país em desenvolvimento, ao elucidar seus pontos de vista sobre os problemas africanos de maior importância, a China estava empenhada em proteger os interesses dos países africanos. A atitude da China refletia-se explicitamente nos seis princípios apresentados por Yang Shang-kun, então presidente da República quando de sua visita à África em 1992. Dos seis princípios, são os seguintes os cinco primeiros:

1) a China apóia os países africanos na manutenção da soberania de Estado e da independência nacional, assim como na sua luta contra a intervenção externa e nos seus esforços para promover o desenvolvimento econômico;

2) a China respeita os países africanos na sua escolha de um sistema político e de uma via de desenvolvimento próprios às suas condições nacionais;

3) a China apóia os países africanos na sua vontade de fortalecer a cooperação interafricana e resolver os conflitos por meio de negociações pacíficas;

4) a China preza muito os esforços feitos pela OUA para promover a estabilidade no continente africano e para a realização da integração econômica; e

5) a China apóia todos os esforços dos países africanos para participar, na qualidade de membro efetivo da comunidade internacional, dos assuntos internacionais e da instauração de uma nova ordem econômica e política.

No plano econômico, o governo chinês dedica particular atenção ao desenvolvimento da cooperação econômica sino-africana. Por ordem cronológica: em 1990, para livrar-se das sanções do Ocidente, a China começou a aplicar a estratégia de diversificação do mercado. Nesse sentido, o Ministério do Co-

mércio Exterior e da Cooperação Econômica chinês elaborou, em 1993, um plano relativo à exploração do mercado africano e ao estreitamento da cooperação econômico-comercial sino-africana. O objetivo desse plano consistia principalmente em estimular as empresas chinesas a participarem do comércio com a África e a aumentarem o montante dos investimentos e a parte de mercado da China na África. Em 1995, o vice-primeiro-ministro Zhu Rongji, encarregado de assuntos econômicos da China, visitou a África no intuito de consultar dirigentes africanos sobre as novas formas de cooperação econômica sino-africanas. Dois meses após sua viagem à África, Zhu Rongji presidiu a Conferência Nacional de Trabalho sobre a Reforma da Assistência aos Países Estrangeiros. Em 1996, para melhor assessorar as empresas chinesas instaladas na África, o governo chinês resolveu criar os Centros para o Investimento e o Comércio em dez países da África. Em 1997, o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica convocou a primeira conferência nacional sobre a cooperação econômica e comercial com a África. Com a implantação crescente de empresas chinesas na África, para facilitar o estabelecimento de contatos diretos entre as empresas chinesas e africanas, a partir do segundo semestre de 1998, o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica passou a organizar duas vezes por ano, durante dois meses, o Seminário Sino-Africano dos Funcionários de Gestão Econômica.

As medidas mais importantes tomadas por Pequim foram as seguintes: a primeira foi a visita oficial de Jiang Zemin, presidente da República Popular da China, em maio de 1996, a seis países da África. Era a primeira vez que o dirigente supremo chinês visitava o continente africano. A convite da OUA, o presidente Jiang Zemin pronunciou, durante sua viagem na

Etiópia, um discurso intitulado “Para uma Nova Obra Monumental nos Anais da Amizade Sino-Africana”. No discurso, apresentou cinco sugestões de princípios fundamentais do governo chinês sobre o desenvolvimento das relações com os países africanos, cujos pontos essenciais são os seguintes:

1) a China e a África devem tratar-se como amigos fiéis em todos os tempos;³⁰

2) tratar-se ambas em termos de igualdade, respeitar mutuamente a soberania e abster-se de ingerência nos assuntos internos de cada um;

3) envidar esforços para assegurar o desenvolvimento comum, procurando vantagem recíproca;³¹

4) multiplicar as consultas entre a China e a África e intensificar a cooperação em matéria de assuntos internacionais;³² e

5) unir-se a fim de pensar o futuro e criar um mundo melhor.³³

A segunda medida foi a convocação do 1º Fórum sobre a Cooperação Sino-Africana, em Beijing, no mês de outubro de 2000. Mais de 80 ministros de uns 40 países africanos e os representantes de umas 20 organizações internacionais ou regionais participaram desse fórum. O presidente Jiang Zemin, o primeiro-ministro Zhu Rongji, o secretário geral da Organização da Unidade Africana (OUA), Salim Ahmed Salim, assim como os presidentes togolês, argelino, zambiano e tanzaniano pronunciaram sucessivamente discursos. Os dois documentos adotados durante o fórum – a “Declaração de Beijing do Fórum sobre a Cooperação Sino-Africana” e o “Programa de Cooperação Sino-Africana em Matéria de Desenvolvimento Econômico e Social” – definem a orientação do desenvolvimento para as relações estáveis de uma parceria a longo prazo, oferecendo vantagens recíprocas no século XXI. O governo chinês resolveu reduzir ou

anular as dívidas dos países africanos, no montante de 10 bilhões de iuanes, ou seja, 1,2 bilhão de dólares, e aumentar a parte da África na sua assistência externa.

Em suma, o objetivo de todas essas medidas era consolidar as relações existentes entre a China e a África, construir bases sólidas para o desenvolvimento de suas relações regulares a longo prazo, orientadas para o século 21, declarar ao mundo inteiro que a China e os países africanos são “amigos fiéis para todos os tempos” e, ao mesmo tempo, elucidar seus pontos de vista sobre os problemas e a perspectiva da África.

Na década de 90, a Namíbia e a Eritréia estabeleceram relações diplomáticas com a China logo após terem proclamado sua independência. Em 1º de janeiro de 1998, a nova África do Sul, o país economicamente mais poderoso do continente africano, também estabeleceu relações diplomáticas com a China. Tratava-se de um grande acontecimento para as relações sino-africanas dos anos 90. A seguir, no mesmo ano, a China reatou relações diplomáticas com a República Centro-Africana e a Guiné-Bissau. Até o fim de 1999, dos 53 países africanos, 45 tinham estabelecido e mantido relações diplomáticas com a China.³⁴

Após Chu En-lai ter proclamado pela primeira vez, no início da década de 60, os cinco princípios da política chinesa na África, a análise comparativa da evolução da política chinesa na África mostra que esses princípios fundamentais não foram modificados e, em termos gerais, preservam a continuidade, ainda que o governo chinês tenha reorientado, de forma adequada, sua política africana, a fim de adaptar-se à mudança da situação internacional e africana e às exigências políticas e econômicas internas. Isto é, a modificação da política chinesa na África deu-se na base da continuidade dos princípios funda-

mentais, o que também se reflete na atitude da China em relação aos problemas africanos de maior importância.

2. A Perspectiva das Relações Políticas entre a China e a África

2.1. A Base Política do Desenvolvimento das Relações Sino-Africanas

Segundo a opinião oficial chinesa, as relações sino-africanas foram estabelecidas na base dos princípios de sinceridade, igualdade, amizade e cooperação com vantagem mútua. O respeito e o apoio mútuos no plano político constituem a base principal das relações entre as duas partes. No cenário internacional, a China e os países da África prestaram-se proteção e apoio, conjugando seus esforços na luta contra a hegemonia e a política do mais forte. Desse ponto de vista, as relações entre a China e os países africanos repousam sobre bases sólidas, como as descritas adiante.

1) Não existem nem problemas legados pela história nem conflitos de interesse real entre a China e os países africanos; ao contrário, as duas partes estão ligadas por interesses comuns.

Os dirigentes chineses sempre reafirmaram que, enquanto países em desenvolvimento, a China e os países africanos pertencem todos ao Terceiro Mundo. No passado, enfrentaram o mesmo destino e foram vítimas da agressão do colonialismo e das potências estrangeiras. Na luta prolongada para a independência e a libertação nacional e contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo, deram provas de simpatia e apoio recíprocos. Durante meio século, a China alinhou-se firmemente, sob a direção das três gerações de dirigentes chineses, ao

lado do povo africano, apoiando-o incansavelmente na sua luta contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo, a hegemonia e a política do mais forte, bem como na sua luta para a descolonização do continente africano e para a libertação nacional, dando com isso uma contribuição ao desenvolvimento de sua própria economia nacional.

Hoje, a China e a África encontram-se confrontadas a tarefas comuns. Após a Guerra Fria, o mundo sofreu complexas e profundas mudanças, a situação internacional tende globalmente para a *détente* e a multipolarização está se acentuando. A paz e o desenvolvimento são hoje o mote principal do mundo. Mas, ao mesmo tempo, a hegemonia, a política do mais forte e a ordem político-econômica insensata continuam grassando e as desigualdades entre o Norte e o Sul estão crescendo. Na luta para a manutenção da paz mundial, a salvaguarda dos interesses do Terceiro Mundo, a instauração de uma nova ordem político-econômica internacional justa e sensata e a recuperação econômica de seus países respectivos e contra a política do mais forte praticada por certos países ocidentais, a China e os países africanos têm interesses comuns e devem aliar-se na solidariedade e na cooperação. A grande maioria dos países africanos considera a China não apenas um “amigo de total confiança”, mas também uma força internacional importante na salvaguarda da paz mundial e no combate contra a hegemonia e a política do mais forte. Por seu lado, o presidente Jiang Zemin disse que a China e os países africanos são “amigos para sempre”.

Segundo a análise das autoridades chinesas, com o fim da Guerra Fria e o cumprimento da missão histórica do movimento de libertação nacional na África, para o progresso de sua economia, embora os países africanos tenham melhorado e

fortalecido suas relações com os países ocidentais, principalmente no campo econômico e comercial, no plano político opõem-se firmemente à intervenção das grandes potências ocidentais nos assuntos africanos, à hegemonia e à política do mais forte praticada em nome dos direitos humanos, da democracia, do meio ambiente, da segurança e de outras questões. O governo chinês sempre foi fiel aos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica nas suas relações com os países africanos e sempre respeitou o regime político e o tipo de desenvolvimento escolhidos em função das realidades respectivas. Em nenhum momento interveio nos seus assuntos internos, nem nunca quis impor seus conceitos de valor. Muito pelo contrário, os países africanos apreciam os sucessos notáveis obtidos pelos chineses na reforma e na abertura do país e esperam assimilar essa experiência chinesa e fortalecer suas relações de cooperação amigável com a China em todos os campos. Essa é a principal base política das relações sino-africanas.

2) As freqüentes visitas de dirigentes chineses e africanos de alto nível aprofundaram a compreensão, fortaleceram a amizade e estimularam a cooperação sino-africana.

As relações sino-africanas foram cimentadas e desenvolvidas pelas primeiras gerações de dirigentes chineses e africanos ao longo de suas lutas comuns, por décadas. Os contatos diretos entre a China Popular e os países da África remontam à metade dos anos 50.

Foram os dirigentes chineses da primeira geração e os precursores dos movimentos de libertação nacional da África que estabeleceram tais relações. Durante esse período, representantes de países e organizações políticas africanas visitaram a China e fizeram contato com a parte chinesa no plano interna-

cional. Em abril de 1955, Chu En-lai, então primeiro-ministro chinês, participou da Conferência Afro-Asiática, realizada na Indonésia, onde se encontrou, pela primeira vez, com os dirigentes africanos. Desde então, os laços entre a China e os países da África nunca deixaram de se estreitar e foram concretizados por freqüentes visitas de dirigentes africanos à China e reciprocamente, o que forneceu uma base sólida para o desenvolvimento contínuo das relações entre as duas partes e constitui também uma das características das relações sino-africanas.

Do lado chinês, segundo as estatísticas, no final de 1999, mais de 30 dirigentes chineses no escalão de vice-primeiro-ministro ou superior efetuaram cerca de 180 visitas a 47 países africanos. Após a aplicação da reforma e da abertura para o exterior, e principalmente no decorrer dos dez últimos anos, os dirigentes chineses nunca deixaram de visitar países africanos. Podemos citar, entre outros que visitaram ao todo mais de 40 países africanos – números recordes na história diplomática da China –, três presidentes da República, dois primeiros-ministros, dois presidentes do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional, um presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e uns dez vice-primeiros-ministros ou conselheiros de Estado.

Paralelamente, respondendo ao convite da parte chinesa, dirigentes africanos também efetuaram freqüentes visitas à China. O ex-presidente guineano Sekou Touré, que visitou a China em setembro de 1960, tornou-se o primeiro chefe de Estado africano a pisar em solo chinês. Desde então, durante os 40 anos seguintes, os chefes de Estado ou de governo dos 48 países africanos visitaram a China cerca de 200 vezes, sendo 160 vezes chefes de Estado. Alguns voltaram várias vezes à China. Nyerere, Kaunda, Mobotu, Bango, Kerekou e Mugabe são

todos amigos conhecidos dos dirigentes chineses. Entre 1990 e 1999, os chefes de Estados e de governos africanos efetuaram 57 visitas à China, contra 33 nos anos 70 e 51 nos anos 80. Convém acrescentar a esses dados várias centenas de visitas de ministros africanos. Essas viagens foram a prova da amizade profunda que existe entre a China e a África e fortaleceram a cooperação entre os dois países. Também comprovam que todos os dirigentes dos países da África, por sua vez, atribuíram grande importância às relações sino-africanas.

3) A China já forneceu, na medida do possível, ajuda aos países africanos nos campos da economia, da saúde pública, da cultura e da educação, e os projetos de cooperação realizados nesse quadro contribuíram não somente para o desenvolvimento da economia africana, como também para o fortalecimento dos laços políticos entre as duas partes. Por outro lado, a cooperação econômica e comercial entre a China e a África caracteriza-se por uma vasta complementaridade. Essas complementaridades econômicas são um fator extremamente favorável à expansão da base das relações de cooperação política entre as duas partes e se traduzem nos pontos abordados a seguir.

Complementaridade de Recursos e de Mercadorias

A África detém valiosos recursos minerais, agrícolas e florestais. Quanto à China, os recursos naturais disponíveis *per capita* são pouco importantes; logo, necessita de certas matérias-primas da África. Os produtos agrícolas, os minerais, o petróleo, a madeira para construção, o algodão e o cacau da África, enquanto as máquinas agrícolas, os aparelhos eletrodomésticos, os produtos da indústria leve e agroindustriais, os ar-

tigos de uso corrente e em particular as máquinas industriais da China permitem numerosos intercâmbios comerciais entre as duas partes. Esses produtos correspondem ao nível de consumo dos povos chineses e africanos. Portanto, a África pode tornar-se parceiro comercial da China nesse campo.

Complementaridade Técnica

Atualmente, a maior parte dos países africanos carecem de gestores qualificados e de técnicas relativamente avançadas. A China possui muitas técnicas práticas (são técnicas “intermediárias” e “aplicáveis”) que podem responder às necessidades dos países africanos. Conseqüentemente, a China e os países africanos podem dar prosseguimento – no respeito dos princípios de igualdade, vantagens recíprocas e divisão internacional do trabalho – a uma ampla cooperação de produção, tirando proveito de suas próprias vantagens, para estimular o desenvolvimento de sua cooperação econômica e técnica. A complementaridade econômica, comercial e técnica podem portanto desempenhar um papel importante na promoção das relações políticas entre a China e os países da África.

2.2. Os Obstáculos Existentes no Desenvolvimento das Relações Políticas Sino-Africanas

Embora não existam problemas legados pela história nem conflitos de real interesse entre a China e os países africanos, existem elementos instáveis e dificuldades no desenvolvimento das relações políticas sino-africanas.

A Influência do Problema Taiwan nas Relações Políticas Sino-Africanas

No plano político, a influência do problema Taiwan sobre as relações sino-africanas é explícita; podemos dizer até que Taiwan é o maior obstáculo para o desenvolvimento das relações políticas entre chineses e africanos.³⁵ Desde o fim da Guerra Fria, a rivalidade entre a China e Taiwan na África está cada vez mais acirrada. Ao praticar na África uma “diplomacia dos créditos” (o reconhecimento de Taiwan em troca de uma ajuda econômica), as autoridades taiwanesas tentaram ampliar seu “espaço vital” e estender sua influência internacional.³⁶ A situação foi até desfavorável para a China durante a primeira metade da década de 90: enquanto Taiwan tomava a ofensiva, a China continental ficava na defensiva.

Devido aos desentendimentos entre os dois lados do estreito de Taiwan, as relações sino-africanas tornaram-se complicadas e até frágeis. Aproveitando-se do problema de Taiwan, certos países africanos estavam constantemente mudando de posição, optando ora pela China continental, ora pela ilha de Taiwan, a fim de obter vantagens econômicas reais. Na década de 90, seis países africanos (Burkina Faso, Gâmbia, Senegal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Chade e Libéria) romperam as relações diplomáticas com a China e reataram as “relações diplomáticas” com Taiwan, sem contar os dois países (Malauí e Suazilândia) que não mantêm relações diplomáticas com a China. Além disso, para manter suas relações com a África do Sul, as autoridades de Taiwan não cessaram de estender a base de cooperação bilateral, utilizando o poder econômico como arma diplomática. Foi essa a razão pela qual a África do Sul só estabeleceu relações diplomáticas com a China

em 1º de janeiro de 1998. Devido ao problema de Taiwan, no final de 1999 o número de países africanos que mantinham relações diplomáticas com a China tinha caído para 45.

A rivalidade entre a China e Taiwan afeta não somente as relações políticas sino-africanas, mas também repercute sobre a política econômica da China com a África. Aproveitando-se do problema de Taiwan, certos dirigentes de países africanos pediram à China para aumentar a assistência econômica; alguns deles até pediram à China para fornecer uma ajuda para os projetos que já tinham sido aprovados anteriormente. No decorrer dos últimos anos, o governo chinês adotou uma série de medidas com o objetivo de garantir o desenvolvimento saudável e estável das relações políticas sino-africanas, mas o resultado não tem sido animador.³⁷

O Impacto da Mudança de Situação da África sobre as Relações Políticas Sino-Africanas

Desde 1990, o continente africano passou por uma série de mudanças tanto no plano político quanto no plano econômico e todas essas mudanças iriam inevitavelmente influir sobre a base original das relações sino-africanas.

Em primeiro lugar, a fundação da República da Namíbia, em março de 1990, deu início ao cumprimento da missão histórica que é a descolonização do continente africano. O desaparecimento do poder racista dos brancos da África do Sul e o surgimento da nova África do Sul, em maio de 1994, marcaram o fim vitorioso da luta dos povos africanos pela emancipação política. Em consequência, a tarefa histórica dos países africanos consistiu, a partir de então, em desenvolver sua eco-

nomia nacional e a sair da pobreza. Paralelamente, a tarefa-chave da sua política exterior orientou-se para a economia. A prioridade dada à diplomacia econômica passou a constituir também uma das características das atividades diplomáticas.

Em segundo, a “amizade pessoal” dos dirigentes chineses e africanos sempre serviu de traço de união sentimental para o fortalecimento das relações entre os respectivos Estados. Ora, quando os países africanos começaram a implantar o sistema de pluripartidarismo parlamentar, a frequência da alternância dos poderes aumentou, assim como aumentaram os elementos instáveis das relações sino-africanas. Beijing não sabe exatamente qual será a atitude adotada pelos novos homens políticos africanos já no poder ou prestes a conquistar o poder em relação à China. Formados nos países ocidentais ou tendo desempenhado funções em organismos financeiros internacionais durante longo período de tempo, muitos deles sofreram forte influência dos valores ocidentais. Beijing preocupa-se, então, com o fato de eles manterem uma certa distância da China.

Os Obstáculos Existentes no Campo da Cooperação Econômica e Comercial

Como no plano político, também há problemas econômicos entre a China e os países africanos. Por exemplo, a falta de capitais, que é não só a maior dificuldade na cooperação econômica entre a China e os países africanos, mas também um freio ao desenvolvimento das relações políticas entre as duas partes. Nos últimos anos, apesar da retomada da economia africana, a situação econômica geral não é satisfatória. Vários outros fatores contribuem para que continue aumentando o desnível entre o desenvolvimento dos países da África e o dos

outros países do mundo. A pobreza dificulta gravemente o desenvolvimento da África. Conseqüentemente, os países africanos aceleram a reorientação de sua política interna e externa, de forma a garantir para si um desenvolvimento econômico contínuo e saudável. Para conseguir, por vários meios, melhores oportunidades de comércio, investimento, assistência e cooperação econômica, os interesses econômicos ocupam um lugar primordial na sua política exterior. Visando alcançar esse objetivo, os países africanos aumentam, por um lado, a cooperação com os países desenvolvidos ocidentais, estreitando suas relações econômicas e políticas tradicionais com esses últimos, e, por outro, empenham-se em valorizar a potencialidade de cooperação com os países em desenvolvimento na Ásia-Pacífico, suscitando, portanto, uma esperança na China.

Entretanto, assim como os países da África, a China é um país em desenvolvimento e muito povoado. A superfície de terras aráveis é insuficiente e os recursos *per capita* são muito inferiores à média mundial. Apesar de a economia chinesa ter conhecido um desenvolvimento rápido durante os últimos anos, sua importância econômica ainda é limitada, mais ainda se considerarmos que tem que ser dividida entre 1,3 bilhão de habitantes. Em conseqüência, convém admitir que a China continua sendo um país em desenvolvimento relativamente pobre, não tendo sequer os fundos necessários para sua própria construção. Nesse caso, fica difícil para ela empenhar somas vultosas a fim de levantar e ampliar, a curto prazo, o nível e o porte da cooperação econômica sino-africana. Por falta de fundos, embora tenham capacidade técnica, as firmas chinesas não puderam assumir na África maior número de projetos importantes de exploração dos recursos, construção e renovação técnica, o que dificultou o desenvolvimento da assistência e dos

investimentos da China na África. Portanto, a falta de capitais tornou-se e continuará sendo, por muito tempo, o primeiro obstáculo a ser enfrentado pela cooperação política, econômica e técnica sino-africana. No plano comercial, apesar dos recentes êxitos, o comércio sino-africano ainda é pouco expressivo. Além disso, desde 1990, a balança comercial da China com a África sempre foi superavitária.

2.3. As soluções possíveis

Os dirigentes chineses reafirmaram, em diversas ocasiões que, enquanto país do Terceiro Mundo, a China sempre deu muita atenção ao fortalecimento da solidariedade e da cooperação com os países africanos e outros países do Terceiro Mundo, sendo esse um ponto fundamental da sua política estrangeira. Desse ponto de vista, segundo a opinião oficial chinesa, no tocante às relações políticas entre a China e a África, apesar das dificuldades, não faltam oportunidades. É importante saber tirar o melhor proveito delas. Para o novo século, o governo chinês deseja o desenvolvimento aberto das relações de cooperação entre a China e os países africanos na base dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Para consolidar e estimular as relações sino-africanas, o governo chinês já tomou uma série de medidas internas e externas e está estudando outras contramedidas.

Fortalecer a Comunicação e a Cooperação Interministerial

O princípio geral da política chinesa na África sempre foi definido pelo partido. Mas sua política concreta, sobretudo no plano da cooperação econômica, dos intercâmbios comerciais,

culturais e militares, é submetida aos trâmites bastante complexos das instituições governamentais. Mais de dez ministérios e comissões trabalham de forma relativamente independente. Para zelar pela harmonia e pelo equilíbrio dos objetivos a curto e longo prazos de sua política africana, as autoridades chinesas decidiram reforçar a comunicação e a cooperação dos vários departamentos interessados do governo.

Multiplicar Contatos entre as Instituições de Pesquisa e o Governo

Anteriormente, não havia contato nem direto, nem indireto entre instituições de pesquisa e os departamentos encarregados do governo chinês.³⁸ Desde 1996, isto é, para a preparação da visita do presidente Jiang Zemin à África, esses departamentos começaram a fazer consultas sobre os problemas africanos. Esses contatos, porém, ainda são pouco freqüentes e irregulares. Em 1998, pesquisadores chineses submeteram uma carta conjunta ao presidente Jiang Zemin, com o objetivo principal de pedir ao governo maior destaque para a pesquisa sobre os problemas africanos e multiplicar os contatos entre as instituições de pesquisa e os departamentos interessados do governo. Em 1999, respondendo ao pedido dos pesquisadores e também em razão da preparação do Fórum sobre a Cooperação Sino-Africana 2000, tais departamentos fizeram contatos com instituições de pesquisas.

Intensificar as Relações entre o Partido Comunista Chinês e os Partidos dos Países Africanos

Os dirigentes chineses consideram as relações amigáveis entre os partidos políticos no poder como uma base sólida para

garantir a estabilidade das relações entre Estados. Por isso, dão muita importância aos intercâmbios com os partidos da África. Em razão da frequência acelerada da alternância dos poderes nos países africanos, o departamento chinês encarregado (o Departamento de Contatos Internacionais do Comitê Central do Partido Comunista Chinês) está atualmente debatendo e estudando como estabelecer e desenvolver relações com partidos de oposição nos países africanos, sempre evitando envolver-se nos assuntos internos desses países.

Fortalecer os Contatos “Não-Governamentais”

Ao mesmo tempo que se multiplicam as consultas entre os dirigentes chineses e africanos de alto nível, as autoridades chinesas decidiram reforçar os contatos das instituições chinesas não-governamentais, tais como a Federação dos Sindicatos da China, a Federação Nacional das Mulheres da China, a Associação do Povo Chinês para a Amizade com o Estrangeiro e a Associação de Amizade dos Povos da China e da África, com as dos países africanos.³⁹

Elevar o Nível das Relações Econômicas e Comerciais entre a China e a África

No desenvolvimento das relações políticas sino-africanas, a ajuda chinesa tinha papel importante. A cooperação econômica e técnica entre a China e os países africanos constitui, com os intercâmbios comerciais e as relações políticas, os três sustentáculos das relações sino-africanas. Portanto, como parte de sua política africana, o governo chinês sempre deu muita

importância às suas relações de cooperação econômica e técnica com os países africanos.⁴⁰ Para promover eficazmente o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre a China e a África, o governo chinês está propenso a aumentar a parte da África no montante global de sua assistência externa. Sendo baixo o montante dos investimentos chineses diretos no exterior, sobretudo na África, o governo da China deverá elaborar um projeto unificado para o investimento, pelo qual as empresas fortes em fundos e em técnicas serão estimuladas a deslocar seus capitais ou criar firmas no exterior, inclusive na África. Por outro lado, o governo chinês resolveu desenvolver as vias comerciais e aumentar as importações provenientes da África, a fim de promover um crescimento equilibrado e rápido do comércio entre as duas partes.⁴¹

É preciso observar que as autoridades chinesas são otimistas não apenas quanto ao futuro da África, mas também quanto ao futuro das relações sino-africanas, como destacou Jiang Zemin, presidente da República Popular da China:

Ao passar em revista os últimos 50 anos de desenvolvimento das relações sino-africanas, temos todas as razões para acreditar que as relações de amizade sino-africanas, cujas raízes remontam a tempos imemoriais e se transmitem de geração em geração, saberão enfrentar as provações da História e permanecerão intactas, apesar das vicissitudes do momento e das transformações do cenário mundial. Neste novo século, a China e a África unir-se-ão ainda mais estreitamente para realizar uma cooperação ampla, apoiar-se mutuamente e conhecer um desenvolvimento comum.⁴²

Entretanto, para que essa aspiração se torne realidade, a China ainda tem que envidar muitos esforços e isso também depende do desenvolvimento da sua situação interna, da evo-

lução das relações entre a China continental e a ilha de Taiwan e da evolução da situação africana e internacional.

Notas

1. Segundo as autoridades chinesas, os países ocidentais, sob o comando dos Estados Unidos, lançaram mão de todos os meios – isolamento político, bloqueio econômico, envolvimento militar, atividades subversivas, intervenção armada e até guerra de agressão – no intuito de aniquilar o regime socialista chinês.
2. Logo após a fundação da nova China, estourou a Guerra da Coreia (1950 -1953). A China enviou centenas de milhares de “voluntários” à Coreia do Norte para combater as forças norte-americanas. Paralelamente, assumia o compromisso de apoiar os vietnamitas na guerra de independência contra os colonialistas franceses até 1954.
3. Esses Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, enunciados pelo primeiro-ministro Zhou Enlai, receberam total acordo do governo indiano quando da negociação entre as partes. Assim, pela primeira vez, em 29 de abril de 1954, “o acordo sobre o comércio e o transporte entre o Tibet da China e da Índia” foi assinado com base nesses princípios.
4. Para mostrar seu apoio à causa de libertação nacional da Argélia, a China estabeleceu relações diplomáticas com esse país em 1958, quatro anos antes, portanto, da independência argelina.
5. Os dirigentes chineses da época foram profundamente influenciados pela teoria leninista sobre a análise da situação internacional. Segundo eles, existiam três contradições no mundo, naquela época: a primeira, entre o trabalho e o capital; a segunda, entre os imperialistas concorrendo nos mercados e as matérias-primas; e a terceira, entre os povos colonizados e os imperialistas. Essas três contradições fariam surgir três tipos de

conflitos e de guerras eventuais: os conflitos e guerras entre o proletariado e os capitalistas, as guerras entre os imperialistas e as guerras de libertação. E esses três tipos de conflito e de guerra iriam enfraquecer as forças imperialistas.

6. Mao Zedong destacou essas idéias em várias oportunidades: no seu discurso de abertura do 8º Congresso do Partido Comunista Chinês, em setembro de 1956; quando de sua entrevista, em 7 de maio de 1960, com os representantes de 12 países e regiões da África; e, finalmente, numa declaração de apoio ao povo do Congo, que tornou pública em novembro de 1964.
7. A deterioração das relações com a União Soviética, até a ruptura, obrigou a China a rever sua estratégia diplomática e suas relações com o continente africano a fim de se adaptar à nova conjuntura internacional.
8. Na década de 60, a China continuava apoiando a luta armada do povo argelino. Quando da ofensiva armada norte-americana contra o Congo, Mao Zedong pronunciou uma declaração na qual afirmava que não se tratava de uma luta solitária, pois “todos os chineses apóiam o povo congolês”. Mao participou, ainda, com outros dirigentes chineses, da reunião de grande porte realizada em Pequim visando denunciar os crimes dos invasores imperialistas.
9. Nessa época, a China continuou isolada e vítima do bloqueio econômico, já que a maior parte dos países ocidentais ainda não reconhecia a China e seguia praticando políticas contra ela; ao mesmo tempo, as relações sino-soviéticas entraram num impasse. Em 1969, é deflagrado o conflito fronteiro entre a China e a União Soviética. Desde então, as relações entre os dois países entraram numa situação indefinida: nem de guerra, nem de paz. Em outros termos, embora os enfrentamentos na fronteira sino-soviética tivessem diminuído, permanecia a tensão, pois a União Soviética estava colocando mísseis nucleares de médio al-

cance ao longo da fronteira sino-soviética e na Mongólia, aumentando a ameaça militar sobre a China. Brejnev chegou até a propor a certos países asiáticos a conclusão de um “pacto de segurança coletiva” contra a China.

10. Em 1965, Washington mandou tropas ao Vietnã e atacou o norte do país. Em várias ocasiões, as Forças Armadas norte-americanas violaram o espaço aéreo chinês.
11. Segundo Mao Zedong, nosso globo comportava, de fato, três partes, três mundos, que eram, ao mesmo tempo, mutuamente ligados e contraditórios entre si. Os Estados Unidos e a União Soviética formavam o “Primeiro Mundo”, em que as duas superpotências eram os maiores exploradores da época e também o inimigo de todos os povos. Os países subdesenvolvidos da Ásia, África, América Latina e das outras regiões, que formavam o “Terceiro Mundo”, eram as maiores vítimas da opressão e da exploração; logo, constituíam a força principal na luta contra a hegemonia. E os países desenvolvidos da Europa Ocidental, bem como o Japão, o Canadá e a Austrália, que se encontravam entre os dois, constituíam o “Segundo Mundo”. Esses países possuíam um duplo caráter: por um lado, eram exploradores dos países do Terceiro Mundo e, por outro, eram manipulados e oprimidos pelas duas superpotências. A relação entre o Segundo Mundo e o Terceiro Mundo eram, essencialmente, uma relação de unidade e de luta; portanto, o Segundo Mundo era uma força suscetível de ser cooptada na luta contra a hegemonia. Desse ponto de vista, segundo as autoridades chinesas, existiam quatro contradições no mundo da época: a contradição entre os povos oprimidos e o imperialismo, o social-imperialismo e a hegemonia; a contradição entre o proletariado e o capitalismo dentro dos países capitalistas e “revisionistas”; a contradição entre os países capitalistas e social-imperialistas; e a contradição entre os países socialistas, por um lado, e entre os países capitalistas, por outro.

12. Discurso pronunciado por Hua Guofeng no dia 26 de fevereiro de 1978, durante a primeira sessão da V Assembléia Popular Nacional da China.
13. Discurso pronunciado por Deng Xiaoping no dia 10 de abril de 1974, na sessão extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas.
14. Discurso pronunciado por Deng Xiaoping em 5 de maio de 1979, quando concedeu entrevista a uma delegação francesa.
15. Após assumir o poder, o presidente norte-americano Nixon alterou sua política em relação à China. Depois das conversações diretas entre os dirigentes dos dois países, a China e os Estados Unidos publicaram, em fevereiro de 1972, o “Comunicado Conjunto Sino-Americano”, que abriu o caminho para a normalização das relações entre os dois países.
16. Essa política foi adotada durante a terceira sessão plenária do Comitê Central oriundo do XI Congresso do Partido Comunista Chinês, no final de 1978. Antes dessa data, a China adotava, por vontade própria e ou por imposição, uma política de “porta fechada” no plano externo. Essa situação histórica, que hoje parece incompreensível, senão ridícula, ainda era, naquela época, uma triste realidade, uma conjunção do contexto internacional desfavorável e dos erros esquerdistas da política chinesa.
17. Nos anos 60 e 70, as autoridades chinesas julgavam que a época era de confronto entre o Leste e o Oeste e que, logo, a guerra mundial era inevitável. Mao Zedong até exortou o povo chinês a “redobrar a vigilância a fim de se preparar para a guerra”.
18. No final de julho de 1986, Gorbachev propunha debater o restabelecimento de relações de boa vizinhança com a China, em todos os níveis e a qualquer momento. A partir daí, as relações políticas entre os dois países melhoraram muito e, depois da visita de Gorbachev à China, em maio de 1989, as relações sino-soviéticas voltaram ao normal.

19. Sob certo ângulo, a deterioração das relações entre a China e o Ocidente causada pelos movimentos de Tiananmen levou Beijing a dar rapidamente uma orientação positiva à sua política na África, o que aproximou a China do continente africano.
20. A política diplomática da China, por ordem de importância, pode ser resumida como segue: (1) fortalecer mais ainda as relações com os países asiáticos, no intuito de criar um clima pacífico e estável para seu desenvolvimento econômico; (2) melhorar as relações com os países desenvolvidos, a fim de acelerar a modernização do país; (3) consolidar e reforçar a solidariedade e a cooperação com todos os países em desenvolvimento, inclusive os países da África. Tudo o que podia ampliar o campo das atividades diplomáticas e econômicas da China passou, então, a ser um dos temas essenciais da sua política internacional; e (4) reforçar as relações multilaterais com as organizações governamentais dos outros países do mundo.
21. Na região da Ásia-Pacífico, os Estados Unidos estacionaram 10 mil soldados, reforçaram a aliança com o Japão e estabeleceram novas normas de cooperação em matéria de defesa que ampliaram o campo de aplicação da cooperação militar americano-japonesa na região, incluindo a província chinesa de Taiwan, representando, assim, séria ameaça à paz e à segurança.
22. Após os acontecimentos de Tiananmen, os conflitos entre os dois países, que ora se intensificavam, ora se acalmavam, estavam centrados nos direitos humanos, no desequilíbrio do comércio, no direito de propriedade intelectual e nas vendas de armas. Mais tarde, a questão de Taiwan tornou-se preeminente, constituindo o maior obstáculo às relações entre os dois países.
23. Para cercear a ação da China e fortalecer sua presença na Ásia, após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos continuaram vendendo armas para Taiwan, em total desrespeito ao “Comunicado de 17 de Agosto de Shanghai”, publicado pelos dois países,

no qual os Estados Unidos comprometem-se a reduzir progressivamente, até suspender, as vendas de armas para Taiwan. Na realidade, essas vendas aumentaram tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Além disso, certos membros do Congresso norte-americano defendem a entrada de Taiwan no sistema de defesa antimísseis (TMD). Por outro lado, no dia 8 de junho de 1999, isto é, logo após a crise do Kosovo, o Senado norte-americano adotou uma emenda antichinesa à lei sobre o orçamento da defesa nacional para o exercício fiscal de 2000, proposta por Trent Cott, chefe do grupo majoritário democrata, pretendendo “revisar e avaliar” todas as lacunas nos conhecimentos sobre o equilíbrio, atual e futuro, das forças militares entre o continente e Taiwan, bem como a aplicação dos itens pertinentes do *Taiwan Relations Act* pelo Departamento de Defesa. Depois disso, o Congresso norte-americano propôs e adotou o “projeto de lei sobre o fortalecimento da segurança de Taiwan”. Segundo as autoridades chinesas, o objetivo dessas leis era fornecer uma base legal à venda de armas avançadas, entre as quais o TMD, em Taiwan, ao mesmo tempo que se reforçava a cooperação militar.

24. Discurso proferido por Jiang Zemin, presidente da República Popular da China, quando de sua visita à Arábia Saudita em 2 de novembro de 1999.
25. Em 13 de maio de 1999, durante uma manifestação pública, o presidente chinês, Jiang Zemin, declarou: “Todas as nações e todos os povos que prezam a paz e a justiça devem unir-se e envia-
dar esforços para opor-se à hegemonia e à política do mais forte e promover o estabelecimento de uma nova ordem internacional justa e sensata!”
26. Discurso proferido por Jiang Zemin em 6 de julho de 1999, quando do seu encontro, em Beijing, com Didier Operti, presidente da 53ª Sessão da Assembléia Geral da ONU.

27. A China nunca esquecerá que, em 25 de outubro de 1971, a 26^a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou, com maioria esmagadora, uma resolução pela qual resolveu readmitir o governo da República Popular da China no seu lugar legítimo nas Nações Unidas e expulsar o representante de Taiwan. Durante a votação, os representantes dos países da África tiveram um papel muito importante. Dos 76 votos a favor, 25, ou seja, um terço (32,9%), foram de representantes dos países da África. Foi assim que Mao Zedong declarou, emocionado: “Se hoje entramos para a ONU, é graças aos nossos irmãos pobres da Ásia e da África que nos deram sua ajuda.”
28. Durante a 52^a Sessão da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em abril de 1996, 14 dos 15 países-membros da África apoiaram a moção da China de não votar a proposta antichinesa dos países ocidentais. Em 1997, durante a 53^a Assembléia da Comissão dos Direitos Humanos, certos países ocidentais propuseram, pela sétima vez, uma moção antichinesa. Em 15 de abril, por 27 votos contra 17, a sessão adotou a moção de “não passar aos atos”, apresentada pela delegação chinesa, derrotando mais uma vez a tentativa de certos países ocidentais. É preciso observar que os países da África representaram 14 dos 27 votos a favor da China.
29. Após o fim da Guerra Fria, os países ocidentais, sobretudo os Estados Unidos e a França, decidiram dar apoio econômico aos países africanos, com a condição de que eles praticassem a democracia pluripartidária.
30. “A África precisa da China e vice-versa. A China está prestes a consolidar e desenvolver suas relações regulares e a longo prazo de cooperação conjunta com todos os países africanos – relações orientadas para o século XXI –, na base dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica.”
31. “A China apóia firmemente os esforços dos países africanos para desenvolver sua economia e continuará fornecendo-lhes, den-

tro dos limites de suas possibilidades, uma assistência oficial, sem impor condições políticas. O governo chinês estimulará as empresas e firmas chinesas economicamente fortes a praticarem na África uma cooperação reciprocamente vantajosa, de variadas amplitudes, em muitos campos e de diversas formas, no respeito dos contratos, garantindo a qualidade e buscando a credibilidade.”

32. “A China e os países africanos têm longa tradição de cooperação nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais, tradição que os levou a se apoiarem em quaisquer circunstâncias. A China preconiza que os países africanos devem ter o direito de participar dos assuntos internacionais em pé de igualdade, que a comunidade internacional deve ouvir realmente a voz da África e que as Nações Unidas e as agências internacionais interessadas devem respeitar as opiniões dos países africanos e da OUA.”
33. “Para os africanos, o século passado foi o ‘século da libertação’ e o novo século é o ‘século do desenvolvimento’. A China está convencida de que os países da África conseguirão progressivamente dar impulso à sua economia, com seus próprios meios e com a ajuda da comunidade internacional.”
34. Esse número não inclui os dois países africanos (Malauí e Suazilândia) que não mantêm relações diplomáticas com a China, nem os seis países (Burkina Faso, Gâmbia, Senegal, São Tomé e Príncipe, Chade e Libéria) que cortaram as relações diplomáticas com a China e reataram “relações diplomáticas” com Taiwan na década de 90.
35. De 1949 a 1990, as autoridades de Taiwan sempre insistiram no princípio de uma China única. Durante esse período, não existia a disputa de “duas Chinas” entre Beijing e Taipei; a questão litigiosa era a da legitimidade do poder, em que ambos os lados do estreito proclamavam a legitimidade de representação para toda a China, sobre o que cada um firmou posição. A guinada se

deu em maio de 1991, quando Taipei finalmente abandonou esse princípio. Nessa data, Taipei renunciou à soberania sobre o continente. Paralelamente, renunciou ao uso da força contra o continente e afirmou não mais opor-se a Pequim quanto ao direito de representar a China. Essa decisão teve conseqüências para a comunidade internacional. Significou que os governos estrangeiros eram autorizados a escolher entre “dois governos chineses”.

36. Para poder desempenhar um papel mais importante na África e aumentar seu prestígio e sua posição no plano internacional, as autoridades de Taiwan, aproveitando-se das dificuldades econômicas temporárias enfrentadas por certos países africanos, adotaram a “diplomacia pragmática” na África, para incitá-los a “atar ou a reatar relações diplomáticas” com Taiwan ou a praticar o “duplo reconhecimento”.
37. A atitude do governo chinês sobre o problema das relações entre Taiwan e os países da África é perfeitamente clara: preconiza que a China não se opõe ao fato de que certos países africanos reatem relações econômicas e comerciais não-governamentais com Taiwan, mas opõe-se com firmeza à prática de Taiwan, que, aproveitando-se das dificuldades de certos países da África, tenta pôr em prática a idéia da existência de “duas Chinas” ou “uma China e um Taiwan”.
38. As pesquisas sobre os problemas africanos na China Popular tiveram início na metade dos anos 50. Atualmente, as principais instituições chinesas de pesquisa sobre a África são o Instituto de Estudos da Ásia Ocidental e da África, da Academia de Ciências Sociais da China; o Instituto de Pesquisa sobre as Relações Internacionais, ligado ao Ministério do Exterior; o Instituto de Pesquisa das Relações Econômicas e Comerciais com o Exterior, ligado ao Ministério das Relações Econômicas e Comerciais com o Estrangeiro; o Instituto de Pesquisa das Relações

Internacionais Modernas da China, órgão do Ministério de Segurança do Estado; o Centro Chinês para a Compreensão Internacional, ligado ao Departamento de Contatos Internacionais do Comitê Central do Partido Comunista Chinês etc. Além disso, as Universidades de Beijing, Nanquim, Xiangtan, Fudan e Nankai etc. contam todas com pesquisadores que se dedicam a estudos sobre a África. Também existem duas associações acadêmicas especialmente orientadas para o estudo da África, fundadas no final dos anos 70: a primeira é a Sociedade Chinesa de Estudos sobre a África, com sede em Nanquim, cujos membros já somam 400; e a segunda é a Associação Chinesa de Estudos sobre a História Africana, em Beijing, que conta mais de 300 membros.

39. No final da década de 50, para dar maior apoio à luta do povo africano contra o imperialismo e o colonialismo e estimular as relações de amizade sino-africanas, a Associação do Povo Chinês para a Amizade com os Países Estrangeiros e 16 outros grupos populares (sindicatos, organizações de jovens, mulheres, cientistas, culturais e artísticas, desportivas, de higiene e religiosas) fundaram, em 12 de abril de 1960, a Associação de Amizade dos Povos da China e da África. Desde sua fundação, a Associação empenhou-se em promover as relações e a cooperação amigáveis sino-africanas.
40. Até o final de 1999, na medida do possível, a China prestou assistência a cerca de 50 países da África, com aproximadamente 700 projetos completos, destinados à indústria, à agricultura, à energia, aos transportes, à educação, à saúde, à construção civil e a outros setores. Os projetos de cooperação realizados nesse quadro contribuíram, numa certa medida, para o desenvolvimento da economia africana. Paralelamente, a China também ofereceu vários materiais e ajuda técnica e enviou cerca de 15 mil médicos para uns 40 países africanos.

41. Citemos alguns exemplos: a) A combinação de comércio e assistência, concessão de empréstimos e aplicação de investimentos. b) A criação de novos modos de comercialização, mais variados e mais flexíveis, entre os quais o comércio triangular, o comércio de trânsito, as transações com amostras, o comércio com pequenas quantidades, o pagamento após entrega, a construção de depósitos de distribuição das mercadorias encomendadas etc. Além disso, para amenizar a falta de capitais e de divisas fortes da parte africana, a China está praticando várias formas de comércio que não necessitam de divisas fortes. Trata-se principalmente do escambo e do comércio de compensação, que a China considera formas complementares do comércio comum para os países africanos com falta de divisas fortes. c) Para reduzir o déficit comercial dos países africanos, a China está prestes a comprar com prioridade produtos africanos que respondam à demanda do mercado nacional, se os termos forem semelhantes aos do mercado internacional. Também está disposta a importar alguns produtos primários e semi-acabados de alguns países africanos para revendê-los a outro país, após beneficiá-los. d) Abrir filiais do Banco da China na África, para melhor servir à cooperação comercial e financeira sino-africana.
42. Discurso intitulado “Para uma Nova Obra Monumental nos Anais da Amizade Sino-Africana”, pronunciado por Jiang Zemin quando da sua visita à Etiópia, em maio de 1996.

Referências Bibliográficas (em língua chinesa)

Anuário Estatístico Chinês do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica.

Anuário dos Assuntos Externos da China.

História das Relações Exteriores da China.

História da Diplomacia Chinesa.

A Estratégia Diplomática da China.
As Memórias dos Embaixadores Chineses.
Notícias de fonte oficial.

O Diálogo Brasil-China: Perspectivas para o Século XXI

.....

SEVERINO CABRAL *

“O problema chinês, de per si, já é tão vasto que nenhuma nação pode se permitir ignorá-lo” (Ernest Fenollosa).

“A China é uma velha nação, com uma nova missão”
(Feng Youlan).

“Deve haver alguma coisa de semelhante entre a China, por assim dizer eterna, e o jovem e ainda verde Brasil” (Gilberto Freyre).

“Não haverá nenhum século da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil” (Deng Xiaoping).

Espera-se que o século XXI desenvolva crescente interdependência entre as culturas e as nações. Assim, o maior entendimento e conhecimento cultural e acadêmico sino-brasileiro representa um importante elo entre os dois maiores países do mundo em desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se desejar

* Pesquisados do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes.

que o estudo da língua e da cultura chinesas, que se dissemina entre as instituições e os estudiosos brasileiros, venha a significar uma real contribuição, ao adensar os laços entre as duas comunidades e as duas sociedades.

Pode-se pensar igualmente que essa ampliação dos estudos e do conhecimento da língua e da cultura chinesas no Brasil deverá contribuir para o crescimento das trocas e intercâmbios em todas as demais esferas da vida social. No domínio do intercâmbio comercial e econômico, como no político e diplomático, deverão processar-se um maior e mais relevante conhecimento e uma interação entre instituições, estabelecendo contínua aproximação.

Deve-se deduzir desse quadro que um importante papel tende a ser desempenhado pelas instituições acadêmicas e culturais no desenvolvimento do diálogo e do intercâmbio sino-brasileiro, como também na criação de vínculos e laços entre as sociedades brasileira e chinesa, de forma a impulsionar o próprio crescimento do intercâmbio socioeconômico e político entre os dois países.

Nesse contexto, é relevante recordar o comentário do professor Tang Yijie de que “ser harmônico sem ser idêntico” é um princípio importante da visão confuciana, na medida em que, ao valorizar a unidade do não-idêntico, demonstra que a concepção cultural clássica chinesa confere ao diálogo entre as diferentes civilizações um valor permanente e universal. Ao que se pode acrescentar que, no caso da cultura brasileira em relação à cultura chinesa, essa diferença não só alimenta o diálogo, como amplia os elementos estruturais porventura comuns entre as duas culturas. E que essa é a razão pela qual os dois países tendem a tornar-se parceiros estratégicos capazes de desafiar a existência de um mundo unipolar e atuar firmemente na cria-

ção de uma nova ordem multipolar, verdadeiramente aberta e democratizada.

É possível traçar em grandes linhas a história da criação do que se poderia definir como os começos de um conhecimento brasileiro, ou uma visão brasileira do mundo de cultura e civilização chinesas. O conhecimento da China no Brasil, pode-se dizer, teve início nos começos da colonização e da formação da civilização brasileira. Desde os primórdios da criação do Brasil, foram introduzidos costumes, crenças e saberes oriundos da Ásia (Índia e China) nas estruturas sociais e culturais que produziram o nascimento do ser nacional brasileiro.

Um pouco dessa história convém narrar como introdução ao estado atual dos estudos chineses no Brasil.

É conhecida a participação jesuítica na construção de um padrão educacional das populações indígenas brasileiras desde o século I da história do país. Esse fato, contudo, encontrava-se vinculado a outro de enorme importância destinado a ter grande e profunda repercussão na vida cultural da jovem nação brasileira. Tratava-se do fato de que a guerra religiosa que dividira a cristandade européia no século XVI sofrera uma reviravolta com as decisões tomadas no Concílio de Trento, que deram início à Contra-Reforma, comandada pela Igreja Católica. Entre essas decisões, encontrava-se a da criação da Companhia de Jesus.

O empreendimento jesuítico surgia num contexto em que a batalha pela fé cristã transcendia o mundo europeu, como resultado das grandes navegações ibéricas, que abriram as rotas oceânicas mundiais. Com isso, os novos soldados da fé puderam criar uma visão global do fato religioso que culminaria num projeto grandioso de expansão da fé católica na América e na Ásia.

O projeto jesuítico contemplava a possibilidade de irradiar a fé católica além das fronteiras do Velho Mundo. Assumia o compromisso de levar a mensagem aos povos do Novo Mundo americano, recém-descoberto e aberto à colonização. Bem assim, laborava a idéia de expansão da cristandade para as antigas civilizações do Oriente, nomeadamente China e Índia.

Na América, espanhóis e portugueses iniciavam a exploração dos novos territórios com a participação dos jesuítas, que, envolvidos no seu magno projeto de conquistar as populações locais, engajaram-se no processo da “catequese”. Tratavam de integrar essas populações, que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento, ao processo religioso e civilizatório euro-cristão.

No Oriente, as civilizações da Índia e da China apresentavam as marcas perenes de esplêndidas criações do engenho e arte humanos. Elas interpelavam os jesuítas, impondo-lhes um grande desafio. O desafio de oferecer uma nova crença que representasse algo de novo a um mundo espiritual tão complexo e completo.

A saga jesuítica ainda hoje apresenta um grande repto aos historiadores, em suas tentativas de reproduzir os passos e as atividades desses soldados de Cristo em terras da América e Ásia. Em que pese a vasta literatura sobre o assunto, muitos mistérios e enigmas permanecem sobre a atuação dos jesuítas e suas importantes incursões no estudo dessas culturas, realizando um papel que serve de referência aos movimentos contemporâneos de intercâmbio transcultural e transcivilizatório.

É conhecida a influência que os sábios da Companhia de Jesus exerceram nos usos e costumes da Europa, ao introduzirem elementos de conhecimento da cultura e civilização orien-

tais. A evolução do mundo europeu, da Renascença até a época da Ilustração, foi fortemente marcada pelo intenso serviço de tradução dos clássicos chineses nas línguas de cultura européias (latim, francês, italiano, português, espanhol e outras). Nomes da cultura e da civilização européia, como Leibnitz e Voltaire, refletiram essa influência e importância, ao reintroduzir em suas concepções as visões dos filósofos chineses sobre o Estado e a sociedade.

No entanto, não foi pequena a irradiação, para a Ibero-América, dessas idéias, que inspiraram muitas das realizações do Novo Mundo. A visão de hoje mostra que parte da construção da nação brasileira decorreu do entrelaçamento de interesses produzido pelo empreendimento colonizador português em terras americanas, gerando o surgimento de uma civilização tropical dotada de características próprias e diferentes da sua matriz européia, por assimilar aspectos da cultura dos povos ameríndios e africanos. E como recentes estudos têm comprovado, o Brasil também recebeu em sua formação a influência da cultura e da civilização chinesas.

Em razão dessa influência, tem crescido o interesse dos historiadores brasileiros do período colonial em pesquisar a presença chinesa no Brasil em formação. Nessa direção, deve-se fazer menção aos trabalhos de investigação empreendidos pelo historiador Jose Honório Rodrigues sobre as relações do Brasil com a Ásia. Nesses estudos, são arrolados importantes registros e documentos da história colonial brasileira que mostram a presença chinesa em aspectos relevantes da formação cultural, religiosa e artística do Brasil.

Mais recente e abrangente tem sido o estudo da arte colonial brasileira empreendido pelo historiador José Roberto Tei-

xeira Leite, que em seu livro *A China no Brasil*, lançado em 1999, apresentou um amplo conhecimento pluridimensional das relações e das influências da cultura e civilização chinesas no Brasil. Esse autor, com sua tese inovadora, despertou o interesse geral e tem inspirado a renovação dos estudos históricos sobre a China e o Brasil.

O grande sinólogo e estudioso brasileiro da arte oriental Ricardo Joppert notabilizou-se por vários e significativos estudos que testemunham sobre a presença da arte e da civilização chinesa e sua influência no período colonial da história do Brasil. Em recente ensaio publicado no *Asian Art*, de dezembro de 1999, descreve a experiência seminal desenvolvida pela figura do jesuíta francês Charles Belleville (1675-1730), que, depois de servir na China à época do imperador Kangxi, veio a residir na Bahia, metrópole cultural e administrativa do estabelecimento português no Brasil do começo do século XVIII.

Esses e outros estudiosos brasileiros refazem o percurso dos padres e eruditos que, a caminho do Oriente, encontraram os clássicos chineses e os introduziam na cultura Ocidental. Muito tem sido investigado e levantado sobre o intercâmbio cultural sino-europeu, mas pouco ou quase nada desse diálogo foi estudado no que se refere à sua influência sobre a formação cultural brasileira e latino-americana.

Por isso, a motivação da nova historiografia em abrir caminhos até hoje inexplorados vem sendo contemplada com a descoberta de fontes e de perspectivas amplas de investigação. Nesses novos caminhos, encontra-se a pesquisa que está sendo elaborada pela Coordenação do Programa China-Ásia-Pacífico, vinculada ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes. O projeto de pesquisa sobre a relação Brasil-China terá como marco inicial o descobrimento do Brasil em

1500 e se desenvolverá até o final do século XX. Pretende-se estudar os vários aspectos do relacionamento sino-brasileiro, mormente nos campos da cultura, arte e linguagem.

Grande parte da pesquisa se voltará para a fixação das fontes pertencentes aos arquivos da dinastia Ming e da dinastia Qing, bem como aos arquivos portugueses e brasileiros acompanhando a história colonial do Brasil.

Na seqüência desse breve percurso sobre a história da presença chinesa no Brasil, há que assinalar o advento da Revolução Francesa e a invasão de Portugal por tropas de Napoleão Bonaparte, que provocaram a migração da família real portuguesa para o Brasil, gerando as condições para a superação do regime colonial e a conseqüente elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarve. No momento em que se fixou em terra brasileira, o monarca português estabeleceu o primeiro marco de imigração chinesa para o Brasil, em 1810, ao provocar a vinda de um grupo de agricultores chineses de Macau com a incumbência de implantar no Rio de Janeiro uma plantação de chá. Embora o projeto não tivesse êxito, ficou como uma experiência que ainda hoje é cultivada e integra o patrimônio cultural da antiga capital.

Os grandes acontecimentos gerados pelo fim da era napoleônica e os acordos em torno do concerto europeu que definiram a preeminência britânica no sistema internacional pós-Congresso de Viena levaram o rei D. João VI a retornar a Portugal e, com isso, a gerar uma crise que logo teria desfecho no processo de separação com o Brasil.

O Brasil independente deu início a uma nova fase de sua história com a China.

É conhecido o fato de que a grande potência hegemônica, a Inglaterra imperial, impôs aos dois países sérias restrições de soberania. A Guerra do Ópio representou para a nação chinesa o começo de um período de humilhações com os chamados “Tratados Desiguais”, que impuseram perda de territórios (Hong Kong) e ameaça de quebra da unidade nacional e da independência política da China imperial.

Igualmente no caso do Império do Brasil, o poder hegemônico mundial veio a impor inúmeras restrições à soberania e ao desenvolvimento independente. No entanto, as relações entre a China e o Brasil tiveram logo um novo incentivo, com a abertura de uma legação brasileira em Guangzhou, em 1843. Ao longo do século XIX, inúmeros líderes políticos e intelectuais brasileiros debateram intensamente a presença chinesa no Brasil. Por fim, depois de várias tentativas, os dois países estabeleceram o tratado de amizade sino-brasileiro de 1881, que deu começo à relação oficial entre os dois Estados.

O final do século XIX assistiu à transição do regime monárquico para a República no Brasil. Seria seguido, no primeiro decênio do século XX, pela queda da dinastia Qing e a implantação da República na China. Tal paralelismo histórico inspirou o interesse de inúmeros autores brasileiros que se voltaram para o estudo do mundo sino-asiático.

Assim, começou um ciclo de preocupação com a China e o seu destino no mundo contemporâneo que iria mobilizar pensadores e intelectuais brasileiros, os quais acabariam por desenvolver uma percepção do caráter altamente positivo do relacionamento cultural sino-brasileiro. Sinal emblemático desse interesse e dessa percepção encontra-se expresso nas palavras de Gilberto Freyre, diante da comunidade chinesa de Sofala e

Manica, em Moçambique, quando rememorava seus anos de estudante em Columbia, nos anos 20, e pensava “haver alguma coisa de semelhante entre o Brasil e a velha mas sempre moça civilização chinesa, com a qual os portugueses estabeleceram, em Macau, profunda aliança baseada não na força, mas no amor fraternal, não no poder imperial de uns sobre os outros, mas na compreensão recíproca”.

Desde os começos do século XX, sucessivas gerações de intelectuais brasileiros têm acompanhado com vivo interesse as transformações do mundo chinês. Em todos os momentos que marcaram a trajetória recente da China e do povo chinês, em meio a guerras, revoluções e grandes realizações, encontram-se estudos de intelectuais e observações atentas de viajantes e diplomatas que desenvolveram uma visão brasileira dos acontecimentos decisivos da cena histórica chinesa e sua repercussão no quadro mundial.

Tão forte é o paralelismo entre os dois países em sua evolução no macrossistema mundial contemporâneo que nem mesmo o conflito Leste-Oeste, que impôs um longo distanciamento entre os dois governos, conseguiu impedir a continuidade da reflexão da intelectualidade brasileira sobre os destinos da China.

A reflexão brasileira sobre a China veio a ser muito estimulada a partir da maior aproximação entre os dois países, gerada pela visita da missão especial do governo brasileiro chefiada pelo vice-presidente João Goulart, em 1961. O alto nível da delegação brasileira indicava a importância que já era dada à China pelos formuladores da política exterior brasileira. Além do vice-presidente, faziam parte, como membros da missão governamental brasileira, figuras como Franco Montoro, Evandro Lins e Silva e o embaixador Araújo Castro.

Essa viagem, que marcou época no histórico do relacionamento sino-brasileiro, originou-se de uma iniciativa do presidente Jânio da Silva Quadros (fato que se encontra minuciosamente descrito no livro de memórias do escritor e chanceler brasileiro Afonso Arinos), dentro do novo conceito de política externa independente adotado em sua administração, e representou um distanciamento do país com a tradicional política alinhada com os Estados Unidos e o bloco ocidental. Em face da importância que esse acontecimento assumiu na história diplomática e política do Brasil contemporâneo, ele veio a contribuir fortemente para ampliar a literatura especializada sobre a relação Brasil-China e, bem assim, a reflexão sobre a história e a cultura chinesas nos meios acadêmicos e universitários brasileiros.

Como antecipara o livro seminal *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, do embaixador Adolpho Bezerra de Menezes, abria-se um campo decisivo para a elaboração da nova política externa brasileira. Logo depois da eleição de Jânio Quadros, a dinâmica das mudanças em curso no país fez nascer centros de estudos e pesquisa dedicados aos novos temas relativos aos países da Ásia e África. Intelectuais que atuaram na assessoria do governo Quadros, como Cândido Mendes e Eduardo Portella, vieram a criar o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), que se tornou responsável pela edição de textos e estudos sobre o mundo em desenvolvimento. À mesma época, criavam-se, na Universidade Federal da Bahia, o Centro de Estudos Orientais e, na Universidade de São Paulo, o Centro de Estudos Africanos.

Os estudos de línguas orientais introduziram-se na graduação universitária, sobretudo com os cursos criados no De-

partamento de Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde se ensinavam línguas e literaturas chinesa e japonesa.

Um novo impulso se daria com o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, em 15 de agosto de 1974. O interesse redespertado pela cultura chinesa estimulou a criação de novos cursos e a abertura de programas de estudo da China em várias universidades. De novo, retornaram os viajantes brasileiros a estudar e observar os progressos da nova China. E uma nova vaga de livros de autores brasileiros sinalizaram para esse momento de interesse pelos estudos da China.

Na Universidade Candido Mendes, é restaurado o antigo Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), sob a denominação de Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). Os estudos e pesquisas, orientados para a nova diplomacia de reconhecimento das independências africanas, voltavam-se também para a China como importante parceiro do Brasil em seu esforço pragmático em prol da estabilidade e do desenvolvimento.

Em 1977, criava-se o curso de Ásia Contemporânea 1 – China e Indochina, organizado pelo professor Severino Cabral. A partir desse curso, que se repetiu em 1978, organizou-se um núcleo de pesquisa histórica sobre a China que logo atrairia colaboradores especialistas em estudos clássicos chineses, como o conselheiro Ricardo Joppert e a professora Simone Morea. Foi inaugurado por esses dois professores, como complemento e introdução aos estudos da China contemporânea, um curso de língua e cultura chinesas.

Esse núcleo inicial de pesquisa, que incluía professores e pesquisadores interessados no estudo da China, sua história,

sua língua e cultura clássicas, com vistas a aumentar o conhecimento da sua realidade contemporânea, estabeleceu contatos regulares com os representantes culturais chineses, dando início a um ativo intercâmbio acadêmico com importantes instituições chinesas.

Assim, no início da década de 80, a política de reforma e abertura empreendida pela liderança chinesa acelerava o processo de aproximação entre o Brasil e a China. Em todos os níveis, ampliava-se a cooperação científico-técnica entre os dois países. Criava-se o estatuto da geminidade, que aproximava cidades como Rio de Janeiro e Beijing, estabelecendo novas redes de contato, intercâmbio e cooperação nos níveis político, acadêmico e cultural.

Proliferavam os centros de cultura chinesa, apoiados nas comunidades formadas de imigrantes chineses e seus descendentes, e novas instituições foram criadas, como o Instituto de Estudos do Terceiro Mundo (Ietem) e o Wenming – círculo de intercâmbio cultural Brasil-China. Em meados da década, em 1985, foi organizado por essas instituições a Semana Cultural Brasil-China, um esforço comum que unia a Universidade Candido Mendes, a Universidade de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e personalidades do mundo artístico e cultural, como Lucélia Santos, Osny Duarte Pereira, Sun Chia Chin, Ricardo Joppert e Ricardo Gonçalves, para promover o estudo da cultura chinesa em sintonia com o adensamento das relações políticas e diplomáticas entre os dois países.

No início da década de 90, era criado, no Centro de Estudos das Américas (CEAs), o Programa China-Ásia-Pacífico, da Universidade Candido Mendes (encontra-se atualmente vin-

culado ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA), coordenado pelo professor doutor Severino Cabral e voltado para o incremento de atividades de intercâmbio de pesquisas e de pesquisadores no campo das relações internacionais e da cooperação acadêmica e intergovernamental brasileiro-chinesa. A sua primeira realização foi a organização, em 1994, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, da comemoração dos 20 anos de estabelecimento de relações entre Brasil e China, numa homenagem à diplomacia sino-brasileira e que reuniu num simpósio os embaixadores brasileiros que haviam servido na China e o embaixador da China no Brasil. Nesse mesmo ano de 1994, o Itamarati organizou, em cooperação com a Coordenação do Programa China-Ásia-Pacífico, a Missão Acadêmica à Ásia, que preparou encontros de professores brasileiros com instituições chinesas de pesquisa especializada em relações internacionais.

Desde a década de 90, portanto, tem se desenvolvido em várias direções o intercâmbio cultural sino-brasileiro. Deve-se registrar, pela sua importância, realizada com a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à China, em dezembro de 1995, a realização da Exposição dos 50 anos das Artes Plásticas Brasileiras na China, que foi organizada pela Missão Cultural Acadêmica do Centro Cultural Candido Mendes.

Como resultante desses esforços, novos e importantes projetos estão sendo desenvolvidos nas universidades brasileiras orientados para o estudo da China. Cabe registrar, sobretudo, o Projeto China-América, do Centro Virtual de Estudos Históricos da Universidade de São Paulo, sob a coordenação da professora doutora Janice Theodoro, que mantém estudando e pesquisando em Beijing o professor Eric Vanden Bussche. Ain-

da na Universidade de São Paulo, no Departamento de Línguas Orientais, por longo tempo dirigido pelo professor Alexandre Yang, ora coordenado pelo professor doutor Mário Sproviero, está em curso um projeto de tradução, com rigorosa feição lexicográfica e crítica, de obras clássicas do pensamento chinês.

Ao final deste breve resumo histórico do desenvolvimento de uma percepção do fenômeno chinês e de sua civilização pela instituição acadêmica e cultural brasileira, deve-se registrar a importância assumida pelo diálogo entre as autoridades governamentais e diplomáticas sino-brasileiras na realização de atividades de apoio ao processo de mútuo conhecimento e entendimento brasileiro-chinês.

Exemplar nesse sentido foram as realizações de 1999 – ano em que se comemorava o 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, o cinqüentenário da República Popular da China e o êxito do lançamento conjunto do satélite sino-brasileiro –, quando se assistiu a um importante acontecimento no âmbito do intercâmbio e diálogo interculturais sino-brasileiros, que foi a realização do Seminário Brasil-China, organizado sob a coordenação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Reuniram-se no Rio de Janeiro, em novembro de 1999, especialistas brasileiros e chineses para discutir temas essenciais acerca do futuro da cooperação sino-brasileira. O encontro contou não somente com a participação de acadêmicos e de personalidades do mundo empresarial e político brasileiro, como também dos embaixadores Li Guoxin e Affonso Celso de Ouro Preto, e inúmeros diplomatas de ambos os países. Os *Anais* desse encontro Brasil-China estarão

sendo em breve publicados e devem marcar um marco miliário na busca do entendimento de alto nível entre os dois países.

Entre as idéias desenvolvidas por ocasião do encontro, pode-se assinalar a de que se impõe um esforço nacional de geração de conhecimento sobre a China por parte da universidade brasileira. Nesse sentido, o que deve ser feito para que o intercâmbio aumente em quantidade e qualidade reside em estimular o processo de formação de especialistas em cultura e história chinesas, o que requer o aparecimento de mais programas orientados para o ensino da língua chinesa em nossos institutos de estudo superiores.

O encontro da Europa e da China à época das navegações foi de uma notável experiência de interlocução intracultural e intercivilizacional. Os europeus puderam assimilar alguns dos princípios da filosofia de Daoxue ou Lixue, ou seja, da renascença da época Song, e desse encontro nasceu um diálogo que mudou a face da humanidade ocidental.

A sinofilia europeia inspirou e dirigiu a enorme atividade de aprendizado da classicidade chinesa pelo Ocidente. O esforço gigantesco dos jesuítas introduziu na Europa os livros clássicos chineses e fez com que a Europa viesse a se olhar no espelho de uma cultura cuja humanidade e universalidade impuseram-se até mesmo aos seus próprios preconceitos.

Ao longo do século XVIII, no entanto, a Europa uniu-se numa mudança radical na sua percepção em relação à China, iniciando um novo ciclo em que a expedição de Macartney anunciaria a chegada para o mundo de uma época de desprestígio da China e de humilhação sua quanto ao Ocidente.

O começo do século XX assistiu ao fim do ciclo dinástico Qing e os primeiros passos de uma forma republicana impor-

tada da Europa. O processo da guerra civil e da invasão estrangeira, porém, não derrotou a nação chinesa. Os últimos 50 anos do século levaram a uma nova postura chinesa, de forma a modificar profundamente a percepção ocidental. A partir de 1945, os norte-americanos desenvolvem um conhecimento sobre a China comprometido pela ideologia da Guerra Fria, em que a percebiam como uma ameaça vermelha.

Foi preciso que a própria e pendular relação com a União Soviética inclinasse os Estados Unidos a uma nova postura para com a China. Desde os anos 70, logo depois da viagem de Nixon e Kissinger, os Estados Unidos mudaram a sua percepção do que denominaram “ameaça chinesa”. Em todos esses últimos anos do século, em que a China acelerou o seu processo de industrialização e reforma, foi progressivamente elevada a uma nova condição de atração e repulsão pela imaginação norte-americana, em que momentos de sinofilia sucedem a uma sinofobia eivada de preconceitos herdados da mentalidade da Guerra Fria (ou vice-versa).

O fim do século e o começo do novo milênio anunciam, contudo, profundas mudanças no conjunto da humanidade. A essas mudanças, a China introduz, com a sua ressurgência, uma forma de civilização e de cultura que se mantém singular frente à humanidade européia e anglo-norte-americana. “A China é uma velha nação, com uma nova missão”, com essa afirmação, inspirada nos clássicos chineses, o sr. Feng Youlang explicava a uma audiência norte-americana o sentido da reforma, da abertura e da modernização da China.

No alvorecer do século XX, o orientalista norte-americano Ernest Fenollosa compreendera que o fenômeno chinês era tão vasto que nenhuma nação poderia permitir-se ignorá-lo. E que a única maneira de dominá-lo era tentar “compreender com

paciente simpatia os elementos melhores, mais promissores e mais humanos nele contidos”.

Exemplar de uma sensibilidade brasileira para o fenômeno chinês é o testemunho dado por Gilberto Freyre de sua experiência vivida em Columbia, Nova York, nos anos 20. Com sua imaginação de sociólogo, o pensador brasileiro entrevistou um itinerário comum brasileiro e chinês no enfrentar os desafios do desenvolvimento na era da ciência e da técnica. Tal como Fenollosa, mas num ângulo de visão mais sensível ao interesse sino-brasileiro, Freyre desafiava os seus sucessores a tentarem compreender e conhecer os aspectos centrais da cultura e da civilização chinesas para integrá-los ao universo de conhecimento brasileiro. Por isso, ele não se eximia em fazer sua observação de que o “Brasil era a China da América”.

A essas observações, seria preciso acrescentar o fato de que a barreira das distâncias vem sendo rápida e inexoravelmente vencida pela revolução nos meios de transportes e de comunicação de massa, restando apenas a barreira cultural e linguageira para ser vencida, num sentido e noutro, para que se realize a previsão de Zhou Enlai de que o Oceano Pacífico um dia venha a ser apenas uma ponte de amizade a unir os chineses aos latino-americanos.

Para superar esse último obstáculo, o esforço deverá ser feito com vistas a criar meios mais amplos de disseminação dos estudos chineses no Brasil. O campo de estudos chineses integra os aspectos interdisciplinares de estudos clássicos da língua, filosofia e cultura, como também da ciência e da técnica e os estudos estratégicos e de política e relações internacionais.

Nesse sentido, vejo crescente a possibilidade de uma cooperação entre os diferentes programas e centros de estudos, vi-

sando influenciar os reitores e dirigentes das universidades brasileiras para apoiar a inserção dos estudos chineses no currículo das maiores instituições acadêmicas brasileiras.

A principal e mais representativa instituição cultural do Brasil, a Academia Brasileira de Letras, veria com muito interesse um diálogo entre acadêmicos brasileiros e grandes expressões literárias e culturais chinesas. Esse intercâmbio já existe, com vários escritores brasileiros e membros da Academia Brasileira de Letras sendo traduzidos para a língua chinesa e editados na China (como Jorge Amado, Euclides da Cunha, Guilherme Figueiredo e Celso Furtado). Recentemente, um dos membros da Academia, o reitor Candido Mendes, desejou ampliar essa relação pensando também em traduzir autores chineses contemporâneos relevantes para a língua portuguesa.

E essa cooperação e intercâmbio interacadêmico ajudaria a desenvolver um campo de estudos muito particular (língua, cultura, filosofia e história chinesas) que deverá estender-se curricularmente às universidades e escolas brasileiras. Com essa ampliação do campo de estudos chineses e a sua disseminação, pode-se esperar que tenha como resultado a geração de uma sinologia brasileira, vale dizer, de um conhecimento da China formulado e desenvolvido no Brasil.

De tudo o que foi exposto, pode-se entrever que a relação sino-brasileira tem, em sua dimensão cultural, artística e literária, uma das mais importantes formas de aproximação e conhecimento mútuo e recíproco. Uma relação que se afirma, em vista dos desafios do novo milênio e da potencialidade dos dois maiores países do mundo em desenvolvimento, como uma das mais importantes e decisivas para o equilíbrio e estabilidade da segurança internacional.

Depreende-se dos problemas que enfrenta a implantação dessa área de estudos sinológicos no universo cultural e acadêmico brasileiro – obstáculos resultantes do distanciamento geográfico e cultural entre os dois países – que o fator humano é decisivo para a criação de um campo de conhecimentos capaz de integrar e de formar saberes comuns a todos os que buscam conhecer China e Brasil de acordo com suas necessidades e suas potencialidades.

Em decorrência, pode-se pensar que o diálogo e a compreensão mútua interagêmicos devem estimular o desenvolvimento e a promoção de encontros Brasil-China. E que, nesse sentido, a mobilização dos institutos e personalidades interessados nesse diálogo sino-brasileiro pode ser um fator desencadeador de novas iniciativas propiciatórias ao incremento do estudo e do conhecimento da China no Brasil.

Por último, mas não em último, pode-se pensar que o desenvolvimento de uma sinologia brasileira constitui um novo marco na construção de uma ponte de amizade entre, de um lado, a língua chinesa, que é a mais falada língua de cultura do universo humano civilizado, e, de outro, a expressão vernacular da jovem cultura brasileira, o português brasileiro, que é a terceira mais falada língua de cultura do Ocidente.

Referências Bibliográficas

- BRAGA, José Maria. *Os Jesuítas na Ásia*. Macau, Fundação Macau, 1998.
- CABRAL, Severino. “Conhecer a China Hoje; uma Visão Brasileira do Fenômeno Chinês”. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 137, abril-junho de 1999.

- ENCONTRO ENTRE BRASIL E CHINA: COOPERAÇÃO PARA O SÉCULO XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ano 43, n° 1, 2000.
- DENG XIAOPING. *Textos Escogidos*. Tomo III. Beijing, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1994.
- ETIEMBLE. *L'Europe chinoise*. Tomo I. Paris, Gallimard, 1988.
- . *L'Europe chinoise*. Tomo II. Paris, Gallimard, 1989.
- FAIRBANK, John King. *Chinabound; a Fifty-Year Memoir*. New York, Harper&Row, 1982.
- FENOLLOSA, Ernest. *Os Caracteres da Escrita Chinesa como Instrumento para a Poesia*. São Paulo, Edusp, 1986.
- FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.
- FUNG YU-LAN. *Selected Philosophical Writings*. Beijing, Foreign Languages Press, 1998.
- GERNET, Jacques. *L'Intelligence de la China; le social et le mental*. Paris, Gallimard, 1994.
- HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1992.
- JIANG ZEMIN. Discurso em Brasília, 23 de novembro de 1993. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
- JULLIAN, Francois & MARCHAISSE, Thierry. *Penser d'un dehors (la Chine). Entretiens d'Extreme-Occident*. Paris, Seuil, 2000.
- SANTOS, Labienno Salgado. *Visões da China*. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1944.
- TANG YIJIE. “Être en Harmonie sans Être Identiques”. *Alliage-Dialogue*, Paris, 41-42, Hiver 1999-Printemps-2000.
- ZHU RONGJI. *A Reforma e Abertura da China e as Relações entre a China e a América Latina*. São Paulo, Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), 31 de março de 1983.

O Estudo e o Ensino sobre o Brasil e a América Latina na China

.....

ZHOU SHIXIU*

No mundo, a China e o Brasil formam um par de países, entre outros, distantes pelos oceanos e continentes. Então, a maioria das pessoas considera que o desconhecimento entre esses dois países é normal e natural. Mas, muitas pessoas não sabem que, desde o descobrimento do Brasil, começou um intensivo contato cultural e comercial com a China, pois naquela altura o Brasil e Macau, território chinês ocupado pelos portugueses, eram, igualmente, partes integrantes do império marítimo português. Através de Macau, chegaram a esta terra nova muitas coisas chinesas e ficaram até hoje, em todo o Brasil, de São Paulo até a Paraíba, muitas relíquias antigas. Por exemplo, a “Porta da China”, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Sabará, Minas Gerais; a imagem de um monge chinês no Mosteiro de São Bento, em São Paulo; a Santa Cecília de aparência chinesa, no Museu Arquidiocesano de Maria-

* Pesquisador associado do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes

na, Minas Gerais; a pintura chinesa no forro da sacristia da Igreja de Nossa Senhora de Belém, em Cachoeira, Bahia; o leão de pedra de características chinesas, no Morro do Adro do Convento de Santo Antônio, em João Pessoa, Paraíba etc. Entre essas relíquias, a mais interessante é uma porcelana chinesa, presente do imperador Jia Quing para D. João VI, em 1818. É um prato com borda em decoração portuguesa, representando a cultura ocidental e do Brasil, e com 10 caracteres chineses no meio, simbolizando a cultura chinesa. Esses 10 caracteres, oração de uma poesia antiga chinesa, revelam a evolução da caligrafia e da literatura antiga chinesas.

Com tantas relíquias culturais chinesas dos séculos XVI a XVIII, ou seja, com tantos artesanatos e mercadorias entradas no Brasil no período colonial, o famoso sociólogo brasileiro Gilberto Freyre considerou que, na época da Colônia, o povo brasileiro já tinha hábitos de origem oriental. E, somente depois que os europeus destruíram os laços culturais e comerciais entre o Brasil e o Oriente, os brasileiros adotaram as imposições das preferências franco-inglesas.

Devemos reconhecer que, também por motivos históricos, especialmente com a Guerra Fria, durante muitos anos as duas partes não se conheceram muito bem. A partir de 1974, quando o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a China, essa situação começou mudar.

O povo chinês valoriza a importância de estudar. Para Confúcio, é uma grande alegria estudar e rever. Desde a fundação da nova China, o governo chinês apóia os estudos sobre a situação e experiência dos outros povos. Em 1961, na Academia Chinesa de Ciências, foi criado o Instituto de Estudos Latino-Americanos, primeira instituição acadêmica que realiza

especialmente estudos sobre a América Latina. No início da década 60, começaram, na Universidade de Beijing, na Universidade do Povo, na Universidade Pedagógica de Beijing e na Universidade de Fudan, os cursos de História da América Latina. Em 1964, foram criadas, na Universidade de Nankai e na Universidade Fudan, respectivamente, a Seção de Estudos Históricos Latino-Americanos e, no Instituto Pedagógico de Wuhan, a Seção de Estudos Históricos Brasileiros, a primeira entidade acadêmica que realiza especialmente estudos sobre o Brasil. Mas, naquela época, a China era realmente fechada e isso dificultou muito a realização desses estudos. Quando aconteceu a Grande Revolução Cultural, tais estudos foram suspensos.

Graças à aplicação, desde 1978, das políticas de reforma e abertura pelo governo chinês, os pesquisadores e professores chineses entraram na Primavera de Ciências. Então, apareceram na China, mais instituições acadêmicas que vêm nos últimos 20 anos aprofundando os estudos brasileiros e latino-americanos.

Quatro Sociedades Nacionais de Estudos sobre a América Latina

1. O Instituto Chinês de Estudos sobre a História Latino-Americana

Em 1979, os pesquisadores e professores que têm interesse nos estudos latino-americanos estabeleceram, em Wuhan, capital da província de Hubei, a Sociedade Chinesa de Estudos sobre a História Latino-Americana. Essa instituição é uma das primeiras comunidades acadêmicas de carácter de massa que

estudam a história e a situação da América Latina, para além dos órgãos estatais e estabelecimentos de ensino superior relacionados na China.

O Instituto Chinês de Estudos sobre a História Latino-Americana foi criado em Wuhan, em dezembro de 1979, sob a iniciativa do pessoal dedicado aos estudos e ensino da história latino-americana da Universidade de Beijing, da Universidade de Fudan, Shanghai, do Instituto Pedagógico de Wuhan, do Instituto de Estudos da História Mundial e do Instituto de Estudos Latino-Americanos (esses dois últimos) pertencentes à Academia Chinesa de Ciências Sociais.

Os princípios dessa instituição são os seguintes: unir e organizar o pessoal docente e pesquisadores científicos da história latino-americana de todo o país para realizar os estudos da história da América-Latina; impulsionar o debate acadêmico; estimular o intercâmbio de informações; e fortalecer os conhecimentos e a amizade entre o povo chinês e os povos latino-americanos.

O principal órgão de direção da instituição é o Conselho de Assuntos Ordinários. Li Chunhui, professor titular da Universidade do Povo da China, Luo Rongqu, professor titular da Universidade de Beijing, e Hong Guoqi, professor titular da Universidade de Nankai, foram eleitos em 1979, 1986, 1991, 1996, respectivamente, para assumir o cargo de presidente do Conselho. Famosos catedráticos e peritos da Universidade de Fudan, da Universidade de Hubei, do Instituto dos Negócios Estrangeiros, da Universidade de Hebei, do Instituto de Estudos sobre a América-Latina e do Instituto de Estudos sobre História Mundial assumiram os cargos de vice-presidente.

O órgão encarregado dos assuntos gerais da instituição é o Secretariado, localizado, por mais de 20 anos, na Universidade de Hubei e que agora se encontra Universidade de Nankai, cidade de Tianjin. Huang Banghe, Fang Huilan e Zhou Shixiu foram seus secretários gerais sucessivamente.

Atualmente, o Instituto Chinês de Estudos sobre a História Latino-Americana conta com mais de 300 sócios. O presidente do Conselho atual é Hong Guoqi, professor titular da Universidade de Nankai. Os oito vice-presidentes são: Lin Beidian, professor titular da Universidade de Beijing; Xu Shichen e Zeng Zhaoyao, pesquisadores do Instituto de Estudos Latino-Americanos; Liu Wenlong, professor titular da Universidade de Fudan; Wu Enyuan e Feng Xiuwen, pesquisadores do Instituto de Estudos Históricos Mundiais; Zhou Shixiu, professor titular da Universidade de Hubei; e Wang Xiaode, professor titular da Universidade de Nankai. O secretário geral atual também é Wang Xiaode.

2. O Instituto de Estudos das Literaturas Espanhola, Portuguesa e Latino-Americana

No mesmo ano de 1979, foi fundada, na cidade de Nanjing, uma outra instituição chinesa relativa ao estudo sobre a América Latina: o Instituto de Estudos das Literaturas Espanhola, Portuguesa e Latino-Americana. Essa instituição dedica-se ao estudo sobre escritores e seus livros, tendo organizado, até hoje, 11 seminários nacionais e internacionais. Na reunião de fundação, Wang Yangle, editor da Edição de Literatura do Povo, e Sheng Shiyuan, professor da Universidade de Beijing, foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente.

Atualmente, o presidente é Zhao Zhenjiang, professor da Universidade de Beijing, e os vice-presidentes são Yi Chengdong, vice-diretor da Autoridade de Tradução do Partido Comunista Chinês, e Zhao Deming, professor da Universidade de Beijing.

3. O Instituto Chinês de Ensino e Pesquisa das Línguas Espanhola e Portuguesa

Em novembro de 1982, mais de 40 representantes do Círculo de Ensino de Espanhol e de Português da China estiveram reunidos em Shanghai, a maior cidade do país, e criaram o Instituto Chinês de Ensino e Pesquisa das Línguas Espanhola e Portuguesa. Trata-se de um novo agrupamento acadêmico de massas que agora foi criado em seguida aos Institutos de Estudo da História e de Estudos da Literatura dos Países Ibero-Americanos, fundados em 1979.

Os contatos e intercâmbios de amizade entre a China, Portugal e o Brasil datam de séculos. Mas, durante longo tempo, poucas pessoas na China conheciam o português ou trabalhavam com ele. Como tal, o conhecimento do povo chinês sobre os países de expressão portuguesa era muito reduzido antes da libertação em 1949.

Desde a fundação da nova China e com o desenvolvimento das atividades de intercâmbio com os países de expressão portuguesa, a tarefa de formar e empregar professores, tradutores e estudiosos de português tem recebido do governo popular atenções particulares.

A partir da década de 60, foram criados alguns cursos de português nas instituições de educação superior, tais como o

Instituto da Rádio de Beijing e os Institutos de Línguas Estrangeiras de Shanghai e Beijing. Através de esforços intensivos, durante décadas, a China formou já um número considerável de estudiosos da língua portuguesa. A criação do instituto, que está subordinado ao Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa de Línguas Estrangeiras da China e que conta com mais de 200 sócios, a maioria dos quais professores de espanhol e português de universidades e institutos de línguas estrangeiras, é de grande importância, pois contribuirá significativamente para a melhoria do ensino e da pesquisa das línguas ibéricas na China.

Na reunião de fundação desse instituto, os representantes elegeram seu primeiro Conselho. Foram eleitos o presidente Pu Yunnan, professor titular do Instituto de Línguas Estrangeiras de Shanghai, e os vice-presidentes Zhang Xiongwu, professor titular do Instituto do Comércio Exterior de Beijing; Qin Chulan, professora adjunta do Instituto de Línguas Estrangeiras de Beijing; Sun Jiameng, professor adjunto da Universidade de Nanjing; e Xu Zenghui, professor da Universidade de Beijing. O secretário geral, Xu Ruihua, é professor adjunto do Instituto de Línguas Estrangeiras de Shanghai. Wang Fushan, professor de português do Instituto de Línguas Estrangeiras de Beijing, foi eleito um dos 22 conselheiros da instituição. A tarefa principal do instituto, determinada na reunião, consiste em unir, estimular e apoiar o pessoal de ensino e tradução de espanhol e português, auxiliando-o a aperfeiçoar os seus conhecimentos da língua com que trabalha, bem como o seu nível profissional. O instituto pretende, igualmente, promover o fortalecimento do ensino de espanhol e de português na China, segundo afirmou Pu Yunnan. Na sua análise sobre a situação da formação e colocação do pessoal de espa-

nhol e português, ele apresentou uma série de opiniões valiosas, nomeadamente quanto à qualidade do ensino e à elevação do nível dos conhecimentos dos professores em relação às línguas que ensinam.

Durante a reunião, foram aprovados os estatutos do Instituto, em que se estipula que ele tem por objetivo organizar o intercâmbio de estudos e material acadêmico, explorar a lei que rege o ensino do espanhol e do português, sintetizar as experiências realizadas nesse campo e estudar novos problemas e tendências da evolução das línguas estrangeiras. Com isso, ele pretende elevar a qualidade do ensino e o nível da pesquisa. No decorrer da reunião, realizou-se ainda o primeiro simpósio acadêmico da instituição, durante o qual seis professores apresentaram as suas teses.

4. Instituto Chinês de Estudos Latino-Americanos

Em maio de 1984, foi fundada em Beijing o Instituto Chinês de Estudos Latino-Americanos, a maior instituição da China a se dedicar a esse tema. O presidente da direção do primeiro Conselho foi Zhang Dequn, ex-embaixador chinês no Brasil. Li Chunhui, professor titular da Universidade do Povo, Yang Baibing, diretor do Departamento de Assuntos Latino-Americanos do Partido Comunista Chinês, e Su Zhenxing, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos, foram seus vice-presidentes, enquanto Xu Shicheng, subdiretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos, foi seu secretário geral.

Nos anos seguintes, Jiang Guanghua, vice-ministro de Relações Exteriores do Partido Comunista Chinês, e Su Zhenxing foram eleitos, respectivamente, para assumir o cargo de

presidente. O presidente atual da instituição é Su Zhenxing. Os oito vice-presidentes são: Shen Chunsheng, pró-reitor da Universidade de Línguas Estrangeiras de Beijing; Li Xiaolin, vice-presidente da Associação de Amizade do Povo Chinês com o Exterior, Li Jinzhang, embaixador chinês no México; Li Mingde, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos; Lin Beidian, professor titular da Universidade de Beijing; Hong Guoqi, professor titular da Universidade de Nankai; Guo Yuanzeng, subdiretor do Departamento de Assuntos Latino-Americanos do Partido Comunista Chinês, e Xu Shicheng. O secretário geral é Jiang Shixue, subdiretor e pesquisador do Instituto de Estudos Latino-Americanos. A sede é no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais, em Beijing.

As Atividades Acadêmicas

Instituto Chinês de Estudos sobre a História Latino-Americana

Mais de 20 anos após a fundação do Instituto Chinês de Estudo sobre a História Latino-Americana, foram convocadas seis assembléias em nível nacional, em que se discutiram certas questões importantes da construção da instituição e do desenvolvimento do estudo e da pesquisa sobre a história latino-americana na China.

Desde a fundação, o Instituto Chinês de Estudos sobre a História Latino-Americana organizou 12 seminários nacionais e internacionais. Os temas foram: “A Origem da Cultura dos Índios da América Latina e a sua Contribuição para a Civilização do Mundo”; “A Importância do Descobrimento da Nova

Rota Marítima por Colombo e a sua Influência na História Mundial”; “500 anos do Encontro de Dois Mundos”; “A Qualidade e as Características da Independência e da Sociedade da América Latina”; “Simão Bolívar e seu Pensamento”; “Os Movimentos Nacionais e Democráticos Contemporâneos”; “O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina”; “Che Guevara e o Guevarismo”; “A Modernização e as Relações Externas da América Latina”; “A América Latina face à Globalização”.

Organizado pelo Conselho e pela Secretaria, o instituto movimentou os seus membros em toda a China para completar e publicar a Coleção Livros Relativos à América Latina nas bibliotecas chinesas. Até hoje, foram publicados quatro volumes, muito utilizados pelos chineses que têm interesse nos estudos históricos latino-americanos. Os membros participaram também no trabalho de compilação do volume *História do Mundo da Enciclopédia Chinesa*.

Com a ampliação da pesquisa histórica sobre a América Latina, os membros do instituto têm feito grandes esforços para a sua divulgação no seio das massas na China. Foram publicados vários folhetos e um grande número de pequenos artigos, alguns dos quais se referem à antiga cultura indígena e outros apresentam personagens históricos latino-americanos. Tudo isso aprofundou o conhecimento do povo chinês sobre a América Latina e seu povo.

*Instituto de Estudo das Literaturas Espanhola,
Portuguesa e Latino-Americana*

Durante mais de 20 anos após a sua fundação, o Instituto de Estudos das Literaturas Espanhola, Portuguesa e Latino-

Americana mobilizou os seus membros para traduzir livros de mais de 100 escritores latino-americanos, tais como Gabriel García Márquez, José Hernández, Juan Rulfo, Mario Vargas Llosa, entre outros. Nos seminários, os professores, intérpretes e pesquisadores discutiram a evolução da literatura na América Latina, assim como o “realismo mágico” e o *boom* literário. A instituição recebeu cerca de 20 escritores da Espanha, Portugal e dos países latino-americanos.

Instituto Chinês de Ensino e Pesquisa das Línguas Espanhola e Portuguesa

Depois da fundação do Instituto Chinês de Ensino e Pesquisa das Línguas Espanhola e Portuguesa, a instituição tem organizado um simpósio a cada dois anos. O Conselho dá especial atenção à promoção do intercâmbio acadêmico interno e externo e envida esforços para editar um boletim acadêmico. Sob a orientação do instituto, o ensino das línguas espanhola e portuguesa tem prosperado muito e atualmente há turmas de português e espanhol em várias entidades de educação superior da China, tais como as Universidades de Estudos Estrangeiros de Beijing e de Shanghai, a Universidade de Comércio Exterior de Beijing e os Institutos de Línguas Estrangeiras de Xi-an e de Sichuan.

Instituto Chinês de Estudos Latino-Americanos

O trabalho dessa instituição tem sido bem organizado. Ela promoveu, sucessivamente, simpósios sobre os movimentos

nacionais e democráticos dessa grande região do mundo e sobre as suas relações exteriores e sua abertura ao estrangeiro.

A cada ano é organizado um seminário nacional. Os temas foram, por exemplo, “Reforma Econômica da América Latina”; “Ordem Mundial e a América Latina”; “Relação entre EUA e América Latina”; “Integração Regional na América Latina”; “Condições de Investimento na América Latina”; “Situação de Cuba”; “Lições da Crise Financeira do México”; “Comparação entre a privatização na China e na América Latina”; “Corrupção e contra-corrupção na América Latina”; “Distribuição de Renda na América Latina”; “Comparação do Modelo de Desenvolvimento entre a América Latina e o Extremo-Oriente” etc.

Em cada seminário, organizado pelas quatro instituições mencionados, sempre há pesquisadores realizando palestras sobre a situação do Brasil, como a “Diferença da Independência do Brasil e a da Colônia Espanhola”; “Getúlio Vargas e a Modernização do Brasil”; “O Desempenho dos Militares na Modernização de Brasil”, e sobre Jorge Amado etc.

Seis Importantes Centros de Estudos Relativos à América Latina

1. Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais

Na China, os estudos e as atividades acadêmicas sobre a América Latina têm sido realizados principalmente no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais, fundado em 1961. Os seus trabalhos foram suspensos no fim da década de 60 e primeiros anos da década de 70,

pela caótica Grande Revolução Cultural, e somente foram retomados a partir de maio de 1976. Durante 40 anos, o trabalho de estudos e pesquisa sobre a América Latina conquistou grande desenvolvimento. O instituto fica em Beijing e seu diretor e sub-diretor atuais são Li Deming e Jiang Shixue, respectivamente.

Atualmente, o instituto conta com quase uma centena de funcionários, dos quais mais ou menos 70 são pesquisadores. O instituto se divide em três seções: Seção de Política e História, Seção de Economia e Seção de Estudos sobre Países Latino-Americanos. Também foi criada, no instituto, uma faculdade de estudos sobre a América Latina, para a formação de alunos de pós-graduação.

Além de escrever e traduzir livros, os pesquisadores publicaram centenas de artigos de valor acadêmico relacionados aos diversos problemas da América Latina. Eles também participaram das atividades organizadas pelo Instituto de Estudos sobre a História Latino-Americana e pelo Instituto de Estudos sobre as Literaturas Espanhola, Portuguesa e Latino-Americana. Alguns pesquisadores são também membros do Instituto de Relações Econômicas Internacionais, do Instituto de Coordenação Econômica Internacional, do Instituto de Estudos sobre as Nações do Mundo, do Instituto Nacional de Estudos de Agroecologia Estrangeira da China, do Instituto de Cooperação da Economia do Terceiro Mundo e de outras organizações acadêmicas.

2. Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Nankai

Atualmente, nas universidades chinesas, a instituição mais conhecida no estudo da América Latina é o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Nankai, sede do Insti-

tuto de Estudos sobre a História Latino-Americana. O diretor é o professor Hong Guoqi e o seu vice é o professor Wang Xiaode. O centro conta com cerca de dez pesquisadores e professores. Os outros quatro centros são:

3. *Centro de Estudos sobre a História da América Latina, da Universidade de Hubei*

Criado em 1964, originalmente esse centro chamou-se Seção de Pesquisa sobre História Brasileira. Nos tempos iniciais, selecionar, ler, traduzir livros e dados sobre a história e a situação atual do Brasil e organizar professores para o estudo do português e espanhol constituíram seu trabalho principal. Os membros traduziram muitos dados históricos sobre o Brasil e outros países latino-americanos, num total de 3,5 milhões de caracteres chineses, e ao mesmo tempo compilaram o boletim *Dados Históricos do Brasil*, em 16 números, que foi publicado especialmente para as escolas de ensino superior e entidades de pesquisa do país. Além disso, ainda foram publicados muitos artigos em várias revistas acadêmicas.

Para a China, esse trabalho de investigação tem um caráter de exploração. Em setembro de 1984, ampliou-se a Seção de Pesquisa sobre a História do Brasil, que mudou de nome para Seção de Pesquisa sobre a História Latino-Americana. Muitos eruditos estrangeiros visitaram a instituição, tais como Carmelo Mesa-Lago, ex-presidente da Associação de Estudos Latino-Americanos dos Estados Unidos e diretor do Centro de Pesquisa sobre a América Latina da Universidade de Pittsburgh; Willian P. Glade, professor titular da Universidade do Texas; e

Guillermo Moron, acadêmico da Academia Nacional de Pesquisa de História da Venezuela.

4. *Centro de Estudos sobre a História da América Latina, da Universidade de Fudan, Shanghai*

5. *Seção de Estudos Latino-Americanos do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China*

6. *Seção de Estudos sobre a História da América Latina do Instituto de Estudos Históricos Mundiais da Academia Chinesa de Ciências Sociais.*

Revistas

Atualmente na China publica-se, principalmente, duas revistas relacionadas com a América Latina.

1. *Revista "Estudos Latinos-Americanos"*

O Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais publica bimensalmente, em chinês, a revista *Estudos Latino-Americanos*. Seu primeiro número foi editado em 1979. Trata-se da revista mais importante na China sobre assuntos da América Latina.

2. *"Boletim de Estudos Históricos Latino-Americanos"*

O Instituto Chinês de Estudos sobre a História Latino-Americana publica sua revista *Boletim dos Estudos Históricos Latino-Americanos*. É uma revista semestral cujo primeiro nú-

mero saiu em junho de 1980 e, até 2001, foram publicados 36 números. Publicam-se nessa revista teses sobre a história latino-americana, seleções de traduções de dados históricos, informações sobre as pesquisas, tanto na China como no estrangeiro, resenhas de livros e revistas etc. O diretor da redação é Lin Beidian e o subdiretor executivo é Zhou Shixiu. A sede da redação fica na Universidade de Hubei.

Grandes Êxitos dos Estudos Latino-Americanos na China

À medida que ocorria o desenvolvimento das ciências sociais na China, nos últimos anos, o estudo e o ensino da América Latina na China tem conseguido sucessivamente grandes êxitos. Atualmente, nas várias e importantes universidades chinesas, tais como a Universidade de Beijing, a Universidade de Nankai, a Universidade de Fudan, a Universidade de Estudos Estrangeiros e a Universidade de Hubei, ministram-se, em nível de graduação, cursos sobre a América Latina. Foram formados centenas de mestres de estudos latino-americanos nas instituições educacionais e na Academia Chinesa de Ciências Sociais. O intercâmbio acadêmico com pessoas e entidades estrangeiras também tem se multiplicado. Os pesquisadores e professores deslocaram-se ao Brasil, Argentina, Colômbia, México e outros países para realizar pesquisas ou para participar de conferências internacionais. Alguns pesquisadores assistiram à Conferência Sul-Sul, realizada em países da América Latina e de outros continentes. Muitos eruditos latino-americanos visitaram a China., tais como Luis Echeveria, Celso Furtado, Teotônio dos Santos, Francisco Orrego Vicunha, entre outros.

As publicações mostram melhor os esforços e êxitos dos estudiosos chineses nos seus estudos latino-americanos. Foram

publicados centenas de livros e milhares de artigos sobre assuntos latino-americanos. Os mais importantes são, por exemplo: *História Geral da América Latina*, de Li Chunhui; *O Conflito e a Cooperação entre Países Latino-Americanos e os EUA*, por Hong Guoqi e Wang Xiaode; *A Economia da América Latina*, de Zhang Sengen; *História de Relação Sino-Latino-Americana*, organizado por Sha Ding; *Estudos sobre a Estratégia de Desenvolvimento dos Países Latino-Americanos*, organizado por Su Zhenxin; *O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*, organizado por Lu Guojun e Jin Jichu; *Reforma Econômica dos Países Latino-Americanos*, de Jiang Shixue; *História da Literatura da América Latina*, de Zhao Deming; *A Educação na América Latina*, de Chen Zuopin, e *Estudos de História e Modernização do Brasil*, organizado por Zhou Shixiu. Ao mesmo tempo, os pesquisadores chineses traduziram muitos livros dos colegas latino-americanos, como, por exemplo: *Desenvolvimento da Economia Latino-Americana*, de Celso Furtado; *O Caminho do Povo Livre*, de Humberto Ortega Saavetra; *Documentos de Simon Bolívar*; *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, de José Carlos Mariategui; *Imperialismo e Representativa Dependência*, de Teotônio dos Santos. As obras de quase todos os escritores latino-americanos mais famosos foram traduzidas e publicadas na China.

O ex-líder chinês Deng Xiaoping disse:

A política chinesa aponta na boa relação com os países latino-americanos. Os pesquisadores e professores chineses dedicados ao estudo e ensino sobre a América Latina e sobre o Brasil consideram que os seus trabalhos estão ainda a dar os primeiros passos e que, para aprofundar o conhecimento mútuo e fortalecer ainda mais a amizade, devem desenvolver mais os estudos latino-americanos na China.

A Estratégia Internacional Chinesa no Século XXI*

.....

SHEN JIRU**

1. Introdução: a Economia Chinesa

Quando foi estabelecida em 1949, a China era um dos países mais pobres do mundo e seu PIB *per capita* era de menos de 100 dólares. Com uma população de 500 milhões de habitantes, a China produzia apenas 150 mil toneladas de ferro e aço. A maioria dos indicadores econômicos da China era inferior à da Índia, que é uma nação irmã da China. No fim dos anos 70, os principais indicadores econômicos da China eram superiores aos da Índia por uma pequena margem. Por exemplo, o PIB *per capita* da China era de apenas 250 dólares americanos, pouco maior que o da Índia. A teoria de reforma e abertura para o exterior, de Deng Xiaoping, libertou o pensamento do povo chinês e conduziu a China a desenvolvimentos econômicos e sociais durante os 20 anos seguintes. De 1978 a

* Tradução de Nadja Nicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês.

** Pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Beijing, China.

1997, o PIB chinês aumentou de 362,4 bilhões de RMB (Ren Min Bin – moeda nacional chinesa) para 7.477,2 bilhões de RMB. Por volta de 1995, o PIB da China havia triplicado em relação ao de 1980, cinco anos antes das previsões. Em 1997, o PIB chinês era de 902 bilhões de dólares e ocupava o sétimo lugar no *ranking* mundial, logo atrás dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália.

Nesse mesmo ano de 1997, o PIB *per capita* chinês foi de 730 dólares e chegou aos 850 dólares em 2000, superando em 100% o da Índia. De acordo com a classificação estatística do *World Development Report*, publicada anualmente pelo Banco Mundial, a China tinha evoluído de um “país de renda baixa” para um “país de renda média-baixa”, o que é sensacional em termos não só de afastamento dos chineses da condição de pobreza, mas também do estágio de desenvolvimento de países de Terceiro Mundo como um todo – uma questão global.

Em 1978, entre os produtos industriais e agrícolas da China, apenas o carvão e os tecidos estavam nas primeiras posições mundiais, mas já em 1997 outros produtos, como trigo, algodão, grãos, carne de porco, carne de carneiro, bife, ferro e aço, cimento, TVs e assim por diante, avançaram para o primeiro lugar no mundo em relação às suas antigas posições (do 2º ao 16º lugar). Eletricidade e fertilizantes químicos ascenderam, respectivamente, do 7º e do 4º para o 2º lugar. Já o óleo cru foi do 8º para o 5º lugar. A China lançou satélites com foguetes próprios mais de 50 vezes, tendo maioria desses lançamentos sido feita após a reforma, de modo que a China já é um poder no setor espacial. Suas importações e exportações totais aumentaram em 14,7 vezes, de 20,64 bilhões de dólares em 1978 para 325,06 bilhões de dólares em 1997, com uma taxa de

crescimento média de 15,6%, fazendo com que sua posição no *ranking* do comércio internacional passasse do 32º para o 10º lugar no mesmo período. Suas reservas no exterior somavam apenas 167 milhões de dólares em 1978, mas aumentaram para 139,9 bilhões de dólares até o final de 1997 – 2º lugar no *ranking* mundial. Por sua vez, enquanto em 1978 o capital estrangeiro utilizado pela China foi quase zero, em 1997 o total acumulado de investimento estrangeiro alcançou o patamar de 348,35 bilhões de dólares, levando o país à segunda posição no *ranking* mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, desde 1993. Os empreendimentos estrangeiros eram responsáveis por apenas 0,1% da exportação total da China em 1991, mas esse valor aumentou para 41% até 1997. Já o padrão de vida da população chinesa aumentou consideravelmente nos últimos 20 anos. A era da economia de recessão, quando o acesso a bens de consumo dependia de tíquetes e certificados, ficou para a História. As reservas dos habitantes chineses chegaram a mais de 5 trilhões de dólares em 1997, um aumento de 218 vezes em relação ao valor de 1978. Os investimentos financeiros da população, incluindo reservas de câmbio, dinheiro, precatórios e ações, eram de mais de 6 trilhões de iuanes em 1997. A população pobre atualmente é de 50 milhões, um avanço em relação aos 250 milhões que havia no começo dos anos 80. E, no futuro próximo, também esses 50 milhões de pobres dirão adeus à sua condição. Todos esses indicadores demonstram que a economia chinesa tem se integrado ao sistema econômico mundial em alta velocidade, de modo que o processo de reforma e abertura para o exterior não pode ser revertido. Não obstante, o povo chinês acredita ser totalmente certo preferir o socialismo ao capitalismo. O socialismo está enraizado no coração do povo chinês.

2. A Diplomacia Chinesa

A diplomacia chinesa experimentou quatro períodos: o primeiro foi a aliança com a União Soviética e o confronto com os Estados Unidos nos anos 50; o segundo, o confronto tanto com a União Soviética como com os Estados Unidos nos anos 60; o terceiro, a cooperação com os norte-americanos, para resistir à expansão soviética nos anos 70. Nesses três períodos iniciais, a estratégia chinesa no exterior foi formada sob condições históricas específicas em que havia nações antagonicas. Após a reforma e a abertura para exterior serem implementadas, com mudanças no âmbito internacional e com o amadurecimento da diplomacia da China, a estratégia diplomática chinesa se ajustou, apoiando a promoção da paz e do desenvolvimento global e estimulando o estabelecimento da estrutura mundial multipolar – esse é o *quarto* período, já após os anos 80. Durante esse período, a China aceita a cooperação mútua e igualitária com todas as nações e espera não ter que se opor a qualquer outra nação.

De acordo com a perspectiva do autor, as lições dadas pela teoria de Deng Xiaoping à estratégia diplomática chinesa foram as seguintes:

- A estratégia de guiar a revolução mundial transforma-se na promoção da paz e do desenvolvimento mundial. O fato de a China seguir com a estratégia da revolução mundial se deve a seus antecedentes históricos particulares e relaciona-se com sua juventude política e diplomática. A exortação “Trabalhadores de todos os países, uni-vos!”, dita por Marx, era apresentada na China como a idéia de que os países socialistas deveriam apoiar a revolução em qualquer nação, com seus materiais, recursos humanos e dinheiro, mas isso viola princípios postos pela própria China: segundo os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, o

sistema social e a forma de desenvolvimento em cada país devem ser escolhidos por seu próprio povo. Se cada país exporta seu sistema social, ele cria antagonismos, e a Guerra Fria e a guerra de fato tendem a ser engatilhadas. “Trabalhadores de todos os países, uni-vos!” pode apenas ser entendido como uma busca de compreensão e apoio da classe trabalhadora e seu partido, em todos os países, para as questões de política, ideologia, moral e justiça. Quanto às relações entre os Estados, devemos seguir rigidamente a carta da ONU e os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Guiada pela teoria de Deng Xiaoping, a estratégia internacional chinesa de promover a paz e o desenvolvimento mundial se ajusta às tendências históricas. A História provou que todo progresso social e todo desenvolvimento de uma civilização têm que se basear em seu desenvolvimento econômico, que necessita ser protegido pela paz. Paz e desenvolvimento mundiais têm que transformar inimigos em amigos e exigem cooperação extensiva. Portanto, cada país deve aceitar um mundo plural e pôr de lado as diferenças de sistemas sociais e ideologias. Países com diferentes sistemas sociais deveriam estimular um maior entendimento mútuo, buscar interesses comuns e desenvolver uma cooperação sincera através do diálogo e da negociação. Conflito não traz nem paz, nem desenvolvimento.

- Deng Xiaoping advogou que se absorvesse e se buscasse lições nos frutos colhidos por todas as civilizações criadas pelos seres humanos, o que é uma outra transformação crucial na estratégia internacional chinesa. De acordo com essa proposta, a China acelerou consideravelmente suas reformas e sua abertura para o exterior. A cooperação entre a China e os países ocidentais se estende desde os campos microeconômicos da cooperação entre empresas à cooperação macroeconômica entre

países, como, por exemplo, a cooperação entre os membros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) e entre a Ásia e a Europa. De acordo com a teoria de Deng Xiaoping, a China busca estabelecer um sistema econômico socialista de mercado e acelerar bastante o processo de sua integração nas principais tendências econômicas globais.

- As contribuições de Deng Xiaoping para o desenvolvimento e a criação da estratégia internacional chinesa são também representadas em sua conformação com os tópicos da paz e do desenvolvimento e propôs-se estabelecer a nova ordem internacional político-econômica e a participação ativa na formação da estrutura mundial multipolar. Ele insistiu repetidamente que todas as nações seguissem os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, respeitando, em particular, a mútua soberania e a não-interferência em assuntos domésticos, com o objetivo de estabelecer a nova ordem internacional político-econômica. Também afirmou que todos os países deveriam respeitar os interesses dos outros quando eles avaliassem seus próprios interesses e que países de diferentes sistemas deveriam buscar pontos comuns, ao mesmo tempo que afastavam suas diferenças, coexistindo pacificamente e cooperando mutuamente. Por exemplo, quando encontrou o presidente Nixon, em 31 de outubro de 1989, Deng Xiaoping disse:

Eu aprecio muito seu ponto de vista de que, ao se estabelecerem relações entre dois países, cada lado deve seguir a partir dos interesses estratégicos de seu respectivo país. Acredito também que cada país deve se orientar com base em seus próprios interesses estratégicos a longo prazo e, ao mesmo tempo, respeitar os interesses do outro. Cada país, seja grande ou pequeno, forte ou fraco, deve respeitar os outros como iguais, não se importando com velhas rixas ou diferenças de sistema

social e de ideologia. Dessa forma, todos os problemas podem ser devidamente resolvidos, mas é preciso coragem para seguir essa aproximação.”¹

Certamente, é algo totalmente diferente do modelo de ação de enfraquecer os oponentes em todo o mundo usado na Guerra Fria. A China ainda se opõe ao hegemonismo e crê que a via do modelo “golpista” há de ser descartada. A China agora reconhece a diversidade do mundo, admite e respeita o *status* e os interesses racionais dos Estados Unidos e busca fazer sua parte na luta contra o hegemonismo, por meio de diálogos, negociações e cooperação, enquanto incentiva a formação da estrutura mundial multipolar em conjunto com outros países (incluindo os Estados Unidos). Na opinião chinesa, os Estados Unidos são uma parte importante do mundo multipolar e deveriam aceitar as responsabilidades correspondentes a esse papel na paz e no desenvolvimento mundiais. Portanto, devem também aceitar a carta da ONU e os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e superar seus hábitos hegemônicos de desconsiderar os interesses alheios. Tal atitude da China é bem compreendida pela Europa, em particular pela França, que, não obstante se oponha aos erros dos Estados Unidos, não entra em choque ostensivamente com eles.

Além disso, Deng Xiaoping propôs uma série de táticas e políticas para implementar a estratégia diplomática chinesa nessa nova era. Essas estratégias e políticas incluem “manter as garras recolhidas”, significando não fazer uma demonstração excessiva de suas capacidades ou não antagonizar outros em qualquer lugar, mas concentrar-se nos assuntos da própria China. “Nunca ser um líder” significa não entrar em disputas por hegemonia ou aliar-se com outros e se envolver em confron-

tos coletivos. “Faça alguma coisa” significa realizar contribuições para estabelecer a nova ordem internacional político-econômica, salvaguardar a paz e o desenvolvimento mundiais e promover a formação da estrutura mundial multipolar enquanto protege a própria soberania chinesa. Ao se colocar diante de várias questões internacionais, a China formaria sua posição e políticas independentemente de interesses primários do povo chinês e dos povos do mundo e não sucumbiria a qualquer pressão estrangeira. A China não faria alianças com qualquer grande potência ou grupo de países, não formaria blocos militares, nem participaria de competição militar ou levaria adiante qualquer expansão militar.

Guiada pela teoria de Deng Xiaoping, a diplomacia chinesa fez grandes avanços em vários aspectos:

- Através de esforços conjuntos com a comunidade internacional, impediu-se a invasão do Vietnã ao Camboja e contribuiu-se para a paz e independência desse país.

- A China tem levado adiante os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, suspendido o apoio às guerrilhas no Sudeste Asiático e dado prosseguimento, de maneira sincera e amigável, à cooperação igualitária e mutuamente benéfica com os países dessa região em vários campos. Também estabeleceu relações diplomáticas com a Coreia do Sul e grande parte da cooperação entre os dois países tem sido notável. As relações entre a China e seus vizinhos avançaram em um grau significativo.

- A China tem impulsionado a promoção da formação da estrutura mundial multipolar e um avanço nas relações entre todas as grandes potências e grupos influentes de Estados. Além disso, resolveu disputas históricas de fronteira com a Rússia, e os dois países estabeleceram uma parceria estratégica

e cooperativa em termos iguais e confiáveis para o século XXI. Apesar de alguns altos e baixos, as relações entre a China e os Estados Unidos, baseadas na busca de benefícios comuns e de acordo com os três comunicados sobre relações sino-americanas, são saudáveis em geral. Ao mesmo tempo, a China tem estabelecido ou busca estabelecer uma variedade de extensas parcerias cooperativas com os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a Alemanha e o Canadá. Ela também estabelece uma política de boa vizinhança e parceria, com base na confiança mútua, com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). China e Japão decidiram estabelecer uma parceria cooperativa amigável pela paz e pelo desenvolvimento. Além disso, as relações chinesas com a Austrália e a Nova Zelândia estão em boas condições.

- Como um país em desenvolvimento, a China protege ativamente os direitos justos e os interesses dos países em desenvolvimento em várias questões internacionais, sugere o progresso da cooperação entre o Norte e o Sul e entre os integrantes do Sul e opõe-se à intervenção das grandes potências nos assuntos internos dos países em desenvolvimento. A nova ordem internacional não existirá de fato sem uma renovação econômica e sem a participação ativa do mundo em desenvolvimento. Como resultado, uma das importantes tarefas da China consiste em desenvolver a cooperação igualitária e mutuamente benéfica com os países em desenvolvimento, visto que a China se orienta por uma diplomacia pragmática. A cooperação entre a China e os países em desenvolvimento terá um impacto profundo na formação da nova ordem internacional político-econômica do século XXI.

- Sendo membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China toma parte em ações para manter a paz mundial, promover o desenvolvimento mundial e a resolução de questões urgentes do mundo atual, garantindo, dessa forma, o respeito internacional a seu papel.

- A China é um país maduro e responsável e uma potência estável e positiva no tocante ao estabelecimento da nova ordem mundial, que não pode ser ignorada. Isso pode ser demonstrado nas seguintes atividades: as ações para cortar as Forças Armadas em 1 milhão e 500 mil homens; a posição pela proibição de testes e de não-proliferação de armas nucleares; as promessas de não desvalorizar a sua moeda, o RMB, e de assistência financeira aos países da Asean durante a crise financeira asiática, e assim por diante.

- Com o método de “um país, dois sistemas”, a China pôs fim ao governo colonial da Grã-Bretanha em Hong Kong através de negociações. A volta de Hong Kong à China serve não apenas de exemplo para a unificação final da China, mas também como um novo modelo para resolver questões históricas entre vários países. O retorno de Hong Kong foi firmado por meio de negociações que deram fim ao passado sino-britânico e inauguraram seu futuro. O esforço pioneiro de “um país, dois sistemas” é largamente elogiado pela opinião pública internacional, inclusive na Inglaterra. Em 1999, a partir do acordo entre os governos chinês e português, Macau voltou à sua pátria-mãe, outro triunfo do “um país, dois sistemas”.

Os principais progressos mencionados nos últimos 20 anos trouxeram à China os aliados, a dignidade e um ambiente de progressiva paz internacional para a realização da renovação nacional chinesa.

3. Expectativas das Relações Internacionais de 2000 a 2030

Os extraordinários frutos da reforma e da abertura para o exterior mostraram que esse grande curso histórico tornou-se irreversível. O poder econômico chinês reforçará incansavelmente a instauração e o contínuo aperfeiçoamento do sistema econômico socialista de mercado. A China se tornará uma potência estabelecida e ativa na arena internacional do século XXI e um pólo no mundo multipolar, ao mesmo tempo que vai se amadurecendo mais em assuntos tanto domésticos como internacionais. A política externa chinesa e sua estratégia internacional se ajustarão como for necessário, acomodando-se positivamente ao progresso mundial, e é claro que ela não se desviará do rumo geral apontado pela teoria de Deng Xiaoping.

É, de certa forma, difícil prever as relações externas de uma nação com a extensão da China nas próximas décadas, pois as relações exteriores chinesas dependem não apenas de seus vários próprios fatores político-econômicos, mas também são influenciadas pela economia e política internacionais e por questões de segurança, que são cada vez mais difíceis de avaliar e prever.

As expectativas do autor sobre as relações internacionais chinesas no período de 2000 a 2030 são as seguintes, nos dois importantes pressupostos que se seguem: que nenhuma grande atribulação econômica e política ocorra, seja com a China ou com o mundo como um todo, e que as relações entre todos os países, especialmente os grandes, avancem passo a passo e sua cooperação seja reforçada continuamente.

Relações Econômicas Internacionais Chinesas no Começo do Século XXI e suas Opções Políticas

1) A China tomará uma parte mais ativa na globalização econômica e irá, portanto, estabelecer um perfeito sistema econômico de mercado durante a primeira década do século XXI, o que é um pressuposto para uma contínua integração da economia chinesa às principais tendências da economia mundial. A China absorverá as vantagens dos fatores de produção de cada país através da divisão internacional do trabalho, para garantir prosperidade comum. Além disso, a China buscará evitar vários riscos à globalização econômica, incluindo os riscos financeiros internacionais, por meio da cooperação extensiva com outros parceiros econômicos. Como resultado, o estabelecimento de ordens e regras econômicas internacionais mais práticas está ligado aos interesses de longo prazo de todos os países do mundo, incluindo a China. As novas ordens e regras econômicas internacionais não devem ser ferramentas para garantir os interesses particulares de certos países ou atacar os competidores, mas para servir ao desenvolvimento sustentável de todos os países e à prosperidade comum.

2) A China se empenhará da melhor maneira para se juntar à Organização Mundial de Comércio (OMC), antes das novas rodadas de negociação da organização. A China mostrará a seus parceiros comerciais que só pode cumprir com suas obrigações enquanto nação em desenvolvimento (seu PIB *per capita* é de apenas 850 dólares e que levaria apenas à bancarrota o grande número de iniciativas chinesas se o mercado chinês fosse aberto de forma muito rápida. Uma China sem poder de compra não trará quaisquer oportunidades comerciais aos países ocidentais. A Comunidade Européia deu a Portugal e Espa-

nha um período de transição de sete anos, antes e depois de 1986, separadamente, totalizando 14 anos, quando a Comunidade os aceitou como membros em 1986, para que os dois países pudessem encurtar o abismo de desenvolvimento econômico em relação aos países desenvolvidos da União Européia, de modo a se tornarem capazes de implementar as obrigações de acordo com o tratado do mercado único europeu. Para a participação da China na OMC, deveria haver um período de transição semelhante.

3) A China deveria criar condições para a conversão de RMBs da reserva de capital entre 2010 e 2020, a fim de torná-lo uma moeda internacional. Portanto, ela tem de participar ativamente da reforma das instituições financeiras internacionais, coordenando e cooperando em conjunto com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a União Européia, a Asean e o Japão. Além disso, a China deve levar adiante a cooperação para a estabilização da taxa de câmbio monetária entre os países (regiões) que fazem parte da costa do oeste do Pacífico, do Japão e da Coréia do Sul até a Austrália e a Nova Zelândia.

4) A China deve ter uma postura mais ativa na cooperação visando à integração econômica regional. Primeiramente, ela deve promover o comércio, a liberalização dos investimentos e a cooperação tecnológico-econômica entre os membros da Apec. Em segundo lugar, a China deve participar da cooperação Ásia-Europa. Sendo um grande país, com uma população de 1,3 bilhão de habitantes, a China deve promover ativamente o estabelecimento dos mecanismos de cooperação no comércio e de liberalização de investimentos na estrutura de cooperação Ásia-Europa de forma semelhante à estabelecida

com a Apec. Em terceiro lugar, a China deve incentivar ativamente o comércio e a cooperação na liberalização dos investimentos com a Rússia, a Comunidade de Estados Independentes (CEI), a Mongólia e a Coreia do Sul. Devido à alta complementaridade das economias desses países, tal cooperação tem tremendo potencial. Em quarto lugar, a cooperação entre a China, a Asean, a Austrália e a Nova Zelândia deve ser ainda mais institucionalizada.

5) A China deve servir de ponte para a cooperação nas relações Sul-Sul e Norte-Sul. Primeiramente, como um membro dos países em desenvolvimento, a China deve se preocupar com o desenvolvimento econômico desses países, pois ela tem condições efetivas de implementar a cooperação econômica com esses países. Como há grandes diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico entre as regiões leste, oeste e centro da China, com cada qual possuindo suas vantagens, portanto, a China pode implementar a cooperação econômica complementar com vários países em desenvolvimento. A aceleração do desenvolvimento dos países periféricos pode aumentar o poder de compra do Sul e, então, levar adiante a cooperação Norte-Sul. Uma importante condição para o desenvolvimento sustentável do Norte é criar um mercado no Sul de cerca de 5 bilhões de pessoas com crescente demanda e poder de compra.

6) Com o rápido crescimento da economia, uma China mais forte participará mais ativamente na cooperação global, nas questões comuns aos seres humanos, como o desenvolvimento sustentável do ambiente, dos recursos, da população, dos alimentos e da economia.

7) A China deve prosseguir com a coordenação macroeconômica com as principais potências e parceiros econômicos. Durante a crise financeira do Sudeste Asiático, a promessa chinesa de garantir uma taxa de crescimento econômico de 8%, e as medidas para aumentar as demandas ajudaram a retirar os países do Sudeste Asiático da crise. Com o crescimento de seu PIB total, as políticas macroeconômicas chinesas contribuirão ainda mais para a estabilidade da economia mundial.

8) A China deve advogar um novo conceito de estratégia de desenvolvimento, segundo a qual a maior parte da política de desenvolvimento econômico de um país deve ser orientada no sentido de atender às demandas domésticas e promover o desenvolvimento sustentável da economia global. Já foi provado que a estratégia orientada para a exportação não tem sido um modelo de desenvolvimento adequado para a maioria dos países do mundo moderno, num momento em que a globalização econômica está se acelerando. Alguns novos países industrializados na Ásia se desenvolveram a uma grande velocidade, através da estratégia orientada para exportação, dos anos 60 aos anos 80. As taxas de dividendos de seu comércio exterior (comércio exterior/PIB) são sempre superiores a 50%, que são inferiores a 20% em algumas grandes potências, como os Estados Unidos, o Japão e a Índia. Tal estratégia facilmente resulta em disputas comerciais entre esses países e suas contrapartes importadoras. Por outro lado, quando o ambiente do comércio internacional se deteriora, a consequência do impacto nesses países são as piores, quer dizer, tal estratégia se opõe tanto à segurança de suas economias, quanto ao desenvolvimento econômico global sustentável. A China deve advogar novos conceitos de desenvolvimento estratégico, objetivando principalmente as demandas domésticas. Com amplas ne-

gociações internacionais, as autoridades internacionais devem estabelecer padrões razoáveis de taxas de dependência em comércio exterior para vários países, como um marco para as práticas de cada país e a supervisão da opinião pública internacional. Tais padrões são morais e não devem servir de armas para atingir os competidores.

A taxa de dependência chinesa do comércio exterior foi de 36,1% em 1997 e espera-se diminuí-la para cerca de 20% entre 2020 e 2030. Mas tal redução não significa que as importações e as exportações totais da China decairão em números absolutos, visto que, com o rápido crescimento do PIB chinês, suas importações e exportações totais ficarão acima de 800 bilhões de dólares, mesmo que a taxa de dependência do comércio exterior decaia para 20%. A queda adequada da taxa de dependência de um país no comércio internacional não tem como objetivo retardar a globalização econômica ou enfraquecer as relações econômicas entre os países. Ao contrário, a realização do desenvolvimento sustentável da economia global requer que países desenvolvidos façam maiores contribuições para o progresso econômico dos demais países em desenvolvimento.

O comércio mundial e o investimento modernos ocorrem principalmente nos países desenvolvidos e nos novos países industrializados, com uma população em torno de 1 bilhão de habitantes. Mais de 4 bilhões de pessoas não têm se beneficiado da civilização industrial e da globalização econômica. É impossível calcular a escala em que o comércio e o investimento mundiais serão ampliados, se tanto os países desenvolvidos quanto os novos países industrializados buscarem a eliminação do abismo entre o Sul e o Norte e a realização do desenvolvimento sustentável da economia global como importantes es-

tratégias de desenvolvimento. Com isso, mais de 4 bilhões de pessoas serão trazidas para a era civilizada.

As Opções Políticas da China para Questões Globais no Começo do Século XXI

Para fazer com que o século XXI se oriente no sentido da paz e do desenvolvimento e realizar progressos na civilização ainda maiores que os do século XX, a China deve continuar a se dedicar à promoção da concretização da estrutura mundial multipolar. O mundo multipolar é tanto uma estrutura democrática, que pode ser realizada sem qualquer hegemonia, como uma garantia política para a equilibrada, estável, democrática e cooperativa nova ordem internacional. Como resultado, a China deve se empenhar em torno de certos aspectos dos temas globais do começo do século XXI, a saber:

1) A China deve levar adiante políticas diplomáticas aceitáveis, especialmente reforçando a cooperação com as grandes potências. No presente, as principais potências mundiais são os Estados Unidos, a Rússia, a China, o Reino Unido, a França, a Alemanha, o Japão, a Índia, o Brasil e a União Européia como um todo. As razões por que a China deve dar importância à cooperação com as grandes potências é que o PIB delas abrange 70% do total mundial e têm a propriedade da maior parte dos recursos militares convencionais e de quase todas as armas nucleares estratégicas mundiais. Além disso, cinco dessas potências são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. O Japão e a Alemanha são a segunda e a terceira maiores economias do mundo e têm grande influência em assuntos

mundiais. E tanto a Índia quanto o Brasil têm grande potencial econômico e político.

Devido a importantes influências na economia política e na segurança globais, a cooperação amigável desses países terá efeitos profundos na paz global e no desenvolvimento no século XXI. A cooperação entre as grandes potências serve para estabelecer as responsabilidades mais importantes, de modo a não dividir e dominar o mundo ou separá-lo em esferas de influência. O propósito de estabelecer um mundo multipolar é criar uma estrutura política internacional democrática e igualitária, através da cooperação entre as grandes potências, e garantir que todos os países tenham direitos iguais em participar nos assuntos mundiais, não importando raça, crença, sistema social forte ou fraco, grande ou pequeno. A estrutura democrática de um ambiente multipolar tem o pressuposto da aceitação da diversidade do mundo. Portanto, as normas das relações internacionais no mundo multipolar devem insistir nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Já que os sistemas sociais, as ideologias, os níveis de desenvolvimento econômico e as tradições culturais são variados em diferentes países, tão-somente aceitando um mundo diversificado, respeitando um ao outro, incorporando coisas de natureza diversa, aprendendo lições uns dos outros e compreendendo os pontos fortes dos outros para compensar as suas próprias fraquezas é que poderão o progresso e a prosperidade comum serem atingidos. As grandes potências devem se tornar exemplos para o assentamento da nova ordem internacional no século XXI. Enquanto elas não se empenharem em cooperar bem e mergulharem novamente no lodo da confrontação da Guerra Fria e de disputas de poder que têm durado centenas de anos, não haverá qualquer esperança de paz e desenvolvimento.

Com o desenvolvimento da economia, as novas grandes potências surgirão continuamente. Índia, Paquistão, Indonésia, Brasil, Argentina, África do Sul, Egito e Ucrânia podem se tornar grandes e influentes potências, e a China muito apreciará também a cooperação com esses países.

2) A China irá apoiar intensivamente e reforçar a intermediação e as funções vitais da ONU nos assuntos internacionais. A ONU tem uma grande responsabilidade histórica pelo estabelecimento da nova ordem internacional no século XXI e a China terá uma participação mais ativa nos assuntos da organização no novo século. A reforma da ONU deve ajudar a aumentar sua eficiência e a autoridade de suas decisões. Os moldes para a expansão do Conselho de Segurança da ONU deve ser estendido a todos os membros da organização e deve haver outros determinantes além do fator distribuição geográfica adequada. O Conselho de Segurança da ONU não é a diretoria de uma corporação. Um país rico não pode se arrogar responsabilidades no futuro se não possui uma compreensão correta sobre sua história. Ele não pode ser também um clube nuclear. Alguns países tencionam alcançar posições no Conselho de Segurança da ONU produzindo armas nucleares. Se tais atividades não forem embargadas, encoraja-se a proliferação nuclear e os tratados de antitestes e de não-proliferação, que são os frutos de anos de esforços da comunidade internacional, tornam-se papéis em branco. O propósito de se tornar um novo membro do Conselho de Segurança da ONU para os líderes de certos países é adquirir direitos de veto, o que por si só mostra sua incompreensão, já que o princípio-chave na formulação de políticas do Conselho de Segurança da ONU para a paz mundial é a unanimidade das grandes potências. Se se en-

trar no Conselho de Segurança da ONU pelo direito de veto, haverá muitos mais como Gromyko, o antigo ministro das relações exteriores da URSS, cujo apelido no Conselho de Segurança era “Mr. No”. E então o trabalho do Conselho de Segurança vai se arrastar até a total paralisia no momento em que o uso dos direitos de veto tornarem-se freqüentes. As posições dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança são decididas por um grupo de padrões históricos: suas contribuições na guerra antifacismo e sua determinação em sustentar a paz mundial. No final dos anos 90, o estabelecimento de várias parcerias estratégicas fez a cooperação comum, e esses países têm grande representação geopolítica. Portanto, é desnecessário aumentar o número de assentos permanentes com direito a veto no Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, considerando-se as mudanças no panorama mundial, o Conselho de Segurança da ONU pode vir a criar um novo tipo de “cadeira fixa”, sem o direito a veto. Como os possuidores de tais assentos não precisam ser alternados, tal método trará contribuições em particular para a continuidade, estabilidade e mais extensa representação nas operações do Conselho de Segurança.

3) Quanto à política chinesa de segurança internacional, no ponto de vista deste autor, as Forças Armadas chinesas devem cumprir duas tarefas: uma é proteger a segurança nacional e assegurar e garantir a integração do território, águas territoriais e unidade nacionais. Outra é exercer as responsabilidades de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e participar de ações internacionais de manutenção da paz autorizadas pela ONU, sem intervir em disputas domésticas de outros países; além disso, sem a autorização da ONU, a

China não deve usar suas forças unilateralmente fora de seu território e segundo apenas seus próprios interesses.

Tais opiniões se baseiam no seguinte: a paz mundial deve ser mantida por todos os países em conjunto. Se as ações de um país podem ou não ser consideradas agressão, ele deve ser julgado de forma justa pela opinião pública do conjunto dos países. E a obrigação de evitar agressões deve ser partilhada por todos os países e, em particular, coletivamente pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que têm o poder de garanti-la. Para evitar que certos países usem a força considerando apenas os próprios interesses com a desculpa de manter a paz, a China se oporá a ações militares além-mar sem a autorização da ONU. A China, por sua vez, jamais iniciará tais atos.

Sendo um grande país, com 1,3 bilhão de habitantes, e como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China deve ter a capacidade de operação oceânica e de modernizar seus armamentos convencionais para participar em ações coletivas visando à preservação da paz com outros membros do Conselho de Segurança, sob a autorização da ONU. Com a China prometendo não usar inicialmente armas nucleares, ela não seria capaz de desestimular ou prevenir agressões efetivamente sem a modernização de suas forças convencionais. Entretanto, a China jamais deve participar da corrida armamentista e a modernização de seus armamentos obedecerá a regras. É desnecessário para a China debilitar o equilíbrio estratégico internacional; e suas principais energias estão sempre concentradas na construção econômica e na melhoria das condições de vida de seus habitantes. Assim, como as armas nucleares chinesas não ameaçarão qualquer país, sua po-

lítica em favor da paz fará que seu armamento convencional modernizado não ameace qualquer país que ame a paz. O maior determinante de se o armamento de um país ameaçará ou não a paz mundial depende principalmente da política externa do país, não do tipo de armamento que ele possui.

Em meu ponto de vista, para garantir a confiança e a cooperação entre as Forças Armadas das grandes potências, as Forças Armadas chinesas devem reforçar o contato com os Estados Unidos, a Rússia, a Inglaterra, a França e as forças da União Européia, inclusive para realizar manobras militares para levar adiante os esforços de paz da ONU, quando necessário. Isso não quer dizer que a China deva participar de todas as ações pacificadoras ou aliar-se com esses países. Ao contrário, os conceitos de alinhamento e de divisão em esferas de influência estão ultrapassados. As funções dos aliados militares mais influentes – a Otan e o Tratado de Segurança EUA-Japão – devem evoluir passo a passo em organizações de pura autodefesa. Com o estabelecimento da nova ordem internacional e o aumento da confiança entre países, elas diminuirão em força gradualmente. Se os Estados Unidos e seus aliados não puderem ver isso claramente, e tentarem restringir a outros e manter a hegemonia com essas duas alianças ou usá-las para substituir a ONU como ferramenta de manutenção da paz, haverá novo confronto e nova Guerra Fria no mundo. Se isso, infelizmente, acontecer, será a tragédia da humanidade no século XXI. Poder-se-ia dizer, com certeza, que ninguém poderia se beneficiar disso. Eu realmente concordo em um ponto com o professor Zbigniew Brzezinski: “A guerra se tornará tal luxo que só os pobres poderão apreciá-la no mundo.” Um país com poder militar superior deve ser mais cuidadoso quanto a seu uso. Cada

país deve restringir a si mesmo e não esquecer as lições dos Estados Unidos no Vietnã.

4) A China deve fazer esforços em conjunto com a comunidade internacional para prevenir o risco de o hegemonismo regional ameaçar a paz mundial e o desenvolvimento. Deve-se observar também que sérias disputas regionais e guerras locais estão ameaçando a paz e desenvolvimento. Os conflitos locais são sempre disparados por disputas por território ou mar territorial, distribuição de recursos, questões étnicas e religiosas e, freqüentemente, estouram em países em desenvolvimento. Os conflitos regionais não só trazem grande desgraça para os povos de ambos os lados, mas também dão a estranhos pretextos para intervir. Logo, a comunidade internacional deve opor-se ao hegemonismo regional, da mesma forma que, ao mesmo tempo, deve lutar contra o hegemonismo das grandes potências.

5) A China deve participar mais ativamente das atividades de várias organizações não-governamentais e estimular o intercâmbio entre culturas de massa, especialistas, estudantes e pessoas comuns de todos os países.

4. A Estrutura do Mundo Multipolar no Século XXI

Todos os países esperam que uma ordem política e econômica internacional se estabeleça no século XXI. O símbolo da formação da nova ordem internacional é a substituição do domínio hegemônico de uma ou duas potências, no século XX, pelo mundo multipolar. As características da nova ordem internacional do século XXI serão a paz e o desenvolvimento tomarem o lugar das guerras, dos confrontos e da Guerra Fria. A China dará contribuições condignas para o progresso mun-

dial no século XXI. A estratégia internacional chinesa será manter seus próprios interesses a longo prazo e considerar o estímulo à prosperidade comum do mundo, através da formação da estrutura mundial multipolar.

O Mundo Multipolar Será Formado em Torno de 2030

Especialistas chineses chamam de “pólos” os centros de poder que influenciam significativamente a economia e a política globais. Em nossa opinião, a possibilidade de um país se tornar um pólo depende da proporção de seu poder nacional. De acordo com o que Huang Shuofeng – um estudioso chinês – disse, “proporção de poder nacional refere-se às forças resultantes de que um Estado soberano tem posse para garantir sua sobrevivência e desenvolvimento”.² Portanto, a proporção aproximada de poder nacional depende da população do país, dos recursos naturais, da economia, da educação e da ciência, capacidades de governo (incluindo a capacidade diplomática), da harmonia social e do espírito cívico. O núcleo da proporção do poder nacional é a extensão do poder científico e econômico.

Atualmente, há cinco centros de poder de influência global no mundo: os Estados Unidos, a União Européia, a Rússia, a China e o Japão. Entre eles, os Estados Unidos são o que apresentam maior extensão de poder nacional, é a única superpotência no mundo e um pólo integrado (completo). O poder econômico da União Européia é equivalente ao dos Estados Unidos, mas seu poder tecnológico não é tão poderoso quanto o norte-americano, assim como o poder militar, que não pode ser comparado com o americano e, portanto, depende do alinhamento dos Estados Unidos para reforçar sua defesa. Embo-

ra tanto o Reino Unido quanto a França sejam potências nucleares e membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e a Alemanha tenha grande poder econômico, a União Européia é fraca em termos de integração política e está muito distante de seu objetivo de uma política comum de diplomacia e defesa. Como resultado, a União Européia é um importante centro de poder, mas não um pólo integrado.

A Rússia tem poderio militar, que fica atrás apenas da dos Estados Unidos, abundância de recursos e extensa influência tanto na ONU quanto em questões internacionais. Contudo, está administrando os estragos causados pela desintegração da União Soviética e a transição para a economia de mercado. Hoje, seu PIB decaiu para o nível do de uma nação européia secundária. Portanto, é uma grande potência em termos de recursos militares e diplomacia, mas uma força menor em termos de economia, e não é um pólo integrado. A proporção de poder nacional chinês cresce rapidamente, seu PIB se elevou para o sétimo no mundo e sua situação política é estável. Como uma grande potência responsável, a China tem desempenhado o seu papel ativamente e construtivamente na ONU e em outros fóruns internacionais. No entanto, sendo um país em desenvolvimento, com um PIB *per capita* de 850 dólares, seu poderio militar é o mais fraco entre as cinco potências nucleares. Em função desses fatores, a China também não pode ser considerada um poder integrado.

Embora a economia do Japão fique atrás apenas da dos Estados Unidos, seu setor científico e tecnológico seja bem sofisticado e suas despesas militares superiores às da França, Inglaterra e Alemanha, ele não pode enviar suas tropas além-mar ou se armar com artefatos nucleares, em obediência à sua própria Constituição. Além disso, o Japão não é visto com total

confiança pelos países que invadiu ao longo da História, visto que alguns órgãos oficiais japoneses ainda não são capazes de tratar a história do Japão adequadamente. Embora o país seja um importante centro de poder econômico, é impossível para ele influenciar nas questões internacionais como a Inglaterra, a França e a Alemanha. O Japão também não é, portanto, um poder integrado.

Em resumo, esses cinco centros de poder mundiais podem ser generalizados como composto por uma superpotência – os Estados Unidos – e quatro grandes potências – a União Européia (como um todo), a Rússia, a China e o Japão.

É claro que as pessoas não querem que o mundo seja dominado por uma superpotência no século XXI. Enquanto isso, o desequilíbrio no desenvolvimento econômico está rapidamente alterando os contrastes de proporção de poder nacional entre as principais grandes potências. É possível que esses cinco centros de poder, por volta de 2030, venham a ser considerados cinco pólos mais equilibrados.

Nesse ano, os Estados Unidos ainda serão uma potência influente no mundo, mas dificilmente poderá funcionar como uma superpotência. Zbigniew Brzezinski apontou em seu livro *Chessboard* que o PIB americano sempre foi por volta de 30% do total mundial durante a maior parte do século XX, tendo chegado a 50% em 1945, quando se inicia a hegemonia americana. Ele também acredita que, até 2020, isso deve decair, para ficar entre 10% e 15% do total mundial, enquanto as participações da União Européia, da China e do Japão devem se elevar até uma quase igualdade com a dos Estados Unidos. Essas considerações são razoáveis, mas, se nós avançarmos no tempo até 2030, os cinco centros de poder mundiais talvez estejam

mais igualados, visto que talvez seja preciso um tempo considerável para a Rússia reerguer sua economia, assim como deve ocorrer uma óbvia melhora no desenvolvimento da tecnologia e da ciência e do PIB *per capita* da China em torno de 2030.

Outras Possíveis Grandes Potências

Poderiam países como a Índia, o Egito, a África do Sul ou outros tornar-se um pólo? Um pólo, num mundo multipolar, é determinado por vários fatores, não dependendo apenas de um ou dois. Tomemos a Índia como exemplo.

A Índia é uma possível grande potência, e sua população terá superado a da China por volta de 2030. Ignorando que a maioria dos países está disposta a evitar a proliferação nuclear e proibir testes de armas nucleares, o governo indiano levou adiante testes nucleares em 1998, sendo por isso condenado pela comunidade internacional. Se a Índia levar adiante políticas de hegemonia regional, isso ameaçará a paz e o desenvolvimento mundiais e não pode ser aceito pelos demais países. Uma Índia com hegemonia regional dificilmente pode ter um papel positivo na comunidade internacional. Também deve se conscientizar de que a questão da justiça social não foi resolvida no próprio país. Metade de sua população ainda vive na pobreza e os direitos humanos primários não podem ser protegidos. A Índia também sofre de freqüentes problemas étnicos. Se tais problemas sociais não forem resolvidos, será, de certa forma, difícil para a Índia melhorar a proporção de seu poder nacional com alguma rapidez. A Índia será bem-vinda na comunidade internacional e influenciará extensiva e positivamente as questões internacionais, se puder seguir os seguintes

pontos: mudar sua pretensão de estabelecer uma hegemonia no sul da Ásia e procurar desenvolver sua economia nacional, levar adiante a justiça social e estimular o progresso social, tomando parte em políticas pacíficas e cooperativas e se mostrando responsável em assuntos internacionais. Se o fizer, a Índia se tornará um pólo naturalmente.

No século XXI, se um país quiser tornar-se um pólo no mundo multipolar, ele deve assumir maiores obrigações internacionais e ter as capacidades necessárias para fazê-lo, ao mesmo tempo que se mostre um país responsável. E a posição de ser um pólo será reconhecida pela comunidade internacional, não devendo ser proclamada pelo próprio país.

O Brasil é um país com grande potencial, assim como a região da América Latina. É bem possível que o Mercosul, tendo o Brasil e a Argentina como seu núcleo, se torne um novo pólo influente globalmente no final do século XXI, assim como podem vir a surgir novos pólos na África e no mundo árabe.

O mundo multipolar constitui uma estrutura democrática de política internacional que pode ser concebida e realizada. O propósito da China em levar adiante a idéia do estabelecimento de um mundo multipolar é criar as condições para que todos os países tenham iguais condições de participação em assuntos mundiais. As questões internacionais no século XXI não podem ser dominadas por uma ou duas potências hegemônicas, mas devem ser decididas por todos os países, por meio da cooperação e da negociação. Portanto, a essência da estrutura de um mundo multipolar é a democracia. Apenas dessa maneira pode a nova ordem político-econômica internacional do século XXI ser estabelecida e será possível à humanidade evitar guerras e alcançar a prosperidade com paz e cooperação.

5. Por que a China Pode se Tornar uma Potência-Chave para a Promoção da Paz e da Cooperação no Século XXI

Como exposto anteriormente, os Estados Unidos, a União Européia, a Rússia, a China e o Japão estão formando cinco pólos do mundo multipolar. Eles são particularmente responsáveis pela paz e pelo desenvolvimento mundiais no século XXI. Dificilmente será possível imaginar o estabelecimento da nova ordem internacional sem a China, que tem 1/5 da população mundial e se moderniza rapidamente. Logo, pode-se perguntar: tem a China a capacidade de e é possível para ela assumir as responsabilidades da obrigação internacional de promover a paz e o desenvolvimento mundiais no século XXI como uma potência mundial? O autor crê que o desenvolvimento da China e as mudanças no ambiente internacional fariam o país adquirir tal capacidade de uma potência positiva-chave nas questões internacionais do século XXI, sendo isso uma realidade possível. As razões são as seguintes:

- a China tem um extenso poder nacional para promover a paz e o desenvolvimento mundiais;

- o instinto humano de buscar benefícios e evitar o caminho das calamidades, aliado a seus interesses comuns, levaria os países com diferentes civilizações – diferentes sistemas sociais, tradições culturais, crenças e níveis de desenvolvimento econômico – a cooperarem de mãos dadas pela paz e pelo desenvolvimento e para estabelecer uma nova ordem internacional mais racional e justa; e

- na era da globalização econômica, com a tecnologia da informação popularizada, o fato de que os povos de todos os países participem nas questões internacionais constituirá uma

poderosa força para supervisionar as atividades de seus governos. Isso será ilustrado a seguir.

A China Terá um Extenso Poder Nacional para Influenciar nas Questões Internacionais

A política da China de reforma e abertura para o exterior está levando a um rápido crescimento de seu poder nacional proporcional. Em 2000, o PIB chinês alcançou cerca de 1,1 trilhão de dólares e deve chegar a 2 trilhões de dólares em 2010, atingindo 4 trilhões em 2020 – colocando-a no quarto lugar no mundo – e podendo se elevar a 7 trilhões de dólares em 2030 – o que o colocaria em terceiro lugar no mundo, atrás apenas do PIB dos Estados Unidos e da União Européia. O total de importações e exportações deve superar 600 bilhões de dólares em 2010 e deve atingir entre 800 bilhões e 1 trilhão de dólares em 2020, mesmo que sua taxa de dependência do comércio exterior caia para por volta de 20% a 25%.

A construção da democracia, do sistema legal e das reformas no sistema político devem elevar a eficiência governamental, e o processo decisório do governo deve ser mais racional. A construção do espírito das civilizações deve aumentar a qualidade de seus cidadãos. Tal sociedade deve ser coesa, vital, harmoniosa e estável. Um país com uma economia forte, com democracia e estabilidade deve ter habilidades para influenciar nos assuntos internacionais e fazer importantes e positivas contribuições para a paz e o desenvolvimento mundiais e para o estabelecimento da nova ordem internacional. As responsáveis e positivas contribuições da China durante a crise financeira do Leste Asiático foram baseadas no reforço de seu poder nacional proporcional. Se a crise do Leste Asiático tivesse estourado em

1978, quando as reservas exteriores chinesas não eram de mais que 167 milhões de dólares, a China não seria capaz de prometer que o RMB não seria desvalorizado. Sua capacidade de suportar as várias obrigações internacionais serão fortalecidas constantemente com seu crescente poder nacional proporcional.

Interesses Comuns São os Fortes Poderes Materiais para Garantir a Cooperação de Mãos Dadas entre os Países de Diferentes Sistemas Sociais e Civilizações

Como vários outros estudiosos chineses, não podemos concordar com as opiniões de Huntington de que deve haver conflitos entre diferentes civilizações.

Pode-se perceber que há intensos conflitos, e mesmo guerras, entre as mesmas civilizações hoje e através da História. Um exemplo foi a invasão do Kuwait pelo Iraque, uma guerra dentro da mesma civilização. Para evitar que o Vietnã agredisse o Camboja, a China levou adiante uma guerra de fronteira com os vietnamitas, e de fato eles partilham da mesma civilização. No âmbito da Europa, a Alemanha e a França pertencem à mesma civilização, mas já houve três guerras totais entre os dois países: a Guerra Franco-Prussiana e a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Nos últimos 200 anos, os ingleses iniciaram duas guerras com os Estados Unidos para impedir a independência norte-americana. A História demonstra que países com diferentes civilizações e sistemas sociais podem cooperar muito bem. Por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética, os Estados Unidos, o Reino Unido e a China foram aliados e cooperaram de maneira bem-

sucedida para combater o fascismo, embora tivessem diferentes civilizações e sistemas sociais. Ocorre também que antigos inimigos podem vir a se tornar grandes aliados. Por exemplo, a China e a Coreia do Sul são bons amigos, embora tenham entrado em guerra no começo dos anos 50. Desde que a Alemanha e a Itália puderam tratar de suas histórias adequadamente, romper com o fascismo e realizar a reconciliação com outros países europeus, ambos têm sido participantes ativos na integração da Europa e têm boas relações com os outros 13 membros da União Européia.

Nós devemos confiar na habilidade inata comum do ser humano de buscar a verdade, o bem e a beleza e perseguir benefícios enquanto evita calamidades. Essas habilidades inatas comuns conduzem todos os países a trabalharem em conjunto, a não se apartarem uns dos outros. Por exemplo, a China experimentou o mais estático, persistente e introvertido período feudal da história do mundo. No entanto, precisou de pouco mais de 100 anos, desde o final do século XIX, para abandonar o feudalismo e caminhar para a sociedade moderna, por influência de linhas de pensamento ocidentais, incluindo o marxismo. Hoje, a China tem usado a influência positiva do Ocidente para estabelecer seu próprio mercado econômico socialista, com base na teoria de Deng Xiaoping. O Ocidente também está se transformando. Hoje, chineses que já estiveram no Ocidente ficam profundamente impressionados com os países ocidentais, especialmente pelos sistema de previdência social, pelas perfeitas instituições de impostos e pelos fortes ajustes na economia dos Estados efetuados pelos membros da União Européia. Grandes criações como a do Mercado Comum Europeu e do euro, através de negociações pacíficas e res-

trições voluntárias, liberando e partilhando suas soberanias, intrigam de tal maneira a intelectualidade chinesa que alguns estudiosos têm discutido se haveria alguns elementos socialistas nos países desenvolvidos ocidentais. Esses exemplos mostram que diferentes civilizações estão convergindo, e não divergindo. Países com várias civilizações e sistemas sociais têm suas próprias vantagens, virtudes e características e são elas que compõem os milhares de genes da civilização humana.

Nossas alegações para a aceitação da diversidade mundial não são para proteger as limitações de cada país, mas para proteger os bons genes de todos os países e dar a cada um igual oportunidade de se desenvolver. Acreditamos que cada país deva aprender, buscar lições e importar os bons genes de outros países para enriquecer sua própria civilização. Socialismo com características chinesas é combinar todos os bons genes do marxismo e todos os bons genes de outros países com os da civilização chinesa tradicional, visando beneficiar o povo chinês. Por exemplo, estamos explorando a utilização dos princípios da economia de mercado na China, onde a economia do bem público é o corpo principal, enquanto várias outras economias de bens coexistem. Quanto às relações internacionais, Deng Xiaoping afirmou que a China deve respeitar os interesses de outros países, ao mesmo tempo que persegue seus próprios interesses estratégicos de longo prazo, o que indica tanto a esperança do povo de coexistência amigável e ajuda e benefício mútuos hoje, quanto a boa tradição da antiga civilização chinesa – “não faça aos outros o que não quer que seja feito a si mesmo”. Seus pontos de vista de que o marxismo deve ser desenvolvido continuamente e os pontos de vista sobre absorver as heranças da civilização humana implicam que o marxismo não rejeite outras civilizações – e o marxismo chinês deve servir

aos interesses primários do povo tanto na China como no mundo, pois, de outro modo, perderá sua vida. A essência da paz e da cooperação da diplomacia socialista de estilo chinês é encarnada na diplomacia chinesa, incluindo uma política positivamente cooperativa para resolver a crise financeira do Leste Asiático. A China é amiga dos povos de todos os países, o que será demonstrado pela história do século XXI.

Os interesses comuns de todos os países, buscando a sobrevivência e o desenvolvimento, são o ímpeto mais essencial, fazendo diferentes sistemas sociais e civilizações convergirem e cooperarem. Os interesses econômicos de cada país estão hoje encadeados, quando a economia globalizada se desenvolve de forma crescente, e estarão ainda mais interconectadas no século XXI. A prosperidade de um pertence também aos outros, e sua derrocada influenciará outros também. Os seres humanos têm tido a capacidade de se destruírem. A raça humana pode viver neste planeta, geração após geração, desde que suas capacidades sejam usadas para resolver os problemas que todos os seres humanos estão enfrentando, como os de recursos, meio ambiente, população, alimentos e desenvolvimento sustentável. Paz e cooperação devem ser questões eternas para os seres humanos. Diferenças de civilização, de sistemas sociais e de ideologias não devem se tornar barreiras separando um país dos outros. A China crê firmemente ser capaz de desempenhar um importante papel nos assuntos internacionais do século XXI, porque acredita firmemente que as mútuas aproximações e a cooperação entre diferentes civilizações não devem sofrer resistências; a civilização chinesa seria enriquecida por tal cooperação e seria mais importante para a própria China dar sua própria contribuição para o resto do mundo.

A Participação e Supervisão do Povo É a Garantia do Sucesso da Diplomacia Chinesa para a Paz e o Desenvolvimento Mundiais

A História, após a Segunda Guerra Mundial, ilustra que, embora os chefes de Estado sempre aleguem que agem de acordo com o povo e servindo a seus interesses, de fato eles frequentemente seguem políticas erradas e ferem os interesses do povo. Por exemplo, o governo dos Estados Unidos tomou a decisão política errada de participar e expandir a Guerra do Vietnã. O governo dos Estados Unidos só admitiu seu erro depois que centenas de milhares de soldados americanos perderem suas vidas. Também a política errônea da Revolução Cultural levou o povo chinês a sofrer grandes perdas materiais e espirituais. É óbvio que os chefes de Estado devem ser supervisionados por seus povos. No entanto, um bom número de políticos ocidentais e os meios de comunicação de massa não têm mostrado tal consciência, sempre acreditando que a democracia ocidental é a mais perfeita e frequentemente tentando propagar várias formas imperfeitas de sistema democrático para o Oriente e outras partes do mundo. Hoje, quando os seres humanos controlam tecnologias capazes de destruí-los, os preconceitos ideológicos de tais políticos é algo perigoso. Portanto, é mais importante ainda no século XXI do que o foi em qualquer outro século antes que o povo supervise seus próprios governos e políticos.

Isso também demonstra que a participação e a supervisão do povo de cada país são a garantia fundamental da paz e do desenvolvimento mundiais. Por exemplo, foram principalmente os movimentos antibelicistas do povo americano que forçaram seu próprio governo a terminar a Guerra do Vietnã.

Os movimentos antinucleares na Europa, no Japão e no mundo inteiro pressionaram os líderes americanos e soviéticos a realizarem os tratados de corte de armas nucleares estratégicas. O avanço nas relações sino-japonesas foi dirigido pelos cidadãos dos dois lados, por um longo tempo. O Comitê Brandt e várias outras organizações não-governamentais têm dado grandes contribuições para a cooperação entre o Sul e o Norte. A ênfase dos governos na proteção do meio ambiente e da fauna e no desenvolvimento sustentável está intimamente ligada aos esforços dos partidos verdes, de organizações de cidadania, de institutos de pesquisa e de estudiosos em cada país.

Várias ONGs, grupos de cidadãos, iniciativas e estudiosos na China devem fortalecer seu diálogo e sua cooperação com suas contrapartes internacionais em favor da paz e do desenvolvimento no século XXI. A cooperação por meio do intercâmbio estudantil entre a China e outros países deve ser particularmente buscada, pois o futuro do mundo pertence à juventude. Estamos convencidos de que é impossível para os representantes oficiais de governo monopolizarem as questões internacionais na era da tecnologia da informação. A comunicação direta entre os povos de todos os países é propícia para eliminar vários preconceitos políticos, o que é uma salvaguarda básica para a promoção da paz e do desenvolvimento e um poderoso fator a restringir as atividades governamentais em cada país. Devemos confiar tanto no povo chinês como nos povos de todos os países do mundo.

Notas

1. Deng Xiaoping, “Os Estados Unidos Devem Tomar a Iniciativa em Pôr um Fim às Tensões nas Relações Sino-Americanas”, *in*

Obras Escolhidas, vol. III, p. 320, Beijing, Foreign Languages Printing House, 1994. Ver também outro discurso nesse volume: “As Relações Sino-Americanas Devem Ser Melhoradas”, p. 338-39.

2. Huang Shuofeng, *On The Comprehensive National Power*, Chinese Social Sciences Publishing House, 1992, p. 102.

Referências Bibliográficas

BERNSTEIN, Richard and MUNRO, Ross H. *The Coming Conflict with China*, A. Knopf, Inc., 1997 (Chinese translation edition by Xinhua Publishing House, 1997).

DOCUMENTS COLLECTION of the Fifteenth National Congress of the Communist Party of China. Beijing, Foreign Language Publishing House, 1997.

PILLSBURY, MICHAEL. *China Debates: The Future Security Environment*. National Defense University Press, 2000.

SELECTED WORKS OF DENG XIAOPING. Beijing, Foreign Language Publishing House, vol. III, 1994.

STRIVE TO BUILD A CONSTRUCTIVE Strategic Partnership Between China and the United States, State Visit by Presidente Jiang Zemin of the People's Republic of China to the United States of America. Beijing, Shijie Zhishi, Publishing House, 1998.